



Universidade Federal do Ceará
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia

COM A MORTE NOS OLHOS

ITINERÁRIOS DE MATADORES DE ALUGUEL



RICARDO HENRIQUE
ARRUDA DE PAULA

Fortaleza
CEARA
2008

A Audifex 2007

RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA

COM A MORTE NOS OLHOS: ITINERÁRIOS DE MATADORES DE ALUGUEL

Tese submetida à Coordenação do curso de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Orientador: César Barreira

FORTALEZA
2008

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC_____

P349c

Paula, Ricardo Henrique Arruda de.

Com a morte nos olhos [manuscrito] : itinerários de matadores de aluguel / por Ricardo Henrique Arruda de Paula. – 2008.

284f. : il ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza(CE), 13/06/2008.

Orientação: Prof. Dr. César Barreira.

Inclui bibliografia.

1-CRIME E CRIMINOSOS – CEARÁ. 2-MORTE. 3-VINGANÇA. 4- CUNHA, IDELFONSO MAIA DA, 1955 -. 5- CRIME E CRIMINOSOS – TERMINOLOGIA. I- Barreira, César, orientador. II - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III- Título.

CDD(22ª ed.) 364.1523098131

30/08

RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA

COM A MORTE NOS OLHOS: ITINERÁRIOS DE MATADORES DE ALUGUEL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 13 / 06 / 2008

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS

Profa. Dra. Peregrina Fátima Capelo Cavalcante
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Michel Misse
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

À minha mãe, Zilmar. A ela devo a vida
e a sua manutenção afetiva e feliz.

AGRADECIMENTOS

Fazer esta Tese de Doutorado foi, antes de tudo, percorrer longas jornadas escutando longas histórias. Andei por estradas de solo seco, áspero, viril e pedregoso do sertão cearense. Passei tanto por vaqueiros que atravessavam as caatingas espinhentas à procura de bois desgarrados quanto por narradores que atravessavam o curso caudaloso do rio das memórias à procura de histórias de vidas e de morte. O sol incendiando essa paisagem, iluminando as recordações e bebendo tanto sangue espalhado pelo chão.

Ouvi histórias de homens que, escanchados em lombos de burros ou em garupas de motos, atocaiavam suas vítimas, histórias de cobranças e pagamentos de dívidas de sangue, de bandidos que se tornaram heróis, de heranças de terras, de ódios e vinganças, de lealdades inalienáveis, honras lavadas no sangue e vidas lavadas no sal das lágrimas. Histórias, enfim, de refregas, não só entre homens, mas também entre Deus e do Diabo, que ainda disputam almas nas arenas sertanejas. Foram infindáveis andanças por entre essas vidas que foram talhadas a foice e a faca para serem vidas que vivem da morte.

Durante esses itinerários, minhas preocupações foram recolher relatos e tentar evitar o desgarramento das idéias. Depois me enredei em outro desafio tão grande quanto aquele que foi o de colocar as idéias arrebanhadas nos cercados retilíneos de uma escrita. Foi o momento de contar as histórias do mundo que me cercou por dentro e por fora durante os últimos cinco anos de trabalho de campo.

Durante todos esses itinerários urbano-sertanejos, fui sempre muito auxiliado. Arranchei-me incontáveis vezes nas vidas dos meus interlocutores, que me abriram não só as portas de suas casas, mas também me conduziram à intimidade de suas histórias de vida. Não conto as vezes em que eles me auxiliaram a descobrir o melhor atalho e o mais cômodo meio de chegar aos pontos aonde queria ir. Quantas vezes me fizeram perceber a importância de permanecer um pouco, de apear das montarias e prosear, escutar e compartilhar as idéias! Quantas vezes, também, eles me fizeram ver os melhores motivos para partir novamente e a seguir na estrada em busca de novas histórias, porque, como certa vez alguém me disse, “as histórias se movimentam como os cascos de um cavalo a galopar ou as asas de um carcará a voar”.

Meus percursos sempre envolveram uma série de pessoas com quem me relacionei com maior ou menor intensidade, com maior ou menor proximidade com maior ou menor, também, durabilidade. Espero não esquecer nenhum nome nesta lista de agradecimentos, mas, caso isso ocorra, não achem que foi desídia minha, mas levem em conta

o fato de que ainda não lavei totalmente o rosto da poeira da estrada, e nos meus olhos ainda restam fragmentos da terra seca do sertão cearense.

Agradeço a Deus, que sempre esteve onipresente durante toda esta pesquisa, protegendo, iluminando e pelejando ao meu lado e do meu lado.

Ao meu pai, Deusdedit, um exemplo em meus percursos de vida, alguém que sempre esteve e está comigo e com quem sempre estive e estarei.

Ao meu orientador, professor doutor César Barreira que com sabedoria, carinho e simpatia se fez presente durante todo percurso deste trabalho, avisando-me dos obstáculos da estrada e clareando-a, a fim de que eu tivesse maior e melhor visibilidade. Meu eterno agradecimento e admiração.

Ao meu co-orientador, professor doutor François Laplantine, que me acolheu com apreço e atenção na *Faculté d'Anthropologie et de Sociologie da L'Université Lumière Lyon 2* e aos professores que formam aquela instituição e o CREA – *Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques, de Lyon 2*.

Madame Rizzo, *minha mãe postiça* em Lyon. Quanta saudade! Aos meus colegas de *Lyon 2*, companheiros solidários em minhas trajetórias francesa, entre eles: Ella e Estelle Granet. Ao amigo Yahia Megrou, cabila de nascimento, mas brasileiro de coração. Danúsio Saleme, que dividiu várias vezes comigo o espaço do seu apartamento em Paris.

Sou muito grato ao professor doutor Michel Wieviorka, diretor do *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS)*, pela cordialidade com que me recebeu todas as vezes que estive na *L'École des Hautes Études em Sciences Sociales*, facultando o acesso à biblioteca da EHESS.

Agradeço a contribuição de minhas orientandas do programa de Iniciação Científica Júnior CNPQ/FUNCAP, que participaram do projeto que, em parte está inserido nesta tese, e que foi intitulado: “Matadores de Aluguel – a pistolagem no Estado do Ceará”.

Aos colegas do curso de Doutorado em Sociologia da UFC, especialmente a aqueles com quem compartilhei as tensões finais dos prazos acadêmicos.

Agradeço aos professores e funcionários do curso de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Particularmente ao Aimberê e a Socorro.

A todos os colegas que fazem o Laboratório de Estudos da Violência – LEV, particularmente à Dione Marques.

Aos professores doutores que compuseram a minha banca do exame de qualificação, e deram-me oportunas contribuições, Domingos Abreu e Gil Jacó, antes de tudo, amigos especiais.

Manifesto meu reconhecimento ao corajoso trabalho efetuado pelo padre e deputado federal do Partido dos Trabalhadores, Luiz Couto, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em Brasília que ficou conhecida nacionalmente como a “CPI do Extermínio no Nordeste”; também a ele agradeço os convites que me foram feitos para participar daquela CPI e dar minha contribuição acadêmica para o problema dos crimes de pistolagem no Estado do Ceará.

A todos do jornal Diário do Nordeste, que me facultaram, durante três ininterruptos meses, acesso ilimitado aos seus arquivos.

Rosana Rodrigues, a quem sou muito grato pelo apoio logístico. Rachel Serra, uma entusiasta amiga. Roseane Vasconcelos, pela colaboração na etapa final.

Aos meus informantes e colaboradores que estiveram comigo durante os últimos cinco anos. Foram muitas trilhas, histórias, sorrisos, emoções, lágrimas e, infelizmente, algumas perdas. Sem todos eles este trabalho não existiria.

Enfim, a todos estes e aqueles que de alguma forma escreveram em minha história as suas histórias, imprimiram em meu olhar suas visões e me fizeram perceber e sentir a partir dos seus sentimentos. Aos companheiros e guias nos sertões de asfalto e nos asfaltos sertanejos.

Agradeço ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB) e a todos os que fazem de forma lúdica e competente o *Centre d'Approches Vivantes des Langues et des Médias* (CAVILAM).

Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelos recursos materiais necessários à realização das pesquisas e da tese que vieram em forma de bolsa de estudo.

“Tu tá vendo aquele relógio ali? Cada vez que ele marcar mais um, mais um, mais um... ele tá te dizendo menos um, menos um, menos um”. (BUTCHER; MULLER, 2002:202).

RESUMO

A tese “Com a Morte nos Olhos, itinerários de matadores de aluguel”, é o resultado de 5 (cinco) anos de pesquisa realizada no Estado do Ceará, com pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com o crime de pistolagem. Durante esse período foram colhidos relatos orais em forma de histórias de vida e autobiografia, em um trabalho, portanto, envolvendo memórias e narrativas. Todas as histórias relacionadas na tese associam-se através de um eixo comum, e que chamo da “visão” da morte, que está diante dos olhos. Quer seja o pistoleiro que vive da morte, o mandante que paga para matar, o parente da vítima de um crime de pistolagem, uma vítima que sobreviveu a um atentado praticado por um matador de aluguel, ou ainda o policial que prendeu vários pistoleiros, todos eles têm ou tiveram em suas vidas a experiência com esse tipo de morte. Entre os entrevistados, se sobressai o principal personagem, Idelfonso Maia da Cunha, popularmente conhecido por “Mainha”, que se destacou no cenário local e nacional por seus crimes de mortes ligados à pistolagem. Servindo-se de todo esse universo narrativo, esta tese busca contribuir para o estudo dos valores e códigos construídos no universo social da pistolagem, bem como do processo de constituição do *habitus* de pistoleiro.

Palavras-chave: Crime. Pistolagem. Pistoleiro. Matador. Matador de Aluguel. Mandante. *Habitus*. Vingança. Honra. Ceará. Sertão. Histórias de vida. Morte.

RÉSUMÉ

La thèse, “Avec la Mort dans les Yeux, itinéraires de tueurs à gages”, est le résultat de 5 (cinq) années de recherches réalisées dans l’Etat du Ceará, avec des personnages qui, directement ou indirectement, ont eu un contact avec le crime commandité. Durant cette période ont été recueillis des récits oraux sous la forme d’histoires de vie et d’autobiographie, dans un travail qui, par conséquent, concernait des mémoires et des récits. Toutes ces histoires, que l’on retrouve dans la thèse, s’associent entre elles à travers un axe commun que j’appelle “vision” de mort : qui se trouve sous leur regard. Que ce soit le «pistoleiro» qui vit de la mort, le commanditaire qui paie pour tuer, le parent de la victime d’un crime commandité, une victime qui a survécu à un attentat pratiqué par un tueur à gage, ou encore le policier qui a mis en prison plusieurs tueurs à gage, ils ont tous, ou ils ont tous eu, dans leur vie, l’expérience de ce type de mort. Parmi les interviewés, se distingue le personnage principal, Idelfonso Maia da Cunha, populairement connu sous le nom de “Mainha”, qui s’est illustré dans le scénario local et national par ses meurtres en rapport avec des crimes commandités. Exploitant tout cet univers narratif, cette thèse cherche à contribuer à l’étude des valeurs et codes construits dans l’univers social du crime commandité, ainsi qu’à l’étude du processus de constitution de l’*habitus* du pistoleiro.

Mots clés: Crime, crime commandité, *pistoleiro*, meurtrier, tueur à gage, commanditaire, *habitus*, vengeance, honneur, Ceará, *sertão*, histoires de vie, mort.

ABSTRACT

The Thesis “The death into eyes, hitmen itinerary” is a result of 5 (five) years researches developed in the state of Ceará, with people who directly or indirectly had a contact with pistols’ crimes. During this period were collected personal oral reports, as biographies and autobiography, involving memories and narratives. All of these related stories are associated through a common axis, which I called “the death vision”, that means right before of their eyes. This expression can be applied to the gunman, who lives from the death, to the intellectual author of the crime, who pays for the crime, to the relative of a victim, to the victim who survives an attempt of a gunman, or to the policeman, who already arrested many gunmen. All of these people have or had an experience with this kind of death. Among the interviewed, stands out Idelfonso Maia da Cunha, known as “Mainha”, who became famous in the local and national context by his crimes linked with pistols’ crimes. Based in all of this narrative universe, this Thesis intend to contribute to the studies of values and codes built in the social universe of pistols’ crimes, as well as in the constitution process for the gunman *habitus*.

Keywords; Crime. Pistols’ Crime. Gunman. Killer. Rent killer. Intellectual author of the crime. *Habitus*. Revenge. Honor. State of Ceará. Country. Biographies. Death.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Academia Cearense de Letras
APAVV	Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
COSIPE	Coordenação do Sistema Penitenciário
CPB	Código Penal Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREA	Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques
DIP	Departamento de Inteligência Policial
IHAC	Instituto Histórico e Antropológico do Ceará
IML	Instituto Médico Legal
IPPOO 1	Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira 1
IPPOO 2	Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira 2
IPPS	Instituto Penal Paulo Sarasate
LEP	Lei de Execução Penal
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
SEJUS	Secretaria de Justiça do Estado do Ceará
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O PERCURSO METODOLÓGICO	33
1.1 O uso de relatos orais.....	36
1.2 Itinerários de campo	41
1.3 A CPI do Extermínio no Nordeste	59
2 PISTOLAGEM – ITINERÁRIOS, DEFINIÇÕES, AMBIGÜIDADES E DESDOBRAMENTOS.....	61
2.1 A primeira entrevista com um pistoleiro solto.....	62
2.2 O sertão dos pistoleiros.....	80
2.3 A pistolagem urbana – mudanças e permanências.....	92
2.4 Estruturando a pistolagem	102
2.5 Pistolagem e crime organizado	108
2.6 As várias faces da morte.....	123
3 A FORMAÇÃO DO PISTOLEIRO – OU A PRODUÇÃO DE HOMENS E CADÁVERES	126
3.1 O batizado e o “rito de instituição”	127
3.2 “Homens de honra”	134
3.3 A vingança, quer dizer, a justiça	147
3.4 Damião e o “lamber a rapadura”	157
4 OS VÁRIOS ÂNGULOS DE UM OLHAR	163
4.1 As proteções espirituais	163
4.2 A vaquejada.....	177
4.3 Armas e utensílios	187
5 MAINHA, “O MAIOR MATADOR DO NORDESTE”.....	204
5.1 Chaves cognitivas para a compreensão de Mainha	204
5.2 Avanços e retrocessos no processo de interação.....	219
5.3 Situações vividas na cadeia pública de Maranguape.....	226
5.4 A pedagogia da violência.....	234
5.5 “Tirar o serviço”.....	240
5.6 Uma vida formada de um conjunto de mortes	243
ULTIMAS CONSIDERAÇÕES	251
BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL	259
GLOSSÁRIO.....	272
ANEXO.....	277

INTRODUÇÃO

“Atirador, quando compra vingança alheia.
 Tem que ter veneno na veia.
 Tem que saber andar num chão de navalha.
 Atirador tarda mas não falha.
 Atirador não tem dó quando atira.
 Atirador é o dublê da ira.
 Ele só sabe o nome, só viu o retrato.
 Alma sebosa é mais barato”. (QUEIROGA,
 2006).

Esta tese trata de forma basilar da exploração do universo social dos matadores de aluguel. É um trabalho em que me propus escutar, compreender e contar histórias que me foram narradas, difundindo-as e, ao mesmo tempo, as interpretando. São histórias contadas por vários autores e encenadas por diversos outros atores em planos diversos, mas que são, todavia, comunicantes, pois, todas elas têm por pano de fundo a morte, efetuada ou tentada por um pistoleiro.

Foram pessoas que compartilharam suas memórias em forma de narrações, criando-as (ou rememorando-as) como “histórias de vida”. Meu papel foi ouvi-las, escrevê-las e escrever sobre elas. Assentados, portanto, em uma base de elementos comuns, todos os sujeitos envolvidos nessa relação dialógica tornaram a palavra articulada como meio definidor (e por que não dizer reconstituítor) do sentimento do “eu” em relação ao “outro”.

Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1979:99).

As histórias foram sendo construídas sustentando-se na crença dos narradores que estavam, por meio delas, reafirmando “suas verdades”. Alguns disseram “suas verdades” com o intuito de “exorcizar” os fatos e histórias “mal ditos” do passado, primando na arte de torná-los “bem ditos”, bem urdidos. Saber suas narrativas seriam “verdadeiras” ou se eram as “suas verdades” não foi uma tarefa com a qual me debati.

Para podermos crer nessas coisas fabulosas, seria preciso que eles dessem a impressão de crer nelas. Ora, por uma sorte de prazer malvado, eles fazem o jogo do segredo e da subtração, fornecem alguns indícios mas nunca a regra do jogo; a impressão é que vão improvisando, ao sabor de nosso fantasma, e não se esforçam para nos tranquilizar quanto à verdade do que dizem. É o modo que têm de guardar seu segredo e de zombar de nós, que somos, no fundo, os únicos que querem acreditar. Seu segredo não está no que eles não dizem; está inteiro no fio da

narrativa, na superfície indecifrável da narrativa, é uma forma irônica de mitologia das aparências. (BAUDRILLARD, 2004:143).

De minha parte, coube-me construir e fazer significar as histórias que me foram contadas. Tinha interesse em apreendê-las e aprende-las na memória para melhor saber recontá-las, atribuindo-lhes sentidos muitas vezes insuspeitados por seus contadores originais. Em quase todo este trabalho, portanto, a palavra escrita foi reabastecida com o “combustível dos poços do não-escrito” (CALVINO, 2006:142); o não-escrito estimulando a escrita, os dados arquivados como subsídios da memória.

Esta tese se gestou assim, através do “andar por aí, investigando o que passa pela mente alheia”, como diz Geertz (2000:90), ouvindo histórias de vidas e de mortes aqui, ali e acolá, às vezes imprimindo um sentido ao andar, em outras vezes andando como um *flâneur*. Porém, em ambas as trilhas, participando de memórias, e, muito embora estando no presente, mas se colocando no passado, pois “jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nele de saída”. (BERGSON, 2006:158).

Recordo-me de um velho proprietário de terras no interior do Estado, que uma vez me disse: “Tempo não se conta, tempo se marca como se marca boi, o que se conta são histórias”. Aprendi a escutar histórias, mesmo as perdidas no tempo da memória. Escutar o narrador, saber de suas experiências, e tentar recontá-las somadas às experiências do pesquisador. Eis um dos eixos através do qual essa pesquisa se norteou.

Mauss (1979:56) postulava a noção de que “as melhores informações são aquelas que vêm diretamente do ‘indígena’”. Concordo plenamente. As informações contidas nesta tese sobre pistolagem, a maior parte delas (digo mesmo é a parte em que mais me aprofundei), vêm logicamente dos meus informantes, de suas histórias de vida, de suas memórias e da interpretação que fiz sobre elas.

Na leitura dessas histórias, vali-me de várias fontes e de outros olhares que me antecederam e foram postos sobre o fenômeno pistolagem (BARREIRA, 1998/92 e CAVALCANTE, 2002/3). São pesquisas importantes com as quais dialogo nos percursos desta tese. Essas outras pesquisas capacitaram-me teoricamente para enfrentar situações similares ou “as mesmas coisas”, como diz Geertz (1989:35): “Os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas”.

Faz-se necessário assinalar, porém, que toda experiência de campo é única, conforme defende Caratini (2004:108), “o ‘campo’ de um não será o percorrido por outro, cada um é mestre em seu domínio”. (Tradução livre¹). Ou seja, todos os trabalhos de campo guardam suas particularidades, pois estão inseridos em um tempo e em um espaço singulares e são vistos e vividos a partir da leitura que faz cada pesquisador.

Essas experiências pessoais de campo não ocorrem totalmente iguais, nem que sejam com os mesmos objetos de pesquisa. A história é fluxo e refluxo, é processo e sedimentação, e, nesse caso, em uma asserção *heracliteana*², para os que estiveram em campos semelhantes, sempre dali afluem novas observações, novos olhares e dali também, saem novos pesquisadores.

Sou rio, pois sei que meu saber é composto de muitos outros, sei que não sou a origem do meu saber, não sou o sujeito fundante da história que faço, sou fundado por uma sociedade, por uma cultura, por formações discursivas, por práticas de poder e linguagem, sou um estuário em que vêm desaguar muitos arquivos (ALBUQUERQUE, 2007:35).

“Nada permanece igual. Nada é igual a coisa alguma. Assim, nunca podemos ignorar um tema apenas porque alguém já o estudou”, como diz Becker (2008:122). Por conseguinte, se os saberes aqui envolvidos, os anteriormente consubstanciados e o constituído por meio de minhas pesquisas se entrecruzarem, e isso ocorre em determinados momentos, estará formada, permitindo-me a construção de uma metáfora, uma grande peça de renda. Cada participante teceu sua parte com as cores e o estilo que lhe convieram, com a agulha que melhor achou adequada à sua técnica e arte e dentro dos limites (que são inúmeros) de que dispôs. E isso faz com que essa peça não seja homogênea, e, ao olhar, mesmo o mais desavisado, possa vê-la com as singularidades de quem a fez.

Trabalhei durante cinco anos (de 2003 a 2008), pesquisando sobre o crime de pistolagem e acerca do personagem pistoleiro. Tracei, inicial e metodologicamente, limites geográficos da pesquisa, que foi o Estado do Ceará. Aqui, portanto, foi meu ponto de partida e de chegada.

Para compreender a pistolagem no Ceará, os meios dos quais lancei mão foram os arquivos e as memórias. Arquivos públicos e particulares representaram um passo importante na pesquisa. Em arquivos antigos, pude empreender um percurso de distanciamento dos dias

¹ Texto no original: “... le ‘terrain’ de l’un ne saurait être parcouru par un autre, chacun est maître en son domaine”.

² Heráclito de Éfeso (1991:61): “Para os que entram nos mesmos rios, afluem sempre outras águas...”.

atuais em busca de registros sobre crimes de pistolagem e sobre pistoleiros. Porém notei, no entanto, que ao me distanciar bastante dos dias atuais, buscando vestígios, resíduos da pistolagem e do pistoleiro em documentos muito antigos, então comecei a me deparar com problemas hermenêuticos.

Os textos antigos que trazem notícias de crimes com características de pistolagem no Ceará, nem sempre trazem a informação de forma inequívoca, com a descrição e a qualificação do fato do modo como vemos hoje em dia. Em outras palavras, se vasculharmos os jornais cearenses do século XIX e mesmo muitos do século XX, encontraremos crimes que o identificaremos como pistolagem, identificaremos, também a figura do pistoleiro, talvez, até mesmo, a do mandante, contudo o fato não estará tratado, logicamente, com a linguagem que existe nos jornais da atualidade. E isso não se restringe aos jornais, pois estará presente, também, nos processos judiciais, nos inquéritos policiais e em livros cearenses sobre o “banditismo”, escritos no início do século XX³.

Do mesmo modo, encontraremos na linguagem ficcional o personagem pistoleiro, muitas vezes, incorporado em outros personagens. Por exemplo, o seguinte trecho: “Não escapou nenhum dos jagunços do coronel Elias, pistoleiros de renome, trazidos do sertão...” (AMADO, s/d, p. 22). Cabe, portanto, também na literatura, uma leitura interpretativa, um olhar específico, tentando identificar a pistolagem e o personagem pistoleiro.

Aliada do arquivo, e não apartada deste, temos as memórias que são reveladas nas histórias de vida. Estas me permitiram aprofundar e conhecer densamente o personagem pistoleiro (objeto de minha preocupação e o maior desafio deste trabalho) e ao fenômeno da pistolagem. Foram as narrações que alargaram meu universo de compreensão e me levaram, além do mais, ao exercício de remontar e recontar as histórias que ouvi durante o período de campo. Em linhas gerais, foi principalmente através do ouvido que se iniciou a minha inserção no mundo do pistoleiro.

O roteiro básico deste trabalho foi aprender a ouvir a partir do ato de ouvir os relatos; ou seja, ouvindo histórias para aprender a compreendê-las e a recontá-las, atribuindo-lhes sentidos muitas vezes insuspeitados por seus contadores originais.

Foi ouvindo as histórias deles, entrevistando-os em cadeias, presídios e delegacias, encontrando-me com eles na cidade de Fortaleza ou, principalmente, no interior do Estado do Ceará, freqüentando vaquejadas, forrós, participando de treinamento de tiros,

³ Faço referência, especificamente, ao livro *História do banditismo da família Santos Chicote*, de 1928.

colocando-me, muitas vezes, em situações muito arriscadas, em que algumas vezes meu computador portátil dividia o mesmo espaço com um revólver ou até mesmo dois revólveres que estavam sobre a mesma mesa; foi nessas situações, em resumo, ouvindo as histórias desses homens, que suponho tê-los compreendido bem mais do que se estivesse enclausurado, como disse Zaluar (1994:7) na “torre de marfim”, procurando conhecê-los “somente” mediante análise bibliográfica.

É claro que um trabalho não é fruto, apenas, de uma capacidade cognoscitiva. A pesquisa se inicia nos primeiros passos do itinerário e este nem sempre é uma bússola que aponta para situações previsíveis. Recordo-me que estava me locomovendo em uma mototáxi, indo de uma localidade pequena até Lavras da Mangabeira (400 km de Fortaleza), quando o mototaxista parou ao ver uma multidão de pessoas que se aglomeravam em volta de um corpo. Sem meio de demovê-lo da idéia de ver aquela cena, então me juntei às pessoas que estavam ali.

Pessoas agachadas ao redor do corpo de um rapaz, duas velas acesas de cada lado de sua cabeça, alguns rezavam, outros gritavam e choravam. Recordo de que alguém gritou: “Os pistoleiros foram na direção de Umari”. Um homem contava como os pistoleiros tinham agido. De inopino as pessoas voltam suas atenções para aquele narrador. Um menino, que deveria ter uns sete anos, se aproximou do cadáver e com a mão formando uma arma de fogo em seu imaginário, deu vários tiros no corpo. A boca emitia o ruído do estampido de uma arma “pei, pei, pei”. Olhei para todos que ali estavam, mas ninguém havia percebido aquele menino. Ele fez aquele gesto e saiu correndo com outras crianças em direção a uma viatura da polícia que havia chegado.

Policiais desinteressados reclamavam da quantidade de gente ao redor do corpo, reclamavam também do choro convulsivo da família e se irritaram quando alguém sugeriu que eles fossem atrás dos pistoleiros e um deles disse que a família procurasse enterrar o morto, que seria a “melhor coisa que fariam”. “Circulando, circulando”, diziam os policiais para que as pessoas fossem embora. A maioria lhes obedecia.

O mototaxista me chamou para seguir. Deixei para trás aquela cena de dor e de descaso. O policial ainda gritava: “Circulando, circulando!”; e me parecia que o tempo ali, também seguia aquelas ordens, era circular, não avançava, todos ali haviam falado de outros casos de pistolagem, naquela localidade, naquela região ou em outras. Sempre fatos como aqueles retornavam a ponto de tornarem-se “habituais”, de não chocarem, não escandalizarem e servirem, até mesmo, para uma brincadeira de uma criança. Aguardei um comentário do

mototaxista, mas não houve. Fiz várias leituras a partir deste fato que surgiu inesperadamente em meu percurso, mas a mais viável era perceber que o crime de pistolagem no Ceará se tornou algo cotidiano, digo, com cautelas, algo trivial. O pistoleiro é qualquer um que está sem dinheiro e que vê ali, no cometimento de um crime de morte, a forma de ganhar algum “trocado”.

O homem pistoleiro que entrevistei foi aquele que tinha acabado de fazer 18 anos ou o que já se dizia um “ex-pistoleiro”, foi o que simplesmente disse: “fui chamado para matar, estava sem dinheiro, então aceitei”, ou aquele que se recriou mediante sua palavra: “não matei por dinheiro, mas por vingança, por honra ou pela família”.

Um desses “ex-pistoleiros” disse-me certa vez: “Hoje estou desativado, mas no meu tempo, quando cavalo tinha cabeça, morria menos gente que hoje em dia”. O velho “ex-pistoleiro” dizia que hoje em dia estava “aposentado” (desativado) e dizia que no tempo que se matava a cavalo não morria tanta gente quanto hoje em dia, em que o “cavalo”, como ele se referiu, “não tem cabeça”, é a moto, não tem patas, tem rodas. Hoje estamos no tempo dos “cavalos-sem-cabeças”.

A minha pesquisa se iniciou logo no início do ano de 2003 e se estendeu até meados do ano de 2008. Iniciei com a busca hemerográfica e bibliográfica, arquivos e logo passei às entrevistas. A maior parte das pessoas com as quais estive (em entrevista ou conversa) está viva. Algumas, em se tratando de matadores de aluguel, estão em presídios e ou cadeias, outras nunca foram presas, estão e, possivelmente, continuaram soltas. Outras, ainda, nunca responderam na Justiça pela maior parte dos crimes que cometeram.

Os parentes de vítimas com quem falei ainda estão lutando por justiça. Outras pessoas que foram ameaçadas, ainda continuam com medo. Falei com famílias de matadores que desde o início desta pesquisa ainda acreditam na “reabilitação” dos seus maridos, filhos e pais.

Ao iniciar a pesquisa, minhas inquietações principais eram saber quem é o personagem pistoleiro; como ele é socialmente constituído; ou como ele se define; quais os valores que o formam. Outras questões, contudo, estavam aliadas àquelas. Eram quais são as mudanças e permanências entre um pistoleiro que se iniciou no crime na década de 1970, por exemplo, e aquele que começou a matar gente na década de 1990? Ou seja, existem diferenças entre pistoleiros mais antigos e os atuais? Também, existem semelhanças? Quais são? Quais as crenças e mitos que envolvem um pistoleiro? Como surgiram, no Ceará, as expressões

pistolagem e pistoleiro? Além dessas questões, havia as dúvidas sobre a pesquisa: Seria possível entrevistar um mandante de crime de pistolagem? Seria possível obter uma entrevista com o “ícone” da pistolagem, Idelfonso Maia da Cunha, o Mainha? E seria possível entrevistar as autoridades que em seu trabalho tivesse combatido a pistolagem?

A pesquisa centrou-se nessas questões, foi pautada no percurso traçado com base nesses eixos, contudo outras questões surgiram na medida em que as condições de realização do trabalho de campo apontaram para novas direções a seguir ou ainda à proporção que o campo começou a me dar respostas e a ser mais “generoso” do que eu mesmo imaginaria. Em pouco tempo que tinha iniciado minhas incursões no campo, fui conseguindo entrevistar várias pessoas, entre as quais aquela que era apontada como o “ícone” e o “mito” da pistolagem e que veio a tornar-se o personagem principal desta tese, Idelfonso Maia da Cunha, o Mainha. Esta tese está permeada por suas histórias de vida, pelos seus depoimentos, pelas histórias que ele rememorou e por aquelas se construíram durante o tempo em que tive uma relação maior de aproximação com ele.

Mas, para esclarecer ao leitor por que elegi Mainha como cerne deste trabalho, e investi em diversas entrevistas com ele ao longo de cinco anos, faz-se necessário evidenciar algumas repercussões que sua trajetória de vida obteve na mídia local e nacional.

Reportagens realizadas sobre Mainha (locais e nacionais) tiveram início no final da década de 1970. Nessa época, nem a imprensa nem a polícia tinha uma foto dele. “Mainha não tinha um rosto, ele tinha fama, era um nome, um fantasma, um mito”, como me disse certa vez um dos delegados de polícia civil que o prendeu pela primeira vez.

A primeira matéria que saiu em uma revista de circulação nacional sobre Idelfonso Maia da Cunha, conhecido por Mainha, foi a edição de nº 476, de 19 de outubro de 1977, da revista *Veja*. A matéria tinha o seguinte título: “Alguém mata. É só pagar. Sindicatos do crime garantem a honra, a propriedade e a vida da aristocracia sertaneja”. Foi uma reportagem a respeito de crimes de pistolagem no sertão nordestino e focalizava o Estado do Ceará. A menção ao nome dele vinha da seguinte forma:

Se os trabalhos de apuração da morte de Expedito Leite não avançaram – a única pista, até o momento, é a forma como ele foi abatido: um tiro na cabeça é a marca registrada de “Mainha”, um dos principais carrascos do Sindicato no Vale do Jaguaribe (VEJA, de 19/10/1977, p.88).

A revista não trazia uma foto de Mainha, porque seu rosto não era conhecido ainda, mas do seu tio, Nilson Cunha, que a reportagem o identificava como o “chefão no Ceará”, se referindo ao “Sindicato do Crime”.

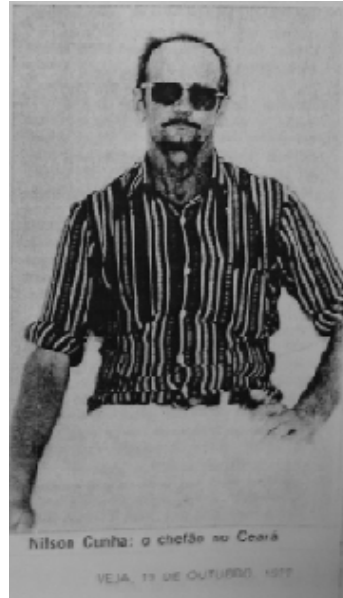


Figura 1 - Nilson Cunha

Aquela edição da revista apontava para Mainha como o autor da morte de Expedito Leite, ex-prefeito da cidade de Iracema (283 km de Fortaleza). Os jornais locais também noticiaram o assassinato do político, atribuindo àquele fato um crime cometido por pistoleiro: “Em pleno centro de Fortaleza. Pistoleiro assassina prefeito” (TRIBUNA DO CEARÁ, 14/02/1977). Contudo, não falavam no nome de Mainha.



Figura 2 - Jornal Tribuna do Ceará

Na década de 1980, no entanto, uma foto de Mainha saíria nos jornais locais e também na capa da revista Isto É. Mainha narrou-me que na madrugada dia 29 de junho de 1983, dia de São Pedro, estava dormindo na Fazenda Suassuna, situada na cidade de

Jaguaretama (313 km de Fortaleza). “No dia anterior eu já estava cismado. Estava de mau pressentimento. Os matos estavam muito estranhos. Fui dormir fora da casa, mas depois de madrugada passei para dentro de casa”. Ele foi acordado com a casa cercada por 30 homens da polícia⁴.

Eu só ouvi o grito: “*Saia para fora* bandido, senão nós metralhamos a casa. Aqui é a Polícia”. Eu estava só de cuecas, dei um pulo da rede e quando olhei ao redor e em todo canto tinha polícia. Peguei dois revólveres Smith & Wesson⁵ calibre 38 coloquei uma cinta com 76 balas. Aí eu gritei de dentro da casa: “Vocês vieram aqui brigar, bando de gambé?⁶ Se foi vai ter briga. Não me entrego não, venham me buscar. Vocês vão me matar é brigando, na covardia não vão me matar não”. Aí eles começaram a atirar. Quando a bala começou a cantar eu saí correndo pela porta detrás da casa com os dois revólveres em punhos, só de cuecas e a cartucheira na cintura. Havia uns cinco homens por detrás de uma “catingueira” e um deles com uma metralhadora na mão gritou: “Se renda bandido do cão!” e eu respondi: “Se renda o que rapaz, toma essa, e atirei nos peitos dele”. Eles atiravam em mim e eu neles. Era eu contra 30 policiais. Derrubei dois. Consegui fugir do cerco, mas meus documentos ficaram todos (MAINHA. Entrevista realizada em 07/04/2003).

Depois desse tiroteio, a polícia invadiu a Fazenda Suassuna e um policial encontrou os documentos de Mainha, inclusive um “porte de arma” concedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte em nome de “Antonio Messias Pessoa”⁷, foto abaixo.



Figura 3 - Porte de arma de Mainha

⁴ Conversando com um delegado de polícia civil, ele me narrou uma versão semelhante a essa contada por Mainha. Também colhi um vídeo, em que o repórter do *Jornal do Dez*, da *Televisão Verdes Mares*, José Raimundo, narra o mesmo episódio contado por Mainha.

⁵ Smith & Wesson é uma marca de armas de fogo.

⁶ “Gambé” é como os bandidos chamam os policiais.

⁷ Quando foi preso em 1988, Mainha possuía outra identidade falsa com o nome de Paulo Pereira de Morais.

Em 1982, Mainha havia conseguido com o dono de um cartório um registro de nascimento falso em nome de Antonio Messias Pessoa. Com esse registro, ele obtivera uma carteira de identidade e um oficial da Polícia Militar do Rio Grande do Norte deu-lhe como presente um porte de arma com o nome falso. A foto que saiu na capa da revista foi retirada do porte de arma encontrado entre os documentos de Mainha, após o cerco policial.

A edição de nº 363, de 7 de dezembro de 1983 da revista *IstoÉ*, tinha uma capa preta e no centro da capa a foto de Mainha e sobre ela uma etiqueta amarela com um clipe segurando-a onde estava escrito: “Especial Sindicato do Crime”. Ao lado da foto sua identificação, filiação, idade, altura, cor dos olhos, naturalidade, as alcunhas e a acusação em letras vermelhas: “Apontado como autor de mais de 40 assassinatos”. Abaixo da foto o título da matéria principal: “O Maior Matador do Nordeste”.

A reportagem, no interior da revista, recebia um título diferente da capa: “A morte como profissão. No Nordeste conflagrado pelas guerras de famílias, os sindicatos do crime alugam suas armas a quem pagar mais”. “Mainha foi, até hoje, o único pistoleiro a ser capa de uma grande revista”, conforme frisara um delegado de polícia.

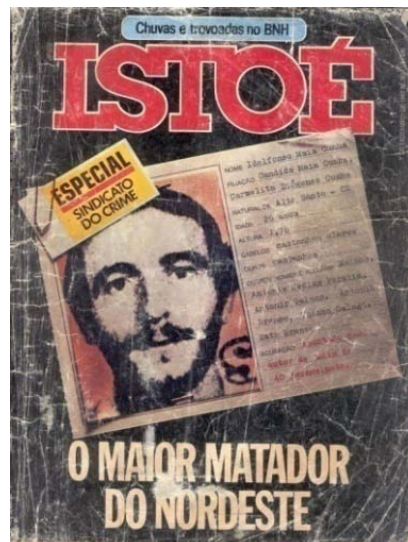


Figura 4 - Capa da IstoÉ

Nesta matéria a autoria de alguns crimes foram-lhe atribuída. Por exemplo, o assassinato do ex-prefeito de Iracema, já noticiado na década de setenta, conforme vimos, outro caso que teve muita repercussão no início da década de oitenta e que ficou conhecido como a “chacina de Alto Santo”, na qual quatro pessoas foram assassinadas, entre elas o ex-prefeito de Pereiro (333 km de Fortaleza), e o assassinato de duas outras pessoas.

Dois casos apontados na matéria como sendo de autoria de Mainha foram contados na reportagem em forma de versos de cordel e ilustrados com gráficos que remontavam as cenas dos crimes.

O comerciante Iran Nunes
Morreu de morte matada
No centro de Fortaleza
Em um crime de empreitada
Galego só um tiro deu
E depois se escafedeu
Com a marca registrada. (ISTOÉ, 1983, p. 31).



Figura 5 - Mainha matando Iran

“Galego” era uma das alcunhas utilizadas por Mainha e fazia referência à cor branca de sua pele. “Antonio Mecias Pereira”⁸, “Antonio Galego”, “Antonio Branco”, “Rato Branco”⁹ e “Toinho Galego”¹⁰.

O outro crime atribuído à Mainha e que a reportagem também o narrou em forma de versos foi o assassinato de uma mulher na Paraíba. A ilustração desse caso representa Mainha atirando na mulher e ao lado o retrato que fora retirado do porte de arma encontrado

⁸ A revista citou o nome “Antonio Mecias Pereira”, que deve ter sido um equívoco, pois no porte de arma de Mainha está “Antonio Messias Pessoa”.

⁹ Nas entrevistas que fiz com Mainha, ele me revelou que não gosta de ser chamado de “Rato Branco”. Ele justifica que esse “apelido” foi colocado por alguém que ele não gostava e que, inclusive, o matara. Perguntei-lhe qual o sentido desse nome, e ele disse-me que o rato de cor branca é uma espécie que se for colocado junto com roedores de outras cores, ele fatalmente matará todos os outros. Não busquei outra explicação e nem chequei um possível fundamento científico dessa referência.

¹⁰ Mainha depois me revelaria outros nomes que ele utilizou durante sua trajetória até ser preso em 1988. Foram eles além dos já citados: “Lourival”, “Paulo Pereira de Moraes”, “Paulo”, “Antonio Diógenes” ou “Toinho Diógenes”. Os nomes eram escolhidos baseados em critérios bem simples: Antonio é um nome muito comum, então não chamaria atenção; “Galego” e ou “Branco” referiam-se à cor de sua pele, branca, dos seus cabelos, claros e à sua altura, quase 1,80 cm. No sertão, alguém que não seja da região, não more ali, que esteja apenas de passagem (como o vendedor ambulante que vai de casa em casa), ou tem aspectos físicos de alguém de fora é “apelidado” de galego.

entre os documentos de Mainha após o cerco policial e o retrato falado do assassino da mulher.

A roceira abriu a porta
Atendendo a quem chamou
Viui a morte em sua frente
Que da vida lhe tirou
Com um tiro bem certo
Do Galego pistoleiro
Margarida assim findou. (ISTOÉ, 1983, p.35).



Figura 6 - Mainha matando uma mulher

Após ter sido preso pela primeira vez em 1988, Mainha passou a ser matéria constante nos jornais escritos e programas de televisão. Surgiram, até mesmo, dois cordéis de autoria do cordelista Guaipuan Vieira sobre a Mainha. No primeiro um há o reforço da imagem que sempre lhe é associada, a do “maior pistoleiro do Nordeste”, no segundo o autor escreveu uma espécie de carta que Mainha haveria feito justificando sua trajetória de vida.



Figura 7 - Capas de cordéis sobre a vida de Mainha

O cordel intitulado *Mainha, o maior pistoleiro do Nordeste* (1991), descreve os itinerários de Mainha a partir do título que lhe é conferido, o “Rei da pistolagem”.

Todo o sertão nordestino
 Assim como as capitais
 Têm uma marca sangrenta
 De assassinatos brutais
 Que mesmo o tempo querendo
 Não acabará jamais.

Estes crimes foram feitos
 Pelo rei da pistolagem
 Conhecido por Mainha
 Homem de cruel bagagem
 Pois descrevo sua história
 No mundo da bandidagem. (*Opus cit.*)

Outros fatos da vida de Mainha são identificados nesse cordel, por exemplo, seus pais, a cidade onde nasceu, o colégio em que estudou, sua passagem pelo Exército, sua fama de bom atirador, seu patrão, a vingança, as mortes que lhe são atribuídas e finaliza com sua prisão.

Mainha tomou ciência
 Da morte de seu patrão
 E a mando dos Diógenes
 Ligeiro entrou em ação
 Em menos de uma semana
 Ele fez a vingação.

Fez então uma chacina
 O perverso justiceiro
 Ex-prefeito e o capataz
 Domingos Silva Carneiro.

Mês depois do ocorrido
 Já na grande Fortaleza
 Matou Iran Nunes Brito
 Encerrando com certeza
 Seu contrato de vingança
 Que só promoveu tristeza. (*Opus cit.*)

O outro cordel de autoria de Vieira foi intitulado: *Carta de Mainha à sociedade* (1992). Neste, o autor diz ter recebido uma carta de Mainha responsabilizando a imprensa por tê-lo feito um pistoleiro e justificando seus crimes através da vingança. Embaixo a capa do cordel.

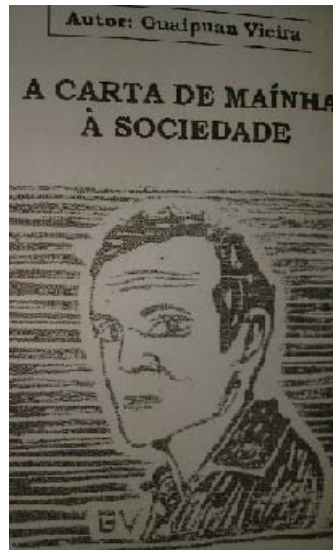


Figura 8 - Capa de cordel sobre Mainha

Eu nunca fui pistoleiro
 A todos posso provar
 Se matei foi por vingança
 Assunto particular
 Pistoleiro que eu saiba
 É pago para matar.

Mesmo assim a própria imprensa
 Que na minha casa andou
 Pesquisando a minha vida
 De tudo se inteirou
 Porém me deram uma fama
 Que só me prejudicou. (Opus. cit.).

No ano de 1999, a pistolagem no Ceará seria, mais uma vez, matéria de uma revista de circulação nacional. Desta vez fora a revista *Época*, de 18 de janeiro de 1999, e o nome da matéria foi: *Matadores. Eles contam cadáveres*. Entre os entrevistados de que a matéria tratava, não constava Mainha, mas seu tio Nilson Cunha¹¹ que faria sua segunda aparição em uma reportagem sobre crimes de pistolagem em uma revista (a primeira na *VEJA*, de 19/10/1977).

Nilson Cunha dizia na reportagem que quando novo gostava de andar com uma arma e “era muito bom de mira. Conseguia acertar em um cigarro a 10 metros de distância” (p.39), mas que só havia matado uma pessoa e fora para se defender. “É que eu virei uma lenda. Nem fui um pistoleiro de verdade” (p.39).

¹¹ Estive no final do ano de 2003 na casa de Nilson Cunha, a fim de entrevistá-lo. Conversamos bastante e tentei convencê-lo a gravar uma entrevista comigo. Contudo, após a reportagem da revista *Época* ele me disse que “cismara com essa história de entrevista”, disse que fora prejudicado com a exposição da revista e não aceitou gravar comigo uma entrevista. Também no dia em que lá estive um filho de Nilson foi terminantemente contra a possibilidade de realizarmos uma entrevista.



Figura 9 - Nilson Cunha, foto *Época*

A imagem de Mainha continua até os dias de hoje associada não só à pistolagem, mas, também a uma “tradição familiar” de pessoas que tiveram seus nomes associados ao crime de pistolagem.

No dia 03 de novembro de 2002, Mainha estava com 47 anos e havia sido beneficiado pela Justiça com o regime semi-aberto. Ele passava parte da semana em liberdade e aos finais de semana se recolhia na Colônia Agrícola do Amanari (localizada no Município de Maranguape, distante cerca de 30 km de Fortaleza). Nessa época ele foi novamente preso. Sua prisão ocorreu em uma manhã de domingo, quando participava com sua família do batizado de uma de suas filhas na localidade de Campos Belos, distrito do Município de Caridade (cerca de 100 km de Fortaleza). Essa prisão¹², como todos os fatos acontecidos na vida de Mainha, foi amplamente noticiada: “Pistoleiro abriu fogo contra a polícia. ‘Mainha’ preso durante tiroteio”, (*DIÁRIO DO NORDESTE*, 04/11/2002) e “Mainha volta à prisão”, (*O POVO*, 04/11/2002).

Quando a polícia lhe deu “voz de prisão”, Mainha correu e entrou na mata, vários tiros foram disparados e ele foi perseguido por um inspetor de polícia civil¹³. Os dois,

¹² O motivo desta prisão foi o cumprimento de uma ordem judicial vinda do Município de São Miguel, situado no Rio Grande do Norte. Naquele município Mainha foi condenado a 28 anos de prisão pelo assassinato de duas pessoas, fato este ocorrido no ano de 1978. Um dos dois assassinados foi um pistoleiro conhecido por “Joca de Cininha”, considerado “o mais famoso pistoleiro do Rio Grande do Norte”, segundo a *IstoÉ*, de 07/12/1983, p.33.

¹³ Em uma das entrevistas realizada com Mainha, ele relatou que reagira à prisão porque pensara que aqueles homens que surgiram logo após o batizado de sua filha de armas em punho, não eram policiais, mas pistoleiros querendo matar-lhe. E revelou que dias antes dois amigos dele haviam sido assassinados por pistoleiros e ele achava que os policiais poderiam ser os mesmos matadores dos seus amigos. “Eles não se identificaram e vieram correndo de armas em punho na minha direção. Eu vou pensar que é o que? Que eram bandidos e não a polícia.

segundo relatos de ambos e do delegado que comandou a “operação policial”, trocaram vários tiros no meio da mata sertaneja, até ficar frente a frente, o inspetor com a arma apontada para Mainha e este para aquele. Mainha se rende e após esse episódio ele vai para a cadeia pública da cidade de Maranguape.



Figura 10 - Mainha conduzido para delegacia (O Povo 04/11/2002)

Acima o momento em que Mainha era conduzido à Delegacia de Capturas, pelo inspetor de polícia civil que o prendera. Abaixo matéria no jornal noticiando a transferência dele para a cadeia da cidade de Maranguape. A partir daí Mainha permaneceria preso até outubro do ano de 2003.



Figura 11 - Mainha transferido para Cadeira de Maranguape (O Povo 24/11/2002)

Quando eu vi que era polícia, aí eu me rendi”. A versão do comissário que o prendeu depois de trocar tiros com ele (entrevistei-o no mesmo período) é semelhante, apenas diferindo sobre o fato de Mainha não saber que era a polícia. O delegado que comandou aquela prisão também afirmara que Mainha sabia que se tratava da polícia. O ponto de vista dos delegados que o capturaram pela primeira vez Mainha é de que ele, hoje em dia, não reagiria mais a uma prisão, um deles disse-me: “Basta passar um telefonema para ele dizendo, ‘olha Mainha, você está preso, venha aqui na delegacia’, e ele vem”.

Iniciei o curso de Doutorado em Sociologia no ano de 2003, contudo antes mesmo eu já desenvolvia interesse em pesquisar sobre a pistolagem e, logo, havia começado a formar arquivos referentes aos casos que ocorriam de crimes de pistolagem no Estado do Ceará. Cada vez que eu manifestava interesse em entrevistar um pistoleiro me era sugerido o nome de Mainha.

Mainha sempre foi para os cearenses de modo geral¹⁴, a referência em matéria de crimes de pistolagem. As pessoas quando tomavam conhecimento que eu estava iniciando um trabalho de pesquisa sobre crimes de pistolagem me indagavam: “Já entrevistou Mainha?”, ou de forma mais incisiva: “Você já entrevistou o mito da pistolagem, Idelfonso Maia da Cunha, o Mainha?” (anotações de campo).

Decidi entrevistá-lo logo no início do Doutorado. Estive com ele alguns meses após a sua transferência para a cadeia de Maranguape. Pedi-lhe para registrar em foto aquele nosso primeiro encontro. Antes mesmo que ele me respondesse, fiz a foto abaixo.



Figura 12 - Primeira foto que fiz de Mainha

Ele não gostou do fato de ter sido fotografado, me advertiu que já existiam muitas fotos sua na imprensa. Percebi que ele não gostava da imprensa, não gostava de repórteres e nem muito menos de fotógrafos. “A imprensa foi quem me fez pistoleiro”, ele repetiria

¹⁴ Mesmo fora do Ceará, o nome Mainha ligado à pistolagem, ainda hoje é lembrado por policiais, pesquisadores que trabalham com a violência no Nordeste ou por outras pessoas indistintamente. Tive essa experiência quando participei da CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste, na Câmara dos Deputados. Vários deputados e senadores de estados diferentes diziam ter ouvido falar de um grande pistoleiro cearense e citavam o nome de Mainha. Em França, também encontrei pessoas, entre franceses e brasileiros que lá residem, que têm como referência, em matéria de pistolagem, o nome de Mainha. Recordo-me de que, estando em Paris para ir à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), encontrei um brasileiro de Alagoas e duas brasileiras da Bahia e ambos comentaram que ouviram falar através da imprensa de Mainha, como o maior pistoleiro do Brasil. Também, quando conversei com algumas pessoas de diferentes áreas de trabalho (advogados, sociólogos, historiadores etc.) de outros estados do Brasil, sempre o nome de Mainha surgia.

durante os cinco anos em que estive em contato mais permanente com ele (anotação de campo).

Logo nos primeiros meses em que estive na cadeia de Maranguape, gravei um depoimento que representou, a meu ver, todo o percurso de entrevistas que eu faria com ele daquele ano de 2003 até o presente ano de 2008:

Eu quando saio de casa eu penso que posso sair e não voltar. Posso ser assassinado. Mas eu procuro meus cuidados. Procuro ir por um canto e voltar por outro. Tenho as orações fortes e meu São Jorge Guerreiro que me protegem. Também se *o cabra* não me matar, eu mato ele. Muitos já foram me matar e não voltaram mais. Eu sempre ando pensando em crime. Não é que eu vá cometer, mas alguém pode vir me matar. A morte está sempre me arrodando. Eu ando com a morte nos olhos. (Entrevista realizada em 07/04/2003).

A frase “ando com a morte nos olhos” me impressionou naquela época e continuaria a me chamar atenção durante toda a pesquisa, porque, de certa forma, ela se repetiria nos relatos de outros entrevistados. Recordo-me de, pelo menos, dois exemplos. O primeiro ocorreu na ocasião em que estive na sede da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV)¹⁵, com o objetivo de entrevistar Cintia Ferreira Gomes (nome real), que teve seu pai, que fora ex-prefeito de um Município cearense, vítima de crime de pistolagem.

Naquela ocasião ela me falou a seguinte frase, “Eu lido constantemente com a morte, eu não tenho medo da morte, mas lido constantemente com ela. Vivo a morte do meu pai. Ela está ali, diante dos meus olhos todos os dias” (Entrevista realizada em 05/05/2004). O segundo exemplo, o retirei de uma entrevista que fiz a Zilda (nome fictício), que escapou de um atentado feito por dois pistoleiros. Em determinado momento de sua entrevista ela relatou, “Eu escapei, mas posso dizer que a visão daqueles pistoleiros, para mim, era visão da morte que não sai da minha cabeça. Vi a morte de perto” (Entrevista realizada em 20/08/2004).

Fui dando-me conta do sentido da frase de Mainha, do sentimento de “estar com a morte diante dos olhos” e como ela – a morte – era presente e estava incorporada, de uma forma ou de outra, nos relatos de todos aqueles os quais entrevistei e conversei. Não era uma vaga idéia da morte que Mainha tem diante de si, mas o crime de morte protagonizado por pistoleiros. Cintia tem a visão do seu pai morto por pistoleiros, Zilda, por sua vez, sobreviveu ao atentado realizado por pistoleiros, os viu tentando matá-la. Todas as falas dessas pessoas estão, cada uma a sua maneira, representadas naquela frase proferida por Mainha. Ao

¹⁵ A APAVV é uma organização não governamental, que foi criada em maio de 1999, e tem a finalidade de apoiar, orientar, assistir e assessorar parentes e amigos de vítimas e vítimas da violência no Ceará.

entrevistar policiais, juízes, promotores, mandantes de crimes de pistolagem, traficantes de armas de fogo, enfim, durante todos os percursos empreendidos nesta pesquisa, em que busquei compreender os itinerários dos matadores de aluguel, a frase de Mainha voltava a fazer sentido. Todos esses personagens tinham, dentro de suas experiências particulares e profissionais, a “morte diante dos olhos”.

Não poderia ser outro o título deste trabalho e não poderia estar outra pessoa na capa desta tese¹⁶, se não o próprio autor da frase e da idéia. Portanto, se pouco antes de iniciar o Doutorado eu já havia entrevistado Mainha, durante o curso passei a ter uma maior proximidade, a me fazer mais presente para tentar entender sua história e as histórias que se relacionavam com a sua.

Depois que iniciei as entrevistas com Mainha as indagações que as pessoas me faziam eram outras, “Como é o Mainha?”, “Você não tem medo dele?” ou “Ele matou mais de 100 pessoas mesmo?” entre outras perguntas. Outras pessoas quando sabiam que eu o estava entrevistando, traziam-me histórias sobre ele. Diziam que ele intervirá em favor de reféns durante uma rebelião no presídio Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), localizado em Aquiraz a 30 km de Fortaleza, que ele salvara a vida de um e de outro, que ele ajudara a desvendar um crime de pistolagem, etc. Alguns dessas histórias eu lhe indagava se eram verdadeiras ou não e algumas faziam sentido; outras não.

Uma dessas histórias é contada de forma anedótica. Contam que uma moça havia namorado um rapaz que a engravidou. O rapaz quando soube que a moça estava grávida, fugiu, não assumindo nem a paternidade nem se casando com a moça que ficou “desonrada”. Acontece que a moça era filha de um compadre de Mainha e aquele lhe pediu que “intercedesse” junto ao rapaz. Dizem que Mainha pegou uma foto do rapaz e foi procurá-lo e o achou. O rapaz estava distraído, não percebeu sua aproximação. Mainha bateu em seu ombro e lhe perguntou: “Mas rapaz, você vai se casar e nem me convidou?” e dizem que o rapaz lhe respondeu assustado: “Seu Mainha, é porque os convites estão na gráfica” (anotações de campo). Perguntei a Mainha sobre a veracidade dessa história e ele disse-me

¹⁶ A capa desta tese foi trabalho de um artista cearense chamado Audifax Rios. Ela foi feita no ano de 2007. Ele criou-a a partir da primeira foto que fiz do rosto de Mainha. Destacou seu olhar, baseando-se no título da Tese, e, em torno da foto ele inseriu, de acordo com sua convicção e licenciosidade artística, alguns signos que constituem o universo do pistoleiro. Uma arma antiga, que está ao lado da foto e sustenta uma espécie de balança em que o prato é um olho, que tem ao centro uma caveira. Do lado oposto o olho, um pássaro sobrevoa sobre a cabeça do personagem da foto, representando, segundo o artista, a esperança, mas do seu bico cai uma gota de sangue. O sol está atrás do pássaro, iluminando sua trajetória. A palavra “morte” tem a letra “t” feita na forma de uma cruz.

que foi “mais ou menos assim”, mas que, inclusive, ele é o padrinho no casamento do rapaz com a moça.

O envolvimento de Mainha com esta pesquisa teve, a meu ver, uma motivação óbvia, fundada em um desejo pessoal de revelar de modo mais abrangente, sua versão sobre seu próprio itinerário de vida. Através da minha pesquisa, Mainha viu a possibilidade de alargar seu universo narrativo, fazer chegar às mais diversas pessoas e instâncias os seus relatos.

Porém, foi, sobretudo, por meio dos relatos de Mainha que pude compreender mais o universo social do pistoleiro, aprender os termos empregados por eles, identificar suas crenças, conhecer mais sobre esse mundo que me era tão estranho, o mundo das armas, o mundo dos homens que se dizem de honra, suas dimensões afetivas, o que eles privilegiam, como matam e por que matam, enfim, foi através de Mainha que obtive a oportunidade de empreender os mergulhos mais profundos no mundo social da pistolagem e do pistoleiro.

Entrevistei também mandantes de crimes de pistolagem, pistoleiros, agenciadores, traficantes de armas de fogo, policiais, parentes de vítimas de pistolagem e, inclusive uma pessoa que escapou de um atentado praticado por dois pistoleiros.

O personagem pistoleiro é chamado, também, hoje em dia, por meio de outros nomes. Dos que tive a oportunidade de ouvir na pesquisa, convencionei que, neste trabalho, haverá momentos em que o chamarei por “pistoleiros”, “matadores” ou ainda “matadores de aluguel”.

Para este trabalho, enfim, vasculhei documentos e, sobretudo, memórias, pois “Somos aquilo de que nos lembramos” (FENTRESS, 1992:20) e o principal esforço dessa tese foi, justamente, como escreveu Márquez (2003:13), “Recompor, com tantos estilhaços dispersos, o espelho quebrado da memória”.

1 O PERCURSO METODOLÓGICO

“O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado* do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência)”. (BOURDIEU, 2002b:184).

Este trabalho é elaborado com respaldo nas narrativas de pessoas que tiveram, direta ou indiretamente, contato com o crime de pistolagem e ou com pistoleiros no Estado do Ceará. Basicamente, trata-se de reconstituir, recontar e comentar as histórias dessas pessoas que ouvi durante o percurso de campo.

Estas histórias têm autores e atores distintos e se passam, geralmente, em planos igualmente diferentes, contudo, são todas comunicantes. Todas as histórias aqui analisadas gravitam ao redor de um mesmo eixo, a pistolagem. É com esta que todas elas se cruzam, é com a pistolagem que todos os envolvidos neste trabalho dialogam. Todas as pessoas que entrevistei, conversei, estiveram, direta ou indiretamente, com “a morte diante de seus olhos”.

O percurso etnográfico estabelecido como meta investigativa é feito em forma de relato autoral, “empreendimento dialógico”, de acordo com Clifford (1998:215), do qual participam tanto o pesquisador, como “autor”, quanto seus interlocutores narradores¹⁷, ao se situarem em campo como agentes envolvidos em um mesmo processo coletivo de rememoração, reinterpretação e recriação de histórias, em múltiplos níveis, com base elementar comum.

Aqui proponho abrir um espaço para tratar do papel e da importância do informante/interlocutor na pesquisa de campo. Questiona e responde Geertz (1989:30): “O que faz o etnógrafo? – ele escreve”. O que o etnógrafo escreve (ou inscreve¹⁸) é, acompanhando a questão levantada por Geertz, um discurso social de que ele não é o autor e que só tem acesso a pequenas partes marginais desse discurso por meio de seus informantes.

¹⁷ Oliveira (2000:23) prefere o termo interlocutor a informante. O informante é aquele com o qual o pesquisador “não cria condições de efetivo diálogo”, ao passo que o transformando em interlocutor, dar-se-á uma “relação dialógica” metodologicamente benéfica à relação pesquisador/interlocutor. Caratini (2004:51) prefere utilizar os termos informador/mediador.

¹⁸ Sobre a inscrição, ou descrição densa, ver Geertz (1989:36).

Como diz Geertz (2000:89), o etnógrafo não é capaz de notar o que os informantes¹⁹ percebem:

A meu ver, o etnógrafo não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “com que”, ou “por meios de que”, ou “através de que” (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cegos, que, por sinal, são mais observadores que parecem, quem tem um olho não é rei, é um espectador.

Somente nossos informantes têm acesso ao conhecimento em “primeira mão”, de “experiência próxima” (*Opus cit.*: p. 87-8). Ao pesquisador cabe um conhecimento de “segunda ou terceira mão”, de “experiência distante”. (*Opus cit.*: p. 87-8).

Em se tratando, de forma superveniente, de narrativas das histórias de vida, levei em consideração, primeiro, o fato de que meus informantes (que foram, muitas vezes, os narradores) foram autores, atores e intérpretes do “texto cultural” cujos significados eu procurava interpretar; ou seja, minha interpretação foi uma interpretação de uma interpretação. O pesquisador, autor do texto etnográfico, na realidade, compartilha essa autoria com os “intérpretes originais”, com aqueles que partilharam com o pesquisador suas memórias, sofrimentos, ressentimentos, rancores, enfim, suas vidas. O resultado final é um texto etnográfico compartilhado a várias mãos, a várias perspectivas, onde autor e co-autor textual partilham uma esfera tornada comum, o mesmo “chão” de fatos, eventos, impressões múltiplas, de recordações e sentimentos.

O informante relator de histórias me repassou, nas entrelinhas destas, toda uma carga emocional que poderá, de vez em quando, refletir no texto, na pesquisa, tomando as palavras de Velho (1989:57):

...meu texto não é o que se costuma designar de científico, na medida em que há uma interferência emocional que assumo como legítima [...] Ainda mais, que a minha própria emoção não chega propriamente a ser domesticada, havendo tentativas de organizá-la, em nome de um mínimo de clareza de exposição.

Meus informantes, em suas histórias de vida (que prefiro complementar com, também, histórias de mortes), foram co-responsáveis (mais essa co-autoria) por essa enxurrada emocional que com certeza permeia e, até mesmo, inunda este trabalho.

¹⁹ A posição sócio-epistemológica atual é não ver mais o homem comum como um objeto a observar, mas como um informante mais bem informado que o sociólogo que o interroga. Segundo Bertaux, (1980:219): “Traiter l’homme ordinaire non plus comme un objet à observer, à mesurer, mais comme un informateur, et par définition comme un informateur mieux informer que le sociologue qui l’interroge, c’est remettre en question notre monopole institutionnel sur le savoir sociologique, et c’est abandonner la prétention de la sociologie à devenir une science exacte”.

Seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam, parafraseando Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica. E tudo indica que tal intrusão da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa antropológica, é um dado sistemático da situação (DAMATTA, 1978:7).

Em linhas gerais, é o caminho que percorri, ouvindo histórias e as interpretando, ressignificando-as, rearticulando-as na tentativa de estabelecer um itinerário repleto das vidas e das mortes que ouvi contar, que li e que vi através do olhar abissal nos olhos do outro. As páginas à frente tentarão dar conta de várias camadas de significados que me foram passadas nas narrativas, mesmo julgando, desde já, impossível a tarefa de dar conta de tudo o que me foi passado e, mais importante ainda, da maneira como me foi expresso.

Se o sentimento e a emoção, no entanto, me balançaram durante minhas idas e vindas ao campo, em que ouvi e vi bem mais do que pude descrever, em que um turbilhão de situações, muitas vezes, me arrebatou, e em que, por fim, tive que atuar em outros papéis sociais, além do de pesquisador, isso decorre, como explica DaMatta (1993:169), da “situação etnográfica não é realizada num vazio e que, tanto lá quanto aqui, se pode ouvir os *anthropological blues!*”²⁰

Estudar “o próximo, o vizinho, o amigo”, como afirma Velho e Kuschnir (2003:15), “já não é um empreendimento excepcional”. No trabalho de campo, DaMatta (1993:157) sugere a seguinte fórmula para quem fará pesquisas na seara da sua sociedade: “Transformar o familiar em exótico”, explicando o que ele entende por exótico é “um elemento situado fora do meu mundo diário”, (*Opus cit.*: p. 159).

Velho (1980:15-6), por sua vez, chama a atenção para a idéia de que “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos”.

Minha escolha em trabalhar a pistolagem nos limites traçados por uma fronteira geográfica – o Ceará – se por um lado significou não ultrapassar essa cartografia, de outra parte, significou viajar²¹ muito além do meu “chão” sociocultural.

²⁰ Esta expressão é uma crítica que DaMatta faz aos aspectos da pesquisa que são tomados, por alguns etnólogos, como “anedóticos” e até mesmo “românticos”, e que, ao contrário, segundo ele, são uma das partes importantes do trabalho de campo, em que o pesquisador se depara com os “aspectos extraordinários, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano”.

²¹ Retiro das minhas recordações dos seminários do professor Laplantine, na *Faculté d'Anthropologie et de Sociologie*, em Lyon 2, que ele sempre lembrava e exortava a todo antropólogo a se deslocar, a viajar, para

Em uma longa seqüência entre idas e vindas ao interior do Estado, às prisões, delegacias de polícia, fazendas, vaquejadas, em resumo, a todos os locais onde estive a sensação era de que tudo se passava muito longe de mim, apesar de estar tão perto, a impressão era a de penetrar em um lugar que se situava a milhares de quilômetros dos meus referenciais de vida, ou que fazia parte de um tempo perdido no passado e que eu o havia redescoberto.

Esse tempo redescoberto lembra aquilo que Foucault (1999:287) classificou do “direito de espada”, em que, no século XIX, o soberano tinha o “direito de vida e de morte” sobre seus súditos. Aqui no Ceará seria uma espécie de “direito”, só que direito de mandar matar e de matar.

Praticamente todas as semanas eu lia e assistia nos noticiários locais matérias sobre ocorrência de crimes de pistolagem. É algo corrente, naturalizado por alguns, mas não por mim.

Ouvi diversos relatos de matadores de aluguel. Em alguns deles foi dito com riqueza o modo como foram assassinadas pessoas. Vi sorrisos prazerosos em muitas dessas narrativas; conversei com pessoas que haviam mandado matar até familiares e por motivos mais variados; escutei pistoleiros dizer que receberam quantias significativas, bens materiais valiosos e outro matador de aluguel, que recebeu um aparelho de celular usado para matar uma mulher.

1.1 O uso de relatos orais

As primeiras utilizações de histórias de vida em Ciências Sociais ocorrem na década de 1920, pela Escola de Chicago, que se tornou conhecida por estudos sobre criminalidade, desvio e delinqüência juvenil.

Centrada nas pesquisas voltadas para o comportamento humano no meio urbano, a Escola de Chicago assumiu uma postura metodológica de priorizar a análise do indivíduo, a pesquisa empírica, a Sociologia Qualitativa e a observação minuciosa das interações dos

observar uma cultura que não é a dele. Dizia Laplantine que o antropólogo deveria era saber promover uma análise etnográfica e, em sabendo, ele poderia aplicá-la no próprio âmbito do espaço geográfico onde nascera.

indivíduos dentro do tecido social e as diversas interpretações que esses atores têm dessas interações e que “transparecem” durante os relatos orais.

Sobre esse viés interacionista simbólico²², Blumer (1969 apud COULON, 1992:94) enfatiza que o pesquisador tem que entrar no papel do ator e ver seu mundo do ponto de vista dele (ator social), pois, “o ator age no mundo em função do modo que ele vê não da forma que aparece a um observador estrangeiro” (tradução livre²³). Dentro dessa mesma discussão, Becker (1994:103):

Para entender por que alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem par si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidades. Das subculturas delinqüentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores.

Ainda Becker, em seu prefácio ao livro de Clifford Shaw, *The Jack-Roller: a delinquent boy's own story* (1966:xv-xvi) – “uma das obras mais célebre de toda escola de Chicago” (COULON, *opus cit.*: p.64, tradução livre)²⁴, em que Shaw faz um estudo de caso a respeito de um jovem delinqüente chamado Stanley e sobre quem Shaw escreve a autobiografia a partir de relatos orais – enfatiza que se colocando na pele de Stanley, podemos entender o delinqüente desde o ponto de vista deste²⁵:

²² Segundo Coulon (1992:13), o interacionismo simbólico influenciou profundamente a Sociologia de Chicago, e teve sua raiz no pragmatismo de John Dewey, inaugurado por Charles Peirce e William James, mas que foi desenvolvido, principalmente, por Mead. Como seu nome o indica, o interacionismo simbólico ressalta a natureza simbólica da vida social: as significações sociais devem ser consideradas como “produzidas pelas atividades interagentes dos atores” (BLUMER, 1969, p. 5). Isso implica para o observador que se propõem compreender e analisar essas significações que ele adote uma atitude metodológica que autorize esta análise. O pesquisador só terá acesso a esses fenômenos privados, que são produções sociais significantes dos atores, se ele participar igualmente a um ator, no mundo que ele se propõem estudar (tradução livre).

²³ O texto no original e integral: “Il faut prendre le rôle de l'acteur et voir son monde de son point de vue. Cette approche méthodologique contraste avec la soi-disant approche objective, si dominante aujourd'hui, qui voit l'acteur et son action depouis la perspective d'un observateur détaché et extérieur (...) L'acteur agit dans le monde en fonction de la façon dont il le voit e non dont il apparaîtrait à un observateur étranger”.

²⁴ Texto no original: “L'un des ouvrages les plus célèbres de toute l'École de Chicago est sans doute celui que Clifford Shaw consacre au cas de Stanley, jeune délinquant de seize ans, qu'il fréquente régulièrement pedant six ans et qu'il incite à écrire un récit autobiographique dans lequel Stanley raconte les circonstances pratiques dans lesquelles il est devenu un délinquant, ainsi que sa « carrière » de délinquant”.

²⁵ Texto lido: ...by putting ourselves into Stanley skin, we can feel and become aware of the deep biases about such people that ordinarily permeate our thinking and shape the kinds of problems we investigate. By truly entering into Stanley's life, we can begin to see what we take for granted (and ought not to) in designing our research - what kinds of assumptions about delinquents, slums, and Poles are embedded in the way we set the questions we study. Stanley's story allows us, if we want to take advantage of it, to begin to ask questions about delinquency from the point of view of the delinquent. If we take Stanley seriously, as his story must impel us to do, we might well raise a series of questions that have been relatively little studied - questions about the people who deal with delinquents, the tactics they use, their suppositions about the world, and the constraints and pressures they are subject to.

.... nos colocando no lugar (na pele) de Stanley, nós podemos sentir e tornar-se cientes das polarizações profundas sobre tais pessoas que permeiam normalmente nosso pensar e damos forma aos tipos dos problemas que nós investigamos. Verdadeiramente entrando na vida de Stanley, nós podemos ver o que nós tomamos como garantido em projetar nossa pesquisa – que tipos de suposições sobre delinquentes, favelas e Poloneses são encaixados na maneira que nós ajustamos as perguntas que nós estudamos. A história de Stanley nos possibilita, se quisermos tirar vantagens em posicionar perguntas sobre a delinqüência do ponto de vista do delinqüente. Se nós levarmos Stanley seriamente, da forma como sua história nos impele, podemos levantar uma série de perguntas que foram estudadas relativamente pouco – perguntas sobre as pessoas que tratam dos delinqüentes, as táticas que usam, suas suposições sobre o mundo, e os confinamentos e as pressões a que são sujeitas. (SHAW, 1966. Tradução livre).

Na Escola de Chicago, trilharam caminho semelhante para citar apenas dois exemplos, John Ladesco, que trabalhou com histórias de vidas de *gangsters*, e Edwin Sutherland, que constitui sua pesquisa sobre ladrões “profissionais”, com supedâneo nos relatos orais de um ladrão “profissional”²⁶.

Neste trabalho, entre as fontes de que me vali (processos judiciais, inquéritos policiais, arquivos particulares, fontes hemerográficas), privilegiei os relatos orais de histórias de vida, como fonte que me permitiram obter um conhecimento mais detalhado da interação dos processos mentais individuais e as relações sociais.

As histórias de vida me permitiram, por exemplo, ler e analisar o pistoleiro, não tão só como os “outros” o vêm, mas, também, como ele se vê. O pistoleiro se apresentava nas categorias de pai de família, homem corajoso, valente, temente a Deus. Resumidamente, as histórias de vida me possibilitaram compreender como distintos planos da realidade, como múltiplas dimensões do real, em seus mais variados sentidos, vivem juntos dentro de um mesmo indivíduo (MORIN, 1997:329).

Cada informante/narrador, tomado como um arquivo onde os registros de vida estão a todo tempo sendo selecionados, reclassificados, ressignificados, recalcados e redefinidos, sofrem daquilo que Derrida chamou de “mal de arquivo”, (2001). Não podemos tomar as histórias de vida como “realidades estocadas” que nos dariam uma sensação do retorno à origem dos fatos narrados. As narrativas não nos servem como restituídas de um tempo perdido. O arquivo “não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, via e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória” (*Opus cit.:* p. 22).

²⁶ Ver, sobre a Escola de Chicago, Coulon (1992) e Joseph; Grafmeyer (2004).

Ora, toda classificação ou catalogação, seja de livros, selos ou histórias, é, antes de tudo, um exercício seletivo do poder. E é aí, exercitando o poder selecionador, que nos relatos são fabricados “anjos” e “demônios”, heróis e bandidos; “crimes hediondos” são transformados em vingança, em que o “sangue frio” do matador pago se torna o “sangue quente” do vingador, e alguns fatos são esquecidos ou colocados debaixo do tapete da história, outros lembrados e outros, ainda, realçados como velhas medalhas que são lustradas, a fim de fazer retornar o brilho que o tempo apagou. Nesse sentido, é válido trazer aqui um trecho da fala de Darnton (1986:249):

Um livro colocado no lugar errado da prateleira pode desaparecer para sempre. Um inimigo definido como menos do que humano pode ser aniquilado. Toda ação social flui através de fronteiras determinadas por esquemas de classificação, tenham ou não uma elaboração tão explícita quanto a de catálogos de bibliotecas, organogramas e departamentos universitários.

Já expressei que iniciei minhas pesquisas no ano de 2002²⁷. Em princípio, fiz uma grande coleta de “todo” o material publicado disponível sobre crimes de pistolagem e pistoleiro. Em meu recorte metodológico, precisei que a minha procura dessas fontes se restringiria aos casos de crimes de pistolagem ou aos eventos em que houvesse fortes suspeitas de terem sido crimes dessa natureza, porém, desde que ocorridos nos limites geográficos do Estado do Ceará.

Meu percurso arquivaral iniciou-se pela Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Lá vasculhei jornais (periódicos ainda em circulação e outras que já saíram de circulação). De lá passei para os arquivos de dois principais jornais locais, O Povo e Diário do Nordeste.

Consultei, em seguida, antigos processos judiciais e inquéritos policiais no Arquivo Público Estadual do Ceará e as mesmas fontes, só que mais recente, a partir de 1995, no arquivo do Fórum Clovis Beviláqua.

Percebi que se encontram, com certa facilidade, “notícias” de crimes dessa natureza em jornais, inquéritos e processos. Quando se passa para o campo das obras ficcionais (literatura ou cinema), porém, ou mesmo os trabalhos acadêmicos, e cinema documentário, não se apresentam tantas as fontes. Como trabalhos acadêmicos, existem três livros, que se encontram na bibliografia deste trabalho e com os quais travo diálogo durante esta tese.

²⁷ Ingressei no Doutorado no ano de 2003, porém, conforme já mencionei na Introdução desta tese, dei início às pesquisas no ano anterior, em 2002.

Na literatura nacional, li obras que falavam sobre o cangaço²⁸, jagunços, cabras, sobre o sertão, e poucas que tratavam diretamente sobre o personagem pistoleiro. Encontrei três cordéis que falavam diretamente sobre pistolagem. Dois são citados neste trabalho, pois foram escritos baseados nas trajetórias de Mainha o outro menciona na bibliografia. Li, também alguns romances, sobretudo os intitulados de “romances regionalistas” ou “romance de 30”²⁹. No cinema também encontrei poucos títulos disponibilizados entre obras de ficção e documentário.

Fiz consultas, ainda, a duas pesquisas realizadas pela APAVV, consultei os arquivos da Academia Cearense de Letras (ACL) e do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará (IHAC), além de ter-me sido disponibilizada a pesquisa em alguns arquivos particulares de policiais, ex-policiais e jornalistas.

Também foram consultados alguns exemplares de revistas de circulação nacional que abordaram os crimes de pistolagem no Ceará, algumas edições das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

No período em que cumpri missão de estudos na *l'Université Lumière Lyon 2*, em França, pesquisei sobre conflitualidades, crimes de vingança em culturas mediterrâneas, sempre nas abordagens antropológicas e sociológicas, tanto no Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques (CREA), ligada à *Faculté d'Anthropologie et de Sociologie* quanto na biblioteca da *l'Université Lumière Lyon 2*.

Adicionadas a todas essas fontes, foram consultadas a legislação penal e a Constituição Federal brasileira, no que concerne ao Direito Penal.

²⁸ Formei, durante minhas pesquisas, uma biblioteca e uma filmoteca sobre temas relacionados ao cangaço. Conversei com alguns pesquisadores do tema e, também, entrevistei um ex-cangaceiro do bando de Lampião, conhecido por “Moreno”. Estas aproximações foram tentativas de compreender de forma “transversal”, algumas categorias que são presentes, tanto no cangaço quanto na pistolagem. Por exemplo, a “valentia”, “honra”, “lealdade” etc.

²⁹ Romances que se basearam em costumes e tradições regionais, com uso da linguagem local e de concepção realista.

1.2 Itinerários de campo³⁰

Segundo Augé (1999:12), falar de itinerário “significa falar da partida, da estadia e do retorno, mesmo que se deva entender que houve várias partidas, que a estada foi viagem também e que o retorno nunca foi definitivo”.

Todas as etapas da pesquisa de campo foram importantes, inclusive os percursos que fiz nas diversas idas e os mesmos que refiz nos incontáveis retornos. Tudo constituiu etapas do trabalho de campo, embora nem tudo possa estar nesta tese, por questões metodológicas e por ser necessário um tempo maior para fazer a construção dessa casa-tese, e que o tempo acadêmico não permite.

“O ofício do etnógrafo”, continuando com o pensamento de Augé (*Opus cit.*: p. 41), “pode dar a impressão de que não se termina de voltar e de partir e, como os mosqueteiros de Alexandre Dumas, me parece esgrimir depois de tanto tempo contra os mesmos fantasmas”.

Valorizei o olhar etnográfico sobre a pesquisa, uma percepção, um saber sobre o outro, um saber que mobiliza a sensibilidade, os gestos, os sons, os sentidos e os sentimentos, um olhar que me permitiu explorar os discursos, narrativas, histórias de vidas e de mortes, as significações, o universo simbólico dessas pessoas que estiveram com a morte diante dos olhos.

Em resumo, a perspectiva etnográfica empreendida, é um olhar observador, construtor e transformador, conforme diz Laplantine (1996:18): “Construímos o que observamos, à medida que o que observamos nos constitui nos afeta e termina nos transforma”. (Tradução livre³¹).

À operação cognitiva do olhar somou-se outra, o ato de escutar. Durante a trajetória de pesquisa, foi de fundamental importância aquilo que Bourdieu (1999a:695) chamou de “escuta ativa e metódica”; ou seja, procurando amenizar a “violência simbólica”, imanente à condição da entrevista, eu quase sempre iniciava com perguntas distantes do foco

³⁰ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 4.2, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha, que me autorizou a utilização.

³¹ Texto no original: “Nous construisons ce que nous regardons à mesure que ce que nous regardons nous constitue, nous affect et finit par nous transformer”.

central da entrevista, escutava bastante, incentivava à continuidade das histórias e, após um período, entrava nas questões centrais.

Observar e escutar para compreender. Todas essas categorias cognitivas já estavam previamente disciplinadas, com suas constituições acadêmicas e culturais, em uma abordagem qualitativa, pois, lembrando Evans-Pritchard, (2005:244) “... o que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele”.

Em todas as etapas da pesquisa de campo, utilizei-me de alguns materiais para registrar as observações feitas no percurso. Foram eles: bloco de anotações ou caderno, gravador portátil, máquina fotográfica, filmadora e *laptop*. Estes últimos recursos tecnológicos foram utilizados com frequência na coleta dos relatos orais de Mainha, tanto na cadeia de Maranguape, quanto em sua residência. Os demais fizeram parte de todas as demais entrevistas.

O fato de ser, ao mesmo tempo, doutorando e pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC), pertencente, pois, ao campo acadêmico, e ainda, pessoalmente advogado, pertencente ao campo jurídico, trouxe-me uma ambigüidade de tratamentos e comportamentos em relação aos meus informantes.

A condição de advogado franqueou-me, com maior facilidade, o trânsito entre diferentes lugares e pessoas, além de dar-me amplo acesso ao mundo das relações jurídicas³² e policiais³³. Havia situações em que a identidade de pesquisador não me facultava o ingresso, a aproximação ou a participação em determinado lugar, e aí entrava a identidade de advogado. Um exemplo prático e recorrente era o tratamento nos presídios e cadeias.

Recordo-me que, uma vez, estava em um presídio portando uma autorização judicial para entrevistar um pistoleiro que se encontrava preso. Mesmo assim, porém, os policiais militares queriam impedir-me de falar com o detento, sob o pretexto de que não era seguro levá-lo ao parlatório, pois achavam o preso muito perigoso³⁴. Percebi que a questão suscitada pelos policiais não procedia, pois eles eram cinco homens fortemente armados e o que ocorria naquela situação era má-vontade de cumprir aquela ordem judicial. Foi depois que

³² Quando me refiro a relações jurídicas, ponho no mesmo lugar: juízes, promotores, procuradores, advogados e serventuários da Justiça.

³³ Quando me refiro a relações policiais, situo no mesmo nível: delegados de polícia (civil e federal), policiais civis, militares e federais e agentes penitenciários.

³⁴ A regra existente nos presídios é: quem tira o preso da cela é o agente penitenciário, contudo, quem é o responsável pelo recluso após sua retirada da cela são os policiais militares.

lhes disse que medidas legais eu tomaria contra eles um deles me perguntou: “Ah, o senhor é advogado? Então vamos tirar o homem para o senhor falar com ele”.

Essa não foi uma situação isolada. Várias outras ocorreram semelhantemente. Ainda outro exemplo: cada vez que me dirigia a um presídio, fazia questão de constar na minha autorização o rol de objetos que eu poderia levar para o parlatório, que eram: bloco de anotações, canetas, gravador e fitas cassete e uma máquina fotográfica. Nem sempre, no entanto, os agentes penitenciários queriam me deixar entrar com o material autorizado por escrito, quer fosse por um juiz de Direito ou pelo representante da Coordenação do Sistema Penitenciário (COSIPE). Uma vez disseram que eu não poderia entrar em um presídio com uma máquina fotográfica ou uma câmera de filmagem, pois não era permitido. Mostrei-lhes a autorização e em seguida disse-lhes quais medidas jurídico-administrativas tomaria em razão daquele ato deles. Aí vinha a tradicional pergunta: “Ah, o senhor é advogado? Então pode entrar” (anotações de campo).

O que também constatei, contudo, foi que, algumas vezes, o personagem advogado é percebido com desconfiança, como alguém que, através do conhecimento técnico das regras do jogo do campo jurídico, as utilizasse em proveito próprio e em detrimento dos que não sabem e nem podem, portanto, jogar.

Além do mais, o advogado também poderá ser visto como aquele que distorce as versões, adequando-as consoante as diversas conveniências; ou, ainda, ele poderá ser percebido como alguém que, no lugar de fazer uma entrevista, fará uma inquirição, do modo como um policial procede com alguém acusado de fato criminoso.

A mesma desconfiança com que é notado o advogado é, *mutatis mutandis*, percebido o profissional de imprensa. Se o advogado pode usar do saber técnico em seu proveito, o jornalista pode fazer no que concerne à informação, por meio da palavra. Percebi no meu campo de pesquisa. Quando alguns dos meus entrevistados viam o gravador, mesmo que eu tivesse anteriormente conversado com eles a respeito da minha condição de pesquisador da UFC, eles me indagavam: “O senhor é da imprensa? Se for eu não tenho nada a falar com o senhor”, ou ainda: “O que a gente conversar aqui vai sair no jornal? Se for eu não quero conversar nada” (anotações de campo).

Muitos dos meus entrevistados foram conscientizados de minha condição de pesquisador e não de repórter, por seus próprios amigos. Explicando melhor, refiro-me às entrevistas, conforme veremos ao longo da tese, realizadas graças a “pedidos” de pessoas

próximas aos entrevistados ou que tinham certa “influência” sobre eles. Isso não evitou o olhar de desconfiança que a maior parte deles me dirigia.

Recordo-me de que, após aproximadamente um mês que eu entrevistava assiduamente Mainha na cadeia pública da cidade de Maranguape, um dia resolvi levar um bolo, tanto para ser agradável com o entrevistado, quanto para merendamos. Afinal de contas, eu passava os dois turnos do dia (manhã e tarde) na cadeia o entrevistando. Pus o bolo sobre uma mesa de plástico e um agente penitenciário deu-nos uma faca. Mainha olhou para o bolo e disse-me: “Coma um pedaço você primeiro, depois eu como”. O processo de confiança não foi facilmente estabelecido com ele, mas, depois de certo tempo, um dia ele me disse: “Confio tanto em você que se você fosse um assassino me mataria com minha própria arma” (anotações de campo).

Por outro lado, em relação a uma parte dos meus entrevistados, quando me apresentei como doutorando e ou pesquisador da UFC, eles se portavam de modo mais “espontâneo” em suas declarações, sem estar presente a lógica da suspeita nem a sensação de estar diante de um “interrogador”. Ao contrário, depositavam confiança e, inclusive, se mostravam mais “generosos” em relação às informações prestadas.

Outros entrevistados com maior ênfase, os detentos assimilavam minha posição ali como alguém ligado a um órgão público, e que, portanto, eu seria um ótimo emissário de suas versões e reivindicações, um condutor perfeito para levar suas denúncias e seus pedidos.

Alguns diziam que haviam sido maltratados ou torturados pela polícia ou pelos agentes penitenciários. Mostravam marcas nos corpos, diziam que estavam passando necessidades, que não tinham advogados, recebiam maus tratos, em resumo, eram pesquisados que buscavam tornar-me veículo de suas falas. Esse tipo de situação, de certo modo, é recorrente, como se pode ler nas palavras de Bourdieu (1999a:704) e na experiência de campo de Barreira (1998).

...certos pesquisados, sobretudo entre os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhas, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar. (BOURDIEU).

Da mesma forma, percebeu Barreira que o entrevistado poderá tentar divulgar sua versão por meio do entrevistador.

...o entrevistado vê o entrevistador como alguém que vai escutar e divulgar a versão que ele gostaria que se tornasse pública. A entrevista é uma oportunidade de o informante passar sua verdade [...].

É o momento de falarem, de se fizerem ouvir. Nestas situações, a assimetria e a hierarquização prevalentes nas entrevistas são, em parte, desfeitas, e o entrevistado passa a comandar o depoimento (BARREIRA, 1998:29).

A fim de proceder às primeiras entrevistas, o primeiro passo foi, com suporte nas leituras das fontes escritas (jornais, revistas, processos e inquéritos), selecionar casos de crimes com características de pistolagem e pinçar os personagens que estivessem presos e os quais eu pretendia entrevistar.

Por exemplo, criei o hábito de consultar todos os dias os casos de homicídios que saíam nos principais jornais cearenses. No *Diário do Nordeste*, existe um caderno específico chamado “Polícia”, no *O Povo* não existe. Depois de algum tempo de pesquisa, porém, fiquei, posso assim dizer, com a visão adaptada a procurar casos de pistolagem e a identificá-los, mesmo quando a matéria do jornal não os indicava.

Os elementos que utilizei para, pelo menos, suspeitar que se tratasse de um caso de pistolagem eram: 1) vítima assassinada por dois homens em uma moto ou por homens em um carro; e 2) nada era levado da vítima, ou seja, não fora um crime de latrocínio em que o assassino mata para roubar. Logo, essas condições apontavam para que eu suspeitasse que pudesse se tratar de um caso de pistolagem. Depois eu ficava acompanhando nos jornais o desenrolar daqueles fatos e indagava aos policiais a respeito do caso.

Passei a arquivar todos os casos de pistolagem que saíram nos jornais, não só o fato do crime em si, mas, também, a continuidade dos casos, a suíte do desenrolar dos fatos, a prisão, se houvesse, e o julgamento dos implicados. Obtive uma autorização do *Diário do Nordeste*, a fim de ter acesso todos os dias da semana aos seus arquivos. Por conseguinte, passei três meses indo todos os dias a aquele jornal com o intuito de investigar sobre crimes de pistolagem a partir do ano de 1982, quando o jornal foi inaugurado.

Fui criando arquivos que os denominei de “digitais” ou “virtuais”, no disco rígido do computador, e arquivos que os batizei de “físicos”, os jornais colecionados. E estes, ao longo dos anos, formaram um vasto acervo, diversas pastas com matérias de jornais que

tratam exclusivamente sobre pistolagem e pistoleiros. Além disso, algumas pessoas me presentaram jornais antigos que tratavam desses assuntos. Com efeito, para esta pesquisa, dispus de bom material jornalístico especializado na temática pesquisada.

A dinâmica da pesquisa de campo provocou alguns deslocamentos na trilha que eu havia decidido seguir em relação às entrevistas. No início dos trabalhos não estava previsto, por exemplo, fazer entrevistas com pistoleiros que estivessem soltos, devido o grande risco que está presente no empreendimento dessa tarefa. Contudo isso ocorreu algumas vezes. Também passei por diversas situações que julgo arriscadas. No trabalho de campo, como postula Caratini (2004:25-6), ocorre o “rito de iniciação” do pesquisador, o que ela chama também do “batismo de campo” (*baptême-de-terrain*), uma imersão voluntária do pesquisador no campo, onde tudo poderá ser imprevisível.

Cada viagem que eu fazia pelo interior do Estado era cercada de cuidados, que entendo, nunca foram demais. Sempre avisava a diversas pessoas os meus possíveis percursos, além de levar mais de um aparelho celular para comunicar-me. Criei um código entre pessoas mais próximas de, a cada viagem, eu me comunicar com elas a cada três horas. Isso funcionou em áreas abrangidas pelo sinal das companhias telefônicas móveis.

Fiz também entrevistas com pessoas que se encontravam encarceradas. Para chegar a elas – além de inicialmente selecionar seus nomes entre os casos divulgados nas fontes formais como protagonistas em crimes de pistolagem – me dirigi à Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (SEJUS), e, por escrito, solicitava da COSIPE a autorização para entrevistar os presos. Também requeria a juízes de Direito a permissão para me avistar com pessoas que estavam detidas.

Formalizado o pedido, dirigia-me à unidade penitenciária, já tendo conhecimento de que o encarcerado só conversaria comigo ou deixaria que eu gravasse uma entrevista com ele, se fosse de sua aquiescência (prerrogativa constitucional que os ampara; e eles sabem muito bem disso).

No curso da entrevista, sabendo sê-la uma comunicação arbitrária e intrusiva, procurava amenizar a violência simbólica (BOURDIEU, 1999a) presente na condução da comunicação através de perguntas mais gerais e da “lógica da simpatia”, ou da “sedução”, como preconizaram Barreira (1998), Zaluar (1994a) e Caratini (2004). Sempre busquei passar de uma conversa informal a uma entrevista.

eticamente, procurei não gravar entrevistas com aquelas pessoas que não queriam gravar, mas tencionavam somente conversar. Quando estive nos presídios, delegacias e cadeias públicas, o passo inicial era identificar-me e, logo após, perguntar se o entrevistado concordaria com a gravação da conversa que teríamos. Caso a resposta fosse afirmativa, eu gravava; se negativa, logicamente, eu não ligava o gravador, mas fazia anotações em uma caderneta ou caderno que sempre conduzia.

As entrevistas em presídios ocorreram nas seguintes instituições carcerárias: Instituto Penal Paulo Sarasate, localizado no Município de Aquiraz, local onde cumprem penas as pessoas julgadas e condenadas por crimes, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira 1 (IPPOO 1) e no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira 2 (IPPOO 2), locais onde ficam os detentos que aguardam julgamento, (ambos ficam no Município de Itaitinga). Também entrevistei presos recolhidos à carceragem da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), que se localiza no centro da cidade de Fortaleza.

Na SSPDS, não me utilizei de requerimentos ou solicitações formais a fim de entrevistar algum detido. Ali, no início apresentei um documento da UFC, o qual me apresentava como pesquisador, estudioso de crimes de homicídio. Depois de tantas vezes em que lá estive, porém, já passei a ser reconhecido pelos policiais (sobretudo os delegados de Polícia), que facilitavam meu acesso às dependências para entrevistar os presos.

Com a reiterada presença à SSPDS – para fazer entrevistas, acompanhar depoimentos, xerocopiar inquéritos e outros documentos –, também passei a conversar mais com os policiais civis (e militares que se encontravam por lá) e a conhecer diversas histórias. Eram histórias de pistoleiros presos, dos que ainda estavam soltos, dos nomes de alguns mandantes, das regiões onde aconteciam mais crimes, das armas utilizadas, dos diversos *modi operandi* de alguns pistoleiros, bem como da história dos traficantes de armas.

Enfim, obtive várias visões sobre o objeto que eu estava a descobrir. Sentia-me procedendo a uma escavação arqueológica e que, pouco a pouco, eu me deparava com outra sociedade, subterrânea, que estava sob meus pés, e que eu estava passando a desvendar.

Das histórias que escutava sobre pistoleiros, as que mais me chamavam atenção eram aquelas contadas por antigos policiais. Estes construía as imagens dos pistoleiros mediante longas narrativas com característica épicas, nas quais o personagem principal incorporava a categoria de herói.

Determinadas construções narrativas assemelhavam-se às histórias dos “bandidos sociais” (HOBSBAWN, 1976/1978). Recordo-me de um caso que, particularmente, me chamou bastante atenção:

Hoje não tem mais aquele tipo de pistoleiro que existia nos anos 1960, 1970... Hoje em dia é tudo clínica geral³⁵. Naquela época o pistoleiro era um homem, valente, corajoso, fazia e acontecia, mas era um homem para todos os efeitos. Tem um pistoleiro famoso, que ainda está vivo, é o Chico da Catarina, [...] dizem que um dia um fazendeiro foi contratar ele para matar uma pessoa. O fazendeiro pagava 50% a ele adiantado e o restante quando ele fizesse o serviço e trouxesse a orelha da vítima. Chico matou e depois foi cobrar o restante do dinheiro. Aí o fazendeiro perguntou: “Qual é a prova que você me dá que o serviço foi feito? Cadê a orelha do homem?” Chico respondeu: “Dou um fio do meu bigode, porque é mais fácil de tirar do que a orelha do finado”. E o fazendeiro acreditou e pagou Chico (Comissário de polícia. Entrevista realizada em 28/04/2003).

Escutei muitas narrações similares a esta. Acentuavam categorias ali implícitas, como a palavra dada, a honra, a valentia entre outras. Eram narrativas “supra-reais”, em que o pistoleiro existente, ou “existido”, era enaltecido, relevando aquilo que para o narrador era importante, e preterindo o que não importava, ou que poderia macular sua narrativa épica.

De forma distinta, os policiais “novatos”, ou aqueles que não faziam parte da polícia nas décadas de 1960, 1970 e 1980, tinham outras opiniões e apreciações em relação aos pistoleiros. Na classificação de muitos – entre policiais e agentes penitenciários que não estavam na polícia naquelas décadas, conforme mencionei – o pistoleiro é alguém que, quando preso, é calado, geralmente não “se mete em confusão” e, quando tem recursos financeiros, desfruta de determinadas regalias no presídio³⁶.

Esses policiais e agentes penitenciários não mais ressaltam as categorias encontradas ou criadas pelos seus colegas mais antigos (a valentia, a honra, a palavra dada), mas o fato de o pistoleiro ter ou não ter dinheiro é o que se tornava relevante no discurso deles. Nos presídios escutei deles quer seja um pistoleiro ou qualquer outro presidiário, que o importante é ter dinheiro.

³⁵ “Clínica geral” é uma expressão utilizada tanto pela polícia quanto por criminosos, e significa aquele criminoso que não comete apenas um tipo de delito; ou seja, por exemplo, ele é pistoleiro e assaltante.

³⁶ Alguns presos com quem conversei ao longo desses 5 anos, me passaram opiniões diferentes a respeito do comportamento no cárcere do matador de aluguel. Alguns dizem que os outros presos o temem, por seu modo de portar-se (calado e sério), pela fama que porventura ele tenha (de valente, traiçoeiro e violento) e pelo dinheiro que ele possa ter. No entanto, outros presos dizem que ele não é um preso temido, ao contrário, conforme ouvi de determinado detento, “ele paga pedágio que nem os outros”, ou seja, o pistoleiro preso pagaria a outros detentos para obter favores dentro do presídio, coisa muito comum e o qual estão sujeitos qualquer encarcerado.

A seguir reproduzo um trecho de uma entrevista que fiz com um agente penitenciário o qual fora admitido há poucos anos à polícia e que, por essa razão, ainda era tratado como “novato” entre os “veteranos”, ou como “menino”:

Aqui no presídio tem quatro pistolas³⁷ presos. Tem o Cotinha, que tem dinheiro, tem fazenda, gado, tem o Natário e o Elias, que mataram um prefeito, esses também vivem bem aqui no presídio, são cheios de ouro nos braços, passam o tempo todo malhando, e tem o Negro Berilo, este é o mais fodido deles. O Cotinha, o Natário e o Elias vivem na melhor ala do presídio, tem tudo na cela deles. Agora o Nego Berílio tem uma cela comum, ele é um preso comum, os outros não. Aqui vale quem tem dinheiro (Agente penitenciário. Entrevista realizada em 28/04/2003).

Percebi que o fato de costumeiramente entrevistar pistoleiros era, tanto para alguns policiais quanto para outros agentes penitenciários, algo negativo na concepção que eles têm sobre pistoleiros. Quero dizer que senti, em algumas ocasiões em que estive nos presídios, a resistência e, até mesmo, a obstaculização, por parte de alguns policiais e agentes penitenciários, da realização das entrevistas.

Certa vez em que estive para fazer entrevista com Negro Berílio, já tendo feito o mesmo com Natário, Elias e Cotinha, um soldado, que já me havia visto nas outras ocasiões naquela unidade penitenciária, fez o seguinte comentário: “O senhor já gosta de falar com o pessoal do *dedo-mole*³⁸” (anotação de campo).

Situação semelhante passou Barreira (1998:25), quando em uma de suas visitas a um presídio ouviu dos “guardas de presídio”, a seguinte observação: “O professor só quer conversar com ‘pistola’”. Nesse sentido, a observação oportuna de Goffman (1988:57-8):

A questão é que, em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são. O caso extremo, talvez, seja a situação em círculos de criminoso; uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito. (Diz-se, então, de uma pessoa que está com ordem de prisão que “ela está com varíola” e que sua doença criminosa “pega”).

Aproximar-se de um pistoleiro, nesse entendimento, era como se “contaminasse”, era como se o pistoleiro fosse um “intocável”, utilizando-se da concepção e análise realizada

³⁷ “Pistola” é um termo utilizado, também, pela imprensa, pela polícia e por alguns pistoleiros, para designar o matador de aluguel. Também Barreira (1998:21), comenta que o vocábulo é bastante utilizado pela imprensa, que é “vulnerável à influência de uma linguagem do senso comum”.

³⁸ “Dedo-mole” é outro termo utilizado para designar o pistoleiro, e significa dizer que atira facilmente, que ele tem habilidade em atirar, já é algo “familiar” a ele.

por Dumont (1999:97-8) sobre as castas indianas; ou seja, é como se ele, o pistoleiro, “contaminasse” quem está ao seu redor.

Acompanhei alguns julgamentos de pessoas acusadas de ser: mandantes de crimes de pistolagem, pistoleiras e, também, ao julgamento daquelas pessoas que dão fuga ao pistoleiro, chamadas, no vocabulário deles, de “cavalo”. Estas, geralmente, são as que sabem pilotar muito bem motos possantes ou dirigem carros com habilidade. Os julgamentos, nos quais estive, realizaram-se na Capital; as audiências, contudo, foram tanto em Fortaleza quanto no interior do Estado.

Na maior parte dos julgamentos que assisti uma característica predominante, é a utilização, por parte dos parentes das vítimas, de camisas com pedidos de justiça, ou ainda, fazendo uma breve exposição do caso. Sempre eram camisas de cor branca, com a foto da vítima e o relato. Por exemplo, a foto que fiz dos detalhes (frente e verso) de uma dessas camisas que vi.



Figura 13 - Camisa com manifestação de parentes de vítima³⁹ (frente)

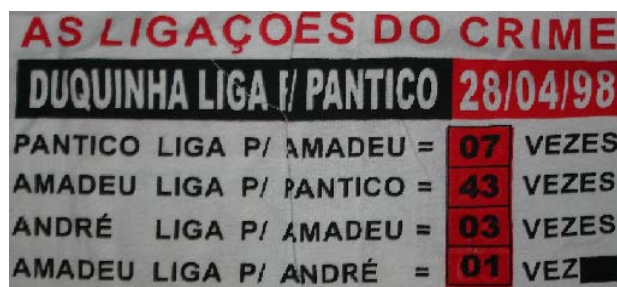


Figura 14 - Camisa com manifestação de parentes de vítima⁴⁰ (costas)

³⁹ Estampa de uma camisa utilizada por parentes e amigos do ex-prefeito da cidade de Acaraú (252 km da cidade de Fortaleza), durante o julgamento de um dos acusados do assassinato daquele político, realizado no Fórum Clóvis Beviláqua, na cidade de Fortaleza. A camisa continha a foto do político, que foi assassinado no ano de 1998 e, também o trecho da degravação de uma fita VHS, em que ele responsabilizava os possíveis culpados, caso lhe ocorresse alguma violência.

⁴⁰ O lado das costas da camisa exposta na figura 14, contendo as ligações realizadas pelos acusados no dia do assassinato do ex-prefeito.

Outras formas de manifestação de parentes de vítimas que encontrei foram as que estão presentes nas fotos seguintes. Uma espécie de tenda armada em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, no dia do julgamento da pessoa que foi acusada e condenada em um crime de pistolagem.



Figura 15 - Tenda armada em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua⁴¹

Cruzes na frente, também, do Fórum Clóvis Beviláqua, representando vítimas da violência letal, foi outra maneira de clamar por justiça, que os parentes e amigos de vítimas encontraram.



Figura 16 - Cruzes com nomes de vítimas⁴²

Nos julgamentos as disputas entre as partes, de um lado o Ministério Público, acompanhado, às vezes, de um advogado da família da vítima, de outro o(s) advogado(s) do acusado. Na mesma disposição, assistindo ao julgamento, do lado da acusação, do Promotor de Justiça, estão os parentes e amigos de vítimas, do outro lado, ficam, também, os familiares e amigos do acusado.

⁴¹ A tenda da figura 15 fez parte de uma manifestação realizada em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua, na capital cearense, por ocasião do julgamento de um dos acusados de ter assassinado o ex-prefeito de Acaraú.

⁴² As cruzes da figura 16 haviam sido posicionadas no canteiro em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua, representavam pessoas que foram assassinadas. Essa manifestação ocorreu, também durante o julgamento de um dos acusados da morte do ex-prefeito de Acaraú.



Figura 17 - Cena do julgamento de um acusado em participação em um crime de pistolagem

Entre as audiências no interior do Estado do Ceará em que estive duas, particularmente, me chamaram a atenção. Um ocorreu na cidade de Limoeiro do Norte (204 km de Fortaleza). Foram várias audiências de um grupo de pessoas que se envolveram na morte de um radialista e de outras sete pessoas naquela Cidade. Um dos pistoleiros que foi acusado chegou ao local no helicóptero da Polícia Militar. Havia um forte aparato de segurança em torno desse matador. Nas imediações do local da audiência, as ruas foram interditadas pela Polícia.



Figura 18 – Chegada de pistoleiro a audiência à cidade de Limoeiro do Norte

A outra audiência que acompanhei, foi realizada na localidade de Campos Belos, em Caridade (a 106 km de Fortaleza). O réu era Mainha, e o que me chamou a atenção foi o número de policiais destacados para conduzi-lo àquela audiência. Todos com vários tipos de armas de fogo o transportaram em um carro fortemente fechado, uma “operação perigosa”, disse-me um dos policiais militares que ali estava.



Figura 19 - Carro e policiais militares que transportaram Mainha (Campos Belos)

Na figura 19, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado do Ceará e um agente da COSIPE retiram Mainha para a audiência. A figura 20 capta o momento em que ele havia sido recolocado no carro, após a audiência, para retornar à cadeia de Maranguape.



Figura 20 - Mainha dentro do carro da Polícia Militar (Campos Belos)

Gravei e transcrevi a maioria das audiências e julgamentos que fui. Também, sempre que tive acesso, fotocopiei os documentos apresentados naquelas ocasiões. Ao final, havia a transcrição, documentos e fotos daqueles eventos.

Foram 104 entrevistas, porém milhares de conversas ocorridas em centenas de quilômetros percorridos durante os anos de 2003 a 2008, quando estive em vários municípios e localidades do Estado do Ceará.

No início da pesquisa, muitas indicações me foram passadas sobre locais onde haveria maior incidência de crimes de pistolagem. Um delegado me falou que seria a cidade

de Tabuleiro do Norte (213 km de Fortaleza), “lá está um local tão perigoso que se você chegar lá em um carro com película fumê, ou de moto usando capacete, você poderá ser confundido com um pistoleiro”, outro policial me confirmou: “Fui tirar brincadeira com um preso e o comissário falou: “delegado, cuidado, esse rapaz aí é de Tabuleiro, família de pistoleiro, cuidado bala” (anotações de campo).

Não segui uma direção precisa, porém, não escolhi cidades, me deixei levar ao sabor dos eventos e dos entrevistados que surgiam durante a pesquisa. Onde havia uma pessoa que me desse uma entrevista, para lá me dirigia.

A região do vale do Jaguaribe não foi eleita por mim para trabalhar, mas foi nela que concentrei minhas atenções, foi ali que direcionei meu olhar, muito embora, como expressei, não tenha buscado isso como um “norte” para minhas pesquisas. Meu “norte” foi os relatos, a histórias mais do que as geografias, contanto que eu permanecesse nos limites traçados do Estado do Ceará.

Entrevistas gravadas durante o dia eram, geralmente, transcritas na parte da noite. Tentei imprimir esse ritmo sempre que foi possível. Em algumas entrevistas dava para dispor tanto da gravação, quanto das anotações feitas no caderno. À noite, então, eu tentava articular com os dados que dispunha.

Por medida de segurança, achei por bem não identificar a maior parte dos nomes das pessoas citadas neste trabalho, às quais conferi nomes fictícios, à exceção daquelas que me autorizaram pôr seus nomes, que foram poucas, por exemplo, Mainha que ao ser indago acerca do seu consentimento me respondeu: “Como é que eu me chamo? Não é Mainha? Pois pode colocar esse nome no seu trabalho” (anotação de campo).

A maioria me pediu para que eu não revelasse seus nomes. Outras solicitaram para que eu resguardasse também a cidade onde elas moram ou trabalham. E assim foi feito. Preservei, com essa medida, a intimidade e a integridade de todas as que colaboraram com minha pesquisa. Deixei-as no anonimato, ou eclipsei seus verdadeiros nomes por trás de nomes imaginários.

Nesse sentido, quase todos os nomes de municípios e localidades onde foram realizadas as pesquisas receberam modificações, permanecendo, às vezes, somente o nome verdadeiro da região.

No ato de transcrever, ou da passagem do “discurso” recolhido na oralidade para o transcrito, ou ainda, o ato de “reescrever”, de acordo com Bourdieu (1999a:710), ocorrem

alguns problemas e, ao transcrever, deve-se “aliviar o texto de certos desdobramentos parasitas”. Revisei, nas transcrições das entrevistas, todas as falas dos meus entrevistados e as adequiei a um português correto. Por exemplo, o termo “homi”, muito usado em quase todas as entrevistas, o substituí por “homem”; o mesmo ocorreu em relação a “muié”, por “mulher” e, também suprimi os “né”, colocados nos finais de frase, e outros “vícios de linguagem”, totalmente dispensáveis para a compreensão do texto.

Fiz também, ao longo do trabalho de campo, diversas fotos de situações que vi e com as quais convivi. Através das fotos produzidas, foi gerado, também, um arquivo de imagens que entendo terem se tornado um subsídio para meu texto escrito. Algumas fotos aparecerão durante o corpo da tese da forma como foram feitas. Noutras, no entanto, procurei resguardar a identidade da(s) pessoa(s) e para isso foram utilizados recursos de informática com a finalidade de impedir o reconhecimento do fotografado. Outras imagens utilizadas por este trabalho foram recolhidas de jornais ou revistas, atribuindo os devidos créditos a estas fontes.

Muitas entrevistas não puderam ser analisadas neste trabalho, algumas em razão da falta de tempo e da necessidade de ser mais objetivo na elaboração da tese, e outras por não terem correspondido às expectativas.

Recordo-me da orientação do professor doutor César Barreira em relação às entrevistas, de que depois de entrevistar vários pistoleiros, então se percebe que os discursos começam a se repetir. Nesse momento é a hora de parar.

De acordo com Caratini (2004:21), “No campo, cada um está sozinho” (Tradução livre⁴³), mas é uma solidão relativa; afinal de contas, está-se em uma “imersão voluntária” no “mundo do outro”. Nessa imersão, o que mais vemos é o “outro”, é o “chão” do “outro” que pisamos, é a palavra dele que anotamos, gravamos, enfim, é o olhar do “outro” que tentamos interpretar. É, inclusive, com respaldo no “outro” que vemos a nós, como se estivéssemos olhando diante do espelho.

É, portanto, por meio dos olhos do “outro” que reconstruímos sua vida, sua cultura, seu mundo social, que vemos também as autoconstruções, como o “outro” se constrói, como se vê e como quer ser percebido, como tenciona ser compreendido e, principalmente, dito.

⁴³ Texto no original: “Sur le terrain, chacun est seul”.

É, por exemplo, por meio das palavras de Menocchio que Ginzbourg (2002b) tenta reconstituir a cultura camponesa. Foucault (2003b), por sua vez, dá a palavra aos detentos, quebra o “duplo isolamento no qual se encontram enclausurados”, deixando-os “tomar a palavra”, e com isso conseguindo, através de suas falas, que eles revelem a realidade dentro das prisões. É também Foucault (2003a e 2003b) que busca compreender os diversos discursos construtores de Rivière, que tentam lhe calar a palavra⁴⁴.

É a palavra acompanhada de pausas, de todo o dramatismo de gesticular ao recriar uma cena são os olhares, o emprego de sons para peculiarizar as ações, enfim, todos esses dispositivos se revelam em um processo narrativo quando incursionarmos pelo universo social do “outro”, tornando-o, na medida do possível, familiar aos nossos olhos.

Estabelecer uma relação com o universo social do “outro”, durante cinco anos, foi para mim uma experiência etnográfica importantíssima, pois me senti capaz de viver, em parte, a cultura do “outro”⁴⁵. Dois elementos do universo social do pistoleiro estiveram presentes nas entrevistas que realizei: a vaquejada e as armas. Estas sempre eram citadas como a condição necessária para se resolver conflitos interpartes; e aquela foi mencionada como profissão, esporte e “prazer”.

Até o início desta pesquisa, em ocasião alguma havia estado em uma vaquejada nem jamais havia ficado tão perto de uma arma de fogo como estive durante meus itinerários. A fim de fazer minha inserção nesses dois universos, tive em mente a experiência de Wacquant (2002:14-34) com o mundo do boxe, em que ele justifica que sua “imersão demorada” naquele universo, foi devido ao processo de “apropriar-se por impregnação progressiva” dos mecanismos presentes naquele esporte.

Tive que aprender sobre vaquejadas e armas, sobretudo as de fogo. Ir a vaquejadas, à “festa dançante” que ocorre durante a vaquejada, compreender suas regras e analisar o porquê de tantos pistoleiros que entrevistei estarem ligados, principalmente nos dias

⁴⁴ Ver, nesse sentido, também: “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”, *in* Albuquerque (2007:101 e ss).

⁴⁵ Segundo Laplantine (1996:20): “O trabalho do etnógrafo não consiste somente, dentro dessas condições, por um método estritamente indutivo, à coletar uma porção de informações, mas a se impregnar dos temas que motivam uma sociedade, dos seus ideais, de suas angústias. O etnógrafo é aquele que deve ser capaz de viver nele a tendência principal da cultura que ele estuda”. (Tradução livre). Texto no original: “Le travail de l’ethnologue ne consiste pas seulement, dans ces conditions, par une méthode strictement inductive, à collecter une moisson d’informations, mais à s’imprégner des thèmes obsessionnels d’une société, de ses idéaux, de ses angoisses. L’ethnologue est celui qui doit être capable de vivre en lui la tendance principale de la culture qu’il étudie”.

de hoje, ao esporte vaquejada. Estive, também, durante duas ocasiões, em um haras na companhia de um matador que, na época, estava no regime de “livramento condicional”⁴⁶.

Em uma das ocasiões em que estive em uma “festa dançante”, que ocorre durante a vaquejada, na companhia de uma amiga que é médica e mestranda. Ela se dispôs a me acompanhar, com a finalidade de partilharmos nossos olhares sobre a vaquejada. Em determinado momento um “vaqueiro” a chamou para dançar (“tirar a dama” para dançar um “toque”, da maneira como escutei naquela ocasião). Ao retornar à mesa, minha amiga estava pálida e me disse que ao passar a mão na cintura do seu parceiro de dança, tocou no cabo de um “revólver”.

Durante as vaquejadas e forrós, conversei com muitos vaqueiros. Eram pessoas que eram vaqueiras de profissão e, também esportistas. Entre estes, conheci um campeão de vaquejadas, um vaqueiro profissional no esporte vaquejada. Ouvi muitas histórias de fatos que ocorreram em vaquejadas. Um crime de pistolagem⁴⁷, por exemplo, uma discussão em que as partes conflitantes sacaram de suas armas para resolver o litígio, acidentes em vaquejadas, mas, também me contaram histórias de romances, namoros, enfim, foi um vasto campo de aprendizagem.

Da mesma forma em relação às armas de fogo. Senti necessidade de aprender um pouco sobre elas e, sobretudo, de ter algum tipo de contato com aquilo que faz parte do mundo daquelas pessoas as quais eu entrevistei e convivi. Depois de algum tempo de hesitação, matriculei-me, no ano de 2003, em curso básico de tiro, administrado por uma escola de tiros e tendo como instrutor um oficial do Exército. O curso teve duração de dois dias. Foi – naquela ocasião – mais uma tentativa de compreender aquele universo que era para mim, até então, muito diferente e distante do meu mundo social.

Senti-me, no primeiro instante em que entrei na sala de aula do curso, um “estranho”, um “deslocado” entre os demais componentes. O Militar, nos primeiros instantes de aula, perguntou a cada um dos alunos: “Se alguém fosse lhe matar ou roubar, você mataria ele?”. Eu estava posicionado na última fileira de cadeiras, e, logo, as respostas àquela indagação me antecederam, todas foram ditas em um enérgico “Sim!”, quando chegou minha

⁴⁶ “Livramento condicional” consiste na antecipação da liberdade ao condenado – que atende aos requisitos dispostos na legislação penal, Código Penal Brasileiro (CPB) e Lei de Execução Penal (LEP) – que cumpre pena privativa de liberdade.

⁴⁷ *Diário do Nordeste*, 25/11/2002: “Vaqueiro assassinado com 20 tiros em festa”. Este crime ocorreu durante uma vaquejada realizada no “Parque do Vaqueiro”, situado na BR-020, em Caucaia, a 20 km de Fortaleza. Também, sobre este caso, *Diário do Nordeste*, 23/02/2003: “... pistoleiro Cleidimar Vieira, eliminado com 20 tiros de pistola, na noite de 23 de novembro último em um parque de vaquejada e forró...”.

vez eu lhe respondi um acanhado “Não!”, e todos olharam em minha direção, o Militar ficou sem saber o que fazer ou dizer (anotações de campo).

Foi uma experiência bastante diferente para mim. Ao término daquele curso, havíamos aprendido os primeiros (e rudimentares, para mim) passos de como lidar com algumas armas de fogo, montagem e desmontagem de suas peças e, também, tivemos aula prática de tiro.

As leituras realizadas que antecederam o trabalho desenvolvido no campo foram válidas e, mais ainda, necessárias para a compreensão do objeto. O material coletado que antecedeu ao campo tem informações relevantes sobre o sertão e a cerca da pistolagem, contudo, como disse Malinowski (1978:29),

Há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de imponderáveis da vida real.

Os “imponderáveis da vida real” ultrapassaram (e por que não dizer que chocaram?) a dimensão inicial das leituras que fiz antes de enfrentar o campo. Aí se depara a vida como é, junto a pessoas determinadas, onde fluem sentimentos, emoções e afetividades.

Se os livros foram um ponto de partida, o trabalho de campo foi aquilo que defende DaMatta (1993:152) – um “rito de passagem⁴⁸” – que “implica pois na possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada”.

É o campo o lugar, como disse também DaMatta (1993:154), onde o pesquisador depara os aspectos interessantes da pesquisa (e que muitas vezes são relevados àquilo que DaMatta, criticando, chamou de “anedotário referente à pesquisa de campo”, *opus cit.*: p.156), e que surgem em um “momento intermediário”, de forma marginal, e “espontânea” e que constituem o que DaMatta chamou de *anthropological blues*.

Se eu trouxe para o texto da tese algumas situações que constam nas anotações de campo, fatos chamados “corriqueiros”, meus medos, anseios, frustrações, alegrias, foi porque dei-me o direito de deixar aparecer o *anthropological blues*, a fim de que, em meio às letras, transparecesse não só uma pessoa na pele de um pesquisador, mas também um pesquisador que antes de tudo é uma pessoa.

⁴⁸ Rito de passagem, conforme definido por Van Gennep (1977).

1.3 A CPI do Extermínio no Nordeste

A Câmara dos Deputados criou no ano de 2003 a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar “A ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda região do Nordeste”. Esta Comissão ficou mais conhecida como “CPI do Extermínio no Nordeste” e teve como relator o deputado e também padre Luiz Couto.

Durante os anos de 2003 e 2004, o Ceará recebeu visitas de membros da CPI e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que ficaram estarelecidos com a crise na segurança pública enfrentada pelo Estado. O relator se reuniu com diversas autoridades cearenses e convidou outras autoridades e especialistas para fazer denúncias, ou para levar dados ou contribuições para o relatório final.

Ao final do ano de 2003, o Partido dos Trabalhadores indicou que no Ceará ocorreram, desde 1997, 195 crimes de pistolagem (O POVO, 03/08/2003). Em novembro do mesmo ano, uma comitiva do CDDPH chegou a Fortaleza para discutir os crimes de pistolagem no Ceará de 2001 a 2007. “Já são 236 mortes nesse período, e a preocupação maior é devido o crescimento de execuções em anos eleitorais, como será o de 2004”, dizia a matéria. (O POVO, 11/11/2003).

Por duas oportunidades estive em Brasília, a convite do Deputado-relator para falar sobre minhas pesquisas para os membros da CPI. Durante os trabalhos da CPI, o então secretário de segurança do Ceará chegou a negar ao Deputado-relator que no Ceará houvesse grupos de extermínio e pistolagem. A negação do secretário foi motivo de revolta na Câmara, porque ia contra todos os depoimentos e denúncias que foram tomados durante a visita da CPI e do CDDPH ao Ceará.



Figura 21 Sessão da CPI do Extermínio em Brasília

Em 2004, os trabalhos da CPI haviam sido finalizados, e o parlamentar padre, Luiz Couto dizia na imprensa que o “Ceará é um dos estados com maior incidência de pistolagem”, e que a situação do Estado é uma das “mais críticas”, (O POVO, 02/12/2004). E o Deputado estava frustrado com a falta de providência em relação ao relatório final da CPI.

Em 2005, a subprocuradora geral da República, que faz parte do CDDPH, veio ao Ceará e deu a seguinte declaração: “Você olha o Ceará e vê que o Estado tem vários grupos de extermínio. Além disso, há pistolagem em regiões como o Jaguaribe. O Estado, como um todo, está doente do ponto de vista da segurança” (DIÁRIO DO NORDESTE, 09/10/2005).

No relatório final do Deputado, ele ressaltou que “O Estado do Ceará é, provavelmente, uma das unidades federativas onde as execuções sumárias, entre crimes de extermínio ou simplesmente pistolagem, têm lugar com maior intensidade⁴⁹”.

⁴⁹ Ressalto que no Ceará, a partir do ano de 2006, foi, também houve uma CPI, com a finalidade de apurar a ação de um grupo de extermínio na Polícia Militar. Entrevistei, no ano de 2007, o relator daquela CPI, o Deputado Paulo Duarte. Contudo, neste trabalho cito apenas a CPI a qual participei como convidado, que foi a do Extermínio no Nordeste.

2 PISTOLAGEM – ITINERÁRIOS, DEFINIÇÕES, AMBIGÜIDADES E DESDOBRAMENTOS

“Seu coroné Chico Inaço,
 Que era um veio sortêrão,
 Me mandou chamá um dia,
 Prá mim dá cabo d’um moço,
 O fio d’um fazendêro,
 Prú nome: doutô Janjão.
 Se eu fizesse esse trabaio,
 Seu Inaço, o coroné,
 Dava prá mim cem mir ré!!!
 Prá arrecebê os pataco,
 Eu tinha de li trazê
 Uma orêia do veíaco”.
 (CEARENSE, 1945:244).

Neste capítulo tratarei, inicialmente, da primeira entrevista que realizei com um pistoleiro que estava na condição de solto e que, por sinal, nunca foi preso. Analiso não só a entrevista, mas o itinerário percorrido para chegar ao pistoleiro, que o chamarei de Pedro de Guzerá.

Para essa primeira entrevista me vali bastante do meu caderno de anotações de campo. Através dele tentei reconstruir os lugares, as pessoas e seus diálogos. Para esta tese, apesar de ter-se passado cinco anos que escrevi essas observações, decidi deixar o texto quase da mesma forma que eu o havia escrito e descrito.

Também neste capítulo busco definir o crime de pistolagem e para isso, tanto me utilizo da legislação penal brasileira (Código Penal Brasileiro - CPB), quanto faço um paralelo entre o pistoleiro que teve a maior parte de suas atividades criminosas no sertão e o atual pistoleiro, um personagem urbano.

Essa comparação, entre o sertão e a cidade, foi suscitada durante o trabalho de campo, quando entrevistei Mainha e este me revelou que escutara bastante durante sua infância, juventude e mesmo na fase adulta, as pessoas chamarem os pistoleiros de “cangaceiros” e os mandantes de “coiteiros”⁵⁰.

⁵⁰ “Coiteiro” é chamada aquela pessoa que dá apoio e ou proteção ao pistoleiro, que o esconde da polícia e que, muitas vezes, não ganhando nada com isso, só admira o modo de ser do matador. Outro nome que vi relacionado a esse foi “apoio”.

Somei aos dados repassados por Mainha os depoimentos de outros interlocutores e, também, dados bibliográficos, colhidos em arquivos e reinterpretados a partir daquela informação fornecida por Mainha.

Trabalhei também neste capítulo os desdobramentos do crime de pistolagem, o pistoleiro como o matador de grupos de crime organizado e no item que chamei de “as várias faces da morte”, trabalho a partir de entrevistas com pessoas que me relataram como alguns crimes de pistolagem acontecem e não são percebidos, nem pela polícia e nem pela justiça. Logo, também não são punidos.

2.1 A primeira entrevista com um pistoleiro solto

“Vou contá uma estória
Na verdade e imaginação
Abra bem os seus olhos
Pra escutar com atenção
É coisa de Deus e Diabo
Lá nos confins dos sertão”.

(ROCHA, 1965:33, voz de um cego).

A noite estava calma na cidade de Ererê (313 km de Fortaleza). Não havia movimento, nem de carros nem de pessoas nas ruas. Faltavam 15 minutos para as 23 horas. Meu informante avisara que o entrevistado (um suposto pistoleiro) chegaria pontualmente às 23 horas: “ele é um homem de palavra, não se preocupe, ele já deve estar chegando” (anotação de campo).

Meu informante era cabo da Polícia Militar, cabo Holanda⁵¹, que parecia se divertir com minha ansiedade em olhar para o relógio a todo instante, apreensivo com aquela provável entrevista.

Eu o havia conhecido naquele mesmo dia em que chegara à cidade de Ererê, vindo já de outra cidade do vale do Jaguaribe. O cabo Holanda havia sido indicação do major Oliveira, que trabalhava e morava em uma cidade *jaguaribana* onde eu pernoitara uma noite

⁵¹ Os nomes de pessoas e cidades utilizados no tópico 2.1, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados.

antes de chegar a Ererê; já o major Oliveira, por sua vez, fora indicação de um juiz de Direito de outra cidade, que, também me fora apresentado por outra pessoa.

E assim, para que eu estivesse em Ererê aguardando o possível pistoleiro chegar, havia se constituído anteriormente toda uma rede de relações sociais, todos baseados (como eu viria a constatar) na confiança mútua e no segredo de que cada um era portador.

O segredo guardado e, ao mesmo tempo, desvelado parcialmente, na medida certa, representava uma forma competente de comunicação de um capital simbólico (BOURDIEU, 1980/2001) que cada integrante da rede de relações sociais possuía e transmitia (frisando que essa transmissão era parcial e de forma comedida de dados); também, nesse mesmo sentido, o segredo era uma forma instauradora de relações duráveis de reciprocidade, como também de dominação.

Em outras palavras, o segredo (ou patrimônio de valor simbólico) velado e, somente, parcialmente revelado, amalgamava essa relação de indicadores; ele era fortemente associado à conservação dos interesses do grupo. Manter o grupo coeso a partir do segredo era, disso eu ciente, uma obrigação moral das partes envolvidas.

Conforme discorre Simmel (1977:369) sobre o segredo “... as relações entre os homens se distinguem quanto ao saber recíproco que cada um possua uns dos outros, onde o que não se oculta pode-se saber e o que não se revela não se deve saber” (Tradução livre⁵²); no entanto (*Opus cit.*: p. 371), “cada qual sabe do outro algo mais do que revela voluntariamente” (tradução livre⁵³).

Continuando com Simmel (*Opus cit.*: p. 378), “o segredo é de um é de certo modo acatado pelo outro, e o que é ocultado involuntária ou voluntariamente, é respeitado involuntária ou voluntariamente”. (Tradução livre⁵⁴).

Todos ali, dessa maneira, sabiam do grau de envolvimento do magistrado com o pistoleiro e, também do juiz com as pessoas envoltas com o criminoso, bem como o Cabo sabia do envolvimento do Major e este, por sua vez, daquele. E cada um revelava um pouco, ao passo que cada qual resguardava, com certeza, bem mais do que revelava.

⁵² Texto no original: “se distinguen las relaciones de los hombres, en cuanto al saber recíproco que posean unos de otros; lo que no se oculta, puede saberse, y lo que no se revela, no debe saberse”.

⁵³ Texto no original: “... cada cual sabe del otro algo más de lo que éste le revela voluntariamente...”.

⁵⁴ Texto no original: “... el secreto del uno es en cierto modo acatado por el otro, y lo ocultado involuntaria o voluntariamente, es respetado involuntaria o voluntariamente”.

Continuei intranquilo em relação àquela entrevista. A mais de 300 km de Fortaleza, eu estava ali em um local que não conhecia, com um policial que não me inspirava confiança e querendo entrevistar uma pessoa acerca da qual toda essa teia relacional de indicadores havia me informado que seria um pistoleiro.

Todos os componentes dessa rede de relações me garantiram unissonamente que seria uma entrevista tranqüila e que eu não correria risco algum. Quando perguntei ao juiz, o primeiro dessa teia relacional com quem contatei, qual seria minha segurança, ele me respondeu prontamente: “Eu lhe dou minha palavra” (anotação de campo).

Meu informante acendeu um cigarro e ficou olhando para o final de uma rua, imerso no mais profundo silêncio. Tomei meu bloco de anotações e passei a escrever o que se passava comigo, ao meu redor e com quem eu estava. Também rememorei o trajeto que eu havia feito antes de chegar a Ererê.

Logo no início do curso de Doutorado, eu fora apresentado por acaso a um juiz de Direito por um colega advogado, parente e amigo do magistrado. Ao ser apresentado ao juiz, que chamarei de Dr. Magalhães, fui logo identificado pelo colega advogado como aluno do Doutorado em Sociologia da UFC e que estava pesquisando sobre crime de pistolagem no Ceará. Dr. Magalhães logo se interessou sobre meu objeto de pesquisa, e, naquele momento, recordou diversos casos de crimes de pistolagem ocorridos no Ceará e a respeito dos processos que ele havia julgado.

O que mais me chamou a atenção, no entanto, foi ele haver ressaltado que existiam no Ceará pistoleiros gozando de liberdade e que jamais haviam sido importunados pela polícia nem pela justiça. E ele foi além: disse que conhecia um pistoleiro naquela situação, ou seja, livre e impune. Após ouvir aquilo, indaguei se ele me concederia uma entrevista. Ele concordou e marcamos para nos reencontrar na semana seguinte em seu local de trabalho.

Em seu gabinete, o juiz mostrou-me alguns processos (fotocopiei-os), inquéritos policiais e recordou fatos ocorridos em alguns julgamentos sob sua presidência. Perguntei-lhe se me autorizava gravar a nossa conversa. Ele me disse que não haveria problema.

O juiz me detalhou alguns julgamentos que ele havia presidido e sua experiência profissional. Após 60 minutos de gravação, em que narrativas longas e cheias de detalhes me foram feitas, coloquei a segunda fita de áudio e fiz-lhe a pergunta que eu mais ansiava fazer,

sobre o conhecimento que ele tinha de pistoleiros que nunca haviam sido importunados pela polícia e nem pela justiça.

Em síntese, ele me explicou que há o interesse de algumas autoridades, comerciantes, proprietários de terras e políticos, entre outros, de que certos matadores permaneçam impunes. E que ele, particularmente, conhecia um pistoleiro que estava solto, já havia matado gente, porém jamais fora preso.

Tentei saber do magistrado mais sobre o pistoleiro a que ele se referira e se seria possível uma entrevista com ele, ressaltando que a entrevista não seria publicada em nenhum jornal, mas seria objeto de análise para minha tese. Ele riu e me disse que, para se chegar a um pistoleiro, estando ele encarcerado, já era uma tarefa normalmente bastante burocrática, mas, para se chegar a um nas condições citadas, seria uma tarefa difícil; porque eles são pessoas “cismadas”, “ariscas”, “não confiam em ninguém”, enfim, ele me elencou uma série de justificativas, porém, ao final disse-me: “Mas se você falar com as pessoas certas, a coisa anda”.

Essa frase, para mim, foi uma esperança de que o próprio magistrado fosse a tal “pessoa certa” e que por seu intermédio eu conseguisse essa entrevista. Nesse momento, eu não pensava nas conseqüências de uma viagem daquele tipo, entrevistar um pistoleiro, uma pessoa perigosa, no interior do Estado... em síntese, eu só pensava em conseguir.

Extraí daquela entrevista com o juiz a noção de que, para alguém totalmente estranho ao sistema de relações que envolvem aquele pistoleiro, seria pouco provável conseguir entrevistá-lo, mas, se eu tivesse acesso às “pessoas certas” referidas pelo juiz, então, minhas chances aumentariam.

Seguem algumas das perguntas e respostas da entrevista (J = Juiz e P = Pesquisador):

J - Esse pistoleiro que estou lhe falando ele não é conhecido pela imprensa. Mas é um profissional.

P - E como ele consegue viver até hoje na impunidade?

J - Ninguém mexeu ou mexe com ele, não existe interesse em mexer, pelo contrário, o interesse é de deixar o homem quieto. E é como todos têm se portado em relação a ele até hoje e não acredito que isso vá mudar.

P - Esse é um tipo de caso comum? Ou seja, existem muitos outros pistoleiros nessa mesma condição?

J - Sim, igual a este que estou lhe falando existem alguns outros casos... quer dizer, do meu conhecimento extra-oficial, eu sei que existem. Do meu conhecimento oficial, enquanto juiz de direito, não. Porque você sabe do velho aforismo jurídico: “O que está nos autos, está no mundo, o que está fora dos autos, está fora do

mundo”. Ou seja, esse pistoleiro de quem falo, ele nunca respondeu a um inquérito, nunca respondeu a um processo, nunca nem sequer ele foi preso, então eu não posso saber de nada enquanto magistrado. Como cidadão, tenho conhecimento. (Entrevista realizada em 10/03/2003).

O interessante na fala estabelecida pelo magistrado é que ele distingue claramente entre ele, a pessoa que sabe da existência do pistoleiro e ele, na qualidade de magistrado, que não tem conhecimento formal da existência do pistoleiro. Tive que durante essa entrevista tratar o juiz de duas formas: uma como “cidadão” e a outra na posição de “magistrado”, pois percebi que dessa maneira ele respondia às minhas indagações sem tantos receios (J = Juiz e P = Pesquisador).

P – Ele matou somente no Ceará, pelo seu conhecimento extra-oficial?

J – Pois é, o que se sabe extra-oficialmente é que ele já matou muita gente, tanto aqui no Ceará quanto em outros estados da Federação.

Pesquisador – O senhor como cidadão, já teve contato com esse pistoleiro?

J – Há muitos anos ele chegou a trabalhar numa fazenda de propriedade da minha família. Mas faz tempo que não trabalha mais. Cuidava de umas cabeças de boi. Ele é vaqueiro. Corria vaquejada de pé de mourão e depois até de faixa. É um ótimo vaqueiro. É também honesto, respeitador, não mexe com ninguém e calado. Tranquilo mesmo. Não se envolve em confusão, não bebe e nem fuma, é um pai de família e lá na minha fazenda ele vivia para trabalhar. Eu o conheci assim, trabalhando, montando a cavalo, derrubando boi, levando gado para as mangas⁵⁵... fazendo esse tipo de trabalho de peão.

P – Hoje em dia ele ainda é vaqueiro e também pistoleiro?

J – Olha, hoje em dia eu sei que ele trabalha em uma fazenda. Veja só, esse povo, a maioria deles, vive em fazendas. Esse que eu falo vive também, é vaqueiro, é puxador de boi como eu falei.

P – O senhor falou que esse pistoleiro mata gente já a muito tempo, mas que ele não foi preso porque o senhor acha que há o interesse que ele permaneça impune, é isso?

J – Digamos que exista interesse de deixá-lo quieto, na dele. Até porque muitos crimes que ele cometeu hoje em dia já prescreveram, aí não vale a pena mexer nessas coisas. Pode ser que ele fique assim por muito tempo.

P – A vida toda?

J – Mas o que é a vida toda? Ninguém sabe. Ele continua do jeito que está até ser um dia capturado ou morto, quem é que sabe? (Entrevista realizada em 06/01/2003).

Desligado o gravador, e depois de inúmeras recomendações que nem o nome dele e nem de sua comarca fossem citados, bem como de várias promessas de minha parte que não seriam mencionados, então o magistrado disse-me que conversaria comigo a respeito do pistoleiro, mas sem gravar e em atenção ao seu parente, que era meu amigo.

⁵⁵ “Manga” é um pasto para gado, resguardado por uma cerca.

O magistrado, depois que desliguei o gravador, me revelou muitas coisas a respeito do meu possível primeiro pistoleiro e ainda me deu indicações. Ele confessou-me que o pistoleiro trabalhava de vaqueiro em uma fazenda e também era uma espécie de segurança dessa propriedade. Ele disse que o tal pistoleiro não fazia mais “serviços”, era “uma “máquina desativada”⁵⁶”.

Notei que a conversa foi bem mais à vontade sem o gravador. Com o gravador desligado, o juiz se tornou menos formal e não mediu palavras. Criei coragem e perguntei como eu poderia entrevistar o pistoleiro. Quando eu pensei que ele fosse me responder, então ele passou a me perguntar se as entrevistas não iriam parar em matéria de jornal. Tornei a assegurar-lhe que era uma pesquisa com total sigilo. Quando eu já estava achando que ele não iria me ajudar, finalmente ele cedeu. Perguntou se eu tinha disposição para viajar. Respondi, por impulso, que sim. Então ele me indicou um major que trabalha na cidade de Iracema (283 km de Fortaleza), o major Oliveira. Disse-me que o procurasse, deu-me o número do seu telefone celular e até ligou na hora para o Major e pôs-me a falar com ele.

O nome do pistoleiro eu acordei com o juiz de chamá-lo de Pedro, Pedro do Guzerá. Pedro foi nome criado na hora, e Guzerá é uma raça de zebu de que, segundo o juiz, Pedro gosta e até ganhou um animal desses. Então juntei os nomes e ficou Pedro do Guzerá. Perguntei ao juiz se seria segura minha entrevista a Pedro. Ele me assegurou, dizendo que dava a palavra dele de que não haveria risco algum e me deu, inclusive, seu número de telefone celular, caso eu quisesse me comunicar com ele.

Alguns dias após, eu já tinha feito contato telefônico com o Major, já havia avisado a algumas pessoas sobre meu trajeto e estava de mochila nas costas, contendo gravador, fitas de áudio, máquina fotográfica, filmadora e um livro do Edgar Morin, *O homem e a morte*, indo de ônibus ao encontro do major Oliveira.

Chegando à cidade de Iracema, liguei para o telefone celular do Major, encontramos e ele foi logo me desapontando: “O homem não está por aqui pela região”. Antes, porém, que eu me desanimasse totalmente, ele tranqüilizou-me, dizendo que eu o encontraria na cidade de Ererê e justificou que alguém da família de Pedro havia falecido. Por esse motivo ele não teria podido comparecer a Iracema como havíamos combinado.

⁵⁶ Termo utilizado na pistolagem para designar um pistoleiro que não mais realiza “serviços”.

Confesso que não acreditei na versão apresentada pelo Major. Imediatamente liguei para o juiz e seu telefone não atendeu; liguei para meu colega advogado e caiu na caixa postal. Naquele momento, pensei em desistir de ir em frente e não arriscar em outra viagem.

O Major ofereceu sua casa para que eu pernoitasse. Resolvi aceitar, mas a cada hora eu voltava a ligar para o juiz e para meu colega advogado e nada. O Major e eu conversamos durante boa parte da noite, mas, em princípio, ele resistiu à idéia de gravarmos uma entrevista falando sobre Pedro. Disse-me que eu perguntasse qualquer coisa que ele responderia, mas com o gravador ligado ele não poderia falar sobre “esse assunto”.

Convenci-lhe, argumentando que eu não o identificaria, nem muito menos a cidade onde ele trabalhava e, por fim, argumentei que o juiz havia me prometido que ele, o Major, me ajudaria naquilo que fosse necessário. Diante do segundo argumento ele aceitou: “Não posso negar nada ao doutor” (anotação de campo).

Antes, disse-me que em Ererê, fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte, eu iria me apresentar a um cabo da PM, cabo Holanda, que este já havia contatado Pedro e me levaria até ele. Mais uma vez senti insegurança.

Antes mesmo que eu formulasse as questões, o Major falou em tom autoritário que iria me falar o que ele poderia dizer e por deferência ao “doutor”. Liguei o gravador para exatos 15 minutos de gravação:

Pedro trabalha numa fazenda. É um sujeito do coração grande, um pai de família, onde mora todo mundo gosta dele e também ele respeita todo mundo. São essas coisas que eu sei dele. Eu o conheci logo que entrei na polícia. Nessa época eu fiquei sabendo que ele era pistoleiro. Ele já era nesse tempo amigo dum gente graúda. Ele andava nessa época com boas armas que a polícia nem sonha hoje em ter ainda. [...] A gente chegou a dar uns tiros juntos e ele acertava uma moeda numa distância de 30 metros. Era bom de pontaria. [...] É, ele fazia as coisas dele por aí, a gente sabia, mas para mim entrava por um ouvido e saía por outro. Mas isso faz tempo, hoje em dia é como estou lhe falando, o homem vive de casa para o trabalho, ele está desativado. Ele anda armado, porque quem tem inimigos como ele tem não pode vacilar. É tudo. (Entrevista realizada em 12/03/2003).

No dia seguinte, fui para Ererê a fim de me encontrar com o cabo Holanda. Durante o deslocamento até ali, tentei novamente ligar para o juiz e o colega advogado. Não obtive êxito mais uma vez.

Chegando a Ererê, procurei o cabo Holanda, que ou não me pareceu alguém confiável, ou naquela situação eu não confiava mais em ninguém. Fiquei sabendo que meu encontro com Pedro se daria naquela cidade, naquele mesmo dia às 23 horas. Estranhei o horário, mas, naquela etapa, era impossível recuar.

Foi inútil tentar entrevistar o Cabo. Muito desconfiado do provável conteúdo de minha mochila (pelo que pude observar), ele se esquivou de todas as investidas, dizendo que “não tinha nada o que dizer”, até em um tom meio áspero que, para aquela situação, não me fazia sentir “confortável”. Tentando ser mais convincente, utilizei-me do argumento imperativo de que o juiz havia me falado que ele me daria todo apoio necessário, contudo, desta vez, não houve resultado. Ele não tinha a menor boa vontade em falar.

O Cabo ainda comentou que conhecia Pedro aproximadamente há dez anos e que ele era vaqueiro de uma fazenda nas mediações de Doutor Severiano, no Rio Grande do Norte.

Passava um pouco das 23 horas quando um carro escuro, um Pálio, veio em nossa direção. O cabo Holanda olhou para mim e disse sorrindo: “Num falei que o homem vinha!”

O carro parou em nossa frente e dele saltou um homem de estatura mediana, moreno, de cavanhaque, aparentando ter mais de cinqüenta anos; usava boné de couro, camisa escura, bermudas escuras e chinelas. Veio em nossa direção e nos cumprimentou. Era Pedro.

Pedro me olhou como se estivesse me analisando. Notei que ele ficou particularmente incomodado (também) com minha mochila. O Cabo me apresentou a Pedro, dizendo “Esse daqui é o peixe do doutor”. Cumprimentei Pedro e ele, apenas acenando com a cabeça, me pediu para entrar no carro, a fim de nos dirigirmos ao local onde seria realizada a entrevista.

Fomos a uma propriedade nos arredores da cidade, creio que uns 30 minutos do pequeno centro. Era um sítio pequeno, com uma casa muito simples, sem energia elétrica. O chão era de cimento, as paredes eram mal-conservadas. Existiam poucos móveis, uma imagem de São Jorge sobre uma mesa e um quadro na parede. O fogão era a lenha e ficava em um pequeno alpendre nos fundos da casa. A casa era composta de três compartimentos. No cômodo principal, uma sala, uma mesa de plástico ao centro com duas cadeiras de plástico. Os outros compartimentos, um era a sala de jantar, com uma mesa de madeira e o outro um quarto com três redes armadas. O banheiro era fora da casa, perto da cacimba. Na casa estava uma família constituída de marido, mulher e dois rapazes. Eles me foram apresentados por Pedro.

Ao chegarmos à propriedade, fiz questão de retirar todos os objetos de dentro da mochila e colocá-los sobre a mesa da sala, a fim de tranquilizar a inquietude de Pedro. Pedro acompanhou atentamente aquele pequeno ritual de esvaziamento da mochila com interesse em

cada objeto. Apanhou a câmera e a filmadora e me disse que não permitia imagens. Concordei. Quando coloquei o livro de Morin sobre a mesa ele leu a capa (certamente só a palavra morte) e me perguntou se eu gostava de ler sobre a morte. Expliquei-lhe (não sei se o convenci), de que se tratava de uma leitura para “passar o tempo”.

Ele perguntou em que eu trabalhava e eu tentei lhe explicar que estava realizando um estudo sobre crimes de homicídios no Ceará, para a Universidade Federal do Ceará, daí vinha meu interesse em entrevistá-lo. Frisei também que o Dr. Magalhães havia me dito que ele me ajudaria concedendo-me aquela entrevista. Pedro respondeu que não haveria problema.

À luz de um velho lampião, tivemos uma conversa preambular em que me foram ditadas as “normas” da entrevista. Ele consentiu em gravar, desde que não fossem identificados nem ele nem o local onde estava ocorrendo a nossa entrevista.

Pedi-me para deixar o telefone celular desligado, todo o material que eu trouxe em cima da mesa e que não poderia haver fotos nem filmagens. Faltavam quinze minutos para a meia noite. Pedro também estabeleceu que aquela entrevista não poderia passar de uma hora da madrugada, porque ele teria ainda que se dirigir à fazenda para trabalhar e o dia dele se iniciava muito cedo. Disse-lhe que o identificaria na entrevista pelo nome Pedro acrescido do nome Guzerá. Ele sorriu pela primeira vez, baixou a cabeça em um gesto de timidez e concordou. Liguei o gravador, Pedro deixou de sorrir.

Fiquei sabendo que Pedro tinha 56 anos, era vaqueiro em uma fazenda (conforme já haviam dito), não trabalhava em Ererê (esta cidade fora apenas o ponto de encontro comigo), vivia maritalmente com uma mulher (não se casara nem civil nem católico) com a qual tinha quatro filhos, mas tinha outros filhos, frutos de relacionamentos anteriores e, também, objeto de relações paralelas, que ele vivia no presente e definia como “com umas mulheres que eu gosto”.

Falando sobre a educação de seus filhos, Pedro disse-me que os maiores valores para ele não estavam na escola. Ele gostaria de passar para eles não era a educação escolar (apenas um filho de Pedro havia concluído o ensino médio, os outros haviam parado no ensino fundamental e dos relacionamentos paralelos quase todos estudavam, mas, segundo Pedro, “nenhum gosta de livros”), mas os “valores da vida”, que se resumiam em normas de conduta morais. Em síntese ele me falou:

Filha minha só namora na idade certa e com a pessoa que eu permitir, tem que falar comigo antes de namorar, e casa moça viu? Porque eu não crio rapariga. [...] Se filho não quiser estudar, não tem problema, tem o cabo da enxada, porque não crio

malandro, tem terra pra capinar, tem gado pra criar, ou vai cozinhar [...] Filho macho meu num tem as novidades que se vê hoje em dia, o cabra se rebolando, usando brinco, cantando que nem mulher, num tem mais o masculino e o feminino definido [...] Filho macho meu é homem e filha mulher tem que andar de acordo com minha cartilha. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Na infância, Pedro disse-me que passou muitas dificuldades e não gostaria de lembrar, mas adiantou que foi filho de pais pobres. Seu pai foi também vaqueiro e cuidava de animais em uma fazenda e sua mãe era cozinheira da família do fazendeiro. O fazendeiro morreu, a mulher vendeu a fazenda e Pedro com a família e irmãos (não quis dizer quantos são) foram desalojados e passaram a viver de uma propriedade para outra. Nessa vida nômade, Pedro só estudou o suficiente para poder assinar e saber ler.

Perguntei-lhe se também desenvolvia o trabalho de segurança na fazenda onde trabalhava. Ele me respondeu com outra pergunta: “A gente zela pelo local que a gente trabalha é certo, num é não?” (anotação de campo).

Indaguei-lhe se ele usava armas. Disse que não poderia deixar de tê-las, porque havia feito alguns inimigos durante sua vida.

Perguntei se ele já havia matado alguém. Respondeu que sim e, taxativamente, complementou com um “naturalmente”.

Aproveitei o “naturalmente” e disse-lhe (sendo sutil na pergunta) que não havia compreendido o que ele quis dizer-me:

Está com dois dias que o home da capa preta⁵⁷ mandou um recado para mim dizendo que o senhor viria fazer uma entrevista comigo sobre pistolagem. Ele me explicou que era coisa lá para a faculdade, para uns estudos que o senhor está fazendo. Por isso lhe perguntei em que o senhor trabalha. Mas eu já sabia do assunto da entrevista. Eu fiquei meio esquerdo⁵⁸ com isso, não queria participar disso não, mas aí o doutor garantiu que não sairia nem em jornal nem televisão. Ele me disse que não desse nome de ninguém, nem data e nem lugar. Mas eu sei que o senhor está aqui pra saber sobre pistolagem. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Se por um lado, aquela revelação de Pedro me assustou, por outro facilitou aquela entrevista. Poderia tratar diretamente sobre o assunto que me levou até ali. Pedro me disse, “não posso negar nada ao homem da capa preta”, e passou a fazer a diferença entre ele e os pistoleiros de hoje em dia.

⁵⁷ “Homem da capa preta” é uma expressão utilizada na pistolagem para referir-se a um juiz de Direito. Quando eles fazem referência a um advogado, eles tratam-no por “o homem do anel”.

⁵⁸ “Ficar esquerdo” é outra expressão que significa ficar desconfiado. Eles, também usam as seguintes expressões: ficar cabreiro/ficar cismado.

Dizer que eu sou assim um pistoleiro, que eu mato... Eu não me considero assim um pistoleiro como esse povo que está aí matando gente a torta e direita. Eles matam por nada e por tudo. Não, eu num sou assim não. Logo esse negócio de matar gente nunca foi minha profissão. Eu tenho profissão certa, aprendi com meu pai que era um homem, um trabalhador. Eu trabalho com gado, cavalo, com terra. Nasci dentro de uma fazenda. Antes de aprender a andar com as pernas eu já andava montado num cavalo, num burro. Eu posso dizer para senhor que sou vaqueiro, mas eu sei fazer de um tudo dentro de uma fazenda. Mas sou sim senhor vaqueiro, e com orgulho. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Pedro não negou que cometera crimes de morte a mando de pessoas que lhe pagaram para isso. Ressalta, contudo, que sua profissão não é aquela; ele é vaqueiro. Pedro também se distingue dos pistoleiros da atualidade. Quando os menciona, o faz com desprezo.

Pedro não sorri facilmente. A entrevista tem momentos de descontração e momentos de tensão. Ele me diz a seguinte frase, expressando um leve sorriso: “Mas não nego ao senhor que já fiz umas coisas por aí, umas arrumações⁵⁹. Andei em umas noites fora de hora atrás de gente, caçando para matar, atrás de uns pés de pau, de umas moitas de mufumbo” (anotação de campo).

Fiz uns serviços para uns homens grandes, umas pessoas de bem que são meus amigos e me pediram. Eu não nego. Mas o senhor veja, eu fiz também porque achava justo o que eles me pediam. Eles estavam no direito deles, porque são uns homens de bem, são gente importante. Aí uns vagabundos mexeram com eles, e eles são homens, não iam ficar desmoralizados. Eles não são uns homens assim para se sujar, se trocar com vagabundos. Eles são uns homens que trabalham no ar condicionado, andam em carro importado, zerado. Tem deles que tem carro de mais de 200 mil. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Para ele, “homens grandes” ou “pessoas de bem”, poderia ser traduzido, perfeitamente por “pessoas de bens”, por pessoas possuidoras de patrimônio e dinheiro. Estas pessoas eram as que Pedro tratava como “amigas”.

Tem um homem desses que trouxe um prefeito de outro Estado para me conhecer. Para eu fazer um serviço para ele. Isso faz muito tempo. Ele me disse que lá na cidade dele havia um cabra que agitava muito⁶⁰, colocava trabalhador contra patrão, era dessa gente bagunceira. E os trabalhadores já estavam entrando na onda dele. Antes que a árvore dê fruto, a gente arranca o pau pela raiz. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

⁵⁹ “Arrumações” ou “serviço” representam a mesma coisa; ou seja, matar alguém por encomenda.

⁶⁰ “Alguém que agita muito” é uma expressão utilizada e se refere a um líder sindical ou político que faz trabalhos de conscientização e defesa de pessoas e ou classes de trabalhadores. Escutei essa mesma expressão outras vezes dita por pistoleiros, indicando ser uma expressão corrente no vocabulário deles.

Pedro utilizou-se de várias expressões que são correntes no mundo da pistolagem. Contou que o político “empeleitou”⁶¹ com ele, para ele “derrubar o homem”⁶², e ainda lhe deu dinheiro, a fim de que ele tivesse condições para comprar um “máquina”⁶³ nova.

Viagei para a região e passei um mês por lá estudando o local. Fiquei um tempo pela região só estudando o homem. Foi um dia eu *fiz ele*⁶⁴. Mas as coisas que eu fiz foram nessa base. Nunca matei gente que estava quieta, matei quem estava bulindo com quem estava quieto. Por isso não me comparo a esse povo que está aí. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Com poucos minutos de gravação, Pedro me pede para dar uma pausa na entrevista. Levanta-se e se dirige à cozinha. Nesse momento, observo o cabo de uma arma no cós de suas calças. Naquele ambiente e passando por aquela situação, a visão do cabo daquela arma na cintura de Pedro era mais uma coisa para me deixar intranquilo.

No entanto, Pedro não parecia ameaçador, apesar de sua narrativa tão “carregada” de violências. Reformulando minha frase anterior, talvez Pedro não quisesse que eu o visse como alguém ameaçador. Usando um termo de Breton (2003:231), Pedro “metaformoseava sua identidade”, procedendo a um jogo de mostrar e esconder, em que ele se exibia como um pistoleiro, narrava os crimes cometidos, mas os justificava e escondia a violência por detrás de suas justificativas.

“Os olhos são os reguladores da interação”, segundo ainda Breton (*Opus cit.*: p. 150, tradução livre⁶⁵). Pedro narrava me olhando nos olhos; nem quando ele falava sobre as mortes que havia cometido, ele baixava o olhar. Era um olhar firme, que nas narrativas eram acompanhados do movimento das mãos. Ele só desviava o olhar, de vez em quando, para observar a porta de madeira dividida em duas, que dava para o terreno, como se esperasse alguém ou estivesse apenas atento a qualquer movimento. Então ele olhava a porta que estava nas minhas costas. Pequenos intervalos durante a narração eram feitos, coisa de segundos, em que Pedro parecia querer escutar o que se passava fora da casa. Todos permaneceram em silêncio durante as narrações de Pedro, exceto por uma rádio de pilha que um dos rapazes, filho dos proprietários da casa, escutava.

⁶¹ “Empeleitar” significa dizer encomendar uma morte, ajustar um “serviço”.

⁶² “Derrubar o homem” é a mesma coisa que matar a pessoa.

⁶³ “Máquina” é a mesma coisa que arma de fogo.

⁶⁴ “Fazer o homem/derrubar o homem/pegar o homem/derrubar o boi/queimar o homem/apagar o homem/meter o revólver/envelopar/meter a ficha/passar o fogo/detonar/quebrar o milho/passar o rodo/pistolar”, todas essas expressões significam a mesma coisa; matar alguém.

⁶⁵ Texto no original: “Les yeux sont régulateurs de l’interaction”.

Pedro pegou duas xícaras de café e a dona da propriedade trouxe tapiocas feitas na hora, queijo de coalho, nata e manteiga-da-terra. Mostrou a marca no queijo e diz que é a marca da fazenda de seu patrão. Assegura que jamais provarei um queijo como aquele e insiste para que coma mais e mais. Uma música lhe chama a atenção. Ele pede para que eu a escute e diz: “Isso é que é música, não as *fuleragens* de hoje em dia”. Era uma música na voz de Roberto Carlos, “As flores do jardim da nossa casa”. Ele canta uma estrofe: “Eu já não posso mais, olhar nosso jardim, lá não existem flores, tudo morreu pra mim” (anotação de campo).

Enquanto aquela música tocava, todos na casa ficaram em silêncio ouvindo Pedro repetir a mesma estrofe. O silêncio continuou depois que a música terminou, esperando Pedro sinalizar para continuar a entrevista. A narrativa requer a faculdade de escutar, de aguardar, de ter paciência, de não abreviar os momentos, não acelerar os ritmos, pois ali, diante daquele cenário, se está no universo de Pedro, onde ele é o protagonista, ele é o narrador, o condutor e o inventor de suas histórias.

“O homem moderno não cultiva o que ele não pode simplificar e abreviar” (BOSI, 2003:88). Apesar de respeitar aquele momento em que Pedro repetia a estrofe da música, enquanto ela tocava no rádio de pilhas e ele (talvez) se lembrava de algum fato, em um gesto que não há explicação ao nível consciente, olhei para o relógio do meu pulso de forma acintosa.

Talvez por um gesto de impaciência, uma tentativa (frustrada) em fazer com que Pedro continuasse suas narrativas, quiçá, portanto, para apressar-lhe e tirá-lo daquele momento catártico, o fato é que olhei para meu relógio levantando o braço, mas ele havia parado.

Ninguém notou meu gesto (ainda bem) e, durante uma fração de segundos coloquei o relógio no ouvido, na tentativa de saber se ele estava funcionando, balancei-o; e nada. A sensação era de que o tempo havia parado e que a música ficaria tocando, mesmo durante e após a narrativa de Pedro. Pedro era o único possuidor de um relógio naquela casa; ele era o “dono do tempo”.

A música termina, o radialista de uma rádio AM começa a falar e Pedro senta-se. Ele torna a me dizer que não poderia revelar muitas coisas, nem nomes, nem lugares e nem mesmo todas as situações e fatos ocorridos durante sua vida no crime, pois ele estaria produzindo provas contra ele mesmo e chamando atenção sobre ele.

Fiz nova tentativa de transmitir-lhe segurança e reafirmei-lhe minha intenção de preservar em total sigilo sua identidade e que não havia da minha parte intenção de fazer uma “investigação”, que isso era tarefa policial, que minha função ali era um “estudo” e que seria importante ele continuar com nossa conversa porque estava muito interessante. Para finalizar, lembrei-lhe através de quem eu havia chegado ali, por meio de pessoas que eu pressupunha que eram de sua inteira confiança.

Ele retirou o boné, coçou a cabeça com impaciência e, olhando firmemente para mim, advertiu-me:

Eu só estou respondendo às suas perguntas, primeiro porque estou vendo que o senhor é um homem sério e depois também porque o senhor chegou aqui da parte de uns homens que eu confio, de uns homens direito que o pedido deles é uma ordem, gente que é cadeado⁶⁶. O doutor lá é um homem sério, direito que eu não nego nada para ele e nem pra amigo dele. Mas é porque eu nunca falei sobre essas coisas com ninguém. Nem com a minha mulher eu comento sobre essas coisas. Ela não pergunta e nem eu falo. Quando eu vinha para cá ela ficou cismada dizendo: “Você não vai se enrolar depois de velho, você tem família para criar”. Mas eu estou vendo que o senhor é um homem direito. Eu tenho horror a jornalista. Eles acendem o fogo e depois jogam um dentro. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Restabelecida, por ora, a confiança entre mim e Pedro, resolvi, estrategicamente, lhe indagar sobre vaquejadas, o que ele achava. Imaginei que descontrairia a conversa e retiraria o foco sobre o assunto central:

A gente que é do interior já nasce e se cria no meio do gado, cavalos e cabras. O divertimento dos meninos do meu tempo era fazer corrida de burro e derrubar rês. Os meninos quando largavam o peito da mãe iam mamar no peito das vacas (risos). Eu sou vaqueiro, é minha profissão e também meu divertimento. Eu não corro mais vaquejada. O rapaz que fazia minha esteira está muito gordo, o cavalo nem pode mais com ele. Ganhei uns prêmios em vaquejada. Ganhei moto, dinheiro e cavalo. É minha natureza. Eu aprendi a montar cavalo assim como o senhor aprendeu a andar de carro. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Deixei a conversa fluir e Pedro descontrair-se. Quando já estávamos em duas horas de gravação e vários cafés e tapiocas, perguntei-lhe se estava armado. Ele, em vez de responder, retirou de suas calças, da parte de trás, um revólver, e colocou-o sobre a mesa e disse: “Não ando sem ele não, é capaz de me esquecer da minha mulher e dos meus filhos, mas do meu 38⁶⁷ aqui não esqueço nunca” (anotação de campo).

Pedro havia colocado sobre a mesa uma arma envolta de uma cartucheira feita de couro. Era a primeira vez que eu me aproximara tanto de uma arma de fogo. Ele ficou

⁶⁶ “Ser cadeado” é uma expressão relativamente comum entre pistoleiros e até mesmo entre policiais, e significa que a pessoa guarda um segredo ou, como também dizem: “não dá com a língua nos dentes”.

⁶⁷ Referência ao calibre do revólver.

admirando-a. Por alguns minutos, ficamos calados; ele olhava o revólver, tocava-o como se o estivesse acariciando e eu o observava, aguardando “retornar de mais um momento catártico”.

Comenta que aquela é uma boa arma para defesa e que é possuidor de outras armas de fogo, mas aquela é “para a diária, para dia a dia”. Perguntei-lhe sobre as outras armas. Ele me responde, sorrindo, que “as outras meninas” (referindo-se às armas) ele só as “leva para passear em circunstâncias especiais”. Quais são essas circunstâncias? Pedro não responde e só me diz que as outras são muito bem guardadas, que são armas boas e caras. “Tem delas que eu deixo enterrada debaixo do chão. Quando eu quero vou lá, cavo o buraco e retiro. É como desenterrar defunto (sorrir)” (anotação de campo).

Indaguei-lhe se ele atirava bem. Ele me respondeu: “Já atirei melhor, mas aí a gente vai envelhecendo e a vista vai piorando; mas esse revólver já aí tem o gatilho *bem docinho*⁶⁸” (anotação de campo).

Os moradores da propriedade, os adultos, ainda permaneciam acordados. Os rapazes dormiam, mas o rádio ainda tocava dentro da rede de um deles no quarto ao lado. Eu ajeitei a terceira fita e perguntei a Pedro sobre sua condição financeira, se ele vivia melhor hoje em dia de que no tempo de sua mocidade:

Para o senhor ter uma idéia, hoje eu ainda trabalho no que é dos outros. Embora tenha um terreno e plante também no que é meu, mas tenho uma vida de pobre. Vivo melhor hoje. Quando eu era menino a minha família passou muita dificuldade, passamos até fome. Meus filhos não sabem o que é passar fome, eu sei o que é passar fome. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

A minha pergunta, após esta resposta de Pedro, veio de forma inopinada: “E o dinheiro que você ganhou com os ‘serviços’?” Ele não se surpreendeu com aquela indagação.

O senhor quer saber é do dinheiro que ganhei matando gente, não é mesmo? É dinheiro amaldiçoado, doutor, não rende nada, a gente ganha hoje e amanhã não tem mais coisa nenhuma, o Cão leva tudo. No começo, logo que eu comecei a fazer os serviços, eu gastava muito nos cabarés com as mulheres da vida e com bebidas. Quando a gente é novo age dessa forma, não pensa em nada, gasta tudo que tem. O senhor me acredita, quando eu andava pelo meio do mundo fazendo serviço, cheguei a trocar um carro em uma espingarda? Dei um Fiat zerado numa espingarda, troquei um pelo outro, pau a pau. O dinheiro que a gente ganha fazendo serviços, ele vai todo embora, desce pelo ralo rapidinho, o Cão leva tudo para ele, é dinheiro conseguido com sangue, é amaldiçoado (Entrevista realizada em 13/03/2003).

⁶⁸ “Gatilho doce” significa que aquela arma tem o gatilho de uma forma que ao leve toque a arma dispara. Pedro explicou-me que já tinha hábito de atirar com aquela arma e que, portanto, seu gatilho já apresentava maior facilidade no momento de acioná-lo.

Pedro salientou que o dinheiro que ele obtivera por meio dos crimes por encomenda, era “amaldiçoado”, o “Cão”, segundo ele, levava tudo, porque, concluiu, é um dinheiro “conseguido com sangue”.

Fiz diversas outras indagações a Pedro, como por exemplo, por que ele jamais havia sido capturado pela Polícia, se ele realizava muitos “serviços”; como ele agia e de que armas ele gostava de utilizar. Ele iniciou a narração e eu acionei o gravador a fim de consumir os últimos 15 minutos do lado B da terceira fita:

Minhas coisas são seguras. O senhor é a primeira pessoa com quem falo dessa parte da minha vida. Eu disse para o senhor que não faço disso profissão. Tenho meu trabalho. O comer dos meus filhos é garantido com esse trabalho. Faço uma coisa quando tem fundamento⁶⁹, por isso que eu disse para o senhor que não me acho assim um pistoleiro. Um dia desses uns pistoleiros mataram uma mulher aí depois foram todos presos. É coisa sem fundamento. Eu não trabalho com coisa sem fundamento. Outra, que eu fiz durante minha vida muitos amigos. Tenho mais amigos do que inimigo, o senhor me acredita? Se eu sair aqui pelos meios dos matos, a porta que eu bater ela se abre para mim, o senhor me acredita? Porque eu tenho amigos demais. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Pedro torna a falar sobre seus “amigos”, diz que tem muitos que o protegeriam caso ele precisasse. Amigos sem recursos financeiros, mas que não negariam ajudá-lo. Aqueles em que Pedro confia, no entanto, não são somente os “amigos” pobres, mas são as pessoas que têm dinheiro e a quem chama de “homens direitos” e “homens sérios”.

Só atendo pedido de homem direito, sério, coisa de fundamento. O bem mais precioso de um homem são as amizades. Quando eu tinha uns 22 anos, estava numa festa e um cabra mexeu na bunda duma moça que é filha de um político da minha região. Eu não acho certo. E se fosse uma filha minha? Eu fui lá e sentei o ferro⁷⁰ nele, dei umas facadas nele, e só não dei uns tiros porque nesse dia eu estava sem o meu revólver. Assim que terminei de furar o cabra, juntou um monte de gente para colocar as tripas dele para dentro de volta. Juntou gente muita e eu fiquei ali, não fugi. Aí veio um policial e me prendeu. Ora, foi ele me dá voz de prisão e o político, pais da garota chegar, pelas costas do policial e mandar ele embora limpar o chão da cadeia (risos). Eu tenho uns amigos que *são ferro*⁷¹, viu? São bons, não me abandonam porque sabem que se eles precisarem de mim eu chego junto⁷². Homem é aquele que tem lealdade, tem palavra, serve os amigos quando precisa, não tem traição. Porque homem que não tem lealdade, não tem palavra, não tem honra é pior do que mulher e veado para mim. Estou para ver um pistoleiro aqui que faça o que eu já fiz e nunca tenha caído⁷³, me mostre um. Por isso tem gente que me procura, me valoriza. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

⁶⁹ “Coisa de fundamento” significa dizer que Pedro só realizava “serviços” com segurança de que os faria, alcançaria seus objetivos e não seria capturado pela Polícia. Pedro, também comentou algumas vezes durante a entrevista que não matava qualquer pessoa e nem matava para qualquer um, querendo dizer com isso que não trabalhava com “coisa sem fundamento”.

⁷⁰ “Sentar o ferro” significa esfaquear, podendo significar, também atirar.

⁷¹ “São ferro” pode ser traduzido por pessoas que são poderosas, ricas e, também gratas a Pedro.

⁷² “Chegar junto” é uma expressão que pode ser entendida, no contexto da narrativa de Pedro, como “eu não lhes abandono” ou ainda, “eu faço tudo aquilo o que eles precisarem”.

⁷³ “Cair” é um termo normalmente utilizado por criminosos em geral e significa ser capturado pela polícia.

Na concepção de Pedro, “homem” é aquele que “tem lealdade”, “palavra”, “serve” aos amigos e, portanto, não os “traí”; o contrário, quem não observa esses parâmetros traçados por ele, é, como se constata em sua narração, “pior do que” mulher ou homossexual.

A melhor arma para ele é o revólver, “porque não falha, não deixa na mão”. Pedro trata seus crimes como um negócio, um trabalho, “Mas já trabalhei com espingarda também. Tenho pistola, mas *sou esquerdo* com pistola”. Perguntei-lhe se ele tinha um parceiro que o ajudasse a cometer os crimes, “É como dá certo. Mas é mais seguro de dois do que de um”.

Já na quarta e última fita, perguntei a Pedro como ele havia começado sua vida de pistoleiro. Ele olhou para o relógio (o único existente funcionando) e me disse: “Esta é a derradeira”. Concordei.

Eu tinha acabado de fazer 16 anos e trabalhava em uma fazenda. Amansava burro e era vaqueiro. Um dia o fazendeiro chegou e me contou a história de um homem que teve a filha estuprada por um cigano. Ele me disse que o cigano tinha fugido. Aí o fazendeiro perguntou se eu era homem pra fazer aquele serviço que ele pagava. Eu topei. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Pedro ainda justificou sua atitude através de dois pontos: primeiro o crime cometido pelo “cigano”, o estupro, era imperdoável; segundo, Pedro disse que era muito novo e o dinheiro que o fazendeiro lhe ofereceu era uma boa quantia, “Aí eu uni o útil ao agradável”, disse-me ele (anotação de campo).

Como era minha primeira vez eu fui com um pistoleiro experiente que, inclusive, já morreu. Levamos dois meses para matar fazer aquele homem. Eu já estava me pisando. O pistoleiro que estava comigo dizia: “Para essa profissão o cabra tem que ter paciência, não ser afoito para não fazer merda”. Quando a gente já sabia tudo sobre o cigano, aí a gente deu o bote⁷⁴. Eu estava nervoso, mas eu estava com vontade de picotar uns tiros em cima do cigano. O vagabundo não tinha parente nem aderente, não tinha ninguém no mundo, só ele. Ninguém para reclamar o homem. Fomos a um cabaré onde ele estava. O pistoleiro dirigindo e eu do lado. Ficamos uns 25 metros do cabaré esperando ele sair. Quando ele o pistoleiro disse para mim: “Escala⁷⁵ e faz ele no carro”. Fiz como ele mandou. O revólver apontado para o cigano o tempo todo. Deu um nervoso no cigano e ele se mijou todo, achou que a gente era assaltante. Numa estrada carroçal o pistoleiro parou o carro e mandou o cigano descer. Ele disse para o cigano: “Você vai morrer porque fez mal e judiou da filha do fulano”. O homem se tremeu todo, chorou e eu fiquei esperando o papouco do tiro. Mas o pistoleiro disse para mim: “Se você não fizer o primeiro, não vai aprender nunca. Faz esse daí para botar os nervos no lugar”. Eu olhei para o cigano e me lembrei do que ele havia feito e dei três tiros nele, assim bem na cara. Depois puxamos o corpo para fora da estrada, tiramos a roupa dele⁷⁶, enterramos e depois

⁷⁴ “Dar o bote” é uma expressão muito comum entre os pistoleiros, significa investir contra a vítima.

⁷⁵ “Escalar” significa apontar a arma; mesma coisa que escorar.

⁷⁶ Essa prática de despir o morto é usual entre os pistoleiros. A explicação é que o corpo com roupas demora mais para entrar em estado de putrefação do que sem elas.

tocamos fogo nos documentos dele. Ninguém nunca deu pela falta dele. (Entrevista realizada em 13/03/2003).

Pedro disse-me que era tudo que ele poderia me dizer. Estávamos cansados e ele havia se entusiasmado com os relatos e havia esquecido seu horário de trabalho. Agradei-lhe e ainda conversamos por algum tempo com o gravador desligado. O casal de proprietários da casa onde nos encontrávamos estava com a aparência de cansados, mas, mesmo assim, serviram um café-da-manhã naquela madrugada, com cuscuz, leite, café e nata.

Pedro tomou o café e disse que já estava de partida para trabalhar porque ainda iria “pegar muito chão” até a fazenda. Ele disse que alguém viria me apanhar numa moto e me transportaria a Ererê.

Quando nos despedíamos, perguntei-lhe ainda se ele sabia quantas pessoas havia matado. Ele me respondeu em tom irônico que a memória dele estava enfraquecendo com a idade e que só se lembrava de coisa de “um ano pra cá”. Agradei a Pedro e nos despedimos.

As pessoas daquela casa pouco dirigiam a palavra a mim. Apenas para perguntar se queriam água (do pote) ou algo para comer. Fui para um canto do terreno e escrever as impressões que eu havia colhido de tudo aquilo que eu passara e que eu ouvira. O rádio portátil de pilhas recomeçara a tocar bem longe em uma rádio local. Um dos rapazes pegou um lagarto, um teiú com as mãos e o levou para dentro da casa.

Uma moto chegou duas horas após Pedro sair e me levou à cidade, de onde embarquei no ônibus de volta a Fortaleza. Meu relógio voltara a funcionar e a impressão dessa vez é que o tempo retornara a transcorrer normalmente. Depois de ouvir tantas mortes, não tive mais interesse, durante aquela viagem, em ler Morin. Era muito filosófico diante daquela realidade tão aqui e agora, daquela experiência de campo que acabara de atravessar.

2.2 O sertão dos pistoleiros

“Pelo sertão não se tem como
 Não se viver sempre enlutado;
 Lá o luto não é de vestir,
 É de nascer com, luto nato”.
 (MELO, 1985:32).

Bem antes de ir a campo, de estar ou de cruzar o sertão, eu, que sempre vivi no meio urbano, tomei a decisão de, antes, percorrê-lo nos livros, descobri-lo, ou iniciar esse desvendamento do que vem a ser o sertão, mediante a leitura de alguns romances, de alguns folhetos de cordel e, também, de alguns autores que escreveram sobre o sertão e acerca dos homens que matavam gente no sertão.

Antes, é importante lembrar que o sertão onde me situo não está no Nordeste de Freyre (1989), não é aquele das terras gordas e de ar oleoso, que faz parte do Nordeste da cana-de-açúcar, uma região do receptivo solo de massapé, de bois pachorrentos e de gente às vezes arredondadas, lembrando a figura de Sancho Pança.

O sertão de que falo é aquele que Freyre disse que estava no “outro Nordeste”, o da pecuária, que fora deixado para a análise de Menezes (1937) já com a sugestão do título *O outro Nordeste*.

O primeiro dado observado por Freyre no outro Nordeste é a existência dos sertões; lugar de paisagens duras que fazem doer os olhos, de solo de areia que repele a bota do europeu e o pé do africano com o mesmo enjôo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão, região de figuras de homens e bichos alongadas, que lembram as pinturas de El Greco.

O sertão de que falo nesse momento, é também aquele que me foi descrito – pela maior parte das pessoas com as quais conversei e ou entrevistei - por meio de histórias que o relataram a partir da ótica da realidade vivida e, simultaneamente, das transfigurações desta por meio das mitologias sertanejas. Ou seja, o sertão narrado é, ora o espaço experimentado e assimilado, ora um espaço mítico e imaginado.

Para realizar uma produção de sentido para todas as falas que ouvi, utilizei-me de fragmentos de textos literários os quais me apossei, retirando-os de sua ordem primitiva e os

reordenei por meio de um processo de bricolagem, tornando-os ferramentas de captura e expressão do conjunto de falas que ouvi. O resultado é a invenção discursiva de um sertão marcado e estigmatizado pela violência, uma construção estética que tenta traduzir o ponto de vista e percepções daquelas pessoas com as quais convivi durante o tempo em que ocorreu a pesquisa de campo.

Em suma, na definição que elaborei sobre o sertão, não houve a preocupação em configurar de modo rigoroso uma realidade, mas de fazer emergir as formas discursivas produtoras de uma realidade chamada sertão. Ou seja, é uma escrita que funciona, sobretudo, como ressonância de uma forma de ver, sentir e de dizer uma realidade chamada sertão.

No sertão, o sol é vermelho como um tição! Paisagem nua toda crivada de espinhos, árvores magras sem folhas verdes sob um sol infernalmente luminoso, um sol assassino. (FERREIRA, 1963).

É o local de paisagens cinzentas, monótonas, onde só o verde de algum juazeiro escapa à devastação da rama; uma estrada vermelha e pedregosa, repleta de galharias negras, secas e de espinhos agressivos; lagartixas correndo sobre as folhas secas do chão que estalam como papel queimado (QUEIROZ, 1977); ossadas brancas, vôo negro e circular dos urubus em redor de bichos moribundos. Um rio seco, com lama seca e seixos rachados, uma paisagem tão seca quanto às vidas que nela habitam. (RAMOS, 1977).

Vento quente como a rocha nua dos serrotes, paisagem de pêlo de leão, confusa galharia despida e empoeirada a perder de vista, chão negro de detritos vegetais tostados pela morte e pelo ardor da atmosfera (PAIVA, 2004).

Sertão-desértico, lugar do Deus terrível e do Diabo Besta-Fera, o Arcanjo luciferino molhado de sangue. Uma terra embebida, molhada e manchada de sangue, e por aqui há muito sangue, bebido e perdido por esta terra seca, pela poeira para do sertão. (SUASSUNA, 1977).

Sertão, estuário de cabras, jagunços, cangaceiros, de matadores de gente. Homens armados, de corpos fechados e almas vendidas, que viviam para morrer, não de fome feito gado castrado em cercado de fazendeiro, mas na bala ou na lâmina de uma faca. Sertão dos coronéis e dos bacharéis, onde homem que é homem não chora, da coragem pessoal, das vinganças, do chumbo quente lavado com sangue morno; um lugar ermo em que só se fala em matar, de homens que amam mais seus códigos de honra do que a vida; sertão de homens sem medo, da justiça rude, de homens sem lei nem rei. (CAMPOS, 1990).

Sertão das questões, de terras, melindres das famílias, de brigas, às vezes por coisas insignificantes, que desfecham em sangue. Dos encontros em campo aberto ou por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidosamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio, onde um tiro assassino, às vezes marca o começo de longa série de assassinatos e vendetas (ABREU1954).

Sertão dos criadores de bois, atividade que gasta a sensibilidade dos homens tornando-os cruéis; de padres, médicos e até mães desapietadas. Quem não tiver avós, que matassem ou fossem mortos, levante o dedo! (BRÍGIDO, 2001).

Sertão clânico, palco de disputas entre potentados e políticos; de rixas familiares e tocaias, dos conflitos por terras secas, batizadas sob a influência do sangue e da lágrima derramados. (PINTO, 1949).

O lugar das vinganças, dos juramentos de morte inquebráveis feitos com o sangue do morto em cruz no cabo da arma de fogo. Sertão, onde o covarde preza a vida e o valente não teme a morte. (THEÓPIHLO, 1972).

Sertão dos valentões, homens que servem a fazendeiros e, tantas vezes, são cegos instrumentos a vinganças e ódios sanguinários. Lugar mais fúnebre que cemitério, onde a vida abandona a terra, e toda a região não é mais do que um vasto jazigo de uma natureza extinga e o sepulcro da própria criação (ALENCAR, 2001).

Sertão, profusão, de mundos e culturas alojadas em seu tecido cultural. O sertão que lembra a antiga Córsega na França, onde os indivíduos não contam nem com a justiça e nem com a polícia para resolver seus conflitos, ou como os antigos *condottieri* da Itália, onde homens alugavam suas armas para matar. (BARROSO, 1917; 1930a e 1930b)

Sertão, por fim, lugar onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. Sertão que está em toda parte (ROSA, 1984).

O sertão é um espaço que durante muitos anos (diria que até alguns séculos) desenvolveu a marca indelével de região palco de vários conflitos. Conforme Barreira (1992:175), a “cultura da violência’ faz parte da história do sertão”.

No lugar de destaque desses conflitos estavam os coronéis, os grandes proprietários de terras e os chefes políticos municipais, que lançavam mão dos seus empregados, agregados, jagunços ou capangas para fazer prevalecer interesses particulares.

Aqueles entravam com o poder e o dinheiro, estes com os atributos pessoais da valentia e da destreza no manuseio de armas.

Abaixo desse “estado maior campesino” – o poderoso e o seu capanga – estava a população, vítima em potencial, sujeita a melindrar, mesmo sem saber, o “direito impositivo” de um todo-poderoso e ter que pagar, muitas vezes com a própria vida, o cometimento desse grave erro.

No Império e na República, Bastide (1979:107) sinalizou também uma mudança comportamental do homem que era vaqueiro, antigo empregado do proprietário de terras, a matador:

No Império e na República, a luta de famílias transforma-se em luta política de clãs. Pelos laços do compadrio ou da gratidão, estão os vaqueiros ligados a chefes políticos que os defendem da polícia; formam em torno destes verdadeiros pequenos exércitos. Mesmo quando as rivalidades políticas não degeneram em verdadeiras batalhas entre grupos rivais, como acontece freqüentemente, há sempre um “serviço” a executar para o patrão: matar este ou aquele adversário, fazer desaparecer este ou aquele opositor. O vaqueiro torna-se, assim, um profissional do crime. Do crime encomendado por seu padrinho ou por seu protetor, que comete não tanto por dinheiro, mas por uma espécie de fidelidade feudal, de vassalo para suserano.

A pistolagem surge e se desenvolve, portanto, em princípio, dentro do cenário rural e pela necessidade que essa espécie de “estado maior campesino” tinha de fazer valer seus interesses particulares a qualquer custo.

Dito isso, expressei um ponto que “garimpei” durante o trabalho de campo, e que merece aqui ser levantado.

No ano de 2003, estava realizando uma entrevista com Mainha quando, supervenientemente, surgiu uma questão. Segundo Mainha (de suas lembranças de infância, e do que lhe foi passado através de seus pais, familiares e de sua convivência na região do vale do Jaguaribe, local onde cresceu e viveu até seus 18 anos), na década de 1950, e mesmo durante a década de 1960, o povo daquela região, principalmente, não chamava ao matador de aluguel de pistoleiro, nem muito menos, portanto, ao crime cometido por ele de crime de pistolagem. Além do mais, ele disse-me que era chamada de “coiteiro” à pessoa que dava proteção ao assassino.

Mainha relatou que os pistoleiros nessas décadas eram conhecidos pelos seguintes termos: “cangaceiros” ou “jagunços”, sendo que o termo “cangaceiro” ele o teve mais

presente em sua memória desde criança. Vejamos um trecho da entrevista em que ele fala sobre isso:

Ninguém falava de pistoleiro, mais era o cangaceiro. *Um cabra* que matava um, dois. E ninguém via andar de moto, nem de carro, tudo era a cavalo, burro. Deslocava-se de um canto a outro mais era de burro [...] Isso na década de 1962, 1958. Eu já nasci ouvindo essas conversas. Ninguém falava de pistoleiro [...] ouvia mais falar cangaceiro, coiteiro... Coiteiro era aquele que protegia o cangaceiro, que arranjava serviço para ele fazer. Pistoleiro eu ouvi falar de 1967 pra cá, mas antes era cangaceiro. (Entrevista realizada em 08/04/2003).

Acrescentou Mainha que a palavra “pistoleiro” lhe era tão estranha nas épocas mencionadas, como lhe era desconhecido o uso da arma de fogo “pistola”. Ele revelou que somente teve contato com esse tipo de arma de fogo na década de 1990:

Eu fui ver pistola depois que eu saí da cadeia. Antes disso eu não conhecia pistola. Eu nunca usei pistola. Não conheço nenhum pistoleiro que usava pistola. Algum fazendeiro tinha o parábélum, que é a Luger⁷⁷, mas em casa. Para matar gente era o revólver. (Entrevista realizada em 08/04/2003).

Mainha ainda narrou-me que, mesmo na década de 1980 algumas pessoas se referiam a pistoleiros como “jagunços”, e frisa, “eram pessoas que tinham estudo” e exemplifica, lembrando das constantes reclamações que a esposa de um antigo patrão seu fazia, devido a presença incessante de pistoleiros em sua residência: “Esse monte de jagunço dentro dessa casa o tempo inteiro, tudo cheio de arma, isso é um inferno” (anotação de campo).

Segundo a compreensão de Barreira (1998:149) sobre o termo pistolagem “Aqui o substantivo pistola (do *al. Pistole*), arma de fogo, ficou generalizando todas as armas mortíferas (espingarda, revólver, escopeta etc) usadas pelos criminosos de aluguel. Daí a expressão *crimes de pistolagem*”.

Em outras palavras, o termo pistolagem foi tomado emprestado do tipo de arma de fogo portátil denominada *pistola*, que passou a ser símbolo do ato de matar por encomenda, não importando se o delito fora praticado com outro tipo de arma.

Identificada a provável origem do vocábulo, no entanto, resta-nos muito difícil, tanto determinar quando foi que ele surgiu aqui no Ceará, quanto se o termo “cangaceiro” era empregado, como referência a matadores de aluguel, antes da década de 1970.

⁷⁷ “Parábélum” é uma pistola automática de fabricação alemã.

Em síntese, as duas perguntas são: a partir de quando começam a ser empregados os termos pistolagem e pistoleiro no Ceará? E, anteriormente à década de 1970, se era utilizado o vocábulo “cangaceiro” em vez de “pistoleiro”?

Se respondermos à segunda indagação suscitada por Mainha, poderemos, se não responder com precisão, mas ao menos de forma aproximada, sobre o surgimento das palavras pistolagem e pistoleiro na recente história cearense.

Então, o substantivo pistola, incorpora (no crime de mando) todas as “armas mortíferas”, de acordo com Barreira (*Opus cit*). Complementando a afirmação, a pistolagem pode ser cometida, não somente por arma de fogo, mas de arma branca (faca, punhal, peixeira etc), veneno, inclusive, por meio da simulação de um acidente.

Várias outras matérias foram coletadas. Notei que, a partir de 1970, o termo pistolagem passa a ser freqüente. Há, inclusive, desde a década seguinte, um “abuso” por parte da imprensa no farto emprego da palavra, o que não ocorre nas décadas que antecederam 1970, pois embora o termo pistolagem não fosse dicção mencionada, o crime apresentava todas as características. Quero dizer, havia um mandante, o matador contratado e a vítima; ou então, havia a referência a um mandante e aos pistoleiros, mas com outros nomes.

Sem querer tornar essa procura exaustiva, até porque não é essa a finalidade deste trabalho, cito apenas as matérias de alguns jornais, entre muitos outros que pesquisei, tão somente com o intuito de exemplificar a procedência do discurso coletado na entrevista com Mainha:

Aludis à tentativa de morte de que, há poucos dias fui vítima, cometida de surpresa covarde e traiçoeiramente por um sicário, de conta própria ou por mandato de algum outro igual a ele, e, aludis, sem censuras. Pois bem, se o atentado merece a vossa aprovação, e, sóis mandante ou um cúmplice tirai a máscara e de cara descoberta assume a autoria ou a com participação do crime.

Pela vossa linguagem tomais o patrocínio do sicário e incitais a perversidade de outros, fáceis de aparecer em tempos de fome e grandes misérias, iguais aos que ora atravessa terra tão inditosa como esta, e, no momento em que sóis o despenseiro mor dos socorros distribuídos a custa do Tesouro Público. Pois bem as cautelas (se cautelas são possíveis contra a surpresa e emboscada de sicários apatrocinaados por poderosos) essas cautelas serão tomadas. (O CEARENSE, 07/02/1890).

A matéria jornalística acima, realizada no ano de 1890, apresenta características de uma tentativa frustrada de pistolagem. Aparecem na matéria os seguintes elementos: o “sicário”, o “mandante” e a “vítima” que foi “emboscada”, mas escapou.

A zona do Cariri, a mais fértil [...] tem sido, através dos tempos, desde os primeiro povoamentos da Colônia, o centro produtor de cangaceiros. Os antigos chefes do interior, distanciados de maior civilização, os ignorantes, procuram sempre o serviço da cabroeira desenfreada, arruaceira, de quem se servem com o desabafo, nas menores intrigas [...] Com os mesmos hábitos, com as mesmas tendências, os atuais chefes de cangaço de Brejo dos Santos mantêm um grande número de criminosos, recidivista terríveis, devidamente processados, evadidos dos cárceres, de quem se socorrem todas as vezes que é preciso eliminar um desafeto. (O POVO, 18/07/1928).

Nesta outra reportagem, do ano de 1928, a palavra “cangaceiro” aparece para denominar criminosos que são usados para “eliminar desafetos” dos “antigos chefes do interior” cearense.

No ano de 1929, encontrei ainda a seguinte reportagem: “O assassinato de João Paulino. Foi José Gonçalves de Figueiredo quem aliciou cangaceiros, quem emboscou João Paulino, quem lhe arrancou a vida”. (O POVO, 07/03/1929). A palavra “cangaceiro”, conforme se pode observar, é utilizada em um crime contendo elementos de uma pistolagem; ou seja, tem o mandante, o pistoleiro (cangaceiro, no caso) e a emboscada. Nos anos seguintes, encontrei casos semelhantes a estes. Na década de 1970, no entanto, a linguagem muda e a impressão que se tem, é que os crimes de pistolagem aumentaram: “Pistoleiros assassinam fazendeiro”. (TRIBUNA DO CEARÁ, 12/02/1977); “Pistoleiro assassina prefeito”. (TRIBUNA DO CEARÁ, 14/02/1977); “Mais um prefeito na mira dos pistoleiros”. (TRIBUNA DO CEARÁ, 01/03/1977).

Na leitura especializada sobre o cangaço, encontramos mais comprovações de que embora a existência do termo pistolagem seja algo datado de recentemente, o crime (de pistolagem) e o criminoso (o pistoleiro), já existiam bem antes da invenção dos vocábulos respectivos, porém recebiam outra “vestimenta”, eram registrados com outras palavras.

Começamos pela classificação que fez Montenegro (1955:10; 1973:186 e 1953:36-8). Ele distinguiu tipos de cangaceiros: em profissionais e amadores, existiam aqueles que serviam para fins particulares, os que trabalhavam para fins políticos e, por último, os profissionais. Estes últimos, segundo o autor, são os “guarda-costas dos chefes sertanejos”.

Ferraz (1985:9) tem uma definição mais abrangente a respeito do fenômeno cangaceiro:

O termo cangaceiro descreve um personagem de determinadas características que atuou no Nordeste; o termo engloba tanto o bandoleiro que formasse um grupo armado como o fazendeiro que possuísse a mesma atividade ou o simples agregado que defendesse os interesses do patrão por meio das armas. Sua principal

característica era a valentia; era relevante que fosse ousado e mesmo insensato nos seus feitos. Os aspectos de valentia e coragem pertencem à admiração nas diversas culturas e épocas.

Nascimento (1998:15) faz a separação das palavras: cangaceiro, jagunço, capanga, guarda-costas e pistoleiro de um lado e o cangaceiro de outro:

No quadro do banditismo do Nordeste, houve uma divisão em dois grandes grupos: o primeiro pelo “jagunço” ou “capanga” que sempre figurou como bandido comum, um mercenário, ou guarda-costas, também conhecido como pistoleiro, a serviço do poder econômico nas lutas em torno de limites de propriedade entre famílias, ou políticas; o segundo formou-se com os cangaceiros, que, de certa forma, podem ser apresentados como “bandidos sociais”, uma vez que eram apoiados pela comunidade, a qual legitimava os seus atos, considerando-os até indispensáveis à preservação da “honra de bandido” e colaborava no fornecimento de alimentos, esconderijos e informações.

Nesse sentido, Barreira (1998:150), diz: “No final do século passado e começo deste, os executores de ‘serviços’ eram conhecidos por ‘capangas’ ou ‘jagunços’”. Estes executavam seus “trabalhos” a mando “dos grandes proprietários de terra”.

Facó (1963:63-64) faz a distinção entre pistoleiros e cangaceiros pela dependência econômica que os pistoleiros têm com o mandante:

Esses exércitos mobilizados a serviço dos coronéis do interior não são de cangaceiros, são de capangas ou cabras. Homens a soldo, pistoleiros, matadores profissionais. O cangaceiro não é um assalariado para a prática de crimes. Pratica-os por sua conta e risco.

Chandler (1981:72-75), por sua vez, não fez uma distinção específica entre grupos de cangaceiros, de jagunços e ou pistoleiros. Vejamos alguns trechos de seu livro:

[...] a defesa contra os insurgentes era deixada a cargo da polícia estadual e dos chefes políticos dos sertões e de seus pistoleiros.

Floro começou por reunir uma força de defesa, recrutada às pressas, e composta, em sua maioria, da massa de pistoleiros do Cariri.

Entre eles, por exemplo, estavam muitos dos pistoleiros que compunham a tropa particular do Coronel Isaías Arruda, de Missão Velha, um dos amigos de Lampião no Ceará.

Sobre a questão do pistoleiro no tempo de Lampião, Mello (1985:26) defende o argumento de que tanto Lampião quanto os outros cangaceiros do seu tempo encarregavam pistoleiros para matar desafetos. E ainda exemplifica:

Em pesquisa, não foram poucas as vezes em que nos deparamos com referências a esse emprego de pistoleiros por parte de Lampião. De Lampião e de cangaceiros em geral. No Cariri cearense ainda hoje há quem sustente que a misteriosa morte do “coronel” Isaías Arruda, chefe político de Missão Velha, em 1928, no momento em que o trem em que viajava se detinha na estação de Aurora, tenha sido obra de Lampião, com quem se desaviera no ano anterior, logo após o desastre de Mossoró...

Seguindo o mesmo texto, Mello (*Opus cit.*) descreve que uma das diferenças entre o cangaceiro e o pistoleiro era de que o cangaceiro era “carnavalesco” em seus trajes (o colorido das roupas, o chapéu de couro grande, os bornais, muitos objetos marchetados de ouro e prata); outro destaque que o autor faz, é em relação ao ataque inconfundível do cangaceiro, que chamava a atenção, ao passo que a discrição é a maior vantagem do pistoleiro, que age em surdina, se valendo da sutileza. Enquanto um, o cangaceiro, não passa despercebido, o outro, o pistoleiro, tem por obrigação não chamar atenção: “Salta aos olhos que o que sobeja no pistoleiro em sutileza e discrição, falta por completo no cangaceiro, opondo-se os dois tipos, sob esse aspecto, na medida em que o velado se opõe ao ostensivo mais colorido e barulhento” (p.26).

Mello (*Opus cit.*: p. 26) defende o ponto de vista de que o pistoleiro utilizado pelos cangaceiros não poderia ser um cangaceiro disfarçado, pois o cangaceiro desenvolvera um “calo” nos ombros em razão do grande peso das bagagens que eles levavam e a polícia, sabendo disso, quando desconfiava de alguém, tocava no ombro para saber da existência ou não do referido calo:

E não se pense que esse pistoleiro empregado fosse o cangaceiro despido de seu cangaço. Não seria possível ou, ao menos, seria esta uma empresa temerária de vez que as forças policiais muito cedo verificaram que a dedicação integral ao cangaço produzia no homem um calo na parte superior dos ombros, que se devia ao peso dos gêneros e utensílios de toda ordem a mais da copiosa munição que carregava nos bornais. Daí que esta formação se chamava muito apropriadamente “calo de bernal”. Atrás dele saía a polícia às apalpadelas todas as vezes em que suspeitava da existência de bandidos à paisana infiltrados em feiras ou transitando em estradas. É de se ver que, com o crescente aumento da repressão, o bandido internava-se cada vez mais na caatinga, o que exigia bornais mais pesados em virtudes do espaçamento crescente dos reabastecimentos. Com isto cresciam os calos denunciadores, levando o bandido a se afastar definitivamente das cidades e a se entregar sempre mais e mais nos braços incertos dos coiteiros, e a precisar fazer uso também crescente do pistoleiro como garante de suas transações com centros urbanos.

Finalizando as análises de Mello, ele embasa seu ponto de vista com uma frase de Ariano Suassuna, segundo o qual o pistoleiro é “um tipo moderno de criminoso e que era raro no sertão de antes de 1930” (*Opus cit.*: p. 28), uma figura plenamente adaptada aos novos tempos, agindo sozinho, sem se relacionar diretamente com o mandante e tendo entre eles – pistoleiro e mandante – a figura do “empreiteiro” ou “cruzeteiro”, que faz o trabalho de intermediação.

Brígido (2001:271 e ss), no entanto, nos mostra que esse tipo de crime não era tão raro nos sertões cearenses antes de 1930. Citemos ao menos dois breves exemplos que nos é dado por Brígido. Em 1824 (*Opus cit.*: p. 271 e ss), na cidade de Icó, o “velho Cavalcante” morre a golpes de facas “enquanto o matador se retirava [...] rua abaixo”. “Não houve mínima dúvida sobre o mandante do crime, nem ele fez questão de que o soubessem”. Em 1845 (*Opus cit.*: p. 169-171), ocorreram no vale do Jaguaribe, mais precisamente na cidade de “Tabuleiro de Areia” (Tabuleiro do Norte), três crimes de morte. As vítimas pertenciam à família Lobo Maia e a autoria dos homicídios foi do major Ângelo da Silveira Lima, conhecido como Ângelo do Gado Brabo, que tinha “os mais afamados sicários da terra”.

A família Lobo Maia não tardou a se vingar: mandaram matar o major Ângelo, em sua fazenda Gado Brabo, “dentro de sua própria casa, por uma malta de assassinos”:

Os assassinos tinham sido congregados e trazidos do Catolé do Rocha e eram de caprichos tais que um deles matou incontinenti ao matador de Ângelo, porque lhe não tinha reservado esta glória, quando, com antecipação necessária, o tinha prevenido de que a vítima era sua, e, pois, ninguém lhe tocasse sob pena de morrer também! (*Opus cit.*: p.171).

Silva (1978:203-4) comparou também os cangaceiros com os pistoleiros e conclui que existem várias diferenças:

Nos tempos passados [...] os matadores de gente eram conhecidos pela indumentária – roupa de azulão, alpercatas de vaqueiro e chapéu de couro. Na época atual, os pistoleiros vivem misturados com os homens de bem, fazendo parte da sociedade, vestindo boas roupas de linho irlandês, calçando sapatos finos de couro de canguru, gravata de seda pura – embora que por baixo daquela indumentária descansa um enorme 45, que parece mais um mocotó de boi! E esses bandidos vivem de “empreitadas” para tirar a vida de seus semelhantes através de fabulosos contratos. O nordeste viveu infestado de cangaceiros, uns oficializados nas hostes do cangaço, outros disfarçados, misturados com os homens de bem da região, desfrutando da amizade e da consideração de todos, especialmente dos coronéis que lhe davam cobertura para as “empreitadas macabras” na modalidade assalariada.

Silva (*Opus cit.*: p.203-4) ressalta que hoje em dia os pistoleiros se encontram “misturados com os homens de bem, fazendo parte da sociedade, vestindo boas roupas de linho irlandês, calçando sapatos finos de couro de canguru, gravata de seda pura”; o pistoleiro atual estaria inserido no seio da sociedade, fazendo-se passar por aquilo que Silva chama de “homens de bens”, contudo, assinala ainda o autor, “por baixo daquela indumentária descansa um enorme 45⁷⁸”.

Os pistoleiros, de acordo com Silva, estão “misturados” na sociedade, velados por meio da aparência com os “homens de bem”. Portanto, as identidades dos matadores da “época atual” não mais os revela como outrora, mas os confunde, tornando-os adaptáveis aos dias de hoje.

Machado (1978:19), por sua vez, afirmou que o pistoleiro “tomou lugar” do jagunço e em seguida diferenciou-o do cangaceiro por meio de dois depoimentos. O primeiro, de Eron Lima de Oliveira (1), pistoleiro preso na Penitenciária de Salvador e o segundo depoimento de Angelo Bogne, vulgo Labareda (2), cangaceiro de Lampião:

O pistoleiro é o homem bem trajado, que vai para a cidade fazer compras. Ele fica de tocaia, mata e segue para as terras do patrão. (1)

Pistoleiro é muito diferente de cangaceiro. Pistoleiro dá *carona* para um companheiro e o mata à traição na estrada. Pistoleiro dá de comer na casa dele, para um homem e o abate com um tiro nas costas. (2)

Pinheiro (1949:46) dá-nos exemplo de um cangaceiro que “matava por pagamento”:

Sei de um, de nome Miguel Praça, que, na zona paraibana próxima ao Ceará, em São José de Piranha, dominou por muitos anos e foi, no meu tempo, nome dos mais celebrados entre os profissionais do cangaço. Matava por pagamento e sempre de emboscada, a dormir na pontaria. Bom atirador, nunca errava o alvo e nunca também viu a queda de sua vítima. Atirava e corria. Era este o seu estilo, a sua técnica. Em Brejo Santo, no Ceará, caiu varado de balas partidas de uma emboscada. Morreu à traição quem muitas vezes matou traiçoeiramente.

Oliveira (1970:364-6) descreve que, na época do cangaço, havia dois tipos de bandidos: “Bandidos profissionais, sanguinários, e bandidos mansos que nunca participaram de combates em bandos armados...”. E, continuando, ela descreve o pistoleiro:

⁷⁸ “45” é a referência ao calibre de uma arma de fogo.

Na época atual, encontramos três tipos: Os pistoleiros, bandidos que mudaram o nome, matam de emboscada em automóveis, cometendo crimes por questões de honra, de terra, ou política. Esse tipo de cangaceiro ainda existe em grande número.

Amparados por poderosos mandantes de crimes, surgem os pistoleiros profissionais.

Eram antes conhecidos por “cabras”, “capangas” ou “guarda-costas”. O pistoleiro atua nas cidades e nas fazendas. É um indivíduo que mata para ganhar dinheiro. Não é homem de lutar, peito a peito, nem para tiroteios. É perigoso, traiçoeiro, astuto, covarde. Atua de tocaia e consegue evadir-se com facilidade. Executa crimes premeditados.

Vieira (2004:176) traz em seu livro o teor de uma carta escrita na vila de Santo Antonio de Quixeramobim, em três de fevereiro de 1787, pelo ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar. A correspondência destinava-se à D. Maria I, em Portugal:

Segundo o ouvidor, havia uma lista de características da região e de seus habitantes que corroboravam para o não desenvolvimento da economia: o vício pela aguardente, a ociosidade, a inata estupidez e a grande quantidade de homens *facinorosos, vadios e matadores* que chegavam ao excesso de não reconhecerem a autoridade régia.

Por fim, Montenegro (1955:120-5) cita em seu livro manchetes de jornais cearenses de 1932 a 1954 em que se encontra a notícia de um “matador profissional” chamado de Catanã:

Matador profissional, atribuem a Catanã a autoria de vários assassinatos...

Alguém, certo dia, perguntou a Catanã como poderia ele matar por empreitada a quem não lhe ofendera e a quem até mesmo não conhecia. O matador profissional respondeu: - Quando aperto o dinheiro em minha mão, começo a sentir um ódio tão grande do sujeito que só sossego depois que faço o serviço.

Todos estes relatos são no sentido de situar o pistoleiro ainda ligado ao sertão, que pode ter sido chamado, também de “cangaceiro” e o personagem pistoleiro que segue, aquele que tem seu raio de atuação no “asfalto”, o “pistoleiro urbano”.

2.3 A pistolagem urbana – mudanças e permanências

“Eu trato os seus dentes de graça e você faz alguma coisa por mim. Você concorda? Matar um desgraçado, é isso que eu quero de você”. (MELO, 2003:33).

Como pudemos constatar no tópico anterior, com assento nos pontos suscitados por Mainha sobre os termos pistolagem e pistoleiro busquei subsídios nos livros sobre a utilização dos vocábulos “cangaceiro” e “pistoleiro”.

Contatei, então que, e em torno da década de 1970, tais palavras passam a ser veiculados pela imprensa com muita frequência, ao ponto de se tornarem populares. Antes da década de 1970, no entanto, embora o crime de aluguel existisse, conforme tentei mostrar mediante alguns poucos textos, ele recebia outros nomes e, entre eles, estava presente a expressão “cangaceiro”, utilizada como referência ao matador de aluguel.

O período anterior pesquisado nos livros remonta, principalmente, à fase a qual essa espécie de crime era, ainda, bastante intenso no interior do Estado, mais precisamente nos sertões cearenses.

Situando-nos com origem na década de 1970 – e colocando-a como marco histórico, com base na qual os nomes pistoleiro e pistolagem são inventados e inculcados na cultura popular – a pistolagem começa a ser objeto de uma gama de modificações, entre elas, vários crimes de pistolagem passam a ocorrer em Fortaleza, também com o uso mais freqüente das chamadas “arma de cano curto” (os revólveres) e a motorização do pistoleiro (utilização de motos).

Essas e outras modificações aconteceram de forma gradual durante toda a década e 1970 e, desde a década de 1980 as mudanças foram mais perceptíveis, conforme se verifica em uma matéria de jornal local:

O pistoleiro mal vestido, de sandálias de couro cru e de bernal a tira-colo, não mais existe. Ele foi substituído por um mais moderno (usa carro no lugar do cavalo e escopeta em vez do revólver), mais atualizado, inclusive com as investigações policiais. Antes de cometer mais um assassinato já existe um álibi perfeito e com testemunhas oculares de uma inverdade. O bernal imundo, que transportava um revólver limpo e munição quente, também não mais existe. Apenas ficou gravado na

retina, num último olhar, daqueles que não mais podem falar. A tocaia cedeu lugar ao golpe-de-mão. Movimentando-se em carros velozes e com munição farta (às vezes facilitada por policiais), o pistoleiro faz com que a escopeta, calibre 12 (com munição especial preparada com chumbo cortado e esferas de aço) fale tão alto quanto o seu ‘patrão’. Em cada tiro de escopeta vai um recado fúnebre de um mandante poderoso. (DIÁRIO DO NORDESTE, 23/09/1982).

As mudanças apontadas nessa primeira parte da reportagem sinalizam para o aparecimento de um “pistoleiro moderno”, que se fora percebido na década de 1980, ano em que foi realizada a matéria jornalística.

O atual pistoleiro da zona urbana, o chamado pistoleiro de arma de cano curto, bem como o seu antecessor, o ‘Jagunço’, do ‘Coronel’ e, sem contarmos o pistoleiro ‘oficializado’, aquele que por seus relevantes serviços prestados a poderosos e, acidentalmente travestido de executor da lei, mesmo com o passar dos tempos não se dá conta de como é enganado pelos eternos mandantes.

Pistoleiro não fala... No entanto, mesmo sem falar ele mata. Qualquer pistoleiro, inclusive o duplo (aquele que tanto mata como prende), se perguntado, por quem quer resposta, falará. Muitas vezes, o inquiridor não indaga porquê de antemão, teme e já tem a resposta. São respostas terríveis, maquiavélicas e cujo maquiavelismo se estende ao próprio pistoleiro, enganado, no final, pelo ‘Coronel’ urbano ou não.

O pistoleiro, aquele que não é tutelado do ‘doutor’ e nem tem a ‘sorte’ de tê-lo como compadre ou possuir saldos positivos, incursões na capital, raramente é contratado para empreitadas consideradas de maior porte. Suas atuações são esporádicas e se restringem a, tão somente, região agreste do sertão, segundo os ‘pistolas’ que, agora, operam na grande Fortaleza. (DIÁRIO DO NORDESTE, 23/09/1982).

De acordo com essa matéria, podemos já observar a formação de algumas dicotomias: passado/presente, moderno/antigo e capital/interior. Colhi algumas falas de pessoas que relataram as mudanças ocorridas no crime de pistolagem no Estado do Ceará. São relatos extensos, mas que achei oportuno colocá-los. Eles tratam da mudança comportamental do pistoleiro e as mudanças no crime de pistolagem:

Hoje a história da pistolagem mudou. Nós não temos cronologicamente a data exata de quando ela mudou. Mas, veja bem, a partir de uns cinco anos para cá, o crime de pistolagem se banalizou. Anteriormente, o crime de pistolagem era regionalizado. Se ocorria aqui a região do Jaguaribe um crime de pistolagem, então a gente já sabia a quem procurar. Porque na época, o pistoleiro era geralmente aquele homem rude, gostava de forró, andava a cavalo e derrubava gado. Hoje o pistoleiro é diferente, hoje o pistoleiro é almofadinha, magrinho, sequinho, usa uma moto, mete um capacete na cabeça, e realmente fica muito difícil. Porque hoje o pistoleiro não tem mais aquela profissão, é tido como pistoleiro não, hoje ele é assaltante, faz desvio de carga e faz, também, eventualmente crime de pistolagem [...] Hoje, qualquer *pirangueiro*, do interior, que é tido a prática de atos criminosos, como desvio de carga, como o assalto a banco, ele pega um moto, mete um capacete na cabeça e faz um crime de pistolagem. [...] Dessa linha antiga, o pistoleiro mais famoso e o último foi Idelfonso Maia da Cunha, o Mainha. (Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada em 20/01/2004).

O delegado entrevistado descreve Mainha como um pistoleiro que faz parte da “linha antiga”, ele é o remanescente de um tipo de pistoleiro que, hoje-em-dia, não existe mais. Se antes o pistoleiro era um “homem rude”, hoje ele é o “almofadinha”, que é aquele homem “magrinho”, “sequinho”. Não existe mais, também, na avaliação do delegado, o pistoleiro que só faça essa modalidade criminosa. Hoje, o pistoleiro é o “pirangueiro”, aquele que é reles, desprezível, que rouba e assalta. Em seguida, o mesmo delegado fala sobre o aumento dos casos de pistolagem e justifica-o.

A pistolagem hoje em dia aumentou por um lado e diminuiu por outro. Diminuiu na importância do status das pessoas que são assassinadas. Você pode vê que está com muito tempo que não morre um político influente. Diminuiu nesse sentido, diminuiu no número de gente importante, como é o caso de um prefeito, caso de deputado, um político importante. Por outro, para mim, hoje a pistolagem aumentou porque ela se banalizou. Depois da implementação da moto nessa história, realmente ficou um perigo. (Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada em 20/01/2004).

O delegado defende o argumento de que, o aumento dos crimes de pistolagem nos dias de hoje, é devido a banalização e esta adveio com a modernização dos meios utilizados para a prática do crime e, também, com o desaparecimento, posso assim dizer, do “pistoleiro antigo”. O detalhe que o delegado salientou, é que mesmo o “pistoleiro moderno”, ele tem hábitos semelhantes, ainda, aos do “pistoleiro antigo”. “O pistoleiro moderno, aquele que anda de moto, tem raiz no interior, ainda gosta de vaquejada, é ligado também ao gado”. A vaquejada enquanto esporte é, para o “pistoleiro moderno”, na visão defendida pelo delegado, algo que o assemelha ao “pistoleiro antigo”. “Tem pistoleiro que vem correr vaquejada com prisão preventiva decretada”

Uma característica do moderno é o uso de botas. Ele continua usando botas. Dificilmente você prende um indivíduo desse ligado ao crime de pistolagem, que não esteja de botas. Pode ser aqui ou no interior, ou num forró, ele as usa. É uma característica dele, ele gosta de usar botas. Antigamente eles usavam chapéu, hoje eles usam o boné. Hoje não existe mais a tabela de valores, tem gente que morre por pouco dinheiro. (Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada em 20/01/2004).

As botas – conforme a compreensão do delegado – seria um dos elementos que o “pistoleiro moderno” geralmente ainda usa e que sinalizariam sua ligação ainda hoje existente (embora um pouco mais frágil do que antigamente, pelo que se pode constatar na fala do policial) com o gado, o sertão, enfim, com os meios onde vivia o “pistoleiro antigo”.

Portanto, além da vaquejada, o delegado traça o “perfil” do “pistoleiro moderno”; ele usa ainda botas, substituiu o chapéu pelo boné e não existiriam mais, nos dias de hoje, as “tabelas de valores”, em que eram atribuídos os preços dos “serviços”.

Tem crescido a figura do pistoleiro urbano. Em virtude do crescimento do forró, eles continuam indo, mesmo não sendo dessa origem, eles continuam indo para o forró e para a vaquejada, mesmo tendo outra cultura, a cultura do *rap*, do *funk*, mas como hoje o forró está crescendo, esse pessoal, também está indo para o forró e para a vaquejada. (Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada em 22/01/2004).

Este segundo delegado a ser entrevistado, também aponta para o surgimento do “pistoleiro urbano”, com hábitos típicos da vida da cidade. Ele gosta do “som pauleira, o *heavy metal*, o mais pesado, é o urbano, aquele que curte tudo, ele é eclético e quer ganhar dinheiro fácil”, diz o delegado.

Em torno de todo desse pessoal envolvido em pistolagem, no passado e ainda hoje, existe uma história de gado, a maioria desse pessoa é envolvido com vaquejada. Todos gostam de vaquejada, seja ela de “pé de mourão” ou outra mais moderna, todos eles gostam de participar de vaquejada. (Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada em 22/01/2004).

Novamente o segundo delegado entrevistado insere a questão da vaquejada, como um traço, do “antigo pistoleiro”, e que ainda resta no “pistoleiro urbano”. Para um oficial da Polícia Militar do Estado do Ceará que entrevistei a pistolagem “tem sempre alguns componentes que batem constantemente”.

Hoje um pistoleiro você encontra em cada esquina, em todos os bairros desta cidade. Então é fácil, a vida perdeu o valor, o executor ganhou o mercado, mas perdeu preço. Não dá mais para viver só de pistolagem. Existe tabela ainda hoje em dia, na pistolagem urbana, o que eu denominei de moto-pistolagem, existe uma tabela até 2000 reais. Com qualquer 2000 reais você contrata alguém experiente que tenha convivência com armas, há quem diga que geralmente tirado da Polícia Militar... (Jornalista e apresentador de um programa policial. Entrevista realizada em 06/03/2004).

Para este jornalista e também apresentador, na época, de um programa policial, a “moto-pistolagem”, que seria a mesma coisa que a “pistolagem urbana”, é, da mesma forma como foi relatado anteriormente pelos delegados de polícia, uma forma banalizada da “pistolagem antiga”. Para esse entrevistado, ao contrário do que me disseram os delegados e mesmo o oficial da Polícia, existe ainda hoje uma “tabela de preço” no universo do crime de pistolagem.

Principalmente na zona do Jaguaribe, continua uma onda muito grande de pistolagem, não com a fama que havia antigamente, pois hoje em dia uma pessoa chega, paga o pistoleiro e por qualquer besteira ele mata uma pessoa. Hoje está mais banalizado o crime de pistolagem, qualquer pessoa recebe 300 reais e vai acolá e faz um serviço. Na década de 1970 o crime de pistolagem era mais trabalhado, os crimes eram bem feitos, eram feitos para que ninguém identificasse a autoria, as vítimas eram pessoas importantes, antigamente tinha certa reserva, hoje em dia não, o cara faz o serviço de dia ou de noite. (Jornalista do caderno de polícia. Entrevista realizada em 19/04/2004).

Esta opinião jornalística aponta para a mesma direção. A banalização dos crimes de pistolagem e a diferença do pistoleiro da década de 1970 para o de hoje; aponta, inclusive, também em relação às vítimas que eram compostas antes, ao contrário de hoje, de “pessoas importantes”, da mesma forma como mencionou o primeiro delegado o qual entrevistei (Entrevista realizada com um delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará, no dia 20/01/2004, p. 92 em que o delegado se refere ao termo “gente importante”). Lembrando que na definição daquele delegado, “gente importante” seria um “político importante” ou “influyente”, como por exemplo, um “prefeito” e ou um “deputado”.

O assassinato de “pessoas importantes” que existia com mais frequência antigamente do que nos dias de hoje, está relacionado, como tem sido dito até aqui pelos meus interlocutores, à banalização do crime de pistolagem. Em outras palavras, em décadas passadas os crimes de pistolagem que tinham ampla divulgação na imprensa, eram assassinatos que tinham por motivação a política e ou a economia.

Segundo o que se pode retirar destas falas, a banalização do crime e do criminoso tornou o delito mais perigoso na atualidade do que anteriormente. Nesse sentido, a pistolagem, que era uma violência endêmica e centralizada no sertão, passou a ser epidêmica e difusa nos dias de hoje, ocorrendo frequentemente tanto nos centros urbanos quanto nas pequenas localidades do Estado.

Da década de 1970 para a de 1980, a pistolagem deixa, de modo incisivo, de ser um fenômeno tipicamente rural para, também, ser um fenômeno urbano; ou seja, passou a ser um tipo de crime que acontece tanto no sertão, nas cidades e na capital⁷⁹.

As narrativas não mostram somente rupturas, mas também permanências. Entre aquilo que podemos chamar de permanências no pistoleiro, o que ainda hoje é uma

⁷⁹ Ainda em 2004 se falou no fenômeno da urbanização do crime de pistolagem na mídia, conforme se pode constatar na matéria do *O Povo*, de 19/11/2004: “Pistolagem migra para centros urbanos”. Recentemente, no ano de 2007, a imprensa voltou a falar desse tipo de mudança, por exemplo, “Pistolagem urbana cresce”, *Diário do Nordeste*, 11/06/2007 e “Perfil de pistoleiros mudou”, *O Povo*, 03/07/2007.

característica fortemente arraigada ao matador de aluguel, tanto àquele pistoleiro anterior à década de 1980, quanto ao posterior, é, entre outras, a prática da vaquejada, a lida com o gado e, conseqüentemente, a interiorização do modo de vida rural, mais fortemente presente no *modus vivendi* urbano.

As permanências, em síntese, dizem respeito aos aspectos ligados à virilidade, que podem ser traduzidos na vaquejada ou em um punhado de frases que escutei durante toda a pesquisa e que, por acaso, tanto foram ditas por alguns vaqueiros quanto por alguns pistoleiros e por, também, algumas pessoas que lidam com esses dois personagens: “isso é coisa para macho e só tem macho no sertão”; “isso é coisa para cabra do mato, cabra brabo, não é para almofadinha da cidade não”; “o pessoal da cidade é mofino, tem medo de tudo, são uns mauricinhos”, “o povo da cidade é todo *engomadinho*, aqui a gente não tem frescura”; “o pessoal que vive na cidade vive com o rabo entre as pernas e o pessoal do interior não, tem sangue nas veias”; “em Fortaleza qualquer confusãozinha o pessoal vai enredar para a polícia, vai para a justiça, e ficam lá sendo besta. Aqui no sertão é a gente mesmo que resolve”; “gente que derruba boi, é valente”; “o cara para ser matador tem que ter sangue no olho⁸⁰”.

Há, de forma clara, um divisor antagônico entre os espaços rural e urbano. O espaço rural parece atritar-se com o *lócus* urbano. É neste que o crime de pistolagem perde seu “caráter espetacular”, até mesmo epopéico, como é visto por muitos, a partir do momento em que ele passa a ser descrito por intermédio da letra impessoal da lei penal, uma norma geral feita, em tese, para todos.

O espaço urbano é considerado aquele que está sob a égide da “lei do asfalto” (SANTOS, 1988:19), que é impessoal e universal (DAMATTA, 1997b), onde os indivíduos estão dentro de um mundo social, interagidos e ligados a ele (DUMONT, 1992).

Ao contrário, o espaço rural é o território da “liberdade propriamente imaginária” (MORIN, 2002), a qual desfruta o que não se acha à mercê da lei, o território do renunciante (DUMONT, 1992), daquele que se liberta das normas impessoais e cria as próprias regras.

É dessa forma que os informantes elaboram as figuras do “pistoleiro antigo” e do “pistoleiro moderno”, apresentam suas diferenças, e, também sustentam o dilema que baliza o sertão, como o lugar do forte, e linda a cidade como o local do fraco.

⁸⁰ Ter “sangue no olho” é uma expressão que significa dizer ter coragem e, utilizada no *métier* da pistolagem quer dizer ter coragem para matar.

Nesse sentido, a cidade é o mundo do “civilizado”, do cidadão, da lei escrita, da modernidade, da constante mudança, do tempo linear e do individualismo. Entrementes, o sertão é pensando como um lugar da barbárie do homem guerreiro, do antiurbano e anticivilizado, dos códigos de honra, das lealdades e solidariedades, um espaço infenso a mudanças, cíclico, contrário à sociabilidade urbana que “amolece” o homem; a sociedade fálica, viril, deixa-os rudes, insubmissos à lei escrita, onde as relações são baseadas na honra, na valentia e na vingança. Este é o sertão construído por aquelas pessoas, um sertão de homens “sem lei nem rei”, (CAMPOS, 1990).

O “pistoleiro antigo” é aquele totalmente imerso no universo rural, o “moderno” é aquele que traz consigo resíduos desse universo rural, mas, em uma parcela significativa do seu pensamento e de sua ação urbanizou-se; ou seja, o pistoleiro, que era um agregado permanente à fazenda e ao seu proprietário, em parte se desvincula dela, e em parte não, pois se torna um agregado provisório, ficando na fazenda apenas durante as suas atividades com o gado ou para esconder-se.

Vários fatores foram responsáveis pela transição entre o pistoleiro agregado à fazenda e o pistoleiro urbano. Gradativamente o sertão vai deixando de ser o espaço dos coronéis, e a chefia regional vai sendo substituída pela liderança dos profissionais liberais (os “doutores”) (LEAL, 1978). Estes assumiram algumas das antigas posições deixadas pelos coronéis, contudo não detinham mais o poder daqueles.

Darei um exemplo de uma entrevista que fiz com um antigo fazendeiro, filho de uma família tradicional de grandes proprietários de terra aqui no Ceará, que teve ligações no passado com pistoleiros. Cheguei ao fazendeiro por indicação de um policial. Identificarei o fazendeiro como Senhorzinho⁸¹ (S = Senhorzinho):

S - Minha família toda lutou com terra e gado. Meu pai, o pai do meu pai e por aí vai. Agora eu já estou velho. Mas teve um tempo bom nessa região, aqui que eu dava ordem, o que eu falava era lei, até político eu elegia. No tempo do meu pai não existia esse negócio de telefone celular, no meu também não, só telefone público e um aqui ou lá acolá. Mesmo assim para ligar era um monte de fichinhas. Carta? O senhor mandava e passava um tempão para chegar. Carros da polícia era aquelas *porcariazinhas*, uns Fuscas e umas Veraneios caindo os pedaços. Acontecia um crime aqui, era melhor enterrar o defunto, porque se fosse esperar a polícia, quando ela chegasse estava podre. Pistoleiro aqui tinha demais e crime também (rindo), mas era outro tipo de homem. O pistoleiro *pra trás*, o antigo era um homem mesmo, tinha palavra, tinha lealdade, o pessoal temia, mas eu não, eu respeitava. No tempo que meu pai o povo chamava pistoleiro de cangaceiro. Eu cresci ouvindo isso. O pai

⁸¹ Os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 2.3, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados.

do Tonho, que trabalha comigo há muitos anos, ele nasceu aqui, era cangaceiro, trabalhou para meu pai. Tem uma coisa, nunca foi preso, porque naquele tempo a lei quem fazia era meu pai, e era o certo, dentro do que é meu, mando eu. O pessoal matava os outros e enterrava os corpos por aí, mal enterrado, nas pressas, tanto nessa fazenda como nas outras. Era comum a gente encontrar uma terra remexida e urubu voando ao redor. Pronto, tacava a primeira pá no local dava com o corpo de um. Quando eu saía a cavalo com meu pai, ou no meu tempo mesmo, quando eu era novo ainda, a gente levava sempre pá e chibanca, porque se encontrasse essa *rumação*, aí a gente enterrava direito o defunto. Na década de 1960 para 1970, eu ainda era novo, as terras dessa fazenda que o senhor está, eram muito maiores do que é hoje em dia. Eu saía a cavalo percorrendo as terras com mais uns homens dispostos de lado, a gente tudo armado, porque podia acontecer algum imprevisto. Eu fiz uns inimigos por aí, tinha também os fazendeiros vizinhos que se deixasse avançavam na minha terra, cortavam cerca. E a gente ia sempre olhar as estacas nas divisas das terras. Levava pá e chibanca, mas levava também uns revólveres e umas espingardas boas, que ainda tenho por aqui. Eu gostava muito de caçar também. (Entrevista realizada em 14/10/2003).

Sinhorzinho conversava tudo com muita calma, mas quando percebeu que aquilo era uma entrevista, que estava sendo gravado, ficou um pouco impaciente e me indagou se eu realmente não iria citar nomes. O receio de Sinhorzinho eram os filhos “eles não querem mais que eu fale daquele tempo”, mas, como fora um pedido do policial, alguém que ele estimava muito, então Sinhorzinho continuou sua narração (S = Sinhorzinho e P = Pesquisador).

S – Um dia eu estava olhando as estacas e aí a gente viu um monte de urubus sobrevoando um local, aí a gente foi até lá e tava era um homem agonizando com um tiro na cabeça, a cara cheia de sangue, mas o caboclo ainda estava vivo. Eu perguntei aos meus empregados e eles disseram que não conheciam aquele homem. Aí o Tonho disse: “boa coisa é que não é. Isso foi pistoleiro que fez o serviço mal feito com esse miserável, deixou o homem sofrendo”. Mas não dava para saber quem era. Ele tava com a cara toda inchada, desse tamanho, não tinha documento, ficava gemendo, olhando pra gente, mas tava ruim, o cabra... Eu, para não encompridar a história mandei meus empregados enterrarem ele.

P – Mas, ele não estava vivo ainda?

S – Estava, tem razão, mas ali não escapava mais não, não tinha como a gente trazer ele e nem a gente ia se envolver naquilo. Era longe daqui, muito longe, eu nem me lembro quantas léguas. O Tonho, que o senhor vai poder conversar com ele sobre essa história e ele lhe conta *tudinho*, que eu já estou velho, esqueço com facilidade...

P – E o que foi que vocês fizeram?

S – Eu vim embora e o Tonho deu um tiro de misericórdia no ouvido do homem, foi até uma caridade que a gente fez, aí enterrou bem fundo e ninguém nunca reclamou aquele lá. Olha, para encerrar, o pistoleiro do meu tempo, até uns anos da década de 1970, era um homem, com “h” maiúsculo, e não se mandava matar todo mundo e nem por qualquer besteira, hoje em dia ele é um moleque que se vende por qualquer besteira, para matar qualquer um e por qualquer motivo. (Entrevista realizada em 14/10/2003).

De acordo com Barreira (1998:151) “Os pistoleiros, atualmente, mantêm um distanciamento das atividades agrícolas, como também não pertencem à categoria ‘morador’”. Para Cavalcante (2002:63), “Atualmente, a pistolagem possui novas dinâmicas, ela não se localiza exclusivamente na fazenda” e as transformações ocorreram a partir de “mudanças no poder econômico e político do fazendeiro da região”.

Conversei, também, com Tonho sobre o tempo que Senhorzinho recordou e a respeito do fato que ele narrou. Ele aceitou que eu gravasse, omitindo ou modificando os nomes reais das pessoas e das cidades. Em síntese, ele se disse vaqueiro, que já nascera em uma das fazendas de propriedade de Senhorzinho, que seu pai também era vaqueiro, e antes Senhorzinho “mandava e desmandava” na localidade, que até as viaturas da polícia paravam para ele passar, mas que hoje em dia “a coisa mudou muito, e para pior” (T = Tonho e P = Pesquisador).

T – Naquele tempo era diferente, o patrão tinha muita força, eu comecei a trabalhar aqui muito cedo, não nesta fazenda, em outra. Toda fazenda do patrão tinha muita arma e todo homem de confiança dele tinha que saber atirar bem. Eu aprendi a atirar com 10 anos, com meu pai e com o patrão mesmo, nós atirávamos juntos. [...] Eu atirava razoável, dava para o gasto. O patrão mandava por aqui. Não tinha esse negócio de juiz, delegado querer *peidar* aqui não. Aqui quem mandava era o patrão, e antes dele era o finado pai dele, que eu alcancei ainda com vida.

P – Até que década as coisas aqui continuaram sendo boas para o senhor e o Senhorzinho?

T – Ah, até no máximo 1970 e pouco, mais ou menos, é. [...] o pessoal fica dizendo que eu tenho saudade é do tempo que a fazenda era cheia de pistoleiros, mas não é não, é que era uma época boa, até chovia no Ceará... E os pistoleiros agora? Tudo menino veio e matando todo mundo? Muito pior agora, não é não? Agora que tudo é proibido é que a violência está por todo canto. Meu mundo, naquele tempo era gado, vaquejada, forró e mulher. Dia de domingo a gente se reunia, eu mais uns cabras que trabalhavam nas fazendas, a gente ia treinar tiro ao alvo. Bala a gente comprava nas bodegas, bastava dizer que era aqui para o patrão que qualquer dono de mercearia vendia.

P – E sobre a pessoa a história que Senhorzinho me contou, da pessoa que foi encontrada agonizando?

T – Para mim aquele cabra era pistoleiro e alguém “deu o bote” nele antes dele dar. O patrão mandou enterrar o homem, mas aí eu disse: “patrão, ele ainda está vivo, eu não faço uma *judiação* dessas não, não enterro gente viva não”. Aí eu fui e segurei o homem⁸², encostei o revólver na orelha dele assim e dei só um tiro de 38, pá! Depois a gente enterrou. Hoje no local tem um açude que passa por cima. Mas o cabra não escapava não, ele estava com um tiro na cabeça, a cabeça toda inchada, ele olhava pra gente e gemia. A gente fez foi uma caridade para aquele miserável, ele ia virar comida de bicho ainda vivo, foi Deus quem mandou a gente lá. E nunca apareceu uma pessoa pra sentir a falta dele. Ele não era dessa região não. (Entrevista realizada em 14/10/2003).

⁸² “Segurar o homem” é uma expressão muito utilizada entre pistoleiros e significa dar o tiro de misericórdia.

Tonho contemplou o tempo em que Senhorzinho detinha o poder econômico e até mesmo político na região. Se Tonho matou mais alguém, se além de vaqueiro ele era pistoleiro, isso ele respondeu. “Quando a gente é jovem faz muita coisa, mas quando está velho o melhor remédio é a gente se esquecer de algumas coisas que fez”, disse-me várias vezes Tonho quando me respondia a algumas das questões que eu colocava.

A memória é “forçosamente seletiva” (TODOROV, 1992:14. Tradução livre⁸³). Faz-se uma seleção e rejeita-se aquilo que não deve ser recordado, deslocando-se aquele fato que não deve ser recordado, mascarando-o, ofuscando-o (ZUMTHOR, 1997). O apagamento, no caso de Tonho, era necessário, os “tempos, agora, são outros”, como disseram Tonho e Senhorzinho; “o Ceará mudou muito, ninguém conhece mais isso daqui”. Parafraseando Chartier (2007), se os traços são duráveis, a escrita é efêmera, e não deve ser recuperada.

As mudanças que Senhorzinho reclamava foram sentidas de modo mais incisivo, a partir da década de 1980, conforme ele relatou. Pelo material que coletei e pelas entrevistas que fiz, convencionei dizer que até a década de 1970 ainda atuava um tipo de pistoleiro, que, geralmente, tinha sua formação social dentro do mundo rural.

Ou ele fora trabalhar em uma fazenda como segurança ou em outra função, e lá, quando o proprietário ou alguém da confiança do proprietário precisava de seus “serviços”, o chamava, pagava-lhe e ele cometia os crimes, ou já fora, desde o nascimento, “amparado”, “protegido”, “tutelado” por um político regional ou um fazendeiro, que o iniciou no universo da pistolagem, para se beneficiar dos seus “serviços”.

De acordo com o que nós estudamos aqui há anos, nós caracterizamos o crime de pistolagem como aquele crime que você é um matador profissional. Eu não quero nem conhecer você, aquela história me dá o retrato e eu já fico com raiva de você, eu sou o profissional do gatilho e eu vou te matar porque eu quero ganhar o dinheiro, eu tenho promessa de ganhar uma propriedade, alguma coisa, para te matar, ganhar algumas cabeças de gado, alguma coisa, alguma coisa econômica. Esse é que é o pistoleiro propriamente dito, que vai matar e nem lhe conhece, ou se conhece, vai lhe matar porque está sendo contratado pra isso. (Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada em 20/01/2004).

Mais precisamente a partir da década de 1980, porém, dá-se o aparecimento do segundo tipo, o pistoleiro que, de forma geral, tem parte de sua construção social no mundo rural, mas que atua tanto na zona rural quanto na Capital.

⁸³ Texto no original: “La mémoire, elle, est forcément une sélection”.

O terceiro tipo é aquele que é pistoleiro, mas também se envolve em outras atividades delituosas (roubo de cargas, assalto a bancos, desvio de cargas, entre outros).

O quarto tipo, que pude verificar, é aquele que mata exclusivamente para uma organização criminosa. Esse tipo é o mais difícil de ser encontrado, porque é muito particular.

Esses tipos foram os observados durante a pesquisa. Não são “tipos puros”. Um pistoleiro que tem sua construção no mundo rural, que “puxa boi”, por exemplo, pode se envolver em roubo de cargas e outros delitos.

Tentei entrevistar um, ao menos, de cada tipo. Alguns eu consegui entrevistar, outros conversar, porém formei essa tipologia, também baseado no estudo de inquéritos policiais, processos judiciais, leitura de jornais, arquivos particulares, bem como conversas com autoridades policiais, judiciárias, ministeriais e advogados e, principalmente, em conversas com informantes que eram ligadas, de alguma maneira, direta ou indiretamente, com o mundo da pistolagem.

2.4 Estruturando a pistolagem

Os termos pistolagem e pistoleiro são construções da linguagem jornalística e não do vocabulário jurídico. Esses conceitos foram se gestando processualmente até chegar a um determinado momento histórico, em que o assassinato cometido sob certas circunstâncias – a mando de terceiros, tendo um executor que recebia ordens desses para matar alguém – recebeu a denominação de crime de pistolagem e o assassino que executou esse crime recebeu o nome de pistoleiro.

Conforme já vimos e convencionamos, no entanto, foi da década de 1970 em diante que as expressões pistoleiro e crime de pistolagem tornaram-se populares através das medias. Contudo, volto a frisar, os dois termos foram construções informais, populares e tornaram-se símbolos desse tipo de crime.

O Código Penal Brasileiro (CPB) data da década de 1940, portanto 30 anos anterior à popularização dos termos pistoleiro e pistolagem. O CPB, em seu artigo 121, parágrafo 2º, e nos incisos I e IV, trata do crime de “homicídio qualificado”, que é o assassinato cometido em troca de pagamento ou perpetrado mediante uma promessa de

recompensa, e que é realizado à traição, emboscada, ou mediante dissimulação, ou recurso outro que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima.

A legislação penal, então, no artigo citado e seus incisos, define o assassinato motivado por pagamento ou promessa de recompensa e cometido à traição ou emboscada.

O CPB ainda prevê, no seu artigo 29, o homicídio praticado em “concurso de pessoas”, ou seja, quando mais de uma pessoa colabora para a sua execução, como é o caso da pistolagem. Em um crime de pistolagem encontra-se, geralmente, o autor (chamado também de autor-material) e o co-autor (o co-autor material do delito), aquele que pilota a moto levando o assassino e o partícipe (mandante ou também chamado de autor intelectual).

Dos processos que pesquisei, sempre na configuração do crime, havia essa disposição de artigos do CPB, o artigo 121, incisos I e IV, somado ao artigo 29.

Em alguns processos, encontrei somado aos artigos há pouco citados, a lei dos crimes hediondos, prevista na Constituição Federal (artigo 5º, inciso XLIII), e que tipifica o homicídio quando cometido em atividade típica de grupo de extermínio (Lei nº 8.930/94).

Em resumo, para a legislação penal, não existem os termos crime de pistolagem e pistoleiro, o que há, é o autor de um homicídio, que poderá praticar o crime com um co-autor, usando de emboscada e a mando de alguém, que é um co-participante do crime.

O crime de pistolagem apresenta, na atualidade, a seguinte configuração: 1) o mandante; 2) o pistoleiro; 3) o piloto da moto (também chamado no jargão da pistolagem de “cavalo”) que transporta e dá fuga ao pistoleiro; 4) o intermediário, agenciador, contato ou “cruzeteiro”; e, por último, 5) os protetores ou apoios.

Para chegar a esses cinco elementos que configuram a pistolagem, tomei o crime de pistolagem, e o desmembrei, parte a parte, de acordo com os depoimentos dos processos e inquéritos lidos e, principalmente, com esteio nas informações passadas pelos entrevistados.

Esses cinco elementos da estrutura do crime de pistolagem poderão vir todos juntos, como partes integrantes em apenas um crime, ou poderão apresentar-se em partes; ou seja, tanto poderão ocorrer casos em que somente existam em um crime de pistolagem o mandante e o pistoleiro, associados para a execução do mesmo delito, como poderão ocorrer casos em que a estrutura do crime de pistolagem se apresenta de forma completa.

Todos os cinco elementos são móveis, variáveis, ou seja, podem alguns dos agentes que compõem a estrutura assumirem diferentes papéis, dependendo da circunstância.

Exemplificando, pode ocorrer que o pistoleiro, em um caso, seja o mandante em outro, que o pistoleiro em uma execução seja o “cavalo” ou piloto da moto em outra, e assim por diante. Nas falas das entrevistas seguintes, pode-se ter um exemplo do que foi dito:

Hoje o pistoleiro antigo, ele não entra assim para terceirizar⁸⁴, ele às vezes é o intermediário, para chegar e indicar, diz: “olha, procure fulano, que fulano é bom” (Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada no dia 20/01/2004).

Há alguns anos assassinaram um empresário na BR 116. Esse rapaz foi vítima de um crime de aluguel [...] Nós descobrimos que um velho pistoleiro, atuante no início da década de 1980 fora convidado para praticar esse crime, ele contratou com o intermediário que por sua vez contratou com o intermediário do mandante, e no final contratou dois homens pra praticarem o crime. (Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará. Entrevista realizada no dia 20/01/2004).

Antes de passar para o próximo ponto, chamo a atenção para alguns elementos da estrutura. Primeiro, o intermediário difere, nessa análise estrutural, do agenciador. O intermediário é aquele que poderá servir de “ponte” entre o mandante e o agenciador do pistoleiro. O agenciador é aquele que tem o acesso direto ao matador de aluguel. Às vezes o intermediário é, também, o agenciador. A estrutura não é algo rígido, mas é mutável de acordo com o caso e as circunstâncias que o envolvem.

O agenciador e o intermediário, na maioria dos casos, têm uma profissão, podendo ser profissionais liberais, comerciantes, agricultores, entre outros, mas, também, poderão ser pistoleiros, quer sejam matadores de aluguel que não mais exercem seu *métier*, e, quando contratados, já têm alguns nomes de pistoleiros para realizar a tarefa, ou, ainda, poderão ser pistoleiros muito conhecidos da polícia, de sorte que, para não se expor mais ainda, e correr o risco de ser identificado, ele contrata pessoas novas, que ainda não respondem a inquéritos e ou processos para realizar o “serviço”.

Durante meus itinerários de campo, escutei por diversas vezes, tanto da parte de pistoleiros, quanto da parte de pessoas que desempenhavam o papel de “agenciadores”, as seguintes expressões: “Eu tenho um homem nos matos, só aguardando serviço” ou “O homem está guardado, quando surgir trabalho, eu o chamo” (anotações de campo).

⁸⁴ A terceirização na pistolagem é quando um pistoleiro é contratado para realizar um “serviço” e, ao invés de fazê-lo, contrata outro pistoleiro e paga-lhe parte do que recebeu. Isso ocorre, geralmente, quando o pistoleiro contratado, ou já está muito velho para realizar o assassinato, ou ainda quando ele é muito visado na região, então, para não se arriscar a ser descoberto, ele paga a um matador ainda desconhecido.

Outra peça dessa estrutura, que constatei enfaticamente durante as entrevistas, é a figura do protetor e/ou apoio. Ele surge como alguém que dá proteção ao pistoleiro, podendo fornecer-lhe abrigo em sua casa ou terras, fornecer comida, facilitar fugas, favorecer o uso de veículos ou animais, entre outras formas de cobertura⁸⁵.

Essa proteção poderá estar relacionada com o crime cometido pelo matador de aluguel, ou poderá ser apenas um gesto de solidariedade ao pistoleiro. Essa solidariedade pode advir de vários fatores, entre eles: admiração do apoiador ao pistoleiro, ser o apoiador da mesma família do matador; ou estar ligado à família do mandante do crime; ser o apoiador parte interessada no crime ou alguém que sempre precisa dos “serviços” daquele pistoleiro; ou ainda, ser alguém que utilizou os “serviços” daquele pistoleiro; ser alguém que admira a propalada valentia do pistoleiro. Enfim, existem diversos fatores que detectei durante as entrevistas, os quais tornam alguém um apoiador ou protetor do pistoleiro.

Algumas vezes, o protetor é o próprio mandante ou o intermediário ou ainda o agenciador. Como já expressei, a estrutura não é algo fixo, mas totalmente mutável.

O crime de pistolagem é aquele delito “encomendado”; ou seja, é um assassinato em que alguém incumbe outro de realizá-lo. A “encomenda” é da prestação de um “serviço”, uma tarefa, uma incumbência. Alguém manda ou pede a outrem que execute o “serviço” em seu lugar. O “serviço” é recompensado de acordo, principalmente, com a posição social da vítima; isto é, será a posição social da pessoa que deverá ser morta que determinará o grau da dificuldade para realização do assassinato e da impunidade após a sua prática.

Por exemplo, a lógica utilizada é a de que assassinar um político é mais difícil, requer mais “empenho” e, portanto, é mais caro, que o assassinato de um pequeno agricultor, que importará um gradiente de dificuldades muito inferior ao daquele outro. A morte é mercantilizada, é tratada como produto do “trabalho” do pistoleiro e, logo, é transformada em mercadoria e em dinheiro. Lembrando Marx (1988:97), “Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro”.

Os crimes de encomenda são construídos dentro da lógica da ambição, pela qual ‘o dinheiro pode tudo’. O pistoleiro aparece como um simples executor de um serviço remunerado. O pistoleiro vende sua força de trabalho, num mercado de bens

⁸⁵ Um exemplo de “apoiador”, que encontrei em uma Ação Penal Pública, nº 145/01, cidade de Uruoca, cito: “A participação do aludido [...], foi muito além do que fornecer abrigo seguro e alimentação aos ‘matadores’; segundo várias testemunhas, o mesmo serviu como ponto de apoio aos homicidas [...] para que os matadores de aluguel efetuassem o ‘serviço’ a contento”.

simbólicos, que é avaliada pelas qualidades pessoais de bravura, coragem e pontaria (habilidade de manusear arma de fogo). (BARREIRA, 1998:92).

O interessado na morte, chamado de “mandante”, não comete o crime diretamente, ele “não quer sujar suas mãos (de sangue)”, o sangue é deixado para o pistoleiro.

Por trás da metáfora do “sangue sujo” do desafeto, se esconde os reais motivos pelos quais a pessoa interessada no crime não o comete ela própria. O primeiro, pelo que pude ouvir nas palavras de um pistoleiro que identificarei por Ubaldo⁸⁶, é que “quem não tem coragem para fazer, mas tem dinheiro para bancar, então manda matar”.

Os homens que têm dinheiro aqui no Ceará não têm coragem eles mesmo para matar alguém com suas próprias mãos. Então eles mandam alguém para fazer o serviço. [...] O pistoleiro é um homem que tem aquela coragem que os empresários, os doutores, os homens que têm dinheiro no Ceará não têm. Estes não vão se sujar de sangue cometendo um crime, então eles deixam o sangue para o pistoleiro. Anote aí o verso: Quem não tem coragem para fazer, mas tem dinheiro para bancar, então manda matar. (Entrevista realizada em 09/12/2003).

Esse pode ser um dos motivos que leva uma pessoa a contratar um pistoleiro para matar em seu lugar e que explica a metáfora “não sujar as mãos”. O motivo mais invocado pelas pessoas com as quais conversei e entrevistei, no entanto, é outro. O mandante, na maior parte das vezes, não quer ter envolvimento direto no crime, não quer aparecer na relação criminosa.

Então, ele delega a alguém que pode “se sujar”, alguém que “não tem nada a perder”, porque seu *status* socioeconômico é hierarquicamente inferior ao do mandante; alguém, ainda que tenha coragem para matar uma pessoa por dinheiro ou por qualquer outro tipo de recompensa (para ter a proteção de um homem de prestígio, por terra, por gado, armas etc.) e que na linguagem da pistolagem se chama “homem disposto”.

Pelo que pude constatar em minhas pesquisas, o mandante, em geral, poderá ser um proprietário de terras, um agricultor, pecuarista, um dono de parque de vaquejada ou de haras, um político, um comerciante, um empresário, um funcionário público, profissional liberal ou, até mesmo, hoje em dia, uma dona de casa.

⁸⁶ Os nomes de pessoas e cidades utilizados no tópico 2.4, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados.

Os motivos por mim colhidos e que levam ao cometimento de um crime de pistolagem são inúmeros: disputas políticas, conflitos envolvendo a honra, transações comerciais e econômicas, brigas por terras, por gados, cavalos, intrigas de famílias, infidelidade conjugal, entre outras.

Freqüentemente o crime de pistolagem se confunde com outros crimes, a exemplo da vingança, do acerto de contas e da queima de arquivo. A divergência ocorre quando a imprensa noticia um caso como crime de pistolagem e a polícia o considera como uma dessas outras modalidades criminosas mencionadas.

O crime de pistolagem pode ser motivado por diversas razões, entre elas uma vingança. Uma vindita, não necessariamente, poderá ser interpretada como um crime de pistolagem. Alguém poderá se vingar do desafeto, mandando-o matar, mas alguém que mata seu desafeto por vingança não comete um crime de pistolagem.

Da mesma forma ocorre em relação ao acerto de contas. Acertar contas significa resolver um problema geralmente relacionado a uma dívida financeira. O acerto de contas poderá ser (da mesma forma que a vingança) o motivo de um crime de pistolagem, porém, o que ocorre é que os acertos de contas são praticados entre os próprios envolvidos e, geralmente, não é paga terceira pessoa para “resolver” o conflito.

Interpretação semelhante pode ser feita em relação ao crime popularmente conhecido por queima de arquivo. Esse tipo de ilícito ocorre com freqüência quando o membro de uma organização criminosa deixa o grupo ou passa a falar com pessoas estranhas ao grupo sobre as atividades dos componentes. Então ele é eliminado por deter muitas informações a respeito das atividades dos seus comparsas e pelo fato de revelá-las ou ainda por haver a possibilidade de revelar. Nesse caso, o líder da organização poderá determinar seu assassinato. Contratará um pistoleiro para matar aquele membro que é um “arquivo vivo”, como normalmente é dito na linguagem policial, jornalística e dos criminosos.

A associação (ou confusão interpretativa) feita entre esses crimes e o de pistolagem é baseada no modo como eles muitas vezes são cometidos; em outras palavras, os aspectos urbanos que cercam hoje em dia esses crimes. Portanto, eles podem se confundir em razão do modo como são hoje em dia executados; isto é, duas pessoas, utilizando-se de uma moto, param perto da vítima, atiram e nada levam dela.

2.5 Pistolagem e crime organizado

Barreira (1998:160) traça comparações entre a pistolagem a uma possível “máfia tupiniquim” ou “máfia pobre”.

Deixando de lado estes aspectos mais gerais, como também uma busca de comparação de fenômenos, em princípio, com inserções culturais diferentes, algumas características da pistolagem ganham destaque. A comparação entre a máfia e a pistolagem, guardadas as diferentes inserções culturais, pode ser interessante para o entendimento da lógica das “redes paralelas” ou poder paralelo.

O autor toma a pistolagem como uma “organização criminosa”, um “poder paralelo”, uma “rede”, uma “engrenagem”, de que o pistoleiro é uma peça. Essa “rede criminosa” se sustenta à base do “segredo” e da “não publicidade” do seu funcionamento (BARREIRA. *Opus cit.*: p.161).

Em outras palavras, para Barreira, esse “poder paralelo” é constituído sobre dois blocos. Em um bloco estão o mandante, o intermediário e o pistoleiro. Essa tríade é a parte visível da “rede”. O segundo bloco é formado pelos que fazem a “sustentação” e a “retaguarda” do primeiro bloco. O segundo bloco é a parte menos visível da estrutura.

De um lado, a estrutura tem a sua parte atuante, linha de frente, enquanto no outro o sistema de relações de poder (econômico, jurídico, policial) que daria sustentabilidade àquela outra.

Podemos repensar a expressão utilizada por Barreira, “organização criminosa”, por meio da dicção: “crime organizado”. Crime organizado é uma associação de indivíduos que se destina à prática de delitos (lavagem de dinheiro, roubo de carga, homicídios etc.) e que tem uma estrutura de funcionamento assemelhada ao de uma empresa que tem como finalidade o lucro dos seus participantes.

A máfia, utilizando o exemplo dado por Barreira para se referir à “organização criminosa”, é um exemplo universal, quando se quer pensar em crime organizado.

Quando se fala hoje em dia em máfia, imagina-se logo um perfil de organização criminosa com certa homogeneidade, que se popularizou e se estabeleceu na memória social. Refiro-me à máfia siciliana meridional, a chamada *La Cosa Nostra*.

A máfia nasceu em uma sociedade rural. Sua organização, em princípio, tinha o caráter familiar. Seus integrantes, chamados “homens honrados”, pautavam suas condutas em rígidos códigos morais, que previam como punição para quem o descumprisse a *vendetta*, *ormetà* ou vingança.

Esse tipo de organização criminosa, com o passar dos anos se urbanizou, principalmente após o estabelecimento da máfia ítalo-americana, porém manteve alguns dos seus vínculos com os antigos códigos culturais agrários, como a honra, a palavra, o respeito à família etc.

A máfia moderna apropriou-se desses códigos de conduta de uma máfia antiga, e os instrumentalizou, “adesivando-os” à sua estrutura como forma de mecanismo de funcionamento ou de justificativa para suas ações.

As organizações criminosas, a exemplo da máfia, exploram diversas atividades econômicas ilegais, encobrem a origem ilícita dos seus patrimônios e recursos financeiros (o que se chama de lavagem de dinheiro), têm em sua estrutura autoridades, políticos e empresários e possuem seus matadores profissionais, como os “homens de honra” mafiosos⁸⁷, que assassinavam a mando dos seus superiores.

Seguindo o exemplo desse tipo de organização criminosa italiana, e situando-nos no Ceará, vemos a partir da década de 1970 os jornais popularizaram o termo “sindicato do crime”, a exemplo do trecho seguinte:

O sindicato do crime estaria agindo em Fortaleza. O delegado do 5º Distrito Policial, dr. [...] seguiu uma pista encontrada com muita dificuldade e prendeu na cidade de Pentecoste o indivíduo [...] que confessou o crime praticado contra o talhador [...] abatido num beco escuro do Henrique Jorge com seis balaços de grosso calibre. O Bacharel presidente do inquérito está certo de que o criminoso cometeu o homicídio por empreita, muito embora ele continue negando debaixo de severos interrogatórios. As investigações poderão levar a polícia a descobrir “associados” do sindicato do crime agindo em nossa Capital. (TRIBUNA DO CEARÁ, 18/06/1970).

O “sindicato do crime” é a forma encontrada pela imprensa (principalmente a escrita), para explicar de forma popular o que seria depois conceituado como crime organizado. O sindicato seria uma associação de pessoas, com representações nos campos político, jurídico, empresarial e policial, que se uniam em prol unicamente da obtenção ilícita de lucro.

⁸⁷ Sobre a máfia, ver Lupo (2002) e Falcone; Padovani (1993).

Os “sindicatos” se organizam internamente por meio de regras próprias, que incluem normas disciplinares de coerções e sanções aplicadas aos seus membros, normas estas que se assemelham a um tipo de “justiça privada”, constituída pelos chefes dos “sindicatos” e com intuito único de beneficiá-los.

A formação vocabular “sindicato do crime”, para designar o crime organizado, não foi um privilégio do jornalismo cearense, a exemplo da explicação dada para organização semelhante no Estado de Alagoas: “O que se convencionou chamar de crime organizado tinha denominações as mais variadas: sindicato do crime, sindicato da morte, esquadrão da morte...” (MAJELLA, 2006:50).

No entanto, foi na década de 1980, no entanto, que a dicção “sindicato do crime” obteve maior visão pública, repercussão e tornou-se recorrente na imprensa cearense para designar essas organizações criminosas, a exemplo de algumas matérias jornalísticas que seguem:

Testemunhas que depuseram no Inquérito sobre a morte do despachante comercial Iran Nunes de Brito, já começaram a receber ameaças, através de telefonemas por uma mulher que se diz esposa de um pistoleiro envolvido no Sindicato do Crime. (O POVO, 07/07/1983).

Pistoleiros tiram sossego do povo de Quixadá. Distante 168 quilômetros de Fortaleza. Comenta-se aqui sobre a existência de um ‘escritório de pistolagem’, isto é, um local onde são contratados os assassinos para os ‘serviços’ dentro e fora do Estado. (DIÁRIO DO NORDESTE, 02/12/1987).

Quando se referiu ao Estado do Ceará, a imprensa nacional, tanto na década de 1970 quanto na década de 1980, empregou o termo “sindicato do crime” para se referir ao crime organizado.

“Infelizmente, é verdade que existe um Sindicato do Crime funcionando no Ceará, particularmente ativo na região do vale do Jaguaribe, e é verdade que existem alguns Diógenes envolvidos”, concorda o fazendeiro e deputado estadual pela Arena Francisco Nogueira Diógenes, membro da família acusada. Apontado, à boca pequena, pela população do vale do Jaguaribe como o chefe do todo-poderoso Sindicato... (VEJA, edição nº 476, de 19/10/1977, p.87-8).

Essa matéria trazia o nome de Mainha como “um dos principais carrascos do Sindicato no vale do Jaguaribe” (VEJA, n. 476, 1977, p.88). A outra matéria que circulou nacionalmente surgiu na década de oitenta: “Com 26 anos, o Mainha é hoje, sem dúvida, o mais famoso pistoleiro do sindicato do crime em todo o Nordeste. ‘Ele já matou, seguramente, mais de quarenta pessoas’, estima o delegado...”. (ISTOÉ, nº 363, de 07/12/1983, p.32).

Também, no mesmo período, o jornalismo criou a locução “escritório de pistolagem”, com a mesma intenção de tentar explicar o que é uma organização criminosa.

O sindicato do crime no Estado do Ceará foi bombardeado pela ação policial. Durante o ano de 88 foram presos vinte e dois pistoleiros, dois morreram em confronto e oito mandantes de assassinatos de aluguel. (DIÁRIO DO NORDESTE, 29/12/1988).

Sindicato do crime. Com a prisão de Mainha e, agora, de Idalécio Diógenes Nogueira, a Secretaria de Segurança, se quiser, poderá estar trilhando o caminho para desbaratar, de uma vez por todas, com o crime organizado sob o manto de um verdadeiro Sindicato. (DIÁRIO DO NORDESTE, 24/08/1988).

As expressões “sindicato do crime” e “escritório da pistolagem” foram caindo em desuso e sendo substituídos por outras (“escritório do crime”, “quadrilha de clonadores de cartão de crédito” ou “quadrilha de cartãozeiros” e o mais genérico: “grupos de extermínio”), mas o intuito elementar era e sempre foi explicar um tipo de organização criminosa.

Um exemplo contundente dessa forma dos media para explicar o crime organizado são os trechos das matérias seguintes:

Megaoperação bota ‘Cartãozeiros’ na cadeia. Desarticulado o crime organizado. Roubo de cargas, ‘clonagem’ de cartões, financiamento de grandes assaltos, roubo de veículos e até assassinatos por ‘queima-de-arquivo’, eram praticados pelo bando... (DIÁRIO DO NORDESTE, 14/02/2003).

O estelionatário e ‘cartãozeiro’ Luís Mário Alves Bezerra, tido como o ‘número um’ do crime organizado no Ceará, foi preso [...] Um dos procurados é ‘Neném Panelada’, que é irmão do também ‘cartãozeiro’ e tido como matador da quadrilha, ‘André Panelada’, atualmente, preso. (DIÁRIO DO NORDESTE, 03/10/2003).

Em outra matéria, a mesma organização chamada pela imprensa de “cartãozeiros” aparece com o nome de máfia, que se tornou mundialmente sinônimo do crime organizado: “Máfia dos ‘cartãozeiros’. Quadrilha deixa rastro de mortes. Como na máfia italiana, quem resolve sair da quadrilha acaba sendo eliminado” (DIÁRIO DO NORDESTE, 23/09/2004); “Assassinato na academia. Máfia do cartão fuzila mais um em Fortaleza”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 23/11/2006).

E ainda no ano de 2006, a mesma organização criminosa é chamada de “rede criminosa”: “Repressão a clonagem. Rede criminosa tramou assassinato de promotor”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 17/03/2006).

A “quadrilha de cartãozeiros” foi apontada como organização que fazia roubo e desvio de carga, falsificação de documentos, estelionato, sonegação de impostos, ‘lavagem de dinheiro’, enriquecimento ilícito e assassinatos.

Durante minhas pesquisas, entrevistei algumas pessoas que, de formas diferentes, tiveram experiências com o crime organizado. Foram duas magistradas, um deputado estadual, um pequeno comerciante (este estava preso porque cometera um homicídio), ambos ameaçados pelo crime organizado, e duas pessoas envolvidas em uma organização criminosa⁸⁸.

As juízas e o deputado sofriam ameaças de morte por parte da mesma organização criminosa. Ambas as juízas, na época, trabalhavam em cidades vizinhas, situadas na região do vale do Jaguaribe.

Uma delas, que chamarei de Dra. Valdiana, tem segurança permanente da Polícia Militar do Estado do Ceará, disponibilizado 24 horas com o intuito de proteger sua vida. Com ela estive por diversas ocasiões, em Fortaleza e em sua antiga comarca, tanto a entrevistando quanto acompanhando audiências, as quais ela presidia sobre um rumoroso caso da pistolagem de um jornalista, e que teve grande repercussão nacional e internacional, por se tratar de um profissional de imprensa e por envolver várias autoridades.

As duas juízas e o deputado foram ameaçados por componentes de uma mesma organização criminosa. Identificarei a outra juíza pelo nome de Dra. Gertrudes, que me concedeu duas entrevistas, uma em seu antigo local de trabalho e a outra em sua residência em Fortaleza. Quando estive no fórum da cidade onde trabalhava Dra. Gertrudes, observei que à porta que dava acesso ao seu gabinete havia um policial militar fortemente armado, cuja presença ostensiva ela justificou em razão das ameaças que havia recebido.

O deputado, que chamarei de Aprígio nascera, na região do vale do Jaguaribe. Ele disse-me, certa vez, que havia uma informação de que um dos pistoleiros do grupo que ameaçava as magistradas havia comentando que o “acertaria” com um tiro de fuzil de longe, a uma distância de até 100 metros.

Ao pequeno comerciante chamo de Lídio. Este teve um irmão assassinado por um pistoleiro que trabalhava para outra organização criminosa. Entrevistei também um policial,

⁸⁸ Os nomes de pessoas, empresa e das cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 2.5, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados.

que chamarei de Silvestre, o qual matava para um pequeno grupo que fazia vigilância de bairros da periferia de Fortaleza.

A organização criminosa que ameaçava as magistradas e o deputado era formada por pessoas componentes de vários segmentos sociais: da Justiça, do Ministério Público, da política, da Polícia, do Exército e do comércio. Era um grupo que dispunhas de pistoleiros que não só matavam, mas, também, realizavam assaltos e, acima de tudo, eliminavam os considerados inimigos dessa organização.

Dra. Valdiana foi juíza durante mais de dois anos de uma comarca cearense situada no vale do Jaguaribe. Entrevistei-a em 2003 e tornei a entrevistá-la em 2008. “Eu fui juíza de uma comarca, de uma cidade do Ceará, bastante perigosa essa comarca, ela é bem próxima também de outras comarcas violentas”. Durante o tempo em que passou como juíza dessa comarca, a magistrada percebeu que os pistoleiros daquela região ligavam-se à pessoas influentes, e que eram elas “ligadas à justiça, ligadas a comerciantes locais, ligadas à elite da sociedade”.

A relação entre essas pessoas e os pistoleiros foi a pouco e pouco se evidenciando, desde o crime de pistolagem que vitimou o jornalista, e algumas pessoas passaram a sentir que o trabalho da Juíza iria prejudicá-las.

A influência maior era de um desembargador federal. O que percebemos, era que esse desembargador mandava e desmandava naquela comarca. E quando nós chegamos àquela cidade, aquela comarca, vimos que não poderia continuar aquela situação e a gente passou a tomar medidas que desagradou. (Entrevista realizada em 16/02/2008).

A Juíza narrou que essas pessoas tentaram de maneiras diversas impedir seu trabalho, pressionando-a, tentando dissuadi-la. Para isso se utilizaram de influência junto a instituições governamentais.

E nós sofremos represálias no próprio Tribunal de Justiça, várias ações. Atualmente ainda respondo a ações no Tribunal de Justiça, processo de suspeição para que eu me julgasse suspeita. Eu recebi até uma proposta de um desembargador, para que eu concordasse em me declarar suspeita⁸⁹. Bastava que eu me declarasse suspeita por motivo de foro íntimo, não precisava alegar nenhum motivo concreto, bastava me declarar, que eu me livraria do processo que eu estava presidindo, e com essa atitude covarde eu me sairia muito bem, não teria mais, logicamente, mais nenhuma ameaça. Eu disse “Não, eu não vou vender minha alma para o diabo, eu vou continuar aplicando a lei, vou continuar fazendo aquilo que eu acredito”. (Entrevista realizada em 16/02/2008).

⁸⁹ “Declaração de suspeição” é quando uma autoridade, um juiz, desembargador, um promotor de justiça ou um delegado de polícia pede para se afastar do processo ou do inquérito.

A magistrada, no mesmo colóquio, atribui a oposição sofrida naquele período ao crime organizado que se estabeleceu naquela região: “A gente chega à conclusão que havia crime organizado, com bandidos e com pessoas que exerciam cargos de destaque na justiça e em várias instituições oficiais, públicas”.

O desembargador federal usava a influência dele, para querer nos prejudicar. Isso aconteceu comigo, como aconteceu com o membro do ministério público. Além dessa ameaça política havia a ameaça verbal, as ligações telefônicas, a gente temia, havia a história de um complô para nos pegar. E nós temíamos pela nossa vida. A influência do desembargador federal, até perante a própria Procuradoria da República, perante a Polícia Federal. (Entrevista realizada em 16/02/2008).

A Juíza relatou que investigaram sua vida funcional e privada, que tentaram por várias vezes desqualificar o trabalho que ela realizava, tentaram anular o processo e, quando todas essas tentativas falharam, passaram a ameaçá-la.

Sofri ameaças de morte. Através de ligações telefônicas que vinham de várias cidades próximas, telefones públicos. Por dia meu telefone tocava “n” vezes. Eu tinha medo do bandido, mas eu tinha muito mais medo das pessoas influentes da cidade do que do bandido, essas eram as pessoas que eu mais temia. (Entrevista realizada em 16/02/2008).

Fiz algumas viagens à antiga comarca da Juíza, a convite dela, para assistir a audiências. O carro da magistrada era acompanhado de policiais fortemente armados e que faziam sua segurança e a do promotor de justiça.

Um dia, quando realizava uma entrevista na Secretaria de Segurança Pública com o ex-sargento Roberto – que havia sido capturado dias atrás e que era apontado pela polícia e justiça como tendo sido o líder de um grupo de extermínio na década de 1980 que agia no bairro do Pirambu, zona leste de Fortaleza – conheci Lídio, que dividia a mesma cela com o ex-militar.

Após entrevistar o ex-sargento, Lídio perguntou-me se queria ouvir sua história. De início imaginei que o que ele queria me relatar estaria relacionado à causa dele encontrar-se preso, contudo não era. Lídio tinha necessidade de falar sobre o assassinato do seu irmão, morto pelo matador de uma organização criminosa.

Lídio se denominou como um pequeno comerciante, mas que gostava de exercer a “atividade de polícia” e, portanto, fazia o trabalho de informante da polícia e, também de

“alma”. “Alma” é uma denominação atribuída a alguém que desempenha (de forma ilegal) funções que são típicas de polícia. Por exemplo, cumprir diligências, fazer investigações etc. Lídio se orgulhava de ter sido um “alma” para a polícia civil, “Eu gosto de estar dentro da polícia, de fazer investigação, de participar das ações, mas não conseguiria passar no concurso; então fui ser alma, que faz a mesma coisa, só não ganha salário” (Trecho da entrevista realizada no dia 25/05/2004).

Lídio estava preso juntamente com o ex-sargento na SSPDS, no centro de Fortaleza, porque ambos se fossem para um presídio poderiam ser assassinados. Um porque fora policial e, mais ainda, era acusado de ter liderado um grupo de extermínio de criminosos; o outro por ter sido “alma” e informante da polícia.

O irmão de Lídio, que chamarei de Afrânio, se envolveu com uma organização criminosa interestadual que teve origem no interior do Estado do Ceará, na cidade de Crateús, a 354 km de Fortaleza. Essa organização a imprensa denominava de “quadrilha de cartãozeiros”. Esse grupo começou furtando dados de cartões de crédito ou de débito de várias pessoas e utilizando os dados dos cartões para sacar dinheiro das contas bancárias de suas vítimas.

Não sei ao certo que tipo de envolvimento meu irmão tinha com eles, mas ele se envolveu. Eu sempre avisava a ele que o grupo era perigoso, que eles um dia o matariam. Mas o Afrânio estava cego e surdo. Ele dizia que o “chefão” da quadrilha e até mesmo o pistoleiro deles, eram gente boa. Eu estava do lado da polícia, e ele do lado dos bandidos. (Entrevista realizada em 25/05/2004).

A construção discursiva de Lídio era maniqueísta. Ele se colocava como aquele que estava dentro da lei e situava seu irmão como fora da lei. Sua frase soava como um epitáfio. Seu irmão estava do lado errado, por isso morrerá.

Um dia meu irmão ouviu André conversando sobre uns planos da quadrilha, uns crimes que eles iriam cometer e viu também várias armas deles. Nesse mesmo dia o André chamou-o para beber com ele e o matou. O André ficou com medo que meu irmão revelasse alguma coisa da quadrilha, o André sabia que meu irmão queria “cair fora” e ninguém sai vivo de uma organização dessas assim como meu irmão pensou que sairia. Foi queima-de-arquivo. (Entrevista realizada em 25/05/2004).

Lídio disse que a organização dos “cartãozeiros” era muito bem estruturada. No início, de acordo com Lídio, “o carro chefe da quadrilha era clonagem de cartões de crédito”,

depois eles passaram a fazer “lavagem de dinheiro”, e, como o grupo passou a ter inimigos, foi necessário ter um matador, alguém que era o pistoleiro do grupo.

André era irmão de outro cartãozeiro, foi fácil ele entrar para a quadrilha. A função dele era matar gente, só. Quando um dos membros queria sair ele matava, queima-de-arquivo, porque aquela pessoa sabia demais e não podia sair vivo; quando eles tinham um inimigo, o André matava. Ele era o pistoleiro pago pela quadrilha só para matar. (Entrevista realizada em 25/05/2004).

Pouco tempo depois dessa entrevista eu conheceria o matador de outra organização criminosa de proporções bem menores do que a dos “cartãozeiros”, mas com estrutura similar e com uma fachada de um grupo de vigilância que prestava serviços em bairros da periferia de Fortaleza.

Uma entrevista, às vezes, me direcionava a outra entrevista, assim como uma conversa poderia me enviar a um possível entrevistado. Foi desta ultima forma que conheci Silvestre.

Ao longo de cinco anos de pesquisa de campo, tive contatos com vários policiais (federais, militares e civis). Eles vincularam a pesquisa ao pesquisador, como uma etiqueta de identificação. Ao ponto de, quando me encontravam, já iam relatando casos de pistolagem.

O número maior de contatos que estabeleci foi com policiais militares, principalmente com soldados, cabos e sargentos e com os comissários de polícia. Com esses dois grupos pude dimensionar que obtive relatos voluntários, em que os entrevistados eram quem geralmente me procuravam e se portavam à vontade durante nossas conversas.

Um policial militar, com quem eu já havia conversado por diversas ocasiões, um dia me falou a respeito de um grupo que fazia segurança de festas em clubes e vigilância de bairros da periferia de Fortaleza, de nome fictício “Carcará”, e que seria liderado por um oficial militar.

Segundo meu informante, esse grupo de segurança clandestina seria formado, fundamentalmente, por policiais militares e policiais da reserva e, além do serviço de segurança e vigilância, praticavam crimes de pistolagem, inclusive incentivados e apoiados pelo dono da empresa que, até mesmo, conseguia “serviços” para os integrantes do grupo.

Meu informante disse-me que tinha um cunhado que era policial militar e que trabalhava já há muito tempo na “Carcará”. Vi ali a oportunidade para mais uma entrevista,

mas meu informante se recusou até mesmo de falar com seu cunhado. Dei-lhe meu número de telefone celular e disse-lhe que, no em dia que ele mudasse de opinião, me ligasse.

Logo nos primeiros meses de pesquisa adquiri uma linha telefônica celular só para comunicação com meus informantes, um número telefônico que eu pudesse divulgar indistintamente entre todas as pessoas e que seria destinado somente ao trabalho de pesquisa.

Encontrei com meu informante várias vezes e por várias ocasiões ao longo de alguns meses. No início, eu insistia bastante para que ele me apresentasse seu cunhado, mas diante de tantas negações, com o tempo, aquela possível entrevista foi esquecida. Aquele militar continuou conversando comigo, relatando sobre crimes que haviam sido desvendados, pistoleiros que haviam sido presos e investigações que estavam em andamento, mas não falamos mais sobre o grupo do qual o cunhado dele participava.

Um dia meu informante teve um problema jurídico e precisou do serviço de um advogado; pediu-me ajuda e eu o auxiliei. Quando ele me perguntou quanto seriam meus honorários, falei que não os cobraria.

Um dia, para minha surpresa, recebi um telefonema do cunhado do meu informante (identifiquei-o como Silvestre). Ele disse que aceitaria conversar comigo desde que não fosse identificado. Concordei, afinal de contas já estava habituado com esse tipo de preocupação por parte dos meus entrevistados. Ele marcou ao meio dia em um restaurante situado em um posto de combustível no Município de Caucaia, zona metropolitana de Fortaleza, distante cerca de 20 km. Perguntei como eu o identificaria. Respondeu-me que ele é quem me identificaria.

Depois de avisar a algumas pessoas onde e com quem iria estar e deixar meu número de telefone celular com algumas pessoas (comportamento que se tornou padrão em muitas de minhas entrevistas) me dirigi ao restaurante. Silvestre apareceu poucos minutos após minha chegada. Ele já deveria estar no restaurante que era freqüentado por alguns turistas de passagem, caminhoneiros e pessoas que deveriam trabalhar nas proximidades.

Silvestre usava um boné, calça *jeans*, tênis e camisa de tecido preta. Uma grossa pulseira de um metal parecido com prata e dois anéis com pedras de cor diferente.

Após termos almoçado, ele pediu que fôssemos para meu carro porque lá seria o melhor lugar para conversarmos. Dentro do carro, com os vidros fechados, pois naquele dia chovia bastante, entrevistei Silvestre.

Antes de começarmos a entrevista, Silvestre disse-me que aceitara conversar comigo porque havia recebido ótimas referências do seu cunhado e que este, inclusive, me devia um “favor”. Vi que aquela entrevista era a forma que meu informante havia encontrado para me retribuir o favor que eu lhe havia feito.

Ele aceitou que eu gravasse a nossa conversa. Depois de acomodar-se no banco do automóvel, Silvestre retirou da parte detrás da calça uma arma, um revólver e colocou-o entre suas pernas sobre o banco. Embora aquilo tenha me causado certa apreensão, percebi que ele tinha feito aquele gesto para ter mais conforto no sentar-se e não por intimidação.

Silvestre trabalha para outro militar que lidera o grupo “Carcará”. Durante mais de cinco anos, Silvestre divide seu trabalho como policial e membro desse grupo. Casado pela segunda vez, mas dizendo que está descontente com sua atual esposa, Silvestre disse que tinha dois filhos “reconhecidos” com duas mulheres, mas havia outros que ele nem sabia ao certo quantos.

Colocou-se como um homem que “não pode ver um rabo de saia”, que gosta de “brincar” em locais onde têm mulheres, portanto “Não dispenso um forró e uma vaquejada”. Já praticou a vaquejada como esporte, mas hoje em dia não mais: “Hoje em dia eu não derrubo mais boi, porque não estou mais treinando. Mas eu gosto de ver e de ir a vaquejadas, é lá onde eu brinco” (Trechos da entrevista realizada em 25/06/2004).

Silvestre garantiu que seu cunhado também fazia bicos na mesma organização, “Mas ele só faz isso quando está devendo, precisando pagar alguma compra que fez e não tem dinheiro” (Trecho da entrevista realizada em 25/06/2004). A “empresa”, como chamou Silvestre, faz segurança em festas de clubes da periferia de Fortaleza, vigia alguns pequenos estabelecimentos comerciais em vários bairros e até em municípios vizinhos a Fortaleza; também faz cobranças de valores.

Carcará é uma empresa que existe há quase dez anos. Não é uma empresa legalizada, a gente não tem autorização para trabalhar como segurança e vigilância. Para se legalizar é muita burocracia, ninguém tem carteira assinada, mas funciona melhor assim do que se fosse toda certinha. [...] Ela também nunca poderia ser legalizada, porque os serviços que a gente faz, tem deles que a lei não permite. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

O grupo se baseia na informalidade, mas tem uma estrutura organizacional de uma empresa, com um “chefe”, como frisou Silvestre, com alguém que substitui o “chefe”, caso seja necessário, que ele denominou do “braço direito do chefe”, e os componentes. Estes

obedecem ao “chefe” que determina a função de cada integrante e o que cada um deverá fazer e quanto receberá pela tarefa cumprida. O valor pago é previamente determinado pelo “chefe”, dependendo da tarefa executada. Cada tarefa tem um preço e para cada tarefa tem já um perfil adequado para realizá-la.

Não existe um local certo para gente se reunir, a empresa não tem uma sede, a gente se reúne em bares, restaurantes, como esse que estou aqui com o senhor, também em sítios até em praças a gente se organiza. Não sei o número certo dos integrantes, mas são muitos, eu não conheço todo mundo. Mas tem soldados, cabos, tem sargentos, tem até tenente, gente também que está na reserva. Tem uns que fazem bico, têm outros que não fazem bico, que são permanentes. Tinha civil, mas não tem mais. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Aos que faziam trabalhos eventuais, os bicos, eram destinadas funções mais simples, por exemplo, tirar a folga de algum vigia de bairro. Aos membros “permanentes”, eram destinadas as funções que rendiam mais dinheiro e que, também, eram mais complexas. Segundo Silvestre, havia não militares na “Carcará”, mas não havia sido uma experiência exitosa “o civil fala demais, não sabe receber e executar ordem, é diferente do militar”.

Só faz bico na empresa quem a gente vê que é limpeza, que não é cabueta e nem é bandido. E quem entra na empresa sabe disso. O chefe dá para quem faz bico um serviço fácil de fazer, mas também ganha menos também, não participa das reuniões da gente, não é um dos nossos. Pronto. Mas, tem que ficar com a língua dentro da boca, não falar demais. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

O segredo envolvendo os componentes do grupo é algo que Silvestre deixou transparecer como um dado muito relevante. O que os unia era tanto a lealdade ao segredo do grupo ou, se não o sentimento de lealdade, outra sensação, a do medo em revelar e ser punido com a morte. “Se alguém sair por aí falando do que acontece na empresa, essa pessoa não dura muito tempo, isso eu lhe garanto”, afirma Silvestre (Trecho da entrevista realizada em 25/06/2004).

Em terra de cego quem tem um olho tem que aprender a fechar ele e se fingir de cego, porque se o pessoal vem e fura o olho dele. Por isso que na empresa não entra mais civil, porque ele não sabe ver, ouvir e calar, e sai por aí comentando o que viu e o que não viu. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Silvestre continua frisando a preservação do segredo das atividades do grupo e fazendo sempre o paralelo entre o civil e o militar. E em seguida ele mostra o valor da informação.

Todas as informações sobre as pessoas que participam da empresa são checadas⁹⁰, a gente só trabalha com gente segura. A gente não pode vacilar e o que acontece na empresa não pode vazar. Por exemplo, eu estou falando aqui com o senhor porque já faz vários meses que meu cunhado me pede, insiste e me diz que o senhor não é jornalista. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Silvestre estava querendo me dizer que ele estava compartilhando com uma pessoa de fora do grupo alguns dos segredos de sua empresa, e a principal razão de fazê-lo era porque sabia que seu segredo não seria revelado “Ninguém da empresa pode saber que eu lhe dei entrevista”. E sentia, porém, necessidade de demonstrar o quanto a informação é importante. “Informação é algo perigoso. Eu peguei as informações do meu cunhado sobre o senhor e levantei outras” (Trechos da entrevista realizada em 25/06/2004).

Não lhe perguntei quais informações ele possuía sobre minha vida. E, momento, no entanto, ele fez questão de me dar uma demonstração ao mencionar uma de minhas rotinas: “Eu escolhi meio dia porque nesse horário o senhor já apanhou seu filho no colégio” (Trecho da entrevista realizada em 25/06/2004). Esse tipo de informação nos deixou preocupado a mim e à minha família por diversos dias.

Silvestre me contou que entrou na “empresa” substituindo um civil que havia saído e que fora a última pessoa que não era militar a trabalhar no grupo. O civil havia sido “expulso”; “eu fiquei sabendo que ele bebia muito e falava muito, só que ele não sabia muito também, por isso até hoje está vivo” (Trechos da entrevista realizada em 25/06/2004).

Um dia eu estava saindo de serviço e esse oficial que é chefe me ofereceu esse revólver (mostrando). Eu disse que não tinha dinheiro. Aí ele falou que ele não queria me vender, queria que eu ficasse com a arma, mas fosse trabalhar na empresa dele, a Caracará. Ele me deu a arma e eu fiquei trabalhando para ele. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

O grupo, ou “empresa” como chamava Silvestre, dividia suas atividades em “atividades primárias” e “secundárias”. As primeiras eram compostas de tarefas de segurança, vigilância e cobrança de dívidas, já as demais envolviam os assassinatos, que ele não considerava como crimes de pistolagem.

O negócio da gente é espantar o vagabundo, não o deixar chegar perto da casa do pai de família ou do comércio do cidadão de bem. Tem uma festa em um clube, aí a gente fica ali para evitar roubo, ou uma briga de gangues, ou uma pessoa deve um dinheiro a um comerciante, a gente vai lá para cobrar a dívida. Isso é o que a gente

⁹⁰ Na fala original Silvestre usou o termo “batida” que substituí por checadas para melhor compreensão do leitor.

chama de atividade primária. É o que a gente costuma fazer com frequência. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Em seguida Silvestre explica sem nenhum constrangimento o que ele denominou de “atividades secundárias”, que eram as execuções que o grupo realizava. Ele previne, no entanto, que não entrará em muitos detalhes a esse respeito. Entendi que o que ele chamou de detalhes representaria a parte mais profunda do segredo.

A atividade secundária é a mais melindrosa e não posso dar muitos detalhes dela. Mas, quando um vagabundo perturba muito a vida do cidadão, então a gente acaba com ele. O serviço é acertado entre o chefe e o cidadão, geralmente a gente não tem conhecimento dos detalhes. Depois de acertado o chefe se reúne com a gente, passa o plano e a gente executa. Essa é a rotina de trabalho da empresa. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Apesar dessa descrição, Silvestre não se denomina um pistoleiro “O pistoleiro é aquele que mata qualquer um, contanto que seja pago, eu não mato qualquer um, quando mato é um bandido, cabra sem vergonha, picareta ou cabueta...”, se define e se justifica (Trechos da entrevista realizada em 25/06/2004).

A empresa é mais séria do que as do governo. Todo mundo trabalha com seriedade, todo mundo tem lealdade e obedecemos às ordens do chefe. Não se aceita quem quebre as regras da empresa. Se o chefe manda ninguém hesita, até porque na empresa não se dá segunda chance a ninguém. Não há vacilo. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Pedi a Silvestre que ele contasse algum caso de “atividade secundária” de que tivesse participado. Em princípio ele disse que não poderia contar, porém, depois de muita insistência de minha parte ele concordou, porém cercado de cautelas e como sempre dizendo que não revelaria detalhes.

Um cliente da empresa, que é agiota, emprestou dinheiro e o cara não pagou. Cobrei o sujeito e ele disse que queria ver quem o faria pagar. Eu não fiz nada, só trabalho com ordem, não faço nada por minha conta. Um dia o chefe me mandou fazer o serviço. Peguei uma moto, virei a placa e fui pegar o cara. Fui sozinho. Ele voltava da casa da namorada sozinho. Era tarde da noite. Passei devagar por ele. Só disse: “Vim cobrar a dívida”, ele se virou e eu dei uns tiros nele. (Entrevista realizada em 25/06/2004).

Silvestre esclareceu que usava sempre duas armas, dois revólveres, mas naquele dia da entrevista só estava com uma arma. Pedi-lhe para tirar um foto de sua arma, ele a segurou sem nenhuma objeção e fiz uma foto.

Depois do primeiro caso, Silvestre contou-me outros casos que ocorriam na “empresa”, em que as vítimas sempre eram identificadas como “bandido”, “indivíduo”, “malandro”, “sujeito”, “cabueta” entre outros. Após uma hora de entrevista, percebi que as regras que dirigem os membros da empresa são: a discricção, a obediência e saber manter o segredo do grupo. Quem não obedece, não é discreto e, portanto, não sabe manter coesa a vigilância do segredo, morre.

Silvestre ainda contou outros casos, mas o que transcrevi abaixo é o exemplo do que acontece com quem desobedece às ordens do grupo.

No início, quando existiam muitos civis trabalhando para a empresa, existiam também muitos problemas. [...] Eu não alcancei essa época, porque eu entrei no lugar do último civil, mas me contaram que quando o civil falava muito e punha em risco o chefe, aí o pessoal apertava o dedo nele com gosto de gás. [...] É, pode-se chamar de queima-de-arquivo (risos). (Entrevista realizada em 25/06/2004).

“Queima de arquivo” é quando alguém, que detém informações privilegiadas sobre uma organização criminosa ou acerca de um criminoso, põe este em risco, divulgando as informações que sabe. O crime de eliminação dessa pessoa chama-se, na linguagem da imprensa e da polícia, “queima de arquivo”.

Silvestre me fez uma pergunta ao final da entrevista: “Onde é que o senhor vai guardar a fita dessa entrevista?”⁹¹ (Trecho da entrevista realizada em 25/06/2004). A preocupação dele aumentou desde o instante em que desliguei o gravador e guardei a fita. Disse-lhe que ficariam em lugar seguro e assegurei-lhe, mais uma vez, que não revelaria nenhuma pista que levasse a ele ou ao seu grupo. Esse tipo de procedimento foi uma prática permanente durante a maior parte das entrevistas.

Despedimo-nos e só voltaríamos a nos reencontrar no centro de Fortaleza cerca de seis meses após aquela entrevista. Naquela ocasião, Silvestre passou por mim, cumprimentou apressado e perguntou-me quando seria a defesa de minha tese. Respondi-lhe que ainda

⁹¹ Outros informantes manifestaram essa mesma preocupação, onde eu guardaria as fitas das entrevistas realizadas com eles. Um dos meus interlocutores, um delegado de polícia civil, me pediu veemente, através de uma jornalista, a cópia das fitas de duas entrevistas que eu havia realizado com ele. Recordo-me, ainda, de outra situação, em que um informante, jornalista, fez-me essa mesma indagação, e quando lhe disse que as guardaria em minha residência ele, demonstrando preocupação, disse-me que não era um lugar seguro e recordo de uma frase que ele disse e a repetiu: “Não é seguro, se eles descobrem, tanto eu como o senhor estamos *fritos*”.

demoraria. O encontro foi fugaz, mas, desta vez, Silvestre claramente detinha outra informação, de que eu iria defender uma tese, dado que no início ele não possuía e que ele a exibia sorrindo.

2.6 As várias faces da morte

“O crime de pistolagem mata de várias maneiras”, falou-me certa vez durante uma entrevista, um delegado de polícia civil já falecido (Trecho da entrevista realizada no dia 19/12/2003). Essa frase tem um sentido polissêmico que me foi explicado parte por esse delegado. A outra parte os próprios itinerários da pesquisa me fizeram compreender que existem várias mortes ocorrentes por pistolagem.

Cheguei ao delegado, a quem darei o nome de Melo⁹², por intermédio de outro delegado que eu havia entrevistado. Ele me concedeu uma entrevista em seu gabinete. Apesar de Melo não se haver notabilizado por prender pistoleiros, a entrevista dele foi bastante relevante para a minha pesquisa. “A pessoa não queira ter um pistoleiro em seu encalço, porque não escapa, é comprar logo o caixão porque é morte certa”, dizia de forma contundente o policial (Trecho da entrevista realizada no dia 19/12/2003).

O crime de pistolagem pode ser cometido de formas diversas, que o identificam como um crime feito por um matador de aluguel, ou o tornará, à vista da polícia e da justiça, outro tipo de crime. Um crime pode ser identificado como pistolagem ou intitulado como outro crime, embora sendo pistolagem. Isso vai depender da intenção do mandante ou do modo como o pistoleiro executou o “serviço”.

O pistoleiro sempre vai ao ponto fraco de sua vítima. Ele chega sem que a pessoa o perceba. É ardiloso, se disfarça através de várias maneiras. Por exemplo, se a pessoa gostar de dinheiro, aparecerá alguém para dar ou emprestar dinheiro a ela. É uma forma de atrair a pessoa com dinheiro e matá-la. Se gostar de mulher aparecerá uma mulher bonita, gostosa e aí o nego cai na dela, é atraído pelo cheiro do queijo⁹³ e roda, porque não sabe que está sendo atraído para a morte. (Entrevista realizada em 19/12/2003).

⁹² Os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 2.6, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados.

⁹³ “Cheiro-do-queijo” é uma expressão ordinariamente empregada pela polícia e por criminosos e que significa atrair a pessoa para uma cilada, uma armadilha.

O delegado defende a noção de que o pistoleiro atrai a vítima para a morte de várias maneiras, visando ao que ele denominou de “o seu ponto fraco”. Essa é uma das modalidades da pistolagem.

Sendo homem, eles atraem para o cheiro-do-queijo. Aparece uma mulher bonita que leva o cara para um lugar deserto, ele pensa que vai transar com ela, que se deu bem, e lá já se encontra o pistoleiro aguardando para matá-lo. Se for dinheiro que é o ponto fraco, eles colocam como isca. Veja o caso do advogado que atraíram ele para São Paulo dizendo que tinha um cliente que iria pagá-lo muito bem. Marcaram encontro com ele em um restaurante e lá mesmo, na mesa do restaurante, ele foi pistolado. (Entrevista realizada em 19/12/2003).

O delegado ainda chamaria atenção para o que ele chamou de “suicidados”. Estes são as vítimas de crimes de pistolagem que são mortos de modo que pareça que houve um suicídio e não um homicídio.

Os suicidados são as pessoas que os pistoleiros matam, mas aparece nos laudos médicos que a vítima se matou. Aí eu não posso explicar a você como funciona o esquema, porque estou perto de me aposentar e quero me aposentar e puder ir para uma praia só de calção, sem ter que levar uma pistola comigo. (Entrevista realizada em 19/12/2003).

Segundo o delegado, existem casos no Ceará em que um acidente de carro ou uma discussão banal são provocados para resultar um conflito e, logo, em um crime de morte, em que a verdadeira causa é encoberta. O delegado defende o argumento de que isso ocorre para dificultar as investigações da polícia e para “apagar as pistas que levem ao pistoleiro e ao mandante” (Trecho da entrevista realizada no dia 19/12/2003).

O crime de pistolagem, para Melo, na maior parte dos casos, é muito bem planejado. Se a vítima tem um – problema financeiro, conjugal – se tem vários inimigos, o crime é executado de forma a atrair suspeitas sobre motivos pré existentes.

Teve o caso de uma vítima que tinha como amante uma mulher casada e o marido dela descobriu. A vítima era agiota, tinha muita gente que lhe devia dinheiro. O marido traído planejou o crime com o pistoleiro de tal forma que realizado o assassinato as suspeitas imediatamente recaíram sob uma porção de gente que devia dinheiro à vítima. (Entrevista realizada em 19/12/2003).

Esses itinerários pelo crime de pistolagem e que me foram apontados pelo delegado tornam o crime mais complexo, a partir do momento em que é difícil sua identificação.

Tem caso em que acontece uma pistolagem, aí já tem um esquema armado para desviar a investigação, tirar o foco do pistoleiro e do mandante. Tem caso em que é furtada alguma coisa da vítima. Então a linha de investigação será para um latrocínio e não para um crime de pistolagem. E tem casos piores do tipo o cara aparecer com dois tiros na cabeça e ser dito que foi um suicídio. (Entrevista realizada em 19/12/2003).

Nesse mesmo sentido, entrevistei um jornalista e fotógrafo que trabalha em um dos jornais cearenses. Encontrei-o durante minha pesquisa hemerográfica, ele me relatou algo semelhante. O chamarei por Marlei, e gravamos a entrevista em uma praça pública de Fortaleza.

A gente que é da imprensa sabe que existem casos em que o laudo do IML diz que foi suicídio. Mas a gente ouve as conversas⁹⁴ e fica sabendo que a pessoa foi na realidade assassinada, crime de pistolagem. Mas tudo é preparado para dizer que a pessoa estava com problemas financeiros, no casamento... e se matou. Tem também aquelas pessoas que o laudo diz que sofreram algum acidente. Foram atropeladas. Mas não foi acidente, não foi uma casualidade, foi, na realidade, um crime de pistolagem, mas com a aparência de um acidente. (Entrevista realizada em 27/11/2003).

Uma constatação importante feita nos dados coletados por Barreira (1998:55). É de que existem situações em que a arquitetura do homicídio é feito de modo que, além do pistoleiro ter “uma cobertura judicial”, ainda há a tentativa de destruir moralmente, ou matar moralmente, a vítima, “uma tentativa de ‘convencer a sociedade’ de que a vítima é responsável pelo seu destino”, ou “tenta-se enquadrar o caso sob as formas de suicídio ou de latrocínio”. (BARREIRA, *opus cit.*:55).

Podemos falar, pois, que em alguns casos o crime é cometido de modo a desvirtuar as investigações (acidentes, suicídios etc.), deixando falsas evidências a seguir, ou então as evidências são produzidas de forma a alterar a linha de investigação. Em um caso ou em outro, o intuito é o mesmo, isto é, encobrir os criminosos, deixando-os impunes.

⁹⁴ Na fala original Marlei usou o termo “ti-ti-ti” que substituí para melhor compreensão do leitor.

3 A FORMAÇÃO DO PISTOLEIRO – OU A PRODUÇÃO DE HOMENS E CADÁVERES

“Citonho - Mas sacar a moela, por quê? Que negócio é, hum?

Frederico – Por encomenda. Pode haver serviço mais maneiro que matar gente? Se trabalha pouco e ganha muito.

Citonho – Nossa Senhora! E você tem mesmo coragem de matar um filho de Deus sem, motivo nenhum, rapaz?

Frederico – Coragem, não tenho não. Eu tenho é costume...”. (LINS, 2003:32).

O *habitus* segundo Bourdieu (1983:105) “é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanentes”, de “lei social incorporada”. (BOURDIEU, 1999b:64). Ele é produto da história, portanto, é um sistema de disposições abertas a novas experiências e afetado por elas. Por conseguinte, ele é durável, porém não imutável (Bourdieu, 1992:108-9).

Nesse sentido, Bourdieu (1983:24) explica que a sociedade existe sob duas formas inseparáveis:

Por um lado, as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos, etc.; por outros, as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos (e que eu chamo de *habitus*). O corpo socializado (aquilo que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência.

Indivíduo e sociedade não podem ser separados, pois “é preciso lembrar que o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais” (BOURDIEU, *opus cit.*: p. 24). Portanto, o *habitus* é tanto objetividade interiorizada, conformada ou internalizada individualmente (normas, valores e representações sociais), como subjetividade objetivada socialmente em forma de ação orientada para um fim.

O conceito de *habitus social* para Elias (1994:150-1) “é a idéia de que o indivíduo porte em si o *habitus* de um grupo e de que seja esse *habitus* o que ele individualiza em maior

ou menor grau”. Na perspectiva do autor, a parte integrante do *habitus* é a “identidade do eu-nós”. Nós, a parcela social que se individualiza nos agentes.

Pretendo mostrar, com supedâneo nas entrevistas realizadas, a formação do pistoleiro, os valores que o cercam, enfim, como o pistoleiro é construído.

3.1 O batizado e o “rito de instituição”

O primeiro contato com o padre Pedro Simão⁹⁵ (nome fictício a pedido do entrevistado), vigário de uma cidade do Sertão Central, foi por telefone e intermediado por um amigo, também padre, que havia cursado Filosofia comigo.

A informação que eu tinha do padre Pedro Simão era de que ele havia enfrentado problemas com dois proprietários de terras e com alguns políticos amigos desses proprietários e, por conseqüência, havia recebido um recado, que na realidade teria sido uma ameaça de morte.

De início, encontrei muita resistência do padre para conversar sobre o assunto, quanto mais para fazer uma entrevista gravada. O argumento dele era plenamente convincente: “Quem está no inferno sou eu, e quem vai continuar nele sou eu também”⁹⁶; no entanto, após três dias de telefonemas e promessas de trocar todos os nomes, ele concordou e me dirigi ao Sertão Central a fim de conversar e entrevistar padre Pedro Simão.

Encontrei-me com o sacerdote na casa paroquial. Antes de começarmos a entrevista, ele fez questão de ler o salmo 91⁹⁷ para eu ouvir e deu-me, também, uma cópia,

⁹⁵ Os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 3.1, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados.

⁹⁶ Esta mesma frase o padre repetiria por diversas vezes durante a entrevista que foi realizada com ele.

⁹⁷ Salmos é um livro bíblico com 150 capítulos. O salmo 91 é considerado uma oração que evoca a proteção divina. Ei-lo: “Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Direi do Senhor: Ele é meu Deus, meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei. Porque Ele te livrará do laço do passarinho, e da peste perniciososa. Ele te cobrirá com as suas penas, e debaixo das suas asas estarás seguro; a sua verdade será seu escudo e broquel. Não terás medo do terror da noite nem da seta que voa de dia, nem da peste que anda na escuridão, nem da mortandade que assola o meio-dia. Mil cairão ao teu lado, e dez mil à tua direita, mas tu não serás atingido. Somente com os teus olhos contemplarás, e verás o castigo dos ímpios. Porque tu, ó Senhor, és meu refúgio. No Altíssimo fizeste a tua habitação. Nenhum mal te sucederá, nem praga alguma chegará à tua tenda. Porque aos seus anjos dará ordem ao teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos. Eles te sustentarão em suas mãos, para que não tropeces com o teu pé em pedras. Pisarás o leão e o áspide; calcarás o filho do leão e a serpente. Pois que tão encarecidamente me amou, também Eu o livrarei, pô-

lembrando-me de que nunca saísse de casa sem antes lê-lo. Disse-me que o salmo era a sua única proteção para “exorcizar o mal dali” (Trecho da entrevista realizada em 04/08/2003).

Já gravando, perguntei ao padre o que ele quis me dizer com “exorcizar o mal”. Ele respondeu-me: “o Ceará é um lugar que, se Deus não molhou a terra seca com chuva, o Cão molhou com sangue e lágrimas”. Em seguida, trechos da entrevista em que o padre falou de suas experiências no sertão e acerca do que ele nomeou de a “cultura da violência no sertão” (Trechos da entrevista realizada em 04/08/2003):

Posso lhe falar sobre o sertão, porque vivo nele há muitos anos, e sobre a cultura da violência que existe aqui. Olha, o sertão é constituído de inúmeras tragédias. É uma terra cheia de rivalidades. Aqui qualquer desavença besta pode gerar uma vingança, mortes e o pior é que a desavença passa de geração para geração, de pai para filho e assim por diante. Tem gente aqui que já nasceu intrigada com outra e não sabe nem sequer o motivo, e se for perguntar aí ele diz: “É porque eles são inimigos da nossa família”. Mas, não sabe e nem quer saber o fato que gerou aquela discórdia, quer saber é se tem um inimigo, ter inimigo é uma honra grande por aqui. Aí sai por aí dizendo “fulano é meu inimigo, quando eu me encontrar com ele eu mato”, “beltrano é inimigo da nossa família, quando eu cruzar com ele a gente vai trocar bala”. Um chegou para mim um dia e disse: “padre, no dia que eu e o sicrano *se cruzar*, a gente vai se acabar na bala”. Se você visse o prazer, a euforia com que esse garoto que tinha acabado de fazer 18 anos dizia isso, você não imagina como é que é. Eles acham bonito dizer isso, de se mostrarem valentões, de andar armados. É um povo que não teme a Deus. Olha, tem uma mulher que tem um bar aqui na cidade que disse para mim que chegou um desses valentões, botou o revólver sobre a mesa e disse assim para todo mundo ouvir: “esse daqui é o fazedor de viúva”. E todo mundo riu, todo mundo considera ele esse jagunço, esse pistoleiro, uma pessoa de bem. Dizer que é pistoleiro aqui é como dizer que é um herói, uma grande personalidade, uma pessoa muito importante, dá IBOPE⁹⁸ dizer que é pistoleiro. (Entrevista realizada em 04/08/2003).

O Padre tecia suas considerações respaldadas em suas experiências em cidades por onde havia passado e exercido o sacerdócio, tanto no vale do Jaguaribe quanto na cidade na qual ele se encontrava no Sertão Central.

Enquanto ele falava chegaram três mulheres com idades em torno de 65 a 75 anos, e que, em princípio, me causaram desconforto, pois imaginei a interferência que fariam na entrevista, como também deveriam tirar a atenção do entrevistado. Na realidade elas ficaram ao redor da mesa onde estava havendo a entrevista e foram “chamadas” pelo padre a participar, ora como testemunhas ao que ele falava (“não é mesmo, dona fulana?”; “a senhora viu também, não foi dona sicrana?”), ora juntavam-se o quatro no esforço de reconstruir as

lo-ei num alto retiro, porque conheceu o meu nome. Ele me invocará, e Eu lhe responderei; estarei com ele na angústia; dela o retirarei, e o glorificarei. Dar-lhe-ei abundância de dias, e lhe mostrarei a minha salvação”.

⁹⁸ Expressão regionalista, que faz referência ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. O fato que dá IBOPE é aquele que enseja prestígio para quem o protagonizou.

lembranças de fatos ocorridos naquela cidade e no seu entorno. As mulheres, por terem nascido na cidade, conheciam com maior profundidade as estruturas sociais dali, e o padre, desde a chegada delas, passou a “orquestrar” as falas daquelas três vozes.

Em determinado momento os quatro falavam quase ao mesmo tempo, interferiam nas falas um dos outros e, em tom de desabafo, e autocontenção do som de suas vozes, falavam baixo, quase cochichavam e faziam revelações, fofocas sobre conflitos que havia e que ainda há na região. As gravações que começaram pela manhã se estenderam até a hora do almoço, até mesmo durante o almoço e após.

Todos tinham histórias para contar. Uma dizia “o fulano é pistoleiro e anda por aí pelas ruas e a polícia não é faz nada, tem é medo dele”; “não é medo”, dizia outra “é porque ninguém meche com protegido de gente importante” e uma terceira ainda dizia “na cidade de... onde minha filha mora, tem mais pistoleiro que gente. Minha filha disse que o pistoleiro termina de matar um e vai tomar a abença ao padre” (Trechos colhidos durante a entrevista realizada em 04/08/2003). Os relatos iam sendo enriquecidos, mas me parecera era que elas, as mulheres, só tinham a capacidade de contar pequenas histórias, pequenas fofocas, porém os relatos maiores ficavam por conta do padre.

Conforme Elias (2000:121), “a fofoca, em outras palavras, não é um fenômeno independente. O que é digno dele depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias”, e Elias apontou que estruturalmente a fofoca poderá ser depreciativa ou elogiosa. E, naquele momento, a primeira opção era a que mais surgia.

Uma das senhoras fez um pedido que calou a todos os presentes, como uma “má lembrança”, algo desagradável. Não compreendi naquele instante. Ela pediu ao padre, como principal narrador, que me contasse a história de Jorge (nome fictício) “padre, conte a história de Jorge, como é que ele virou pistoleiro”.

O Padre franziu os cenhos, sentou-se bem próximo ao gravador e me preveniu de que eu não podia revelar o nome que a mulher havia proferido e fez todas as recomendações. A cada entrevista em que as pessoas me pediam sigilo e que eu lhes explicava que trocava os nomes dos envolvidos, não falava o nome da cidade e, se possível, trocava, até mesmo, o nome da região, era sempre o mesmo ritual, eles me faziam jurar, dar a minha palavra de honra, quando não, diziam o assunto e não queriam narrar a história, e aí todo um jogo de sedução e convencimento entrava em cena, depois ainda havia alguns que diziam em tom de recomendação; “olha lá, viu, você deu sua palavra!”, enquanto outros em tom de ameaça

velada “se o assunto vazar, a única pessoa que eu falei foi pra você, por isso...”, mas o Padre não era o homem de invocar a honra e nem muito menos de fazer ameaças, mas se mostrando uma pessoa que lia muito⁹⁹, saiu-se com uma frase muito conhecida de Saint-Exupéry¹⁰⁰ invocando a cumplicidade advinda da amizade advertiu-me: “você é responsável por aquilo que cativa” e iniciou o relato (Trechos da entrevista realizada em 04/08/2003).

Eu batizei um menino, que eu me lembro como se fosse hoje, aliás, não faz tanto tempo assim, um menino, filho de gente bem pobre daqui da região, agricultor e arrendatário de umas terras que fica dentro da fazenda de um homem rico, vamos dizer assim. O padrinho da criança era justamente o arrendante das terras em que viviam os pais do menino. É um fazendeiro metido com política e também com crimes de pistolagem, só anda armado, é uma pessoa perigosíssima. Pois bem, bastou terminar o batismo, eu nem tinha ainda dado as costas, aí o padrinho pegou o menino nu, levantou-o e falou lá para seus pais: “Fulano, esse daqui é machinho, viu? Vai trabalhar para mim, mas não no cabo da enxada, vai trabalhar é matando gente, porque esse bichinho aqui é matador que nem presta, eu conheço um quando boto os olhos encima e não me engano, esse não tem o sangue frouxo do pai não” (Entrevista realizada no dia 04 de agosto de 2003).

O padre narrava a fala do fazendeiro imitando-a e, ao mesmo tempo, fazendo uma performance teatral que, pena, a palavra escrita não alcança tamanha profusão de sinais.

Isso ali, na minha presença. O pai do menino vive pro cabo da enxada, é homem de família pacata, mas a mãe é de família de gente metida a pistoleiro, de gente que já matou e vive envolvida em mil confusões. Aí, dizem que esse fazendeiro pegou o menino e foi embrutecendo a criança, tirando a sensibilidade do menino para as coisas boas e justas da vida. [...] Ele levava o menino para ver os crimes que ele cometia ou então que os pistoleiros dele cometiam aqui no Ceará, em outros estados e por aí afora. A mãe do menino apoiava tudo que o padrinho fazia e o pai calava, permitia porque não tinha forças contra a mulher. O menino foi crescendo e vendo crime, vendo gente morrer, na bala, na faca, de açoite [...] dizem que cada vez que o menino via um crime o padrinho dele lhe dava um agrado, um dinheiro, uma roupa nova, uma rês [...] Dizem por aí, que quando o menino se tornou um rapazinho, ele matou o primeiro a mando do padrinho. Depois matou outro depois mais outro... E assim se acostumou com aquela vida e não quis outra. Virou pistoleiro. E o que dizem hoje em dia é que ele anda matando gente e vive por aí nas fazendas de um e de outro. O protetor dele é o ainda o próprio padrinho, que colocou ele na vida do crime. [...] ele nunca foi preso. [...] Hoje ele já é um homem, contam que já cometeu várias mortes, já andou dando surras por aí no povo, é violento... Ano passado ele foi a uma festa e lá tinha um homossexual dançando, não tava fazendo mal a ninguém o coitado. Ele deu uma surra nesse rapaz que quase mata, só não matou porque Deus não quis. (Entrevista realizada no dia 04 de agosto de 2003).

As mulheres davam novos contornos à história contada pelo Padre, fazendo ressurgir um Jorge por meio dos jogos de memória. Uma delas disse que seu filho brincava

⁹⁹ Antes da entrevista ele havia feito questão de me apresentar ao que ele chamou de “minha biblioteca”, um conjunto de três estantes de aço com livros de literatura, principalmente literatura francesa.

¹⁰⁰ Antoine-Jean-Baptiste-Marie-Roger Foscolombe de Saint-Exupéry, foi um escritor francês famoso, além de piloto na segunda guerra mundial.

com Jorge, e que ela sempre o achou um menino “perverso”; ele “um bicho *vêi* atarracado”, de “olhar desconfiando, nunca encarava ninguém, parecia olhar de quem acabou de fazer algo errado”; “Jorge sempre *judiou*¹⁰¹ dos animais, ele pegava os gatos pelo rabo e tacava na parede, no chão, só pelo prazer de ver os pobres morrendo, pra mim ele é um louco”. E outra mulher complementou: “aquilo é um monstro”, “a maldade já tava no sangue dele desde que nasceu”, “aquela cabeça de porco dele, uns olhos miúdos, desconfiados”; e a terceira senhora, a mais calada, também colocou o seu “tijolo” no alicerce da construção de Jorge: “ele foi criado sem religião”, “ninguém ali vai a uma missa, não rezam, não vão a uma novena, e não tem imagem de santo nenhum na casa deles”, “o menino cresceu sem religião, sem Deus, só vendo ruindade, maldade e achou que o lado certo da vida era aquilo” (Trechos colhidos durante a entrevista realizada em 04/08/2003).

Jorge, essa pessoa que não cheguei a ver, foi (de) formado ali nos relatos do Padre e daquelas três senhoras. Igual a Rivière (FOUCAULT, 2003a:204), o discurso produtor de Jorge o comparava a um animal, a um louco, a um monstro a ou próprio demônio. Vejamos a semelhança com a descrição de Rivière:

...solitário, arisco e cruel, diz ele, Rivière é um selvagem que escapa às leis da simpatia e da sociabilidade. Rapidamente comparou o físico do assassino ao de um macaco ou ao de um primitivo: ele é de pequena estatura, sua frente é estreita e abatida, as sobrancelhas pretas cruzam-se em arco, a cabeça está constantemente baixa e o olhar parece temer encontrar outro olhar, como se tivesse medo de trair o segredo de seu pensamento; seu caminhar é sacudido e em saltos, pula mais do que anda. Pierre Rivière, ultra-rústico, logo ultra-estúpido. Talvez ele não apareça como tal, porque mede ele próprio o quanto é perigoso seu pensamento secreto, e porque às vezes vacila quando se pergunta em que ordem (sobre-humana, animal este pensamento o situa).

A mãe de Jorge, disse uma das mulheres, “prometeu o menino antes de nascer ao fazendeiro”, para o menino vir a ser um pistoleiro. Um fato o qual todos ali deram ênfase foi de que a família toda, mãe, pai, filho e irmãos, nunca haviam se confessado nem eram de freqüentar igreja. “Isso é falta de Deus no coração”, concluíram o Padre e as mulheres (Trecho colhido durante a entrevista realizada em 04/08/2003).

Jorge fora construído discursiva e imagetivamente. Desde a infância, ele fora (como disseram meus informantes) “treinado” para ser um pistoleiro. Ele recebera um duplo batismo, uma dupla iniciação. Se por um lado era mais uma criança a ser batizada naquele dia,

¹⁰¹ “Judiou” é a mesma coisa, na linguagem popular, que maltratou.

por outro, era a criança que havia sido “prometida” pelos pais para servir ao padrinho como pistoleiro.

Paralelo ao batizado houvera, também ali, o que Bourdieu (1999b:34-7) classificou como “rito de instituição¹⁰²”, que é uma prática diferenciada e diferenciadora da vida diária, e que sinaliza com a emancipação do menino com relação à representação materna, a fim de que ocorra a “progressiva masculinização”, e, portanto, a “virilização” ou “desfeminização”.

Desde ali, a partir dali, segundo me foi relatado pelo Padre e pelas três mulheres, iniciou-se não somente um processo de masculinização de Jorge e de ruptura com as influências do universo feminino que poderiam advir de sua mãe, mas, também, naquele instante, se iniciou um trabalho de construção social, trabalho esse de produção do Jorge pistoleiro.

A morte violenta foi sendo processualmente naturalizada para Jorge, a relação cotidiana com armas visando a matar e defender-se também. Os crimes cometidos por pistoleiros em sua presença eram formas cognitivas que Jorge inculcou, as absorveu.

No universo androcêntrico em que Jorge cresceu, não havia, ou não há, espaço livre para a mulher. Nele, a mulher é percebida hierarquicamente submissa ao homem, e de forma negativa, como um “ser maléfico”, as mulheres “vão da magia, da astúcia, da mentira ou da passividade (principalmente no ato sexual) ao amor possessivo dos possessos”. (BOURDIEU, 1999b:43-4).

Jorge passou por um processo que o levou a se tornar um matador de aluguel. O padrinho de Jorge utilizou estratégias, segundo me foi narrado, a fim de que Jorge incorporasse uma socialização baseada na violência e voltada para o crime. Jorge, por sua vez, inculcou (consciente e inconscientemente), o *habitus* de pistoleiro, uma aquisição que ele fez se assumindo e se reconhecendo como matador de aluguel, colocando em prática a sua percepção ou aquisição, mediante os “serviços” prestados ao seu padrinho. Como diria Bourdieu (2000:88); “O seu corpo, em que está inscrita uma história, *casa-se* com a sua

¹⁰² Bourdieu (1999b:34, nota de rodapé) explica sua opção pela expressão rito de instituição e não rito de passagem: “Quanto às razões que me levaram a substituir por rito de instituição (expressão que deve ser compreendida ao mesmo tempo no sentido daquilo que está institucionalizado – a instituição do casamento – e do ato instituir – a instituição de um herdeiro) a noção de rito de passagem, que sem dúvida deveu seu imediato sucesso ao fato de que ela não é mais que uma pré-noção do senso comum convertida em conceito de feição erudita”.

função”, afinal de contas, “o corpo é a interface entre o social e o individual, entre a natureza e a cultura, entre o fisiológico e o simbólico”. (BRETON, 2006:92).

Padre Pedro Simão, ao final daquela entrevista, me revelou que com o passar dos anos e de algumas eleições locais, ele, o Padre, passou a manifestar suas opiniões sobre candidatos, principalmente nas missas de domingo. Os candidatos que o padre via como melhores não eram os que estavam sendo apoiados pelo padrinho de Jorge. Com o tempo, o próprio padrinho e mais outras pessoas ligadas a ele passaram a dizer para o Padre, em conversas informais, que ele não deveria se “intrometer” em política.

Nas eleições municipais passadas, porém, o padre disse-me que recebeu uma visita de Jorge ao final da missa e, como o padre não me deixou gravar aquela história, me valho das anotações de campo feitas na noite do dia em que conversei com o Sacerdote, e quando os fatos ainda estavam presentes na minha memória.

Ele pediu para desligar o gravador porque aquela história ele queria esquecer. As três mulheres estavam ali, mas se calaram e não interferiram na entrevista como haviam feito até aquele instante. O Padre contou que, pouco antes das eleições municipais de 1993 teve um encontro com Jorge. Havia sido um dia, quando ele acabara de celebrar uma missa e Jorge lhe apareceu. O Padre relatou que Jorge fora muito educado com ele, mas disse-lhe: “O povo anda falando que o senhor está se envolvendo em política e é bom o senhor não se meter, cuidar somente das coisas da igreja e deixar a política para político, cada macaco fica no seu galho, pra não dar confusão e terminar macaco caindo do galho”.

O Padre sentiu que aquilo havia sido um “recado”, uma ameaça. Foi a última vez que viu Jorge, que conversou com ele, muito embora ele tenha dito que, disse que de vez em quando sabe alguma coisa sobre ele. O padre resolveu não comunicar o caso à polícia nem aos seus superiores. A partir daquele momento, ele manteve-se mais reservado em relação à política e conflitos locais.

A história de Jorge deu-me subsídios para discutir o sistema de construção social do pistoleiro, que passarei a tratar nos próximos itens.

3.2 “Homens de honra”

“E nesse negócio é assim. Depois que a gente recebe o dinheiro, tem de fazer o serviço. Senão, quem acaba sendo assassinado é o próprio pistoleiro”. (CAVALCANTI, 2006:33).

Observei, ao longo do trabalho de campo, que entre os meus entrevistados e mesmo entre as pessoas com quem “somente” conversei a respeito da formação social do pistoleiro (por exemplo, no tópico anterior, quando entrevistei o padre Pedro Simão, que teve a participação das três senhoras), um ponto em comum se sobressaiu por ser recorrente no decurso desse processo; refiro-me à gradativa adesão dos atores sociais participantes, desde a infância e ou adolescência, a valores, sentimentos e representações ligados, conceitual e culturalmente, ao universo masculino.

São valores, sentimentos e representações que sinalizam para uma produção de sentidos e significados da masculinidade, e que podem ser percebidos, com relativa facilidade e com maior ou menor grau de intensidade no interior do Estado do Ceará, mormente no sertão. Ou, dizendo de outra forma, nos centros urbanos que são localizados na parte interna do Ceará, que os denomino de “cidades-sertão”.

Designo pedagogicamente “cidades-sertão”, àqueles espaços sociais situados no interior do Estado cearense – locais onde, geralmente nascem e vivem a maior parte dos pistoleiros – que têm características e hábitos marcadamente urbanos, mas apresentam, sobretudo, acentuada influência de aspectos e categorias associados, usualmente, ao universo sertanejo, onde a figura do masculino ainda protagoniza de forma muito forte as relações sociais.

Ensina-nos Bourdieu (1999) que a ordem social tende a se estruturar e fazer suas divisões alicerçadas na visão que ela tem do mundo. Ou seja, a divisão social decorre da visão social. Nas “cidades-sertão”, os valores, sentimentos e representações gravitam ainda, de forma enfática, em torno do ponto de vista masculino.

Dessa forma, os valores, sentimentos e representações ligados à construção dos protagonistas envolvidos no processo de formação social de matador de aluguel, perpassam

pela incorporação e reprodução da visão masculina do mundo, e, portanto, da dependência desses atores sociais à pedagogia da virilidade e da violência.

Desse modo, processualmente é embutido em cada um desses agentes sociais implicados no processo de formação de pistoleiro, códigos comportamentais comuns a todos os envolvidos, com padrões de conduta que revelam e indicam o pertencimento deles a um universo social masculino em detrimento do feminino.

Nessa perspectiva, os jovens do sexo masculino que são atraídos pelo mundo da pistolagem, desde muito cedo aprendem, por exemplo, a nutrir admiração por armas (de fogo e brancas¹⁰³). Eles capacitam-se – na grande maioria das vezes com ajuda de terceiros interessados em utilizar-se desses jovens no cometimento de assassinatos – e familiarizam-se com a presença delas na vida cotidiana, como um símbolo de masculinidade.

Anotei algumas frases que escutei durante o trabalho de campo no interior do Estado: “Homem que é homem só sai de casa com o berro¹⁰⁴ na cintura”; “Menino para ser macho tem que aprender a pegar no cabo da enxada ou no da espingarda”; “Antes do menino aprender a falar, ele tem que aprender é a atirar para ser macho”, entre outras.

De modo que o uso assíduo de armas¹⁰⁵ é discursivamente justificado dentro do universo social masculino formador do pistoleiro, além de ser um mecanismo estrutural de integração que reveste, produz e reproduz esse personagem. A estrutura da personalidade desses atores molda-se a partir de uma estrutura social que não acredita no Estado como “monopolizador exclusivo do uso da violência física” (ELIAS, 1993/1999a, WEBER, 1999) nem muito menos aceita submeter-se à Justiça, com suas leis de caráter universal e, portanto, supra-individuais.

O uso de armas e a familiarização com elas (tanto para a autodefesa, no uso da violência letal e resolução de conflitos), é parte do processo de construção do pistoleiro, que se soma à exaltação das categorias da honra, valentia, coragem, virilidade etc., atribuídas, ainda hoje, em algumas regiões – principalmente no interior do Estado, como já foi mencionado aqui – como sintomáticas ao gênero masculino. Em contrapartida, esse mesmo processo incentiva o desprezo e aversão aos comportamentos e sentimentos referentes à

¹⁰³ “Armas de fogo” são as pistolas, os revólveres, espingardas etc. Podem ser portáteis “Armas brancas” são os punhais, facas, navalhas etc.

¹⁰⁴ “Berro” é a arma de fogo, podendo ser o revólver ou a pistola.

¹⁰⁵ No tópico 4.3 será feita uma análise a respeito de armas de fogo.

fraqueza, prerrogativa tida, também ainda em muitos locais no interior do Ceará, como uma característica do gênero feminino.

A legitimação desses valores, sentimentos, símbolos sociais normatizados e estruturados pelos atores sociais relacionados, encontram apoio e em uma estrutura social tolerante com a prática da violência na regulação de relações sociais e na associação que é feita desta com a virilidade.

Dessa forma, há o encorajamento dos atores sociais envolvidos no processo de formação do pistoleiro, ao uso recorrente de práticas agressivas de acordo com a demanda de alguns grupos sociais que nutrem, mantêm e dão, portanto, significados positivos a essas condutas.

Nesse aspecto, as questões relativas à violência e virilidade perpassam toda a formação social do pistoleiro; sua personalidade é construída e calcada a partir da legitimação individual do uso da violência letal com a finalidade, sobretudo, de atender os interesses particulares de determinados segmentos da sociedade.

Essas características levam a um universo social hierarquizado, constituído com base em uma nítida divisão entre o masculino e o feminino (ou divisão dos sexos e divisão do trabalho a partir da divisão dos sexos) e com respaldo (que é o mais importante), logicamente, nas regras estabelecidas e impostas pelo masculino.

Uma das conseqüências dessa organização social que prioriza as relações de subordinação e dominação, é, se formos pensar baseado no estudo deixado por Bourdieu sobre “A dominação masculina” (1999b), a valorização atribuídas pelos homens para as tarefas desempenhas por eles, ao passo que as tarefas atribuídas às mulheres são vistas, na visão masculina, como de menor complexidade, “inferiores”, “ingratas” e “mesquinhas” (*Opus cit.*, p.44)¹⁰⁶.

Dentro desse universo social de espaços tão bem delimitados e hierarquizados, encontramos com clareza, por exemplo, a dualidade entre a “casa” e a “rua”. A rua é

¹⁰⁶ Bourdieu (2001a:166), se referindo à “economia econômica” entre os cabilas, como uma economia de mulheres, descreve situando o que para eles, cabilas, são tarefas masculinas e femininas: “Os homens dedicam-se a questões de honra, que impedem qualquer concessão à lógica da economia econômica. O homem honrado não pode dizer: ‘Tu me devolverás antes do plantio’; ele deixa vago o prazo de pagamento. E tampouco: ‘Tu me darás quatro quintais de trigo em troca do boi que vou te emprestar’. Ao passo que as mulheres dizem a verdade dos preços e dos prazos, elas podem se permitir dizer a verdade econômica já que, de qualquer modo, estão excluídas (pelo menos como sujeitos) da economia das trocas simbólicas. O que é também válido nas nossas sociedades. Ver-se-á, por exemplo, no número da revista *Actes de la Recherche* dedicado à ‘economia doméstica’ que, com freqüência, os homens esforçam-se para fazer com que as mulheres façam o que eles não podem fazer sem se rebaixar, como perguntar o preço”.

construída como um espaço masculino por excelência e a casa como uma área feminina. Essa observação pode ser feita, principalmente no interior do estado, nas “cidades-sertão”.

O “lugar de homem é na rua, e o lugar de mulher é em casa”, porque o “homem dentro de casa se mofina, mas a mulher se valoriza”. São frases colhidas na pesquisa de campo, que representam a lógica que rege as mentalidades e os comportamentos dos envolvidos na pistolagem (matadores, familiares, amigos, patrões etc.). A mulher que fica “no meio da rua” é mulher “à toa”, “rapariga”, porque o “lugar de mulher séria é dentro de casa”, anotei em meu caderno de anotações de campo.

Para DaMatta (1997b), a casa representa um local de “relações harmoniosas” onde “as disputas devem ser evitadas”; no entanto, vendo a casa como entidade moral onde prevalece a dominação masculina (BOURDIEU, 1999b), onde a primazia do homem é proporcional à desvalorização da mulher, então não se pode falar em harmonia, mas, no mínimo, em uma “violência simbólica” exercida pelos homens contra as mulheres e com a colaboração destas, pois, conforme Bourdieu (1999b:52), as mulheres constroem os homens como poder simbólico subordinador.

Coligi outra frase na pesquisa que pode exemplificar o que está sendo discutido, “Quem manda em casa é o meu marido”; “Quem canta de galo em casa sou eu, não é a mulher”. Essa hierarquização se estende aos filhos, “Quem quiser que prenda suas cabritas, porque meu bode está solto”; “Filha mulher tem que ficar em casa ajudando a mãe nas tarefas” (anotações de campo).

Portanto, nesse tecido social, o homem ocupa uma posição privilegiada de dominação e subordinação. É ele o “chefe da casa”, o que “dita as normas” que devem ser seguidas por todos; afinal de contas “quem come do meu pirão, prova do meu cinturão”. A mulher é, por conseguinte, hierarquicamente inferior ao “chefe” e seguidora das normas do “dono da casa”. Ela adere social e psicologicamente a essa estrutura de dominação e a reproduz (consciente e ou inconscientemente, na maior parte das vezes), concedendo, assim, ao seu dominador, o homem, o aval do dominado.

A rua, para DaMatta (1997b:55), é o local onde “devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral”, é o lugar onde “cada um está por si”, onde prevalece a “lei universal”. A rua, para o pistoleiro, poderá ser o espaço da solidariedade entre amigos, das lealdades (muitas vezes inalienáveis), dos companheiros de crime, da fraternidade entre homens de armas, de pessoas que simpatizam com ele, ou com o que ele representa (o

homem valente, por exemplo), local onde ele faz ou se orienta por suas normas e corrompe, portanto, as “regras universais”.

As regras universais, as leis, os códigos penais, todo esse arcabouço jurídico, só estão presentes na vida do pistoleiro como algo negativo, que ele não reconhece, não aceita, acha-os ilógicos e os teme. As leis universais que servem para todos, transformam o pistoleiro em um simples artigo do Código Penal, por exemplo, retirando-lhe todo o *glamour* de ser um matador, um homem valente, um macho entre outras categorias masculinas tão valorizadas e imaginadas por ele.

O pistoleiro, conseqüentemente, é constituído socialmente por meio daquilo que Zaluar (1999:148 e 1994a:6) chamou de “*ethos* da virilidade” ou “*ethos* da masculinidade”. Ele é o “cabra macho”, ou seja, o “homem disposto” ou ainda, simplesmente, utilizando uma expressão que abrange todas essas outras, ele é o “homem”.

Difícil explicar o “ser homem” na dimensão contemplada pelo matador e a forma como essa categoria repercute na vida social, pois a expressão é liberalmente utilizada tanto na linguagem cotidiana deles quanto na de policiais. Ao mesmo tempo, ela se confunde com ampla variedade de modos de conduta.

O “ser homem” aparece, contudo, nos relatos como uma forma social e representativamente identitária, uma construção discursiva que identifica o matador com base num universo social, pessoal, simbólico e de visões de mundo e interações sociais, onde ele assume e exerce o papel social de uma espécie de “homem de honra¹⁰⁷”, conforme escutei em alguns relatos.

Resgato, mais uma vez de Bourdieu (2002a:20), a explicação dessa categoria – homem de honra – conforme ele a fez tendo como foco a sociedade cabila:

... o homem de honra é essencialmente definido pela fidelidade a si próprio, pela preocupação de ser digno de uma certa imagem ideal. [...] O homem de honra é aquele que mantém a sua palavra e contém as suas palavras, aquele do qual se diz: “É um homem e uma palavra” [...] O ponto de honra é o fundamento da moral própria de um indivíduo que se apreende a si próprio sempre sob o olhar dos outros, que precisa dos outros para existir, porque a imagem que forma de si próprio não pode ser distinta da que lhe é reenvia pelos outros.

¹⁰⁷ “Honra é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu *direito* a orgulho. [...] A honra fornece, portanto, um nexo entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo através da sua aspiração de os personificar. [...] O pretendente à honra tem que fazer com que os outros aceitem a avaliação que faz de si próprio, tem que conseguir reputação pois, no caso contrário, a pretensão passa a ser simples vaidade, objeto de ridículo ou desprezo – mas por parte de quem? (PITT-RIVERS, in PERISTIANY, 1988:13-4). Ver, também, sobre honra, Pitt-Rivers, (1997) e Gautheron, (1992).

Podemos analisar a categoria “homem de honra”, ainda, ou simplesmente “homem”, pela teoria dos “fatos sociais totais”, conforme Mauss (2001) e explicação de Strauss (2001) na introdução à obra de Mauss. A categoria “homem de honra” é pano de fundo sobre o qual se constroem diversos discursos que tendem a valorizar a coragem, a moral, a masculinidade, a virilidade, a valentia, a justiça pessoal, o corpo, a família, a política, a religião, a economia etc.

Nesses fenômenos sociais “totais”, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos a que estes fatos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições. (MAUSS, 2001:52).

Ora, o social só é real integrado em sistema, e este é um primeiro aspecto da noção de fato total [...] Mas o fato total não é aquilo que é por simples reintegração dos aspectos descontínuos: familiar, técnico, econômico, jurídico, religioso, sob qualquer um dos quais que pudéssemos ser tentados a apreendê-lo exclusivamente. É também preciso que ele se encarne numa experiência individual... (STRAUSS, 2001:23).

Dentro da exposição desse quadro conceitual, a expressão “homem de honra”, ou “homem”, será o ponto de onde se parte para a compreensão dos componentes formadores e conformadores do *habitus* de pistoleiro, em geral, visto pelos documentos e histórias de vida e, em especial mais a frente, dos relatos orais de Mainha¹⁰⁸.

É motivo de orgulho e de vaidade entre os matadores de aluguel, quando dizem que cometeram tais e tais crimes em nome da defesa do código de honra, protegendo a família, ou em prol da lealdade com os amigos e protetores, e porque, também não são covardes, são homens de enfrentamento, que resolvem os conflitos na bala e ou na faca.

Inicialmente, o vir-a-ser um “homem” passa pelo sentido biológico, com o nascimento da pessoa do sexo masculino. Essa é, no entanto, uma parcela, o sentido social do termo é o que traz maior grau de complexidade, como se pode perceber nesse trecho do relato de Mainha:

Ser homem pra mim significa ter palavra, ter respeito, é ser considerado é ter moral. É um bocado de coisas pra se ser homem, não é só por causa do cabra nascer masculino que ele é homem não. Homem precisa atestar um bocado de coisa, pra ser homem. Não ter palavra, não ter respeito, não se dar ao respeito, ser desmoralizado, pra mim ele não vale nada. O homem tem que ter honra, tem que ser um homem de honra senão, pra mim não é homem. O cabra que rouba, por exemplo, não tem

¹⁰⁸ Os nomes de pessoas e cidades utilizados no tópico 3.2, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Exceção ao nome de Mainha que me permitiu de utilizá-lo.

palavra, não tem honra, mas o pistoleiro é sempre homem de palavra, é homem de honra. (Entrevista realizada em 11/11/2005).

Ser homem é ter honra, é honrar, respeitar a palavra empenhada, segundo define Mainha. O fato de “nascer masculino” não torna o ator social um “homem de honra” e nem muito menos pode ser denominado dessa forma o ladrão, porque este não valoriza a palavra dada e nem se importa, geralmente, de ser desmoralizado.

A conduta dos indivíduos é, conforme Becker (1994:110), “continuamente reformulada de modo a levar em consideração a expectativa de outros, como esta se exprime na situação imediata e como o ator supõe que possa vir a se exprimir”.

Para Goffman (2003:12), que adota as perspectivas da “*représentation théâtrale*” que se baseia nos “*principes dramaturgiques*”, “o ator deve agir de maneira a dar, intencionalmente ou não, uma expressão de si mesmo, e os outros ao seu modo devem retirar dessa expressão, certa impressão¹⁰⁹”. (Tradução livre).

A identidade discursiva “homem de honra” é uma expressão que o ator social faz de si mesmo, e é reformulada desde as impressões que o grupo ao qual o ator se associa tem dele.

Essa identidade é “trabalhada” com suporte na linguagem e na cultura oral. A ênfase é na palavra dada em detrimento da escrita. É da linguagem oral que sai a palavra de honra, que são formuladas as normas de conduta, de socialização, os códigos dos assassinos e as leis da justiça privada.

Ao contrário, o matador não aceita a palavra escrita, porque esta só se manifesta em sua vida por intermédio das leis que o pune e da sociedade que o condena. O matador está para a palavra escrita e para a sociedade como o “indivíduo-fora-do-mundo” e ou o “renunciante” de Dumont (1992) estão para o mundo social.

O matador é o indivíduo fora da lei, aquele que se orienta por valores impressos nele durante a socialização e os quais ele internalizou na mente e inscreveu no corpo, como “no corpo daquele infrator que Kafka descreve na sua *Colônia penal*”. (ORTIZ; FERNANDES, 1983:14).

¹⁰⁹ Texto no original: “... l’acteur doit agir de façon à donner, intentionnellement ou non, une *expression* de lui-même, est les autres à leur tour doivent en retirer une certaine *impression* ”.

O matador, se projetando socialmente como um “homem de honra”, não admite, por conseguinte, passar vergonha, ser desmoralizado. A desmoralização o torna comparável, na sua concepção, à mulher e ou ao menino, pois estes não estão no mesmo nível valorativo e hierárquico social do “homem de honra”.

Ser comparado a uma mulher ou a um menino é uma ofensa gravíssima para um “homem”. Daí uma frase que escutei bastante pronunciada como um adágio popular propalado por vários matadores, entre eles o próprio Mainha: “Eu não sou nem menino de grito e nem cabra bom de peia”. O menino pode receber grito, pode ser desmoralizado, ele não é ainda “homem”; na mesma forma de pensar, a pessoa que apanha, que é “boa de peia”, é alguém que não tem forças para disputar com seu agressor, ou se tem, são inferiores à daquele.

O “homem” é aquele que tem “vergonha na cara”, significando dizer que tem consciência de sua honra e de sua dignidade. Ao contrário, o que “não tem vergonha na cara” é o que está passível de ser desmoralizado, segundo o modo de pensar do “homem de honra”.

A vergonha está na face, na cara, em um local onde estão os “órgão nobres da apresentação, nos quais se condensa a identidade social, o ponto de honra” (BOURDIEU, 1999b:26). Desmoralizar um matador é como se o batesse, o esbofeteasse a face, portanto, é uma ofensa gravíssima.

Para Mainha, a ameaça de morte aos seus membros familiares é desmoralizante, assim como “tirar sarro” (brincadeira) com ele e/ou ser chamado de ladrão. Vejamos alguns trechos em que ele relata essas circunstâncias:

Eu só matei por conta da honra, pra defender minha honra, da minha família e dos amigos meu. O cara venha mexer comigo para ver, se eu não sou o mesmo homem de trinta anos atrás. Querer me desmoralizar, querer me ameaçar. Venha, para ver se eu não sou o mesmo homem de trinta anos atrás. Eu “meto o diabo¹¹⁰” nele, como eu metia a trinta anos atrás, do mesmo jeito. Não queiram me desmoralizar não, não venha ameaçar de morte nenhum filho meu não, que a gente decide é ligeiro demais. (Entrevista realizada em 11/11/2005).

Nessa região aqui, que todo mundo sabe quem sou eu, é difícil viver em paz, [...] aqui eu não ando em bar, eu não ando em festa, por quê? Para evitar um engraçadinho dizer “Ah, aquele ali é o Mainha”, aí beber cachaça e vim tirar sarro em cima de mim. Já não vou para esses cantos pra evitar, porque se acontecer eu não vou ficar desmoralizado, não vou ficar calado, porque isso não é papel de homem. (Entrevista realizada em 11/11/2005).

O promotor, Dr. [...] falou que uma pessoa chamar a outra de ladrão não é motivo para matar ela não, eu respondi pra ele “Se o senhor é ladrão eu não sou não, meu nome eu honro em todo canto”. Eu era analfabeto, fugitivo da polícia, eu não tinha como provar que não tinha sido eu que tinha roubado as cangalhas. Eu só tinha

¹¹⁰ “Meter o diabo” significa a mesma coisa que “meter bala” ou “meter chumbo”.

como provar que não tinha sido eu e honrar meu nome com a morte dele. Porque eu era um comerciante na cidade, eu parava em todo canto e levava o nome de ladrão de coisa que eu não fiz. Para não ficar desmoralizado, que eu não sou homem disso, eu o matei. (Entrevista realizada em 11/11/2005).

A palavra de honra e seus atributos morais, para Mainha, são ponto de partida para justificar todos seus atos violentos. Em nome da honra, ele disse que matou e que mataria. A honra passa a ser tanto uma disposição emocional, um sentimento (por sinal muito frágil, que a todo instante pode ser “ferido”) ou um alibi para um conflito. Sobre isso abordarei em capítulo a parte as histórias de vida de Mainha.

O homem que vive sob a égide simbólica da honra, quando ofendido, tem duas saídas: enfrenta o inimigo ou subtrai-se ao conflito com ele. Neste último caso, deixando de fazer o enfrentamento ao seu inimigo, ele recai na censura de todos. No primeiro caso, ele vence seu opositor (matando o inimigo ou subjugando-o através do medo, da desonra etc.) e “lava” sua honra, ou, caso não vença seu inimigo no combate, mas lutou como “homem” e morreu como “homem”, pois mesmo “vencido segundo a lei do combate, é vencedor segundo a lei da honra”. (BOURDIEU, 2002a:17).

Matar o inimigo que o desonrou ou morrer de forma honrosa, isso não significa propriamente um dilema para o homem que vive integralmente o seu papel de “homem de honra”. O homem que é “homem”, como me relataram em diversas entrevistas, morre “trocando bala”, “se acabando no cabo do revólver”, “na ponta de uma faca no meio de um terreiro”, pois “homem que é homem morre na briga”.

Se não for assim, se ele não “lavar” sua honra, ele “morre em vida”, desonrado, como dizem “com o rabo entre as pernas”, feito um cão. E só tem uma forma de “lavar” a honra: com sangue.

O sentido simbólico da honra está no sangue, no sangue que correr nas relações familiares, no próprio sangue que corre nas veias do matador e no sangue dos amigos dele. “Honra manchada só é lavada com o sangue do inimigo. Se eu não lavar eu mesmo minha honra eu mando outro, ou então vou vestir saia”, como relatou um pistoleiro chamado Pedro do Guzerá.

Honra “suja” é atitude que o matador compreende como covardia e aí vem a pergunta que eles se fazem nessas ocasiões: “o que as pessoas vão dizer de mim, que eu não sou mais homem? Que estou com medo de lavar minha honra? Que sou covarde?”

O homem com a honra suja é malvisto pelo grupo com o qual ele interage, é mal recebido em sua comunidade (quando não o evitam) ou entre os seus amigos, é motivo de comentários maliciosos, enfim, ele é percebido um “intocável”, um “impuro” (DUMONT, 1999), que não pode mais se misturar entre todos. Ele torna-se alguém com o qual as pessoas de sua relação não querem mais estar, é isolado como se estivesse doente e torna-se, nesse instante, vulnerável ao ataque dos seus inimigos.

Essa regra vale para tanto para o matador, que se considera um “homem de honra”, quanto para alguns mandantes. Dito de outra maneira, alguns crimes de pistolagem são motivados pela honra. Geralmente são os crimes relacionados ao sexo, como, por exemplo, o estupro, o atentado violento ao pudor¹¹¹, o desvirginamento e a infidelidade conjugal. Nesses crimes, o mandante, sentindo-se “ferido em sua honra”, opta por “lavá-la” com o sangue do ofensor.

Também existem casos de mandantes que mandam matar e colocam o motivo da honra pessoal em primeiro plano (acima do econômico, por exemplo), como justificativa do conflito. Nesse caso, os motivos são inúmeros, e vão desde uma simples discussão até questões envolvendo pedaços de terras, ou derrubada de estacas que dividem terras etc.

Para exemplificar, citarei a entrevista realizada com um comerciante que me revelou (logicamente depois de me pedir sigilo, e de eu ter-lhe assegurado o que muitos já haviam pedido, ou seja, que trocaria nome e não mencionaria nada que o identificasse) haver mandado fazer um “servicinho besta”.

Identificá-lo-ei pelo nome de Ribamar¹¹². Nascido no interior do Estado, ele reside em Fortaleza há muitos anos, onde constituiu família e tornou-se um pequeno comerciante. Separado da primeira mulher, Ribamar havia se casado com uma moça bem mais nova do que ele (uma diferença de aproximadamente 20 anos) e que fora o cerne de um conflito. A entrevista levou um dia inteiro para ser concluída. Farei menção aqui a um trecho em que ele conta como se envolveu em um crime de morte.

¹¹¹ Atentado violento ao pudor é uma denominação jurídica para o crime de natureza sexual, mas que difere do estupro, porque não existe a conjunção carnal, podendo ser vítima tanto a mulher quanto o homem.

¹¹² Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 3.2, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha, que me autorizou a utilização.

Cheguei a Ribamar por interveniência de um policial militar da reserva que conhece muitos pistoleiros, tem amizade com várias autoridades e vende armas de fogo. Chamei-o de cabo Martins.

Ribamar me relatou que começou seu pequeno comércio na periferia de Fortaleza, em uma região onde ele enfatizou ser “muito violenta”. Entre jornais os quais ele me mostrava reportagens sobre assaltos e mortes (ele me pareceu ser alguém que acompanhava diariamente as notícias policiais), ele me relatou como foi e por que foi que contratou uma pessoa para matar:

Quando eu deixei a primeira mulher eu já estava gostando dessa outra que estou mais ela hoje. [...] Aí um *caboco*, um piranguero safado, que morava numa favela ali, vivia assediando minha mulher. Quando ela passava para trabalhar ele ficava soltando piada. Quando ela me contou eu quis tomar satisfação com ele, mas ela me pediu que não fosse, que ele não tinha nada a perder e eu tinha. Um dia ela chegou chorando porque o *caboco* tinha baixado as calças e tentado agarrar ela. Aí eu não agüentei. No dia seguinte eu fui levá-la para o trabalho. O *caboco* quando me viu fez foi achar graça. Eu chamei atenção dele, mas ele é mais novo que eu, é forte e alto, aí me deu um murro e eu desmaiei. Moral da história: virei foi motivo de chacota na rua, nos bares, em todo canto. Fiquei totalmente desmoralizado. E o assédio continuou a minha mulher, apesar dela ter mudado sua rota para o trabalho. Não tinha jeito, ele passou a esperar ela no quarteirão de casa. E dizendo pra ela: “Aquele velho não faz mais nada não, aquilo está bom é de vestir saia, vem para cá pra você ver o que é homem”. Aí foi quando eu conheci o cabo Martim, um amigo me apresentou ele e ele disse que resolveria isso. [...] Eu não quero falar de dinheiro não, eu dei uma gratificação para ele, porque ele mereceu. [...] Ele arranjou um elemento lá da polícia, da confiança dele, *um cabra* bom, e ele fez esse *servicinho* besta. [...] eu não sei detalhes não, só sei que ele abordou o *caboco*, matou e deu fim na carcaça, só. Como o *caboco* era ladrão e maconheiro, envolvido com o diabo a quatro, aí acharam por aí que foram os colegas dele que deram fim a ele. Eu é que não ia ficar desmoralizado, não é mesmo? Pra mim foi um serviço para ele e quem mais aprender a não mexer na honra de um homem, é isso. (Entrevista realizada em 25/01/2006).

Outros fatos envolvendo a honra e os “homens de honra” me foram relatados. A honra (como fiz alusão nesse mesmo tópico) apareceu como motivo preferencial de vários relatos sobre crimes.

“Em particular, um homem deve proteger as 4 mulheres que dependem dele (mãe, irmã, esposa e filha) de todo atentado¹¹³”. (ZAGNOLI, 2004:117, tradução livre). O homem é o garante (fiador) da honra da mãe, da irmã, da esposa e da filha, pois, defendendo a honra dessas mulheres, ele estará defendendo a sua própria honra (GAUVARD, 2004:162)¹¹⁴.

¹¹³ Texto no original: “En particulier, un homme doit protéger les quatre femmes qui dépendent de lui (mère, soeur, épouse, fille) de toute atteinte...”.

¹¹⁴ Ribeiro (1999:27): “Um provérbio compara a honra da mulher a um cristal, que, partido, não tem conserto; mas, se da mulher é fácil abusar, a honra mais preciosa que assim se destrói é a masculina – porque o homem, por ter mais poder, é quem possui maior honra. A mulher é portadora da honra masculina, mais do que senhora

A mulher é, pois, depositária da honra do seu marido, ou companheiro e, também da honra dos seus filhos. E estes, por sua vez, são depositários da honra de seu pai. Têm a honra quem a pode defender. Portanto, nem a mulher, nem a criança e nem muito menos o velho têm-na por si sós, sendo apenas depositários da honra do homem.

Caso ocorra algum mal contra alguém da sua família, o matador, desempenhando o papel de guardião da honra, deverá vingar-se para não ficar desmoralizado. Ser desmoralizado pelos inimigos é tornar-se submisso, e só são submissos, no mundo social dos “homens de honra”, a mulher (principalmente), a criança e o idoso. Se um homem submete o outro, ele o está feminizando, tratando-o como se fosse uma mulher, ou como um homem que age como uma mulher, que é ainda mais grave nesse universo “androcêntrico”.

Ribamar se ofendeu com o assédio daquele homem à sua companheira, mas, além do assédio, ele viu que o outro o diminuía na sua condição masculina, dizia que ele deveria usar saias, que ele não era mais homem e que o outro sim, ele era homem para a sua mulher.

Aí, mais uma vez, a situação se repete. O ser “homem” não permite outro tratamento, que não seja o dispensado a alguém que se julga portador de valores, ligados ao *ethos* de masculinidade, de virilidade. Isso implica todas as questões que já foram aqui abordadas, entre elas, a honra.

Perder a identidade de “homem”, se “desmasculinizar”, é a pior humilhação para um “homem de honra”. Vejamos o que diz Bourdieu (1999b:32) sobre o processo de “feminilizar” um homem:

...a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher. E poderíamos lembrar aqui os testemunhos de homens a quem torturas foram deliberadamente infringidas no sentido de *feminilizá-los*, sobretudo pela humilhação sexual, com deboches de sua virilidade, acusações de homossexualidade ou, simplesmente, a necessidade de se conduzir com eles como se fossem mulheres...

“Feminizar” o outro, por conseguinte, é destruir sua reputação edificada sobre a virilidade, a valentia, a coragem, em resumo, é dizer que o inimigo é um homem que age

de uma honra própria. Portanto, a reputação de um homem é fragílisma: está à mercê das mulheres que o cercam – e podem enganá-lo –, dos homens seus rivais – que procuram como ofendê-lo. Daí resulta uma sociedade de varões extremamente suscetíveis: a qualquer ofensa ou suspeita de ofensa (pois a aparência já desmoraliza um homem), ele deverá optar entre a vingança e a indignidade. O preço do machismo é a eterna angústia, de um homem que sabe vulnerável não apenas em seu ser e atos, mas também nos seus bens, nome e mulheres [...] Ora, para aferir a honra de um homem só conta o que se torna público; a própria intenção só importa na medida em que é exibida anexando-se ao visível. Deus, que devassa as aparências as intenções e pode perdoar um ato infeliz, porque feito sem maldade; mas não estes homens armados, isto é, honrados. Cegos às intenções, eles devem ser capazes de defender, até com a vida, o próprio nome”.

como uma mulher. O matador encara a feminilidade como fraqueza, submissão, inferioridade. Logo, “feminilizar” o inimigo é subjugar-lo, é tratá-lo como se mulher fosse¹¹⁵.

E o “homem”, nesse universo, não pode ter atitude feminina, não deve aceitar perder sua identidade viril e ser comparado a uma mulher, que “tem identidade inteiramente negativa” (BOURDIEU, 1999b:43), não pode como algumas vezes escutei em entrevistas “ser mofino e nem muito menos se amofumar dentro de casa”, espaço feminino (anotações de campo). Se a mulher está ou deve estar “presa” em casa, o homem está ou deverá estar “solto” na rua, como diz um este ditado popular que faz uma advertência a quem está deixando a filha muito “solta”: “Prenda sua cabra que meu bode está solto”.

Muito conhecida, entre os pistoleiros e policiais, é a história de Regivan (nome verdadeiro). Regivan era como se chamava um jovem pistoleiro que antes de morrer levava um tiro que o deixara paraplégico. Após isso, Regivan passou a viver sobre uma cadeira de rodas. Não cheguei a entrevistá-lo, mas ouvi diversas histórias sobre ele e uma delas diz que após ficar paraplégico, Regivan lastimava-se por ter perdido a sensibilidade da cintura para baixo e ter tornado-se “impotente sexual”.

Isso para ele o impossibilitava de retornar para sua região (vale do Jaguaribe), porque as pessoas iriam lhe ridicularizá-lo, desmoralizá-lo, porque ele “deixara de ser homem”. Por conseguinte, Regivan decidira permanecer escondido de seus diversos inimigos (que ele havia feito durante sua vida de pistoleiro e assaltante) no subúrbio de Fortaleza, em uma situação de fragilidade total diante dos seus adversários, preso a uma cadeira de rodas, solitário, apenas com uma arma. Por essa razão (segundo relatos) fora assassinado.

Este é apenas um dos mais diversos relatos que escutei, e que mostram a constituição do matador, os valores que ele percebe, interioriza e exterioriza. O mundo social do matador é feito por ações e signos que fortalecem a sua identidade masculina (os dominadores) e enfraquecem a identidade feminina (os dominados), como já foi expresso. É um mundo de armas “símbolos fálicos por excelência” (ZALUAR, 1994:74), da vaquejada, das vinganças; em síntese, não há espaço evidenciado, espaço valorizado, para o feminino.

Se a mulher é considerada inferior, o homossexual, para o matador, é uma ofensa moral, quando dirigida a ele ou a alguém de sua família e que ele, matador, usa atribuindo aos

¹¹⁵ A tendência de subjugar o inimigo com base nos códigos culturais masculinos é uma forma de os próprios matadores se verem como “homens”, se contrapondo aos inimigos, que são os que eles “efeminizam”. Com isso, eles garantem a percepção da unidade e da identidade masculina. Esse processo histórico pode ser visualizado em relação à construção da identidade dos gregos em contraposição aos bárbaros, no historiador francês Hartog (2004).

seus inimigos. Mainha disse-me em uma entrevista: “Se um filho meu desse para *baitola* eu tinha coragem de dar fim nele”, ou ainda “Na minha família tem de tudo, tem pistoleiro, tem médico, tem advogado [...] só não tem *baitola*”, também “Procure um *baitola* na vaquejada, não tem, é esporte de homem” ou ainda um curioso diálogo entre ele e seu filho indagando se onde ele havia cortado o cabelo o “barbeiro é *baitola*” e o filho responde que “não, inclusive ele é casado” e Mainha, mais tranquilo, diz “então eu vou cortar os cabelos amanhã com ele”.

Mainha também não tolera homens que usam brinco e, por coincidência, ele teve em uma época um empregado que usava. Uma vez esse rapaz me disse que retirava o brinco toda vez que Mainha estava em casa, porque ele lhe havia dito que “brinco não foi feito para homem usar e sim para mulher” (anotações de campo).

O crime de pistolagem é, salvo alguma raríssima exceção, um delito eminentemente praticado por homens. O matador de aluguel é do sexo masculino e é também construído por meio de valores que são identificados como masculinos. Existem mandantes de crimes de pistolagem que são mulheres (inclusive entrevistei uma), também intermediários etc. Porém, durante esta pesquisa, não registrei nenhuma mulher que fosse pistoleira.

Em suma, o mundo social que deparei foi o da primazia do *ethos* da virilidade em detrimento dos valores femininos.

3.3 A vingança, quer dizer, a justiça

“Morte premeditada, a do coronel João Pereira. Não restava dúvida. Analisados os pormenores todos, a conclusão era sempre a mesma: morte pensada, calculada, mandada.” (NÓBREGA, 1961:4).

Segundo Nietzsche (2006), o “homem do ressentimento” é aquele tem o ódio recalado, e que particularmente nutre “desejos de vingança” (ANSART, 2001:21). Ele é o homem reativo em oposição ao homem ativo. Este, segundo Nietzsche (2006:63), é o “mais forte, nobre, corajoso [...] possui o olho *mais livre*, a consciência *melhor*”.

De ordinário, mesmo para as mais íntegras pessoas basta uma pequena dose de agressão, malícia, insinuação, para lhes fazer o sangue subir aos olhos e a imparcialidade sair dos olhos. O homem ativo, violento, excessivo, está sempre bem mais próximo da justiça que o homem reativo; pois ele não necessita em absoluto avaliar seu objeto de modo falso e parcial, como faz, como tem que fazer o homem reativo.

Já de acordo com Merton (1968:229), que toma a análise de Nietzsche e de Scheler sobre o “ressentimento”, ele, o “ressentimento”, provoca “Primeiro, sentimentos difusos de ódio, inveja e hostilidade; segundo, um senso de impotência para expressar tais sentimentos [...] terceiro, a consciência contínua desta hostilidade impotente”.

O matador é aquele que foi socializado com a idéia de que a justiça depende dele e das regras com às quais ele esteve desde sua infância em interação. Portanto, não são as leis universais, como já havia mencionado, mas as leis que regem o “homem de honra”, as leis sociais que o constituíram convertidas em leis incorporadas, em *habitus*.

Uma dessas leis internalizadas poderia ser comparada às descritas por Nietzsche em relação ao “homem do ressentimento” e seria o desejo de vingança. Esse desejo que nutre o ódio cotidiano no pistoleiro, contudo, não é um sentimento que o “imobiliza”, pelo contrário, o move ao encontro do desfecho da vingança, que para ele é um direito, como norma justa a ser seguida.

O ódio recalcado é o móvel que trafega a vingança nos relatos dos matadores. Quase todos eles dizem que “se desmantelaram¹¹⁶”, ou tornaram-se pistoleiros, desde uma história de vingança que, poderá ser verdadeira ou não e que, por sua vez, se inicia com outra história, dessa vez de uma honra maculada, de alguém que se desfez de sua família, de seus amigos etc. Vejamos o relato de um delegado de polícia civil a esse respeito:

Difícilmente você chega para um pistoleiro e ele diz que matou a pagamento. “Não, eu matei para me vingar, eu matei por amizade, eu matei para me defender”. E por aí vai, quando na realidade sempre existe por trás dessa história do matador um mandante, uma pessoa que financia aquele crime e que tem interesse que aquilo ocorra. (Entrevista realizada em 03/02/2006).

A justiça se confunde com a vingança, porque é “justo”, para o matador, matar, utilizar-se de suas leis e não das normas universais, as quais ele renega e, também só as vê como forma negativa, punitiva e “injusta”.

¹¹⁶ “Se desmantelar/entortar o bigode/entrar para a vida errada”, todas essas expressões têm o mesmo significado: entrar para a vida do crime. Vide glossário no anexo.

E muitas das histórias de vida são formuladas sobre os alicerces da honra e da vingança. O “espírito da vingança”, de acordo com Maffesoli (2002:158), suscita, paradoxalmente, uma forma de reparação na ordem social. Por isso ela, em determinados grupos ou classes sociais, é tão bem aceita. Tomemos outro exemplo da história de vida de Mainha¹¹⁷:

Eu tinha cinco anos de idade e minha mãe já dizia para a gente: “Olhe, eu tenho gosto de dar de comer a vocês na cadeia, pra vocês vingarem os tiros que deram no pai de vocês, porque o pai não é homem não, ele não vinga”. Eu disse a ela que quando eu crescesse vingaria, era uma questão de honra. Chico Evêncio, o cabra que mandou dar os tiros no meu pai, ia beber na frente da casa da gente e ficava fazendo pouco, e minha mãe chorando e aquilo foi me revoltando. Eu dizia a ela: “Minha mãe não chore não, que quando eu crescer eu desconto esses tiros que ele mandou dar no meu pai”. Uma vez eu ia deixar uma roupa pra lavar e encontrei com o velho Chico Evêncio, aí ele me perguntou: “De quem você é filho, moço?” eu segurei as rédeas do cavalo e disse: “Sou filho daquele que você mandou matar, mas um dia eu cresço, você fique sabendo disso, aí eu me vingo”. A vingança é justa. Todo juiz, todo delegado, prende a pessoa, mas ele sabe que é justo se vingar, porque quando morre alguém da família deles, eles ficam doído que *o cabra* vingue. Mataram agora meu irmão, e eu não vinguei não, mas nunca é tarde pra ser feliz. Mataram minha irmã, foi 5 anos pra ser vingada a morte da minha irmã [...] E meu pai foi 27 anos pra ser vingado os tiros que deram no meu pai. (Entrevista realizada em 17/03/2006).

A vingança é uma das normas sociais que se internaliza desde cedo para o matador como uma forma de fazer justiça. Ele já cresce preso às regras do jogo que irá jogar durante sua vida. Nasce dentro de um mundo social que o constitui, e no qual ele interage, auxiliando essa construção, reconhecendo as regras do jogo para melhor utilizá-las.

O jornal *Diário do Nordeste* de 07/06/2003 teve como manchete: “Ele era irmão de ‘Mainha’. Agricultor executado em Alto Santo” e o jornal *O Povo* também abordava o mesmo assunto: “Irmão de Mainha é assassinado a tiros”. As matérias se referiam a Samuel que fora morto aos 54 anos de idade quando saía de uma vaquejada que se realizava no município de Alto Santo (247 km de Fortaleza).

Na época do crime Mainha estava em regime semi-aberto e se dirigiu ao Instituto Médico Legal (IML). Recebi a ligação telefônica de um delegado de polícia civil me falando sobre o que acontecera e me dirigi também ao IML. Eu não cheguei a conhecer Samuel, apenas sabia dele através dos relatos de Mainha.

Chegando ao IML encontrei Mainha e o delegado que me chamara, e este nos convidou para assistir a autópsia que se realizaria no corpo de Samuel. De início fiquei

¹¹⁷ Os nomes e acontecimentos deste tópico, 3.3, não sofreram modificações.

indeciso, muito embora não fosse a primeira vez que eu observaria aquele tipo de procedimento. Olhei para Mainha, mas ele não estava indeciso, ele queria ver o corpo do seu irmão. Eu estava com uma máquina fotográfica e um bloco de anotações e resolvi “apostar” naquela experiência, através da qual eu poderia observar o “olhar” do matador não sobre a morte, ou sobre uma morte qualquer, mas sobre a morte do seu próprio irmão.

Aparamentamo-nos com trajes específicos feitos de material descartável (uma espécie de bata branca, um protetor para o rosto e uma toca para a cabeça), e acompanhamos todo o processo de autópsia. O médico plantonista permitiu-me fotografar todo aquele procedimento e, até mesmo, tanto Mainha quanto o delegado pediram-me que fizesse as imagens. Eu as fiz. A sala de autópsia é um ambiente bastante grande tendo de um lado e de outro da sala vários lugares onde ficam os cadáveres ali expostos, à espera da autópsia. Naquela noite havia vários corpos, de jovens, de pessoas idosas e até mesmo de crianças.

Mainha sempre estava próximo ao corpo do irmão, observando cada detalhe daquela cena, olhando para o corpo como a procurar traços, vestígios de algo. A cena foi bastante forte. O delegado conversava com Mainha, fazendo observações, mostrando cicatrizes no corpo que se referiam a histórias de conflitos passados de Samuel e que poderiam levá-lo a decifrar aquele crime. Eu fazia fotos, eu fazia anotações, tentando perceber para melhor entender as reações de Mainha.



Figura 22 - Mainha observando corpo de Samuel

Mainha conta ao delegado e a mim sua versão do que ocorrera com seu irmão. “Foi uma pistolagem”, repetia ele, “Eles não puderam fazer comigo, porque sabem que comigo o negócio é diferente, então fizeram com meu sangue” (anotações de campo).



Figura 23 - Mainha próximo ao corpo do seu irmão

Algo me chamou a atenção durante o tempo em que passamos na sala de autópsia do IML, vendo aquele procedimento tão marcante, e por que não dizer, chocante, como toda autópsia o é. Mainha não chorou, eu não percebia nenhuma emoção em seu rosto. Naquela noite não comentei nada com ele, mas interagi com outras pessoas e participei o que havia observado e os comentários foram seguindo uma mesma linha de raciocínio, ele não demonstrara suas emoções porque é uma pessoa “fria”, “calculista”, ou “porque o pistoleiro é acostumado a ver a morte, a estar diante dela, e aquela não seria diferente de outra morte” (anotações de campo).

Não descartei as diversas respostas ou reflexões feitas sobre aquele acontecimento, contudo lembrei-me que a primeira vez que estive com Mainha (no de 2003) ele me dissera que havia sonhado com seu antigo patrão na noite anterior e contando-me o sonho ele chorou (ou como ele prefere dizer “umas lágrimas caíram dos meus olhos” (anotações de campo)). Recordo-me que lhe perguntei se ele tinha muita saudade do ex-patrão e ele me confirmou, dizendo que fora um amigo, um irmão e um pai para ele. Durante os outros anos em que estive visitando-o, tanto na cadeia pública da cidade de Maranguape quanto em sua casa, ele disse-me que jamais voltara a sonhar com seu ex-patrão. A dúvida permanecia: se ele chorara recordando de um sonho, como poderia não chorar ou não demonstrar emoções diante do corpo do seu irmão? E vendo aquele procedimento, o corpo do seu irmão sendo “cortado”, como ele poderia ter permanecido, aparentemente, tão impassível?

No entanto, passado alguns dias daquele acontecimento fiz uma entrevista com ele e a pergunta foi posta: “Por que você não chorou ou não demonstrou emoções diante do corpo do seu irmão?” e ele me respondeu de forma direta: “Morte que merece vingança ninguém

chora”. E naquela ocasião ele defendera que a vingança é a justiça, e que vingar-se é fazer justiça. E perguntou-me: “E existe justiça?”. Deixei que ele próprio respondesse à sua indagação, e a resposta veio: “Não existe. Porque eu respondo por crimes que não cometi e não respondo por alguns que cometi. Meu irmão foi morto, a polícia sabe quem matou e não toma providência alguma. Então, existe Justiça?” (anotações de campo). Ele disse não acreditar na justiça por esses motivos e depois me revelou outra visão sobre o problema da morte do seu irmão e a questão da vingança:

E as pessoas ficam dizendo ‘Ah, ele agora vai vingar a morte do irmão dele’ e teve até mesmo um delegado que comentou na região ‘Ele num é tão valente? Então vamos ver se ele vingará a morte do irmão’. Eu quero levar minha vida em paz, com minha família, mas aí as pessoas ficam esperando de mim uma vingança. Se eu não fizer, vão dizer que eu sou mole, sou covarde, sou um desmoralizado. E aí é meu fim (entrevista realizada em 05/07/2003).

Matar a quem ofendeu (sua honra, sua família etc.), ou matar a quem matou (alguém de sua família, um amigo etc.) é uma regra social que por estar naturalizada para o matador, é muito difícil para ele não a cumprir. E, quando ele não realiza a vingança, ele é cobrado (por seu grupo, por sua família etc.).

O sistema de vingança funciona, muitas vezes, como o sistema de troca de rivalidades entre inimigos, no qual quem recebeu uma ofensa, por exemplo, se acha obrigado e fazer a contraprestação ao ofensor, tornando a vingança explicável, nesse sentido, mediante “uma fórmula quase matemática: Vingança = Matar (a quem matou)”, (ANSPACH, 2002:10). (Tradução livre¹¹⁸).

A vingança é legitimada por uma estrutura social objetiva e internalizada nas mentes dos agentes, e impulsiona um conjunto de ações movidas pela reciprocidade de ações, configurando-se como uma dinâmica circular, em que as partes envolvidas têm categorias de percepção e avaliação idênticas, que as tornam cúmplices da mesma lógica.

A vingança, por esse aspecto, vista pela teoria da dádiva (MAUSS, 2001), exige a reciprocidade das partes, formando, dessa maneira, uma “dupla ligação” (*double bind*, ELIAS, 1997a e 1997b¹¹⁹) em que a relação entre as partes é equilibrada, não obstante e a partir do conflito, a tensão existente entre elas.

¹¹⁸ Texto no original: “... une formule quasi mathématique: Vengeance = Tuer (celui qui a tué)”.

¹¹⁹ Também sobre o “double bind”/“dupla ligação”/“duplo vínculo”/“double lien”, ver Neiburg, in Waizbort (2001) e Anspach (2002).

As três obrigações, segundo Mauss¹²⁰ (2001), de dar, receber e retribuir estão presentes na idéia da vingança a partir da primeira morte. À morte inaugural, outras seguirão, formando um círculo vindicativo guiado pela máxima “matar aquele que matou” (ANSPACH, 2002).

Esse círculo, depois de iniciado, poderá produzir sucessões indefinidas de agressões mortais de ambos os lados em conflito, porque “Face ao sangue derramado, a única vingança satisfatória é o derramamento do sangue do criminoso” (GIRARD, 1990:27), caracterizando a “dupla ligação” entre os contendores que, ao mesmo tempo em que se repulsam se atraem em torno do mesmo sentimento, o de vingança.

Como estava descrevendo, no entanto, a trilogia de Mauss está presente na vingança. Quem fez (deu) a primeira agressão (matou) espera um dia recebê-la na mesma proporção (ser morto ele ou alguém de sua família) e, se possível, caso ele não tenha sido a vítima fatal da agressão, ele espera retribuí-la e, caso não seja possível, ele conta com sua família e ou seus amigos.

“O vingador não faz nada mais do que encarnar a vingança” e procedendo dessa forma “ele é automaticamente marcado como a próxima vítima” (ANSPACH, 2002:11. Tradução livre¹²¹). “Dessa forma, há uma oscilação perpétua entre o papel de matar e morrer, papéis que são preenchidos sucessivamente por um número indefinido de agentes”. (*Opus cit.*, p.2002:11. Tradução livre¹²²):

A vingança não restaura o equilíbrio entre os grupos que o ato do primeiro matador perturbou, porque a cada novo matador que ela produz é sempre um a mais. O acerto de contas continua, porque a conta jamais será zerada. O último que matou terá sempre que pagar a conta. A operação da vingança abate a dívida sucessivamente de um lado e de outro sem jamais parar, sem jamais chegar a um ponto de equilíbrio. É assim, ao menos, que parassem serem as coisas se as observamos a partir do nível dos indivíduos que estão presos no processo e que o observam a partir do seu interior. No entanto, se nos situarmos além, no nível das relações entre os indivíduos, se observarmos o processo, por assim dizer, do alto, poderemos constatar que há um bom e belo equilíbrio. Mas este equilíbrio não é um ponto de imobilidade. O processo não converge sobre um “ponto fixo”, sobre aquilo que os matemáticos chamam de um valor próprio. O equilíbrio que se reconhece aqui é de outro tipo. Ele reside na regularidade de oscilação mesmo, regularidade assegurada pela circularidade do processo. Este equilíbrio dinâmico manifesta-se pela

¹²⁰ Ver, também, nesse sentido, Caillé, *in* Martins (2002) e Godelier (2001).

¹²¹ Texto no original: “Le vengeur ne fait qu’incarner la Vengeance – et, en tant que dernière incarnation venue, il est automatiquement marqué comme prochaine victime”.

¹²² Texto no original: “Ainsi, il y a une oscillation perpétuelle entre les rôles de tueur et de tué, rôles qui sont remplis successivement par une suite indéfinie d’agents”.

estabilidade do comportamento do sistema: não por um valor próprio, contudo, por um “comportamento próprio” (*Opus cit.*: p. 2002:11. Tradução livre¹²³).

A vingança, no entanto, não é executada seguindo uma fórmula matemática¹²⁴, quem matou, não necessariamente deverá ou vá morrer. Vejamos outro trecho da narração da história de vida de Mainha, onde ele aborda a questão da vingança que poderá ocorrer não sobre ele mesmo, mas sobre alguém de sua família:

Quem plantou espinho fui eu, então quem tem que colher espinho sou eu e não minha família. Eles são inocentes. O sangue que devem cobrar é o meu e não o deles. Agora se querem me desmoralizar mexendo com o sangue da minha família, aí comigo a pancada é diferente, eu vou à casa de quem bulir com algum deles e mato todo mundo, num deixo vivo nem as galinhas. (entrevista realizada no dia 05/07/2003).

A vingança pode recair não sobre a pessoa (que matou), mas sobre alguém de sua família, do seu grupo, dos seus amigos, enfim, a vingança poderá ser posta em prática de forma que atinja indiretamente o ofensor, causando-lhe prejuízo moral, em vez de material. Quando isso ocorre volta-se ao problema da desmoralização.

Desmoraliza-se um homem quando o “golpe” que lhe foi dado o deixa vivo para sentir a sua própria dor e ouvir o riso debochado do inimigo. A “morte gloriosa” esperada pelo matador é aquela em que há o combate, há a troca de tiros, há a briga de facas, em que ele, o matador, poderá morrer, mas que levará um consigo.

Escutei várias narrativas de vingança durante meu percurso de campo. Uma história, entretanto, me chamou a atenção: foi a vingança empreendida pelo pistoleiro Regivan, a quem fiz menção no tópico anterior.

¹²³ Texto no original: “La vengeance ne parvient pas à restaurer l'équilibre entre groupes que l'acte du premier meurtrier a perturbé, car chaque nouveau meurtrier qu'elle produit est toujours de trop. Le règlement de comptes continue, puisque le compte n'est jamais remis à zéro. Le dernier à avoir tué doit toujours payer. L'opération de la vengeance fait basculer la dette successivement d'un côté et de l'autre sans jamais s'arrêter sur un point d'équilibre. C'est ainsi, du moins, que paraissent les choses lorsqu'on reste au niveau des individus qui sont pris dans le processus et qui l'observent de l'intérieur. Cependant, si l'on se situe plutôt au niveau de la relation entre les individus, si l'on regarde le processus pour ainsi dire d'en haut, on peut constater qu'un équilibre existe bel et bien. Mais cet équilibre n'est pas un point d'immobilité. Le processus ne converge pas sur un « point fixe », sur ce que les mathématiciens appellent une valeur propre. L'équilibre qu'il s'agit de reconnaître ici est d'un autre type. Il réside dans la régularité de l'oscillation même, régularité assurée par la circularité du processus. C'est l'équilibre dynamique manifesté par la stabilité du comportement du système : no pas une valeur propre, donc, mais un 'comportement propre'”.

¹²⁴ Abro um pequeno espaço aqui para a literatura. No livro *Abril Despedaçado*, de Butcher e Muller (2002), homens têm suas vidas e mortes regidas por um código de leis não escritas, o *Kanun*, um minucioso código de honra. Em nome da honra duas famílias em conflito dizimam-se em círculos de vingança. O *Kanun* prescreve tudo sobre a vendeta, os prazos, quem matará, quem será morto, o velório etc. onde matar é se tornar um homem de honra.

A história de vingança de Regivan¹²⁵ (nome verdadeiro) tornou-se notória, como símbolo do “homem de honra”, do vingador que ao mesmo tempo tem ares de justiceiro. Ela é contada por policiais e por pistoleiros indistintamente. Vejamos essa história por meio de uma entrevista que fiz com um delegado de polícia:

A história de Regivan começa em São João do Jaguaribe com a morte de Elmari, o pai dele. Cleudinho atirou nas costas de Elmari com uma 12. Regivan chegou quase na hora. Antes de morrer, Elmari falou para o filho quem havia atirado nele. Cleudinho ligou para o Regivan perguntando se tinham matado o pai dele e Regivan disse: “Mataram compadre, mataram e eu sei quem foi que matou”. Cleudinho então disse: “Pois compadre me aguarde um momentinho que eu chego lá na sua casa para a gente dar uma butada *no cabra*¹²⁶”. Aí o Regivan respondeu: “Pode vir compadre”. Quando Cleudinho chegou, Regivan disse para ele: “Senta aí compadre, que eu vou pegar um chazinho para a gente”. Foi lá dentro da casa voltou com a pistola na mão e matou Cleudinho no velório. (Delegado de polícia. Entrevista realizada no dia 14/03/2003).

A história da vingança de Regivan recebe outros contornos, dependendo do narrador que enriquece a história com minúcias, gesto, como um verdadeiro artesão da palavra, ou, como dirá Benjamin (1996:220), “um lapidador”, “Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente com seus gestos”.

Mainha, que conhecia Elmari e Regivan, e tem, inclusive, uma filha que viveu maritalmente com Cleudinho, me disse: “Regivan ali agiu como homem”; “ali foi uma vingança bonita”; “Ali Regivan fez justiça” (anotações de campo).

O fato é que a história Regivan é contada, em um primeiro plano, como a saga de um vingador, de uma espécie de justiceiro sertanejo para, somente em segundo plano, falar do Regivan como criminoso. Escutei essa mesma história de várias pessoas e sempre a narração é “acalorada”, como se estivessem contando um épico, que na realidade é um bom exemplo que contém as categorias da honra, da vingança vista como justiça, do homem de honra, da coragem etc.

O “sangue”, antes de correr nas veias, corre na seara de valores que se relacionam com as categorias até aqui elencadas: honra, homem de honra, coragem, vingança como justiça etc.

¹²⁵ No tópico 3.2 já fiz algumas referências à história de Regivan. Os nomes e lugares relacionados a esta narrativa são reais.

¹²⁶ “Dar uma butada” significa fazer uma investida no sentido de matar alguém.

O sangue pode ser de “frouxo”, conforme narração do Padre Pedro, reportando-se ao padrinho de Jorge, pode ser um sangue “fraco”, pois corresponde aos valores agregados, articulados e conferidos a essa categoria, a partir do “solo cultural” dos atores sociais.

O sangue pode se referir a valores atribuídos a uma determinada família, como pode também se reportar a valores que não estão na família, mas estão nos valores engajados na sociedade (engloba o *ethos* de masculinidade, ou como dirá Elias, 1997a, o “*ethos* guerreiro”, a honra etc.) e escolhidos e incorporados pelos atores sociais, como disposições duráveis.

Ter o “sangue quente” ou o “sangue frio” significa, dependendo das circunstâncias e dos valores partilhados pelas pessoas envolvidas, pode significar que elas são portadoras de qualidades que tanto podem ser positivas como negativas de caráter.

Os valores, como princípios morais presentes na sociedade ou grupo do qual o ator social participa, e que são incorporados por ele, tornam-se determinantes de suas ações, impedindo-o de agir de outro modo ou impelindo-o a agir daquela forma. Nesse sentido, é importante trazer ao texto a explicação sobre a “idéia de sangue”, de Marques (2002:143-4):

Pode-se ou não reagir e desafiar. Por outro lado, a racionalidade de liberdade de escolha pessoal que se atribui aos atores esbarra em força igualmente poderosa que age em sentido contrário, que é a idéia de sangue. Em certo sentido, o destino das pessoas, de suas ações, está inscrito em seu sangue, que dita as qualidades individuais e coletivas como a *moleza*, a *mansidão*, a *valentia*, a *brabeza*. Quando alguém sofre uma injúria, diz-se que a sua reação depende de sua capacidade de *agüentá-la*, ou seja, de não reagir sobre o agressor de modo equivalente. Mas *agüentar* não é algo que dependa inteiramente das vontades individuais, como o próprio vocábulo sugere. Suportar sem reagir a uma afronta parece um exercício de autocontrole, a domabilidade do brio e da fúria, do *sangue* que no entanto, pode falar mais alto. Desta forma, mantêm-se sempre em aberto as formas de reação possíveis. Assim, não há nenhuma reação correta a *priori*. A idéia de *sangue* está intimamente relacionada com uma série de valores que por sua vez relacionam-se entre si de modo complexo, sem que isto resulte em atribuições absolutas, positivas ou negativas. *Agüentar* é considerada uma atitude acertada se for provada sábia, ponderada, mas não se sugerir um ato de covardia. [...] as pessoas são capazes de conferir significado ao que elas vivem, a partir de um conjunto de saberes e valores que partilham umas com as outras [...] os valores não são apenas princípios que guiam as ações dos atores sociais, mas algo manejável por eles nas disputas das reputações.

Daí virem as diversas significações de que a categoria sangue se reveste, de acordo com a situação e os envolvidos nela. Então, segundo o delegado que narrou a história de Regivan: “Mata-se pela honra. [...] o camarada às vezes não tem coragem de deixar a mulher, ou é muito apaixonado, contrata um pistoleiro para matar o amante. Quando ele tem sangue ruim contrata pra matar os dois” (Delegado de polícia. Trecho da entrevista realizada

no dia 14/03/2003). Mainha, por sua vez, quando acusado de furto de gado, bate no antebraço e diz energicamente: “Aqui corre sangue de matador, mas de ladrão não”. Ou ainda, em outra ocasião, novamente Mainha diz: “Meu sangue não se dá com o sangue de fulano” ou o contrário, se referindo a mim, “Meu sangue se deu com o seu” (anotações de campo).

O “sangue” aparece em todas as narrativas que ouvi como um valor (positivo ou negativo) incorporado no discurso dos matadores: “O cabra que é matador tem sangue no olho”; “O pistoleiro age com o sangue frio”; “O sangue da minha família”; “Meu sangue é quente” etc., (anotações de campo).

3.4 Damião e o “lamber a rapadura”

“Eu não quero meu filho para chorão. Hei de ensiná-lo a ser valente. Não sabes que o assassino é respeitado e temido? Não quero que chores. Quem é homem não chora; quem é homem faz chorar”. (TÁVORA, 2001:46).

Na linguagem da pistolagem, “lamber a rapadura” representa, em um primeiro instante, simplesmente um período de espera. A espera é relacionada a dois instantes, no primeiro é a espera que as pessoas interessadas têm, na socialização do menino até vir a ser um pistoleiro. No segundo instante, é a espera do pistoleiro pelo momento ideal para abater sua vítima.

O significado simbólico, para os dois momentos, é que, tanto o menino que não pode ainda “morder a rapadura”, fica “lambendo-a” até nascerem seus dentes, portanto, esperando nascer os dentes, quanto o matador, que não pode ainda atacar a sua vítima, não pode, também, simbolicamente, dar “dentadas na rapadura”.

O que desenvolvo desde o início deste capítulo se relaciona com o primeiro período de espera, a formação e conformação do *habitus* de pistoleiro ou a produção do “homem”, no sentido aqui já explicado.

De entrevistas que fiz com alguns delegados de polícia civil, extraí o seguinte trecho, em que um deles explica o que é “lamber a rapadura”¹²⁷.

Fulano é machão, atira bem, não tem medo de ninguém e já matou um. Então aquele dali eles ficavam observando A trajetória do garoto desde pequeno, 16 anos de idade, como foi o caso do Mainha, ele começou muito jovem, começou antes de completar a maioridade, matou um e disseram: “Olha, esse menino tem futuro, ele será o substituto de Nilson Cunha”. O tio dele. Talharam o Mainha exatamente para aquilo, pra substituir o Nilson Cunha que já estava um tanto velho não era mais aquele pistoleiro de antigamente (Entrevista realizada em 19/05/2006).

Este processo lembra o relato do Padre e das três mulheres sobre Jorge¹²⁸, e também de Mainha, que, desde cedo, segundo o relato, foi socializado para ser um matador. Foram socializados, em um trabalho contínuo de “virilização” (e, logo, “desfeminização”), procurando sensibilizar o menino com valores como a honra e a lealdade e com a violência gratificada¹²⁹ como um “serviço”, ou uma proteção.

Outro exemplo contundente é o de Damião Fernandes da Silva (nome verdadeiro)¹³⁰, 45 anos, que se encontra preso no IPPS, condenado a mais de 219 anos de prisão por crimes de homicídio, sendo a maioria de pistolagem. Damião foi capturado pela polícia em 1997, na cidade de Icó (370 km de Fortaleza).

Ex-pistoleiro assumido, Damião hoje é pastor de uma igreja evangélica e no presídio ele fica na “ala dos irmãos”. Tive encontros com Damião, ou “Cícero”, como era conhecido quando pistoleiro. Tomei conhecimento de Damião em matérias de jornais locais sobre os crimes que ele havia cometido e cheguei a ele através de pedido formulado a COSIPE.

Meu encontro com Damião ocorreu no parlatório do presídio IPPS. No parlatório, Damião estava atrás de grades e de uma forte tela de ferro. Entre mim e ele uma pequena mesa de alvenaria. Damião, apesar de algemado e de estar atrás de grades e telas, ainda estava algemado com as mãos para trás e não havia cadeira para ele se sentar. O calor estava muito forte naquele dia, o suor corria no rosto dele. Isso o obrigava a fazer um verdadeiro contorcionismo com sua perna para enxugar o suor do seu rosto. Senti-me incomodado com aquela situação, pois do meu lado estava razoavelmente ventilado e havia uma cadeira de

¹²⁷ Os nomes, no tópico 3.4, não sofreram modificações.

¹²⁸ A entrevista referida encontra-se no item 3.1.

¹²⁹ Lembrando as palavras do padre Pedro em relação à socialização de Jorge: “dizem que cada vez que o menino via um crime o padrinho dele dava um agrado a ele, um dinheiro, uma roupa nova, uma rês...”.

¹³⁰ Damião me autorizou, verbalmente, a utilização de sua história com seu nome verdadeiro.

plástico. Expressei a ele meu incômodo e ele me respondeu: “Eu tenho que ficar assim mesmo; eu sou muito perigoso” (anotação de campo).

Levei para essa entrevista uma máquina fotográfica, um gravador, bloco de notas, canetas e alguns jornais com matérias sobre ele. Damião aceitou que eu fotografasse, gravasse e confessou ex-pistoleiro arrependido do seu passado. As entrevistas foram de vez em quando interrompidas, porque Damião começava a chorar. Ao final do segundo dia de entrevistas, Damião pediu que fizesse cópia das matérias dos jornais a fim de que ele mostrasse aos outros presos as matérias de jornal que falavam sobre ele. Abaixo uma foto de Damião no momento da entrevista.



Figura 24 - Damião durante a entrevista no IPPS

Damião me contou todo o processo de sua construção social na qualidade de pistoleiro. A transcrição da entrevista com Damião rendeu 79 páginas de informações sobre sua vida. A narrativa lembrou, em parte, o relato que padre Pedro havia feito sobre a formação de Jorge¹³¹. Vejamos como o próprio Damião descreve esse período:

Eu estou respondendo por vários crimes. E só tem um crime que eu respondo que não foi de pistolagem. Mas, infelizmente, eu me envolvi na vida do crime logo cedo, ali na cidade Lavras de Mangabeira. Eu sou filho de um homem pobre, muito direito, um agricultor pobre [...] nós fomos com um fazendeiro. Meu pai trabalhava com ele, mas nós não sabíamos que ele praticava crime de pistolagem. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Damião narrou o processo de aproximação que o fazendeiro teve dele e, também como foi se criando nele o gosto pelas armas de fogo.

O fazendeiro tinha os pistoleiros dele. E eu comecei a andar com ele, e aí ele começou a me instruir e me ensinar a atirar. Quando ele ia fazer os seus delitos de pistolagem eu o acompanhava. Só que eu não praticava, mas fui vendo a maneira

¹³¹ A entrevista referida encontra-se no item 3.1.

como eles agiam. Ele foi me levando para que eu visse os crimes que ele cometia. Ele matava *judiando* as pessoas, cortando os pedaços. Algo terrível de se ver. Ele mandou matar o sogro por causa de problema de terra. E eu fui vendo tudo aquilo, me envolvendo até começar a matar também. Eu vi aquilo até me tornar um homem perigoso. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Em um processo simples, o fazendeiro fez com que Damião “naturalizasse” aquele tipo de morte. Ele, sem nada questionar (até por se tratar de uma criança filha de pais pobres, que eram empregados daquele fazendeiro) via os crimes à noite e treinava tiros durante o dia. O fazendeiro o disciplinava para tornar-se um pistoleiro. “Um dia, o fazendeiro mandou matar aqueles pistoleiros que faziam serviço para ele. Foi uma queima de arquivo. Aí eu assumi o lugar dos pistoleiros”. (Trecho da entrevista realizada em 13/05/2004).

Damião me contou que apesar de sua família trabalhar muito para o fazendeiro, a família dele era muito pobre. Damião cresceu sem estudo. O fazendeiro, no entanto, lhe presenteava com bicicleta, roupas, dinheiro e até cavalo de vaquejada. Damião vê, atualmente, que aquela era a maneira que o fazendeiro arranhou para lhe agradar e ganhar sua confiança. “Eu não sabia que o interesse dele era me levar para a carreira da pistolagem”. (Trecho da entrevista realizada em 13/05/2004).

Com 12 anos comecei a atirar junto com o fazendeiro. Eu achava bonito ter armas. Eu usava revolver calibre 38, espingarda 12, 44, aqueles rifles antigos. E com 12 anos mesmo eu já possuía dois revólveres e não conseguia dormir sem uma arma dentro de casa. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Ele confessou que seu pai não tinha conhecimento do que estava ocorrendo com ele, não sabia que o fazendeiro o estava transformando em um pistoleiro. Em pausas da entrevista, Damião repetia: “Eu atirava muito bem naquele tempo”.

Eu participava de quase tudo com aquele fazendeiro. Eu via os pistoleiros dele matar, eu via os esquemas, andava com eles para todo canto depois da meia noite, e ouvia-os planejando os crimes. Estava junto deles e via como eles faziam a pistolagem. O fazendeiro me mostrava e dizia para eu prestar atenção. Depois ele me falou que estava me envolvendo na pistolagem porque estava me instruindo, ele estava me ensinando. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Quando estava aprendendo a atirar, ele ainda era tão novo (12 anos), que o tinha dificuldades com o “coice” das armas, o recuo que elas provocam no momento do disparo.

Com 12 anos, quando eu atirava as armas davam um *coice* muito grande e me balançava, quase me derrubava no chão. Porque quando se dá um tiro de 12, a arma dá um sopapo grande e eu era muito novo, não controlava ainda o sopapo. Mas fui me acostumando. Mas eu atirava muito bem. Com 15 anos eu já atirava tão bem que chamou a atenção do fazendeiro. Eu atirava muito naquela região. Eu jogava um limão para cima e cortava ao meio. Eu atirava muito mesmo, o senhor não imagina.

Porque eu gastava 200 balas por mês com esse fazendeiro só treinando. Atirava demais. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

A história de Damião é muito parecida com outras que me contaram e que ouvi dizer. Damião estava “lambendo a rapadura”, como dizem no sertão, sentindo criando a vontade de matar, vendo pessoas serem assassinadas.

Ele não confiava em todo mundo. Ele via que o meu pai era um homem direito e também achava que eu não iria falar nada para ninguém. E foi me ensinando desde criança para que eu achasse aqueles crimes uma coisa normal. Eu me tornei um homem frio. Isso se chama lamber a rapadura. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Ele relatou como foi que reagiu a primeira vez em que viu um crime de pistolagem, ainda criança.

A primeira vez que eu vi uma pessoa morrer assim foi da seguinte maneira. O fazendeiro falou, “Damião, hoje a gente vai assistir à morte daquele safado do Francisquim”, e eu pensei que era brincadeira. À noite eu saí com ele de carro. Os pistoleiros dele levaram o Francisquim para uma casa. Lá eles começaram a matar ele *judiando*, cortando os pedaços. O fazendeiro disse: “Olha, safado, você sabe porque vai morrer”. O fazendeiro queria comprar umas terras e Francisquim se meteu e atrapalhou o negociou do terreno. Aí, começaram a matar, cortando ele entre os dedos, cortando os pedaços, cortaram os lábios dele, arrancaram as orelhas, os olhos. Cortaram ele vivo. Aí ele desmaiou. Foi uma morte terrível. Foi a primeira morte que eu vi. Depois de furarem ele todinho, esquartejaram ele, enrolaram o corpo em um saco e deixaram lá. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Ele disse que ficou nervoso, afinal de contas era apenas uma criança vendo esta cena que ele descreve com detalhes.

Ai, naquela hora eu comecei a me tremer todo. O fazendeiro me disse, “Olha, você tem que entender uma coisa, você está envolvido comigo nessa carreira, então você passa a ser homem daqui para frente.” E ali o senhor sabe que eu já estava mesmo envolvido com ele. A questão é que eu não fazia nada. Só via fazendo. Com o tempo eu senti vontade de mostrar que era homem igual aos outros pistoleiros. A gente fica com aquilo na cabeça, principalmente tendo começado da maneira que eu comecei, muito novo. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Damião disse que foi “domado como um animal para a vaquejada” (trecho da entrevista realizada em 13/10/2004), que de tanto conviver com aquela situação, ele foi gostando e sentindo vontade de realizar crimes de pistolagem.

Ele me criou como quem se doma um animal para a vaquejada. Ele me domou para matar gente. Ele não me deu chance de viver normal. Ele me criou para matar gente e ganhar dinheiro para ele. Foi o que ele fez comigo. E eu de tanto conviver com aquilo lá eu fiquei gostando e achando que a vida era assim mesmo, matar gente e ganhar dinheiro. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Quando o fazendeiro manda eliminar seus pistoleiros, então ele faz o convite a Damião para matar a primeira pessoa. Ele aceita e, somente para este fazendeiro ele assassina dez pessoas. “Para ele mesmo eu fiz dez crimes de pistolagem”. (Entrevista realizada em 13/10/2004).

Depois que eu matava, eu ia conferir se a pessoa estava morta mesmo. Porque o fazendeiro me dizia: ‘Olha Damião, não faça o serviço mal feito. Você olha se essa pessoa está viva para depois não lhe reconhecer e trazer problemas para a gente’. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

O fazendeiro o pagava e também lhe dava elogios, “Rapaz, você é um artista! Ele me dava corda para eu continuar matando e não afrouxar” (trecho da entrevista realizada em 13/05/2004).

O senhor pode bem imaginar o cidadão que não tem o que fazer, que vivi na vida do crime, que vive cuidando só de tirar a vida de um pai de família. Eu tinha uma pontaria que todo mundo ficava impressionado. Agora, imagina a pessoa que vive só com uma arma na mão, 24 horas ali só atirando, só brincando, só bebendo. Era essa a vida que eu levava. Naquele tempo, eu era que nem um animal. Desacreditava da Justiça. A justiça era a minha, né? Eu fazia a minha justiça. E também eu fazia a justiça do fazendeiro.

Toda mulher que se aproximava de Damião, o fazendeiro, com medo que ele revelasse os crimes praticados, o convenciam a matar. “Ele dizia: ‘Damião, essa mulher vai nos denunciar à Polícia. Eu quero que você a tire de rotina¹³²’” (trecho da entrevista realizada em 13/05/2004).

Um dia um amigo meu que era caçador e sabia de algumas coisas da minha parte, me falou, ‘Damião, vocês vão enterrar quem naquele sítio?’, eu perguntei ‘Por quê?’, ‘Porque tem uma cova cavada lá no sítio’. Eu fui lá e eu vi a cova cavada. Aí, eu entendi o que o fazendeiro iria fazer, ele iria mandar me matar e colocar meu corpo naquela cova. Eu fui conversar com ele e disse que tinha certeza que aquela cova era para mim. Ele ficou assombrado comigo e eu com ele. Separamo-nos. (Entrevista realizada em 13/05/2004).

Damião não omitiu nenhum detalhe, nenhum acontecimento, não se resguardou, ao contrário, disse que fora pistoleiro e como se tornara, deu nomes e descreveu com minúcias cada crime que praticou, dando-me material necessário para elaborar sua antiga identidade associada ao *habitus* de pistoleiro.

Sua justificativa em transparecer e dar publicidade a sua antiga identidade fora a religião, pregar a verdade, porque agora ele não mais era uma pessoa que vivia do “sangue” humano, agora ele passara a viver do “sangue” místico, metafísico.

¹³² “Tirar de rotina” significa matar.

4 OS VÁRIOS ÂNGULOS DE UM OLHAR

“Lamentava sua sorte
E sua insatisfação
Porque perdeu o marido
Um homem bem valentão
Afamado pistoleiro
Que matava o ano inteiro
Lá pras bandas do sertão”.

(SALVINO, 2004:2).

Aqui apresento visões compostas mediante ângulos diferentes sobre os mesmos fenômenos: a pistolagem e o pistoleiro. As orações fortes, o corpo fechado, as proteções imateriais, a vaquejada, o tráfico de armas de fogo, os treinamentos de tiros, alguns utensílios utilizados por pistoleiros e as mulheres e amantes deles. São visões que procuram, discursivamente, revelar uma face, um ângulo, um ponto entre os vários que envolvem das mais intrincadas formas a pistolagem e o pistoleiro.

4.1 As proteções espirituais

“Dizem que este bandido
Tinha uma forte oração
Pra se ocultar da Polícia
Durante a perseguição
Que lhe deixava invisível
Ficando então impossível
Da mesma lhe por a mão”.

(JOTABÊ, 2007:6).

Uma das observações que realizadas durante meu trabalho de campo e bibliográfico, diz respeito à construção mítica que popularmente é feita do personagem matador de aluguel. E essa edificação mítica é encontrada, sobretudo, no sertão cearense por onde pesquisei nas já denominadas “cidades-sertão”.

Formando tradicionalmente por uma matriz cultural fortemente cristã e sob a influência marcante do catolicismo, o sertão ainda é um território cultural com forte carga mítica, constituído representativamente sob dois grandes eixos antagônicos e imaginários que são como faces do mesmo sertão: o lado do bem, representado pelo Deus cristão, e o lado do mal, representado pelo Diabo. Essas duas representações míticas e divergentes entre si parecem duelar na arena de cada alma sertaneja, que criam para elas simbologias, associações e iconografias.

Por exemplo, o resumo do que escutei sobre algumas dessas ambigüidades: “Deus é luz, o Diabo é trevas”; “Deus é a lei (ou a ordem), o Diabo a desordem”; “Deus é a verdade, o Diabo a mentira”; “Deus é o revelado, o Diabo o oculto”; “Deus está presente nas orações, o Diabo nas maldições”; “Deus protegendo a vida e o Diabo tramando a morte” (anotações de campo).

Se Deus, na visão sertaneja, é exclusivamente o bíblico, o Diabo é definido – dizível e iconograficamente – das mais variadas maneiras, tomando de empréstimo diversas representações dentro e fora do catolicismo.

No sertão não faltam histórias, nomeações, descrições, explicações e associações sobre o Diabo. Pode ser chamado de Diabo, Cão, Satanás, Lúcifer, Coisa Ruim, Exu¹³³, entre outros. Contam que ele é de tom vermelho ou preto, o primeiro representando (certamente) o fogo do inferno ou o sangue e o segundo representando as trevas, a ausência de luz; tem sua morada no inferno, que fica embaixo da terra, levando, portanto, uma vida subterrânea, longe dos olhos, mas bem próximo dos homens; ele muda de aparência, consegue mudar de forma de acordo com seus objetivos e sua aparência é variada, associada, geralmente, à forma de animais, no bestiário mítico-sertanejo, ao mal, por exemplo: o porco, a serpente, o gato, o sapo, o cão e o bode; o Diabo ainda é ardiloso, mentiroso e traiçoeiro e, por fim, um dos alimentos que é mais associado ao Diabo no sertão é o sal.

O personagem pistoleiro, em geral, é revestido pelo imaginário popular de atributos míticos, cercado de proteções espirituais e constituído por superstições. É aquele que é inventado, sobretudo, tomando de empréstimo algumas das categorias e representações que compõem, na cultura sertaneja, a figura do Diabo. O pistoleiro é aquele que tem corpo fechado; que fez pacto com o Demônio; que tem o poder de se transformar em animais; é

¹³³ Por diversas vezes ouvi relatos de pessoas que associavam a figura do Exu. Esse tipo de associação não é algo presente somente no Ceará. Nesse sentido, ver Bastide (2001:34).

aquele que sabe orações fortes, enfim, o pistoleiro é aquele que o misticismo sertanejo o faz a imagem e semelhança do Diabo.

Epifânia¹³⁴, nome fictício, é uma mulher que mora na cidade de Ibicuitinga, situada a cerca 200 km de Fortaleza. Em sua modesta casa, Epifânia tem um pequeno altar com diversas imagens de santos, motivo de orgulho para aquela velha mulher. Entre rezas, receitas de chás de ervas e orações do livro de São Cipriano, Epifânia é conhecida por haver realizado o “fechamento de corpos” de alguns pistoleiros cearenses e de outros estados que a procuraram com esse intuito.

Tomei conhecimento de Epifânia quando estive na cidade de Morada Nova (cerca de 170 km de Fortaleza), tentando realizar uma entrevista que não havia dado certo. Havia me dirigido àquela cidade sob a promessa de um informante, que é agrônomo, e o chamarei de Zeza, de que entrevistaria alguém, um fazendeiro, que fora mandante de pelo menos um crime de pistolagem na década de 1980.

Mantive contatos telefônicos durante 15 dias, tanto com meu informante quanto com a pessoa que seria entrevistada. Chegando à cidade, contudo, obtive a notícia de que não haveria mais entrevista, porque o possível entrevistado mandara-me dizer que havia viajado e não estava em suas propriedades, mas a versão do meu informante era outra, ele achara muito arriscado “falar sobre seu passado”, confidenciou-me o informante.

Meu contato convidou-me para pernoitar em sua propriedade, um pequeno sítio nos arredores da cidade de Morada Nova. Durante parte desta noite que fiquei nesse sítio, escutei várias histórias do meu informante e de alguns dos seus amigos que se reuniram lá para jogar cartas e beber cachaça.

Eram todos homens, agricultores, policiais, aposentados e servidores públicos. Todos a par do que eu fora fazer ali. As esposas de alguns que os haviam acompanhando formaram um grupo que ficara um pouco distante do grupo masculino. Enquanto eles jogavam, bebiam e riam, elas falavam sobre os capítulos das novelas e riam baixinho, um riso acanhado.

Uma delas disse-me sorrindo: “O senhor escolheu um negócio difícil para estudar, porque pistoleiro tanto é protegido pelos ricos como pelo Cão” (anotação de campo). Essa

¹³⁴ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 4.1, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Exceção para o nome de Mainha, que me autorizou a utilização.

frase deu início ao assunto que se desenrolaria por boa parte daquela noite e que teria o foco no pistoleiro e em sua relação com o Diabo.

“Pistoleiro é o diabo em figura de gente e o sertão é o inferno”, complementou o marido daquela mulher. Anotando as observações de uma e de outra pessoas, passei a observar que todos os que estavam ali relacionavam o personagem pistoleiro ao Diabo. Um agricultor relatou a história de um pistoleiro que havia feito um pacto com o Demônio para ter mais perícia com sua arma de fogo: “Depois que ele invocou o Cão, ele ficou tão bom na pontaria, mas tão bom mesmo, que não precisava nem tocar no revólver para atirar, a arma obedecia ao comando dele” (anotações de campo).

Sempre que um deles fazia um relato, outro o auxiliava, dizendo que ou conhecia o pistoleiro, ou a história que fora narrada, ou ainda tinha conhecimento de alguém envolvido no acontecimento ou ainda sabia de um relato ainda mais surpreendente. E as narrações não cessavam, e sempre os mesmos componentes estavam presentes.

Contavam a respeito de um pistoleiro que se tornava invisível¹³⁵ porque conhecia umas “orações fortes”, ou de outro que se transformava em animais (geralmente porco ou bode) e assim conseguia fugir da polícia, ou ainda de outro que havia “fechado o corpo” e que nem bala e nem faca o feria. “Todos esses homens têm parte com o Demônio”, repetiam (anotação de campo).

Essas versões fantásticas ou fantasiosas eram relatos fascinantes que retinham a atenção de todos em volta do grupo. Todos tinham um relato a fazer, alguns até mesmo depoimentos pessoais. E ao final de cada narrativa surgiam as expressões: “Eu vi com esses olhos que a terra há de comer”; “Eu quero ir pretinho para o inferno se isso não tiver acontecido” e “Eu juro por Deus que isso é verdade”. Eu anotava algumas frases, mas a velocidade com que os relatos eram feitos não me davam oportunidade de alcançar com a caneta e o papel todas as nuances. Ainda pensei em pegar o gravador que estava dentro da mochila, dentro da casa do meu informante, mas a impressão que me dava era que causaria uma “fissura” naquele retalho de tecido narrativo.

Um aposentado que estava jogando baralho disse-me que certo pistoleiro fez um pacto com o Diabo para ter seu “corpo fechado”. Em troca ele teria que “fazer três anjinhos”.

¹³⁵ Recordo que uma magistrada que havia escutado muito em sua comarca as pessoas comentarem a respeito da crença no poder de invisibilidade dos pistoleiros teceu o seguinte comentário: “A invisibilidade deles é primeiro a proteção que autoridades, empresários, fazendeiros, enfim, que pessoas importantes dão a eles, então a polícia não tem chance de capturá-los e segundo é a impunidade, porque enquanto eles estão impunes estão invisíveis para a Justiça” (anotações de campo).

Teria que assassinar três crianças. Segundo o aposentado, ele matou duas, mas “ficou com dó de matar tanto inocente” e não matou mais. Complementou o aposentado: “Então o pistoleiro foi assassinado porque não cumpriu o pacto com o Cão”. Quando ele terminou de dizer essa frase, um policial deu detalhes, o pistoleiro havia apanhado um ônibus para ir embora do Ceará, alguém que estava dentro do coletivo mandou o motorista parar, sacou uma arma, assassinou o matador de aluguel e saiu pela porta da frente do ônibus “se embrenhando na mata e se transformou em bicho brabo” (anotações de campo).

Outro já disse que era amigo do motorista daquele ônibus, e este havia lhe contado que o assassino misterioso do pistoleiro “fediu a enxofre” e, quando ele entrou nos matos, “tirou as roupas, se espojou todo e se transformou num bode todo preto sem uma só mancha branca”. E todos consensualmente relacionavam novamente (e sempre) o pistoleiro ao Diabo.

Uma mulher que estava costurando perguntou-me se eu sabia que o pistoleiro que faz pacto com o Demônio tem os “pés chatos”, porque o Diabo tem essa característica. Nomes eram citados e mais histórias contadas; uma terminava, a outra já começava.

Continuei anotando, até que em dado instante, meu informante me indagou se eu acreditava que pistoleiro tivesse relação com o Diabo e, antes mesmo que eu respondesse, ele disse-me: “Para quem não nasceu no sertão, essas histórias podem parecer estórias de trancoso, mas não são. Aqui no sertão tudo pode”, disse-me Zeza, um jovem agrônomo, filho de fazendeiro, nascido no interior do Ceará, onde passou e passa a maior parte de sua vida (anotação de campo).

Aquela frase representava bem o que eles pensavam sobre o sertão. Ali tudo pode, ali é o local onde a vida é extraída do cotidiano, do dia-a-dia, através do conto, da palavra que se encanta no mito e que se torna dizível e imaginável através dos relatos fascinantes. A tarefa dos relatos fascinantes é tornar o improvável, provável, é emprestar sentido, por meio das palavras, a uma infinidade de mitos sertanejos, de crenças que circulam graças aos relatos orais.

O sertão visto por esse ângulo é o palco, por excelência, onde todas as crenças podem atuar em conjunto, onde o sagrado e o profano contracenam entre si, no mesmo palco, embora que em diferentes dramas, sempre fabulosos e míticos, principalmente míticos. O sertão dizível vai além da palavra, pois é o local onde o cruzamento da realidade e da ficção ocorre, é o lugar onde o mito abraça o real.

De acordo com o significado de Barthes, (1997:181), o mito é “uma fala”, ou ainda, “um sistema de comunicação, uma mensagem [...] um modo de significação, uma forma”. “O mito não esconde nada e não ostenta nada: ele deforma; o mito não é nem uma mentira nem uma confissão: é uma inflexão”. (*Opus cit.*: p.198).

Aquelas narrativas eram povoadas de lendas, de mortos, de homens furiosos e suas histórias sangrentas, que reconstruíam o tempo inteiro um tecido mitológico que, também o tempo inteiro, era cortado de balas.

Zeza indagou-me se gostaria de conhecer alguém que transitava nos dois campos de proteção espiritual, tanto no campo do bem quanto no campo do mal. Foi aí que ele me falou a respeito de Epifânia, explicou-me que ela era um “tipo especial de rezadeira” e que eu poderia conhecê-la. Epifânia, segundo Zeza, tinha reza “para tudo”, inclusive para “fechamento de corpos” e que ela já havia “fechado o corpo” de alguns pistoleiros. Zeza disse-me que me apresentando à Epifânia, seria uma forma de me “compensar” pela viagem perdida na tentativa de entrevistar o fazendeiro. Combinamos que Zeza me levaria e apresentaria à Epifânia no dia seguinte.

Combinei com Zeza que eu seria apresentado a Epifânia como alguém que estava estudando as rezadeiras do sertão. Ao chegar à casa de Epifânia, porém, ele me apresentou como um amigo dele que estava escrevendo um estudo sobre como é feito o “fechamento de corpo” dos pistoleiros. Imaginei que aquilo traria algum prejuízo para minha entrevista, porém, ao contrário, Epifânia sorriu e disse-me:

Eu tenho reza e ritual, tanto para curar espinhela caída, mau olhado, quebranto, quanto eu sei de coisa para desmanchar casamento, eu tenho reza para tudo. Porque existe reza tanto para fazer o bem, quanto para fazer o mau, existe reza para fechar o corpo e para abrir o corpo, e existe reza que pode ser dita, e reza que só quem lida com esse mundo espiritual é que pode saber, pode rezar. (Entrevista realizada em 06/03/2006).

Ela recitou a oração da “Cabra preta”, extraída do livro de São Cipriano, e a “Oração de todas as almas”, que ela disse haver guardado em sua memória desde criança. Ambas ela citou de cor. “Mas existem orações mais fortes, que protegem mais, e são para aqueles que precisam de maior proteção, como é o caso dos homens que são pistoleiros”, frisou Epifânia. Nesse caso, Epifânia citou a “Oração da Pedra Cristalina”.

Ambas as orações feitas por Epifânia, a de todas as almas e da pedra cristalina, são mencionadas por Cascudo (1978), só que com algumas pequenas variações. Citei trechos da “Oração da Pedra Cristalina”, que Epifânia descreveu como uma “oração forte”

que é de domínio popular, e é rezada por aqueles que precisam de maior proteção, no caso específico chamado a atenção por Epifânia, dos pistoleiros:

Minha Pedra Cristalina que no Mar fostes achada entre o Cálix bento e a Hóstia consagrada. Treme a Terra mas não treme Nosso Senhor Jesus Cristo no altar. Assim tremam os corações dos meus inimigos quando olharem para mim. [...] Meu Deus, na travessa avistei meus inimigos. Meu Deus! Eles não me ofenderão, pois eis o que faço com eles: com o manto da Virgem sou coberto e com o sangue do Meu Senhor Jesus Cristo sou valido. Tem vontade de me atirar, porém não atirarás, água pelo cano da espingarda correrá. Se tiver vontade de me furar, a faca da mão cairá. Se me amarrar, os nós se desatarão. Se me acorrentar, as correntes se quebrarão. Se me trancar, as portas da prisão se abrirão para me deixar passar, livre, sem ser visto por entre os meus inimigos [...] Com a chave do Sacrário eu me fecharei [...] (*Opus cit.*:152).

Epifânia é orgulhosa de pertencer a uma família de mulheres “rezadeiras”, descendente de ciganos e de índios, com uma bagagem mítica enraizada em sua família há muitas gerações. Ela diz ter aprendido ler mãos antes mesmo que a livros, que estes ela só aprendeu a ler aos 14 anos de idade. Hoje, aos 53, diz que ler sobre tudo o que lhe chega às suas mãos.

Cotidianamente Epifânia faz suas orações utilizando-se de três livros, - a Bíblia, o Livro de São Cipriano da Capa Preta e um livro pequeno e espesso, antigo e com aparência de bastante utilizado, sem títulos, da capa de couro marrom e amarrado com uma liga de borracha e o qual ela disse que seria um “livro de orações fortes”. Dentro deste último livro, pude notar vários papéis soltos que Epifânia disse serem de orações antiqüíssimas que pertenciam à sua avó.

Zeza, que ficara esperando que eu entrevistasse Epifânia, por várias vezes interferira a fim de elogiar suas rezas, “As rezas dela são fortes mesmo, mas também a pessoa tem que ter fé”. Zeza, um agrônomo recém-formado, rapaz novo, era convicto da existência do Diabo, do mau olhado, do quebranto e até já havia pedido a Epifânia para rezar para ele e para membros de sua família.

Epifânia relatou que, apesar de ser procurada por pessoas de diversos níveis sociais que buscavam seus “atendimentos espirituais”, ela era ainda muito discriminada por algumas, por ela utilizar-se de livros que não são adotados pelas igrejas, principalmente a católica. São as orações do livro de São Cipriano e as outras orações que estão no livro que Epifânia me mostrou e do qual ela retirou e leu as “Orações de todas as almas” e a da “Pedra cristalina”.

Na minha casa eu atendo a todo mundo que me procura. Já atendi a muitos pistoleiros, mas já atendi também a policiais, a políticos, a muita gente. Não faço diferença de gente, para mim todo mundo tem suas razões e é dono de sua vida. [...] E as pessoas me discriminam por isso e também porque eu uso as orações da igreja, mas eu uso também outras orações desses livros aqui, que eram da minha avó, eles foram passados para a minha mãe e ela deu-os a mim. São orações antigas, outras nem tanto. (Entrevista realizada em 06/03/2006).

As orações para “fechamento de corpo”, Epifânia as faz gratuitamente, mas diz que sempre as pessoas que são beneficiadas lhe dão uma “ajuda”, “porque sou uma mulher pobre e sozinha, não tenho homem para me dar o sustento”. “O corpo é uma morada aberta, por onde entram todos os tipos de coisas ruins. Eu fecho o corpo com orações específicas, que não posso revelar para não enfraquecê-las” (trechos da entrevista realizada em 06/03/2006). Epifânia lembra que já presenciara diversos rituais de “fechamento de corpo”.

Eu comecei a ver pistoleiro quando ainda era criança. Eles iam à casa da minha avó para que ela rezasse para eles. A minha avó sabia umas rezas fortes antigas, algumas ela passou para minha mãe e eu aprendi-as, mas outras se perderam, foram esquecidas. [...] Os pistoleiros procuravam naquele tempo minha avó e minha mãe para fazer reza para fechar o corpo deles, para pedir proteção, porque eles são uns homens que têm muitos inimigos e para protegê-los também da polícia, de tiro e faca. (Entrevista realizada em 06/03/2006).

Epifânia lamentou que hoje em dia não existisse mais a mesma procura que antigamente por suas rezas. “Eu já fui mais procurada, inclusive por pistoleiros aqui do Ceará, do Rio Grande do Norte [...] até do Maranhão, que é a terra da macumba, pois eles viam aqui, sentavam aí, nessa cadeira, mas hoje em dia é menor a procura”. Queixa-se da perseguição que sofria da parte de alguns padres que se incomodavam com o que ela fazia. Diziam que ela “tinha parte com o Demônio”, que ela “recebia pistoleiros em sua casa” e que “rezava para fazer o mau” (trechos da entrevista realizada em 06/03/2006).

Teve um padre que disse que eu era envolvida só com o que não presta, com pistoleiro e com coisa do Diabo. Um dia eu me queixei dele para um amigo meu que é pistoleiro e que de vez em quando vem por aqui para eu rezar para ele. Aí me perguntou se eu queria que ele resolvesse isso, eu lhe disse que não precisava que eu resolveria com minhas rezas. Hoje em dia esse dito padre foi transferido daqui da região e eu soube que ele está muito doente, só esperando a hora da morte. É como eu lhe disse, tem reza para o bem, tem reza para o mau. (Entrevista realizada em 06/03/2006).

Ela não deixa ninguém pegar em seus livros e, tampouco, portanto, não me permitiu folheá-los. “Não posso deixar, porque aqui tem coisas que somente eu posso ler, se eu deixar as pessoas pegar, ler, aí as orações se tornarão fracas e não servirão para mais nada”.

O mesmo segredo que Epifânia fazia da maior parte de suas orações ela fazia de seus clientes pistoleiros. Comentou que, dos que ela “fechou o corpo”, só morreu quem não fez o que ela manda a todos fazerem. Embora não revelando explicitamente, Epifânia deixou subentendido que o “fechamento de corpo” era um ritual, contudo haveria uma espécie de “manutenção” do ritual. A não-observância dessa “manutenção”, de acordo com seu relato, ocasionara tanto a morte de alguns poucos, quanto a prisão de outros.

Por exemplo, eu fecho o corpo de um pistoleiro, e lhe digo umas coisas que ele tem que fazer todos os dias, até o fim da vida dele. Eu ainda advirto que se ele deixar de fazer o que eu mandei um só dia, basta um dia, para meu trabalho ir por água abaixo. Aí o corpo dele já não estará mais fechado. O problema é que tem gente que com o tempo deixa para lá ou se esquece de fazer o que eu mando. (Entrevista realizada em 06/03/2006).

Epifânia relata os casos de pistoleiros que a procuraram para “fechar o corpo”, “pedir para livrá-lo da polícia” ou “para libertá-lo da cadeia”. “Eu acredito em Deus e no Diabo, e rezo para os dois e dá certo”, diz Epifânia. A última vez que ela atendera a um pistoleiro para fazer o “fechamento de corpo” havia sido em 2000, ou seja, seis anos antes daquela entrevista.

Relatos de corpo fechado, orações fortes, livros proibidos e pactos com o Demônio são discursos comuns no universo mítico da pistolagem. É algo observável tanto na literatura quanto em muitas entrevistas que realizei e que vem ao encontro dos clichês a respeito do sertão.

Supersticioso o sertanejo acredita que o pistoleiro seja um ser encantado, imune às balas e às perseguições da Polícia. “Uma vez eu tive de dar uma esculhambação e prender um sargento da PM”, conta major Ferreira, “porque o homem, apavorado, insistia em dizer que tinha visto o Vilmar ‘Gaia’ se transformar em um pedaço de pau na sua frente” (VEJA, 19/10/1977, p:87).

O pistoleiro, por sua vez, também é produzido com suporte nesse imaginário mítico, utilizando-se dos elementos que lhe são disponíveis dentro do universo da superstição.

Orações, patuás e amuletos, tudo é usado pelos pistoleiros na esperança de obter proteção divina contra as balas de seus inimigos. A mais forte dessas proteções, dizem os sertanejos, é obtida através da hóstia sagrada. Para consegui-la – segundo a lenda – é necessário que o interessado confesse seus pecados e comungue de preferência no domingo de Páscoa. Com a hóstia na boca, e antes que ela se dissolva, o candidato à imunidade dá um talho profundo no braço esquerdo, coloca a hóstia e enfaixa o ferimento, para que cicatrize com a hóstia dentro de seu corpo.

[...]

Em Itaporanga, na Paraíba, todos têm certeza de que Luiz Batista de Souza, o “Luquinha da Paraíba”, nunca será preso ou morto enquanto sua mãe, Maria Raquel, hoje com quase 80 anos, estiver viva. Na presença de seus inimigos, “Luquinha” se “encantará” em um pedaço de pau, em uma pedra ou animal, até que o perigo

desapareça. “É que a mãe dele reza por ele todos os dias, às 6 horas da tarde”, diz seu primo “Zeca da Encarnação”, e por isso “nenhum mal pode lhe acontecer” (VEJA, 19/10/1977, p:87).

Mainha relatou-me que sua mãe desde cedo o apresentou à imagem do seu protetor espiritual: São Jorge Guerreiro. “Aqui é o meu protetor, meu santo e será o seu também de agora em diante, avisou minha mãe”.

Minha mãe sabia de muitas orações antigas que são fortes. E ela sabendo que eu tinha problema com a polícia ela passou para mim. Eu não posso deixar outra pessoa ler se não elas enfraquecem. Minha mãe me disse que enquanto vida ela tivesse, bala não entrava no meu corpo. E a prova que o que ela disse está certo, é que várias vezes atiraram em mim, mas nenhuma bala entrou no meu corpo. (Entrevista realizada em 05/11/2003).

Mainha cita vários casos em que tiros passaram raspando seu corpo, mas não o feriram gravemente. “Eu já troquei tiros com pistoleiros que foram me matar, coisa que não tem na história de nenhum pistoleiro cearense um fato igual, de um pistoleiro que tenha trocado tiros e tenha ficado vivo”, diz Mainha, com orgulho de suas proteções espirituais. E continua, “Veja o caso de Jerônimo” (nome verdadeiro). Refere-se a um pistoleiro que era seu amigo e que morreu em uma troca de tiros. E conclui, “Aqui mesmo na cadeia teve uma rebelião e a polícia entrou atirando, uma bala passou cortando o couro da minha perna, mas não pegou. São as orações” (anotações de campo e trechos de entrevistas).

A mãe de Mainha e o pai faleceram em 2003. Até hoje, 2008, Mainha não esteve em nenhuma situação em que ele participasse de um tiroteio. O último fora enquanto sua mãe ainda estava com vida.

Os delegados que o prenderam relataram que Mainha, antes de sua primeira prisão, era tido no sertão como um “fantasma”, alguns até diziam que ele não existia e atribuíam-lhe diversos poderes, como podemos acompanhar nas palavras de um dos delegados:

Quando estávamos na perseguição de Idelfonso ouvíamos muitas histórias sobre Mainha. Algumas pessoas comentavam conosco: “Olha delegado, o senhor tenha muito cuidado. Quando o senhor estiver em uma diligência, nos matos, principalmente, e ouvir falar que é o Mainha, caso veja um porco correndo pode atirar que é ele. Ele tem esse dom, esse dom de se transformar no animal que ele quiser (Delegado de polícia. Entrevista realizada em 07/05/2003).

Não tendo uma religião específica, mas sentindo-se atraído pelo o que ele denomina de “espiritismo”, Mainha sempre mantém nas casas onde reside o pequeno oratório

que aparece nas duas fotos acima. Também, tem consigo várias orações nos bolsos das camisas que usa. Ele não as deixa ver, sob pretexto que se alguém as ler, elas enfraquecerão para ele. Uma dessas orações, no entanto, ele a recitou para mim.

Valei-me Jesus, José e Maria, guardai-me de noite de manhã e por todo dia. Nem meu corpo será preso e nem minha alma será perdida, e nem meu sangue será derramado por mão dos meus inimigos. Eu quero pedir três coisas: perdão, arrependimento e salvação, e se eu morrer, me alumie com a luz da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Sangue. (Entrevista realizada em 05/11/2003).

Além da proteção espiritual de São Jorge Guerreiro, Mainha vale-se também de outras defesas espirituais, por exemplo, um dos seus principais protetores vem da religião afro-brasileira: é Zé Pilintra, Zé Pelintra ou Seu Zé. O primeiro contato de Mainha com Zé Pilintra foi na cidade de Jequié, na Bahia.

Ele crê que Zé Pilintra já evitou sua prisão quando estava foragido, evitou sua morte e previu sua primeira prisão e as circunstâncias através das quais ela se daria. Abaixo o altar para “Zé Pilintra”, na casa de Mainha, com pipoca, moedas, velas, cigarros e cerveja.



Figura 25 - Oratório para Zé Pilintra no quarto de Mainha



Figura 26 - Detalhe do oratório para Zé Pilintra

Ele, também, presta oferendas a Zé Pilintra. Em uma ocasião, sob a orientação da mãe-de-santo da foto, ele sacrificou um bode preto. O animal foi levado para um ritual, no qual, Mainha, o beneficiado pela ajuda da entidade espiritual, o Zé Pilintra, o sacrificou.



Figura 27 - Mainha e uma mãe de santo

Mainha contou-me a história de um pistoleiro chamado Eusébio (nome real). Eusébio tinha e rezava as orações do livro de São Cipriano. Bala só poderia pegar em Eusébio se fosse em um dia de sexta feira ou se ele estivesse dentro da água. Eusébio tanto tinha o corpo fechado, quanto tinha orações que o tornavam invisível.

Para morrer ele deu trabalho, levou um tiro na cabeça e mesmo assim ainda passou vários dias escondido nos matos com o ferimento muito feio e não morria. Ele se tornava invisível e a gente não o via. Quando finalmente ele apareceu aí teve que ser morto a facadas, até o pescoço foi cortado. Nos bolsos das calças dele havia um embrulho feito de couro de tamanduá da Amazônia enrolando um saco plástico e dentro deste havia areia de cemitério e várias orações, entre elas as de São Cipriano. No saco plástico tinha sangue que havia escorrido de Eusébio e três dias depois da morte dele o sangue ainda não havia coagulado. E depois de morto ele apareceu à namorada dizendo quem o havia matado. Foi necessário mandar ela se calar. (Entrevista realizada em 05/11/2003).

De acordo com Mainha, outras entidades espirituais também fazem a sua proteção, são elas entidades de religiões afro-brasileiras: o Vaqueiro, Lampião, Tranca Rua, Chiquita Preta e Sibamba e a Tapuia. Mainha também acredita que a natureza nos dá sinais e nos cabe interpretá-los.

Um dia eu estava no alpendre da casa da minha sogra acocorado, apoiado em um fuzil e minha sogra estava fazendo um café para mim. De repente um beija flor entra e atravessa o alpendre todo, um passaro grande de cor preta. O pássaro entra na casa e sai várias vezes, como se estivesse me dando um sinal, dizendo que eu estava em perigo e me chamando para sair dali. Olhei em todas as direções e não vi perigo algum. Mas o homem tem que confiar nos sinais da natureza, saber interpretá-los. E

saí para a soca¹³⁶ correndo. Quando eu passo da porteira e entro nos matos um cachorro começa a latir. Eu me agacho e vejo a polícia militar. Ela já havia cercado a casa de minha sogra e estavam fortemente armados. O homem tem que saber ler os sinais. (Entrevista realizada em 05/11/2003).

A questão envolvendo misticismo e a pistolagem é muito vasta. Foi ainda Mainha que me contou que no sertão, se alguém é assassinado e a família da vítima, no mesmo instante em que ocorreu o crime, colocar uma moeda na boca do defunto, aquilo fará com que o assassino não consiga sair de perto do local onde cometeu o assassinato¹³⁷. E isso ele falou que lhe ocorreu certa vez que matara alguém.

Era costume no sertão, quando havia uma morte matada os familiares ou amigos do defunto colocar uma moeda na boca do finado. Isso fazia com que os matadores não saíssem de perto do defunto, rodavam em volta de onde estava o corpo e não conseguia sair dali até a Polícia os capturar. Eu disse para meu pai: “Colocaram uma moeda na boca do Chico”. Aí meu pai disse: “Desavessa a cueca rapaz, anda com a cueca normal”. Porque se estiver com as cuecas no avesso pode ocorrer isso também. Mas não era o caso. Aí eu falei para ele: “Conversa é essa velho, você não sabe de nada”. Uma pessoa já havia me dito que no dia em que ocorresse isso e eu ficasse ariado, eu fizesse 3 símbolos de Salomão e rezasse uma “oração forte” que aí eu encontraria o caminho. (Entrevista realizada em 05/11/2003).

Ainda segundo Mainha, toda vez que ele saía para matar alguém, ele rezava, pedia a Deus para levá-lo e trazê-lo em paz. E quando lhe perguntei por que Deus o protegeria, ele me respondeu rindo: “Deus gosta do filho mais trabalhoso. E outra que ele está muito velhinho e me mandou fazer uma faxina na terra, retirando os maus elementos” (anotação de campo).

Entrevistei Zilda (nome fictício), que escapou de um atentado praticado por dois pistoleiros na cidade de Tabuleiro do Norte (213 km de Fortaleza). Além de não sentar-se de costas para a rua e de ser uma pessoa desconfiada, Zilda mantém em sua casa uma corda de alho que, de acordo com ela, a livraria do mau, estando embutido neste, a figura do pistoleiro.

¹³⁶ “Soca” é uma expressão usada na pistolagem para designar mata.

¹³⁷ No livro *Os Brilhantes* (1972:109), Théóphilo narra algo parecido: “Concordaram em enterrar o cadáver no campo e, por lembrança do sacristão, com uma moeda de pratica na boca e de bruços. Assim, o assassino não poderia caminhar, ficando, como cobra, presa à ordem de São Bento”.

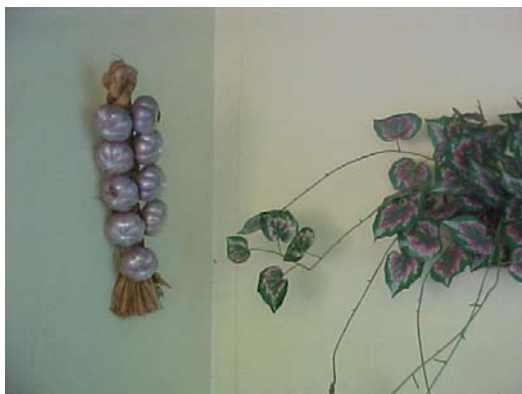


Figura 28 - Corda de alho na casa de Zilda

Retorno a Damião Fernandes, que se encontra preso no IPPS e atualmente é pastor evangélico, a fim de que possa comentar sua trajetória mítica ligada à pistolagem. No tempo em que era pistoleiro, Damião disse-me que havia feito um “pacto com o Demônio”, a fim de que seu corpo fosse “fechado” e que nada lhe ocorresse. Damião narra sua trajetória mítica, dizendo que aos 18 anos ele foi à Bahia e procurou uma “macumbeira” e lá fez um pacto com o Demônio.

Eu fui com ela meia noite a um cemitério. Ela levava o livro de São Cipriano. No cemitério ela cortou meus braços e minha cabeça em cruz, tirou sangue da cruz da minha cabeça. Eu tenho até hoje essa cruz feita no meu corpo. De vez e quando eu a mostro para alguém. Ela mandou pronunciar umas palavras do livro de São Cipriano em cima de uma catacumba. Eu dei meu sangue e tomei assim uns três dedos de sangue de animal. E de repente chegou ali o Demônio. Eu o abracei e pedi a ele para ficar rico, para ficar poderoso e que fechasse meu corpo e não me deixasse ser apanhado pela polícia. (Entrevista realizada em 13/10/2004).

De acordo com Damião, a “macumbeira” o avisara de que a partir dali ele não seria nem preso e nem morto, salvo quando ela, a “mãe-de-santo”, falecesse. “É tanto que poucos dias depois que ela faleceu, então fui preso”. Só que Damião teria que fazer um ritual diário de preservação do “pacto” (trecho da entrevista realizada no dia 13/10/2004).

Quando eu era pistoleiro, todo santo dia eu tomava um copo de sangue de sangue de animal, de bode, de carneiro, de galinha ou até mesmo de preá. Tomava e depois tomava uma cerveja. Eu tinha que tomar sangue todo dia. Teve uma época que eu estava numa situação difícil, fugindo da polícia e sem condições de caçar um animal para beber o sangue, então eu mordi meu próprio braço e tomei meu próprio sangue. Era um negócio terrível. Mas eu gostava. Nesse tempo também eu comia muito sal também, porque quando se faz o pacto com o Demônio a gente passa a gostar de sal. (Entrevista realizada em 13/10/2004).

Damião explicou que o significado do sangue naquele pacto fora a celebração de sua união com o Diabo, e esta união, do matador com o Diabo, deveria ser efetuada em um cemitério e sobre um túmulo: “a macumbeira disse que tinha que ser no cemitério e sobre um

túmulo, porque ali é o local dos mortos, lugar ideal para se fechar o corpo de quem vai matar e não quer morrer”.

Por fim, o sal significou, nesse ritual, a preservação, a manutenção a fidelidade ao pacto realizado entre Damião e o Diabo. Por isso Damião tinha que beber sangue todos os dias e comer muito sal. Tanto ele renovava aquela união mítica, quanto reafirmava a sua fidelidade ao seu “protetor espiritual”¹³⁸. O sal também é um composto químico que se relaciona à cicatrização de feridas e, no caso de Damião, o sal significaria também a cicatrização de ferimentos que o levassem a abandonar o pacto. Em resumo, o sal significaria a preservação fiel do pacto.

Nesse mesmo sentido, podemos ver como Cascudo (2001:220) trata as interpretações e relações envolvendo o sal. O sal representa, em síntese: a convivência, a memória, o vínculo, a conservação e a permanência.

Em quase todas as narrativas que ouvi durante a pesquisa de campo, o misticismo reconstruía o personagem pistoleiro, o reinventava por meio de crenças religiosas e superstições. O pistoleiro, como vimos, é um personagem que constituído nesse tecido mítico e nutre em si também várias crenças e superstições. Portanto, se para uns o lado mítico que constrói o pistoleiro significa seu lugar ocupado no maniqueísmo sertanejo, que oscila entre o bem e o mal – para ele, pistoleiro, o misticismo representa uma proteção espiritual.

4.2 A vaquejada

“Envoltos, então, no traje característico, os sertanejos encourados erguem a choupana de pau a pique à borda das cacimbas, rapidamente, como se armassem tendas; e entregam-se, abnegados, à servidão que não avaliam”.

(CUNHA, 1914:122).

Alguns elementos são observados com frequência no universo social da pistolagem: as armas, companheiras inseparáveis dos matadores, o gado e, portanto, acompanhando-o, a vaquejada, o forró e a mulher. Nesse sentido, Cavalcante (2002:121): “O

¹³⁸ Sobre fechamento de corpo, orações fortes, o livro de São Cipriano e amuletos, ver Cascudo (1978).

forró e a vaquejada são os melhores lazeres para um pistoleiro. Dançar forró e correr em vaquejada são uma constante em sua vida, quando está em liberdade”.

A maior parte dos matadores que entrevistei era ou ainda é vaqueiro. Os outros entrevistados, quase todos também, relacionaram o pistoleiro à vaquejada. O gado é um elemento, poderíamos dizer fundamental na vida de um pistoleiro. O pistoleiro tem, ainda hoje, forte ligação com a sociedade rural.

Na época em que estava andando atrás de Idelfonso Maia da Cunha, andando atrás de Lauro, andando atrás de Leandro, desse povo todo, eu tinha o cronograma das vaquejadas, não só daqui, como dos outros estados. A gente tinha que freqüentar aquelas vaquejadas. Porque na vaquejada dá de tudo. Na vaquejada tem o forró, no forró tem a mulher, e o pistoleiro está ali. Tem o gado que pistoleiro é doido por gado, doido por forró e doido por mulher. Então é o canto onde você deve procurá-lo. Até o pistoleiro novo tem uma ligação com gado muito grande. (Delegado de polícia. Entrevista realizada em 20/01/2004).

Entrevistando um jornalista que faz reportagens policiais para um grande jornal local, ele disse-me: “Uma característica da pistolagem aqui no Ceará é a vaquejada” (trecho de uma entrevista realizada em 15/02/2004). Por outro lado, também entrevistei um apresentador de programa de televisão que trata exclusivamente sobre a vaquejada, que garantiu não existir essa relação.

De acordo com Cascudo (1969:41), no entanto, o hábito de derrubar o boi, puxando-o pela cauda como uma diversão, vem das festas de “apartação” ou de divisão do gado, ocorridas nos sertões: “Vaquejada – constituindo presentemente uma festa urbana e pública, de exibição lúdica, era antigamente tarefa normal de campo, **vaquejar** o gado, arrebanhando-o para os currais. Valia uma fase no processo pastoril da APARTAÇÃO”.

O vaqueiro tanto pode ser um profissional ligado a uma fazenda, quanto, hoje em dia, um esportista¹³⁹. Na vaquejada-esporte, os componentes são dois vaqueiros em suas devidas montarias e um boi que deverá ser derrubado entre duas faixas horizontais feitas de cal. O boi é denominado de “boi mobral”, que é aquele que nunca correu uma vaquejada e, portanto, é fácil de ser derrubado, ou “boi letrado”, o difícil de derrubar porque já correu alguma vaquejada.

Um vaqueiro é chamado de “esteira” ou “bate-esteira” e o outro vaqueiro é o “puxador” ou “derrubador”. Os dois largam da porteira (ou brete ou mourão) lado a lado com o boi ou o touro ao centro. A tarefa do “esteira” é facilitar a derrubada do boi pelo “puxador”.

¹³⁹ A respeito do vaqueiro de fazenda e o vaqueiro desportista, ver, Barbosa (2006).

Ele pega a cauda do boi e a entrega ao vaqueiro “puxador”, em seguida ele ajusta o boi até a faixa onde o animal deverá ser derrubado, ou desequilibrado e deverá, também, evitar que o animal, depois de cair “dentro da faixa”, se levante e prossiga saindo da faixa.



Figura 29 – Cena de uma vaquejada

Quem “corre o boi” é o vaqueiro que derruba o animal; o vaqueiro “esteira”, pode-se dizer, auxilia o outro vaqueiro que irá derrubar o boi, dá condições para que o vaqueiro “derrubador” possa desequilibrar o animal.

Na vaquejada, além das competições há o que se chama de “festa dançante”, onde bandas de forró se apresentam e onde são vendidas comidas, bebidas, produtos típicos sertanejos. Abaixo duas fotos de dois momentos distintos de Mainha. Na primeira foto ele está vestido de gibão e na segunda colocando uma argola em um boi. “Minha vida toda foi mexendo com gado, é o que eu gosto de fazer”, afirma ele (anotação de campo).



Figura 30 - Marca de ferrar gado de Mainha

A marca de ferrar gado de Mainha, representando as iniciais de Idelfonso Maia da Cunha. Em seguida, a foto de Mainha vestido com seu gibão, em sua casa. Nas paredes, conforme a foto, apetrechos utilizados em cavalos para vaquejada.



Figura 31 – Mainha vestido com gibão de couro usado para “pegar gado”

A foto abaixo a fiz no momento em que Mainha derrubava um boi. Ante de sua primeira prisão, Mainha era considerado um excelente vaqueiro, tendo participado de muitas vaquejadas e ganhado vários prêmios.



Figura 32 - Mainha derrubando um boi

Conheci por meio de um ex-pistoleiro com o qual conversei um policial rodoviário federal, que o chamarei pelo nome de Gouveia¹⁴⁰. Gouveia conhece muitos pistoleiros, é fazendeiro e corre em circuitos de vaquejadas há vários anos. Fui a uma vaquejada com Gouveia em um parque de vaquejada que fica em Itapebussu, a cerca de 50 km de Fortaleza.

No dia em que estive com Gouveia no parque de vaquejada, ele não iria disputar, ou “correr um boi”. Então tive a oportunidade de fazer uma entrevista com ele, que me pediu o que quase todos os meus entrevistados pediram: para não ser identificado.

Quase toda competição sai vaqueiro acidentado. Tem até vaqueiro que morreu na pista. É um esporte para cabra macho. E todo pistoleiro que eu conheço, tanto faz ser o antigo quanto o moderno, mexe com gado, com cavalo e corre vaquejada. O que não corre é porque está preso, velho ou inutilizado. (Entrevista realizada em 25/10/2003).

Gouveia continua analisando o esporte vaquejada através da masculinidade e diz “A lida com gado é uma coisa grosseira, requer um homem mais rude, porque é um trabalho pesado” e, portanto, complementa sua frase com a mesma afirmativa, “É coisa para macho¹⁴¹” (trechos da entrevista realizada em 25/10/2003).

¹⁴⁰ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 4.2, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha, que me autorizou a utilização.

¹⁴¹ O esporte de vaquejada hoje em dia é praticado tanto por homens quanto por mulheres. No entanto, constata-se com facilidade no Estado do Ceará – limite geográfico onde pesquisei – que a maioria dos desportistas ligados

Todo vaqueiro é homem valente e cabra macho. Aqui você não encontra um baitola. Vaquejada é esporte de homem. Em qualquer outro esporte tem baitola, menos na vaquejada. E o pistoleiro é homem, ele é o cabra macho que gosta de puxar gado, gosta de cavalo, sabe que na vaquejada tem também o forró e a mulher. É por isso que o pistoleiro vem para a vaquejada. (Entrevista realizada em 25/10/2003).

O policial disse-me que adota a seguinte “postura ética”: “Eu respeito o homem que mata gente, mas morro de raiva de ladrão”. Para Gouveia, o homem que mata gente, o pistoleiro, é aquilo que ele se vangloria em ser, um “cabra macho”, já o ladrão é o “cabra safado”.

Eu posso ser policial, mas na minha fazenda eu posso esconder um matador se ele estiver precisando se esconder, porque o pistoleiro ele é um cabra valente e não é um pirangueiro. Agora nas minhas terras não entra ladrão, porque esse aí eu boto pra correr é na bala. (Entrevista realizada em 25/10/2003).

Gouveia me expôs outras relações que vê entre a vaquejada e a pistolagem. Um ponto fundamental, de acordo com ele, é que há uma formação semelhante entre os vaqueiros (puxador e esteira) na vaquejada e os pistoleiros (matador e o piloto da moto). Gouveia expõe que na vaquejada são dois homens que “correm”, um auxiliando o outro com a finalidade, em linhas gerais, de derrubar o boi¹⁴². No crime de pistolagem, geralmente, são dois homens, um é o que pilota a moto, que é chamado no jargão da pistolagem de “cavalo”, ou de “parelha”, e o outro é o matador.

O “cavalo” tem papel similar ao do “esteira”, pois ele deverá facilitar a ação do pistoleiro; ajuda o pistoleiro a “derrubar o homem”, como dizem na pistolagem, da mesma forma que o “esteira” ajuda o “puxador” a derrubar o boi.

Gouveia ainda me chamaria atenção para o fato de um pistoleiro haver sido assassinado por outro em um parque de vaquejada no ano de 2002. Ele contou-me que a vítima estava se preparando para “correr um boi”, quando um pistoleiro chegou e lhe desferiu 20 tiros e concluiu: “Vaquejada é lugar para homem” (trecho da entrevista realizada em 25/10/2003).

A morte comentada por Gouveia saíra nos jornais: “... o pistoleiro Cleidimar Vieira, eliminado com 20 tiros de pistola, na noite de 23 de novembro último em um parque

ao esporte vaquejada são homens. Também nas fazendas em que estive percebi que todos os vaqueiros eram do sexo masculino. Ouvi, todavia, muitas histórias relacionadas a mulheres no interior do Ceará que lidavam com gado e, até mesmo, corriam vaquejada em suas brincadeiras de infância.

¹⁴² Isso é, em linhas gerais, o objetivo da vaquejada. Porém a vaquejada é um esporte que tem regras muito minuciosas. Por exemplo, o comprimento da pista de vaquejada é, em média, 160 metros, dos quais 100 metros são destinados para o puxador e o esteira “trabalharem” o animal. Os 60 metros restantes é a área destinada a derrubar o boi entre faixas. Se isso acontece, o juiz anuncia: “Valeu boi”, em caso contrário. “Zero”.

de vaquejada e forró em Caucaia” (DIÁRIO DO NORDESTE, 23/02/2003). A vítima era acusada de ser pistoleiro e havia namorado a filha de um pistoleiro.

Durante a pesquisa de campo, ainda fui a outras vaquejadas e também visitei um haras onde assisti ao treinamento de um vaqueiro que já ganhou diversos prêmios em vaquejadas no Ceará e em outros estados e que tem amizade com o mesmo ex-pistoleiro que me apresentou a Gouveia.

Algumas entrevistas realizadas com matadores de aluguel foram iniciadas pelo assunto vaquejada ou tiveram o assunto tratado durante a entrevista ou ainda somente consegui o colóquio depois que falei sobre a vaquejada. Foi assim quando me dirigi ao IPPOO 2, no município de Itaitinga, com a finalidade de entrevistar um pistoleiro que chamarei pelo nome de Francisco Targino (nome fictício).

Como de costume, antes de uma entrevista, eu recolhia todas as informações relevantes sobre meus entrevistados. Isso me dava maior segurança e objetividade na condução da conversa. Colher dados a respeito de Targino não foi uma tarefa difícil, porque ele é bastante conhecido. Conversei com alguns policiais, jornalistas e examinei matérias de jornais cearenses.

Targino tinha, na época da entrevista, 35 anos, era da região do vale do Jaguaribe, envolvido em vários crimes de pistolagens – figurando tanto como pistoleiro, quanto mandante – tinha um haras com criação de cavalos de raça destinados a vaquejada, seu esporte preferido.

Em princípio, Targino se recusou a falar comigo, foi ríspido, evitou sentar-se para conversar, disse que não tinha nada a falar com ninguém, sem nem ao menos deixar-me explicar o teor da entrevista. Foi quando me ocorreu a idéia de falar-lhe que a entrevista seria sobre os presos que gostavam de vaquejada e que eu tinha conhecimento que ele já “correra”, “derrubara boi” e que, inclusive, gostava de criar cavalos da raça Quarto de Milha¹⁴³.

Foi quando Targino ouviu-me falar sobre vaquejada que ele cedeu e se dispôs a conceder-me a entrevista. Não foi uma ótima entrevista, Targino se descreveu como alguém pacífico, e que fora preso porque a “polícia o perseguia”, não deixando claro o motivo. Ele negou ser pistoleiro ou mandante de crimes por encomenda¹⁴⁴.

¹⁴³ A raça Quarto de Milha é a preferida para o esporte da vaquejada.

¹⁴⁴ Antes de conversar com Targino, entrevistei uma juíza que fora responsável por uma comarca no vale do Jaguaribe onde ele havia morado. Ela narrou vários crimes de pistolagem e outros crimes de mortes os quais ele

Mas pude perceber, durante aquele colóquio, o quanto é importante a vaquejada para Targino. “A vaquejada é a coisa que mais gosto do mundo. Disso daí eu entendo muito bem. Eu aqui não tenho saudade de filho e nem de mulher, mas do cavalo e do boi eu tenho saudades até da bosta deles”, confessou Targino com lágrimas nos olhos (anotação de campo).

Vários relatos me foram feitos por delegados de polícia, dizendo-me que, mesmo sabendo que estavam sendo procurados pela polícia, alguns matadores de aluguel corriam em vaquejadas, não conseguiam deixar de ter contato com o esporte, de competir, mesmo que isso lhes pudesse custar a liberdade.

Embora seja um dos mais procurados pistoleiros da região Nordeste, Francisco de Assis Mendes Barbosa, o Pantico, dribla a polícia e volta ao Ceará. Segundo fontes da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, ele teria estado no circuito de vaquejada em Pentecoste, no período de [...]. (O POVO, 07/11/1999).

Mainha narrou que participou de muitas vaquejadas quando estava na condição de foragido. “Eu me inscrevia com nome falso, por exemplo, Paulo do Alegre, que era o nome de uma fazenda, corria na vista da polícia e ainda havia policiais que me cumprimentavam sem saber que estavam falando com o Mainha” (anotações de campo). Este fato foi dito, também por um delegado de polícia que entrevistei:

O Mainha corria em várias vaquejadas com um nome frio, com o nome trocado, utilizando o nome de Antonio Branco. Ia para as vaquejadas, fazia inscrição normal, corria, às vezes até com determinados políticos, prefeito ou deputado batendo-esteira pra ele, depois ia embora e a polícia todinha lá assistindo de camarote sem saber que o Antonio Branco era o Mainha. (Delegado de polícia. Entrevista realizada em 20/01/2004).

Os dados coletados durante esta pesquisa fizeram-me constatar a importância fundamental que os matadores que entrevistei e com quem conversei atribuem à vaquejada. Como exposto, todo assunto começava com a vaquejada ou ela surgia durante a conversa ou só se iniciava através o assunto com ela. Habituei-me a ouvir falar, também, das raças de bois, de cavalos e cabras, de relacionamentos iniciados e terminados em vaquejadas, de mortes ocorridas tendo como causa um cavalo ou um gado. Enfim, conforme me disse em entrevista o delegado Rosa (nome fictício), “a linguagem do pistoleiro é a linguagem do vaqueiro, da

estava envolvido. Também a polícia e as mídias comentavam que Targino, mesmo preso, comandava crimes de pistolagem entre outros delitos. Entrevistei uma mulher que fora vítima de uma tentativa de homicídio em que, segundo ela, os pistoleiros haviam tentado matar-lhe a mando de Targino. Essa mesma mulher, no dia em que a entrevistei, mostrou-me uma carta que ela dizia ser de Targino, ameaçando-a de morte. Aflita, ela havia feito um Boletim de Ocorrência em uma delegacia de polícia.

vaquejada, e seu ciclo social é o ciclo do boi”. Essas associações me fizeram traçar uma comparação com o que diz Evans-Pritchard (1999:27), sobre os “nuer”:

Qualquer assunto que começasse, e de qualquer ângulo que o abordasse, logo estaríamos falando de vacas e bois, vitelas e novilhos, carneiros e ovelhas, bodes e cabras, bezerros e ovelhas e cabritos. Já mencionei que esta obsessão – pois é isso que parece para um estrangeiro – deve-se não somente ao grande valor econômico do gado, mas também ao fato de que ele constitui o vínculo de numerosos relacionamentos sociais. Os Nuer têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais em função do gado. Seu idioma social é um idioma bovino.

Cavalos e bois são hierarquizados e colocados, cada qual, em um patamar social e imaginário diferente no universo social do pistoleiro que é vaqueiro. Principalmente os cavalos, pois destes os pistoleiros-vaqueiros são tão próximos, que, até mesmo o piloto da moto que transporta o matador de aluguel em seus “serviços”, é denominado de “cavalo”.

Falar algo desabonador sobre o cavalo do pistoleiro-vaqueiro, é ofender a sua honra, da mesma forma que um elogio ao cavalo, é motivo de orgulho. Presenciei algumas cenas, nesse sentido, tanto nas vaquejadas em que estive presente, quanto nas casas de matadores de aluguel por onde passei. Frases elogiosas do tipo: “O cavalo do fulano é valente”; “O cavalo do beltrano é muito bom, alinhou direitinho o boi” (anotações de campo). Estas frases, que colhi entre tantas outras que escutei, foram motivos óbvios de alegria do cavaleiro-pistoleiro.

Por outro lado, estive presente uma vez, em uma vaquejada, em que alguém criticou a montaria de um matador na presença deste: “Teu cavalo refugou na hora de derrubar o boi. Parece mais uma égua”. O pistoleiro-vaqueiro teve reação imediata, cercada de palavras grosseiras, gestos ameaçadores (de puxar “algo” do cóis das calças) e, até mesmo, intenção de chegar a um conflito corporal com a pessoa que fez a crítica, “Está querendo me desmoralizar, seu... você é muito é boi”, chamando o outro de “boi”, o pistoleiro-vaqueiro ofendia-o através de sua mulher, sugerindo que ela cometia infidelidade conjugal. (anotações de campo).

O boi não é enquadrado no mesmo nível imaginário e social do cavalo. O boi é perseguido pelo cavaleiro em seu cavalo, puxado e derrubado pela cauda e serve de alimento. A única aproximação que o pistoleiro-vaqueiro tem com o boi, é no sentido do “conflito”,

para vencê-lo, com a ajuda do seu cavalo. O cavalo, em suma, pode-se dizer que “íntegra” o corpo e o imaginário do pistoleiro vaqueiro¹⁴⁵.

Outro delegado de polícia, que andou em diversas vaquejadas em busca de pistoleiros, é taxativo em relacionar o pistoleiro tanto ao gado quanto à vaquejada, quanto à questão da virilidade, conforme já havia sido mencionado por Gouveia.

Vaquejada é uma atividade nitidamente ligada à pistolagem. A atividade de vaqueiro é uma atividade de homem. Você nunca viu um cara *aviadado* com uma atividade de vaquejada. Se ele for um *veado*, ele é um enrustido. Mas o *viado*, aquele cara afeminado, em atividade de vaquejada, não tem. Salvo aqueles que estão dançando lá no forró. Mas, o *viado* afeminado puxando boi é muito difícil. Porque é uma atividade de homem, é uma atividade grosseira, pegar boi e tal. Ele se esconde em cima dessa atividade. Quando eu passei a procurar pistoleiro, eu passei a andar em circuitos de vaquejadas, do Ceará, do Pará... e passei a conhecer. Todos são bons vaqueiros, eles têm um fraco, todos eles, gostam de roubo de animais. (Delegado de polícia. Entrevista realizada em 11/04/2003).

Muitos matadores de aluguel são acusados de furtar gado. Os animais são retirados de sítios e fazendas e, geralmente, são vendidos para serem abatidos, visto que a marca de identificação (marcas de ferrar gado)¹⁴⁶, que denunciaria o ladrão.

De acordo com este delegado, o pistoleiro utiliza também a vaquejada como o lugar por excelência em que ele vai contar seus crimes, onde ele orgulhosamente vai relevar suas atividades.

Todo pistoleiro não se arrepende do que faz, ele se orgulha. Por que é que a gente descobre os crimes? Porque eles fazem questão de dizer quem foi. Quando é pistolada uma pessoa a gente vai para uma vaquejada e o papo que rola lá é isso, aí já dizem os possíveis autores. A autoridade que investiga pistolagem, geralmente anda em vaquejada, ela é a fonte da gente. Ir à vaquejada e ao forró é beber água na fonte deles. (Delegado de polícia. Entrevista realizada em 11/04/2003).

Essa mesma observação feita pelo delegado, a de que o pistoleiro vê na vaquejada o local para contar suas façanhas, fora feita por uma juíza de Direito que entrevistei e que na ocasião respondia por uma comarca no vale do Jaguaribe, Dra. Valdiana.

Na nossa comarca acontecia algo curioso em relação à vaquejada e à pistolagem. As vaquejadas, eram o local onde os pistoleiros se reuniam para se mostrar, para se exibir, para fazer aquela promoção pessoal de como eles eram valentes, perigosos. O matador de aluguel, ele aparece na sociedade, para se impor, como uma pessoa muito valente, muito corajosa, porque é capaz de matar, é capaz de intimidar. Então,

¹⁴⁵ Leach (1983, p.170-198), faz uma análise a respeito dos “Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal”, que aponta eixos antropológicos que podem ser aplicados na verificação da relação existente entre o pistoleiro-vaqueiro e o cavalo e o boi.

¹⁴⁶ Ouve-se muito no interior do Estado a expressão: “O gado tem meu ferro”, referindo-se à marca impressa a ferro quente na pele do animal. As marcas são, por exemplo, iniciais do nome do proprietário do animal ou de sua fazenda ou ainda as iniciais do topônimo.

o pistoleiro, ele mata uma pessoa, e aquilo ali, numa vaquejada, ele ficava depois dizendo: ‘Olha eu fiz isso, fiz aquilo, matei fulano, eu sou perigoso’. Então, com aquilo ele conseguia o medo, ele conseguia se impor na sociedade pelo medo. E essa propaganda pessoal era feita nas vaquejadas. Todos os pistoleiros que cometeram crimes na nossa comarca e em comarcas vizinhas eram vaqueiros, corriam em vaquejadas¹⁴⁷. (Juíza de Direito. Entrevista realizada em 16/02/2008).

Algumas expressões utilizadas na pistolagem relacionam o pistoleiro ao gado ou ao universo rural. Por exemplo, “trocar de gado”. Esta expressão é utilizada quando um mandante ou agenciador de crimes de pistolagem de determinada região troca pistoleiros com outro mandante ou agenciador de outra região ou estado. Geralmente isso ocorre quando os pistoleiros, já estão muito visados em suas regiões ou acabaram de realizar um “serviço” e precisam passar em um lugar onde eles são desconhecidos. Outra expressão utilizada é “pegar uma boiada”. Este designa fazer uma pistolagem.

4.3 Armas e utensílios

“O homem ainda estava bolindo. Estou vendo ainda hoje os óios do homem. Era assim como se fosse dois óios de carneiros, olhando pra nós com espanto. A pistola estava no chão. [...] Aí o negro foi para perto dele e cortou as oreias do homem. Todas as duas. E nem saiu muito sangue. Viu duas foias de mato e embrulhou as duas coisas”.

(REGO, 1953:178).

As armas, principalmente as de fogo (revólveres, pistolas e espingardas) são, por excelência, objetos de desejo para o matador. Elas se incorporam a ele, torna-se parte dos seus corpos, um membro indispensável. Escutei algumas frases como estas: “Eu não consigo me ver sem uma arma na cintura”; “Na minha casa tem uma arma em cada canto dela e ainda tem umas que eu deixo enterrada no quintal” e “Eu não vou nem ao banheiro se não for armado” (anotações de campo).

Cavalcante (2002:120), ao examinar esse aspecto das armas no universo da pistolagem, conclui: “Todo pistoleiro tem a sua arma, ela funciona como instrumento de

¹⁴⁷ Também tomando o sentido explicado por Franco (1976:49-50), quando a circulação da notícia de um crime não choca mais às pessoas – população rural – é que a violência já incorporou “como modelo socialmente válido de conduta”, e é aceita “não apenas como um comportamento regular, mas positivamente valorado”.

trabalho, não como um objeto qualquer. O pistoleiro desenvolve uma relação ‘afetiva’ com a arma; ele diz: ‘ela é minha companheira’”.

De forma semelhante ao cavalo, a arma para o matador de aluguel tem um relevante significado pessoal. Ela é seu instrumento de defesa pessoal e proteção de quem lhe pagar melhor, ela é seu principal aparato de trabalho e, sobretudo, a estética somada à potencialidade letal da arma é bastante apreciada entre os pistoleiros. Quanto maior a capacidade da arma de causar uma violência letal, maior é o desejo do pistoleiro de possuí-la.

Tomando como ponto de referência a lição de Simmel (1977, p.386-393) a respeito do “adorno”, pode-se evocar o aspecto estético da arma (principalmente a de fogo). Nesse aspecto, ela pode ser vista como um adorno para quem a porta, um apetrecho estético eminentemente viril, que identifica o portador com os símbolos e valores do universo masculino.

A arma é, por esse aspecto, também o adorno irradiador, ampliador da personalidade de quem a porta. Portanto, ela é emissora de significados e significantes, acentuador, pois, da forma como o matador quer ser visto, por exemplo: “sou perigoso”; “valente”; “corajoso”; “macho”; “melhor do que os outros” etc. A arma, por conseguinte, é reveladora do seu portador.

A intimidade com as armas lhe traz, geralmente, uma boa pontaria, que é motivo de orgulho e de bravatas entre os matadores. Por exemplo, uma frase muito comum é a seguinte: “Eu consigo cortar um cigarro ao meio a 25 metros de distância” (anotação de campo). Antes de ser preso, Mainha¹⁴⁸ se notabilizou por sua pontaria. Tanto ele quanto várias pessoas com quem conversei e entrevistei, me contaram uma de suas proezas, que era caçar capotes alvejando as aves com um tiro na cabeça: “Diziam que Mainha num piscar de olhos sacava dois revólveres e acertava onde queria. Por exemplo, ele era citado como o homem que matava capotes e pássaros sempre atirando na cabeça. Essa era a história do sertão”. (Entrevista realizada em 16/02/2008).

A lenda em torno da infalibilidade de pontaria de Mainha o fazia temido, mesmo quando ele estava em inferioridade numérica em relação aos policiais. Todos o tinham como uma “lenda” no universo da pistolagem.

Mainha foi cercado por trinta policiais armados e ele encurralado dentro de uma casinha com dois revólveres. Ele saiu lá de dentro atirando e pulou por cima de um policial militar que tava com uma espingarda calibre 12 e o policial não atirou nele.

¹⁴⁸ Os nomes, no tópico 4.3, não foram modificados.

Aí eu perguntei para o policial por que ele não havia atirado e ele me respondeu: “Doutor, e se eu errasse? Com ele certeza Mainha não erraria” (Entrevista realizada em 16/02/2008)¹⁴⁹.

Alguns matadores deixam por meio dos tiros dados em suas vítimas uma espécie de “marca registrada”, como se fosse uma “assinatura”, que para é uma identidade. Essa prática, porém, hoje em dia está cada vez menos usual em razão de ser um motivo de identificar o autor do crime. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no entanto, era uma prática muito freqüente, como posso tomar em dois exemplos em uma revista da época:

No corpo do fazendeiro havia ficado sua assinatura: três tiros grupados, formando um triângulo, a marca registrada que Altamiro Diógenes tornou famosa ao longo de toda sua carreira de quase vinte empreitadas (VEJA, p.: 88, 19/10/1977).

... a única pista, até o momento, é a forma como ele foi abatido: um tiro na cabeça é a marca registrada de “Mainha”, um dos principais carrascos do Sindicato no Vale do Jaguaribe... (VEJA, p.: 88, 19/10/1977).

A forma como Mainha executou alguns dos seus crimes de maneira uniforme, regularmente com um só tiro na nuca da vítima, nos permite tecer algumas análises. A relação do matador com sua vítima explicita-se, geralmente, na quantidade de tiros que o matador desfere na pessoa assassinada. Por exemplo, no caso de uma vingança, a quantidade de tiros dados pelo matador é proporcional ao sentimento de raiva que ele nutre pela vítima.

Por exemplo, me arrisco a afirmar que, geralmente, e exceções à parte, em uma vingança são desferidos vários tiros na vítima, pois a vingança busca a publicidade da punição, conforme podemos nos guiar pelas palavras de Gauvard (2004:163, tradução livre): “A vingança reclama um espaço público para ser conhecida por todos e para que a honra seja reparada”¹⁵⁰. Em resumo, a execução deverá ser proporcional à natureza do crime ou da ofensa praticado pela vítima.

O mesmo, no entanto, não ocorre em se tratando de um crime de mando. Neste, o matador não tem qualquer relação pessoal com a sua vítima, não tem raiva dela, não a vê como um inimigo. Ao contrário, o matador tem sua vítima como uma forma de ganhar dinheiro. Por conseguinte, o que se observa é a efetuação de poucos disparos dados em regiões fatais do corpo, por exemplo, na cabeça.

¹⁴⁹ Faço referência a este fato na Introdução desta Tese.

¹⁵⁰ Texto no original: “La vengeance réclame un espace public pour être connue de tous et que l’honneur soit réparé”.

Mainha contou-me que o tiro único que ele desferia em suas vítimas era com a finalidade de não chamar atenção sobre o barulho do disparo da arma de fogo. “Dando só um tiro ninguém desconfiava do barulho, poderia achar que era um pneu que havia estourado e não imaginar que fosse um tiro” (trecho de uma entrevista realizada em 19/05/2003). Ele, porém, percebendo que o único tiro na nuca se tornara uma marca que o identificava, então passou a matar de forma diferente. Ele deu o exemplo de uma vítima que assassinara com um tiro de espingarda nas costas, evitando o tiro único na nuca.

“O pistoleiro é aquele que não vai para brigar, ele vai para matar”, disse-me um delegado de polícia (anotação de campo). Portanto, apesar de geralmente o pistoleiro ser habilidoso com as armas de fogo, se ele for um matador experiente, não sairá para realizar um “serviço” confiando apenas em uma arma. Ele levará duas armas¹⁵¹, como complementou o mesmo delegado, rememorando-se de uma conversa que tivera com um pistoleiro:

Eu conversando com Gerson Ferreira de Souza (nome real)¹⁵², ele me segredou: “Doutor, eu atiro muito ruim. Geralmente, quando eu vou matar alguém eu levo duas armas. Uma para me dar cobertura e a outra é a que vou matar. E atiro a queima-roupa para não ter perigo de errar”. Porque o pistoleiro não precisa atirar bem, segundo ele, basta ter coragem pra chegar, encostar, olhar olho no olho e ter coragem de matar, de cima (Entrevista realizada em 16/02/2008).

De acordo com Mainha, que gostava de andar com dois revólveres, “O homem só com um revólver logo ele estará desarmado, porque seis tiros o cabra dá ligeiro demais” (anotações de campo). A partir da década de 1980, no entanto, o pistoleiro passou a utilizar cada vez mais somente uma arma de fogo, a pistola, que tem capacidade de tiro superior ao revólver.

A forma da utilização da arma no corpo é, segundo relatos, no cós das calças. Fiz essa indagação a vários matadores e a maioria me afirmou isso, que utilizava no cós e na parte da frente do corpo. Outros levavam para alguns “serviços” a arma escondida em caixa, por exemplo, ou disfarçada, enrolada em panos. Mainha disse-me que na década de 1970 e início da de 1980, quando não havia ainda sido preso, portava duas armas de fogo (revólveres) por dentro das calças, com os canos delas virados para baixo, em direção aos pés, porque,

¹⁵¹ Um caso para exemplificar este fato e que colhi do *O Povo*, 21/07/2006: “Pistoleiro é morto em São Gonçalo. [...] o pistoleiro, ao surpreendido [...], estava armado com uma pistola e um revólver muniçados, mas não houve tempo para sacar as armas”.

¹⁵² Alguns nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 4.3, não correspondem aos nomes das pessoas e nem das localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Exceção para o nome de Mainha, que me autorizou a utilizá-lo. Advertirei quando citar um nome que verdadeiro.

segundo afirmou: “Homem não usa arma na bunda, usa arma na frente” (trecho de entrevista realizada em 14/03/2004).

A esse respeito, a arma poderá ser interpretada, de acordo com Zaluar (1994:74), como um “símbolo fálico”, como “pênis autofuncionáveis, órgãos genitais ambulantes, com vida própria”, ou, como a interpretação dada por Geertz (1989:284), dos galos balineses, elementos simbólicos do universo viril¹⁵³.

Durante a pesquisa vi muitos tipos de armas - revólveres, pistolas, espingardas e facas. Todas elas cuidadas com desvelo, as armas de fogo cuidadosamente lubrificadas com óleo de mineral, desmontadas frequentemente para realização de limpezas, enfim, cuidadas como companheiras e não como objetos.

Mainha nunca esqueceu a numeração de suas antigas armas de fogo, e fala delas com saudades. Ele revelou-me que, inclusive, antes de sua primeira prisão ele possuía duas armas – um revólver e uma espingarda – às quais conferiu nomes. Uma chamava-se “Doidinha”, uma espingarda e a outra se chamava “Chorão”. “Doidinha”, segundo ele explicou, em razão da potência do tiro, que ele achava engraçado, e “Chorão” porque fora uma arma com a qual ele assassinara um político muito conhecido e era muito querido pelas pessoas da cidade onde ele exercia seu mandato político. Devido a comoção das pessoas da cidade onde o político residia e exercia seu mandato (as pessoas choraram muito, de acordo com Mainha), então, Mainha colocou o nome na arma de “Chorão”.

Alguns matadores com maior experiência e que se iniciaram no crime antes da década de 1980, tinham hábito de “envenenar as balas”. Isso, segundo Mainha, ocorria muito até mesmo durante a década de 1980, depois essa prática foi caindo em desuso. Ele mesmo por diversas vezes “envenenou balas” para assassinar pessoas e me revelou como ele realizava esse processo.

Um médico havia me dito que o mercúrio é vital no contato com o sangue de uma pessoa. Então eu fazia da seguinte forma, separava duas balas principais, que eram as duas primeiras balas, retirava mercúrio de alguns termômetros e o colocava em um pires. Furava as balas principais com uma suveta e colocava o mercúrio dentro delas. Depois, com uma faca, tirava um pedaço de parafina, esquentava e grudava a ponta envenenada. As outras quatro balas do revólver eu as colocava de molho dentro de uma lata de sardinha com veneno, stricnina. Ou seja, todas estavam envenenadas, mas as balas principais continham mercúrio e as outras eram apenas molhadas na stricnina. (Entrevista realizada em 17/12/2003)

¹⁵³ Freud (1981:2215), fala em substituições simbólicas do falo e faz referência às armas de fogo e, em especial, ele frisa o revólver.

A munição, até o final da década de 1990, segundo meus entrevistados, era comprada no interior do Estado com facilidade. Armazéns e mercearias vendiam munição sem nenhum controle estatal. Era possível comprar balas para revólveres e espingardas sem dificuldades.

Grande parte da munição utilizada naquela época, no entanto, sobretudo a munição destinada às armas de cano longo (espingardas e rifles), era de fabricação caseira. Eram cartuchos recarregados. Hoje esses cartuchos recarregados são utilizados por pistoleiros para a caça e para o treino, porque eles não confiam nem em munição velha nem em munição recarregada.

A utilização da espingarda calibre 12, conhecida popularmente por “escopeta”, ou simplesmente por “12”, e do rifle calibre 44, fora bastante freqüente, em particular a primeira, em décadas passadas. No sertão, espingarda 12 é uma arma ainda muito utilizada para caçar animais de médio porte, por exemplo, a onça vermelha e o porco do mato (a caititu), como para fazer a proteção de propriedades rurais.

O pistoleiro da década de 1970, que trabalhava em fazendas e tinha sua vida ainda muito vinculada ao mundo rural, utilizava com freqüência essas armas, sobretudo a espingarda 12, porque eram as que ele conhecia, e, portanto tinha habilidade (qualidade essa adquirida, também através da caça) e as de que ele dispunha com facilidade. Praticamente em toda propriedade rural existia uma.

Um das armas que mais se destacou na utilização de crimes de pistolagem até a década de 1990 foi a “escopeta”. É uma arma de grande poder ofensivo e o atirador a utiliza a uma curta distância de sua vítima, porque ela não é uma arma que facilite a pontaria do atirador.

As pessoas indistintamente chamam de “escopeta” toda espingarda de calibre 12, mas a “escopeta” é a espingarda calibre 12 de cano serrado. O pistoleiro serra o cano da arma para lhe dar maior poder ofensivo, contudo, a arma de cano serrado tem ainda mais reduzida a sua eficiência a média e, logicamente, longa distância do atirador para a sua vítima.

A munição utilizada para “escopeta” é a recarregada para caça e treinamento de tiro e a munição de um tipo especial, de maior impacto e, portanto, lesividade, para realização dos “serviços”.

Mainha recorda que o primeiro crime de pistolagem ocorrido no Estado do Ceará em que o pistoleiro utilizou uma espingarda calibre 12 para cometê-lo ocorreu em 1973, no

Município de São João do Jaguaribe e ele lembra-se da vítima e dos pistoleiros. Antes disso, na maior parte dos crimes, era utilizado um revólver calibre 38 de cano longo, que é o preferido do pistoleiro mais experiente. “A arma mais utilizada pelo pistoleiro é o revólver calibre 38, de cano longo, prefere esse, pois o de cano curto é de difícil acerto. Usa também a escopeta de um ou dois canos”. (CAVALVANTE, 2002:118).

O exímio atirador tanto atira com a mão direita, quanto com a mão esquerda, é habilidoso com ambas (é ambidestro), e a explicação é óbvia, como me foi dito por Mainha: “Se acontecer alguma coisa com a sua mão direita, você vai morrer por conta disso? Não, aí você passa a usar a esquerda” (anotação de campo). Questão de sobrevivência e, portanto, de praticidade.

Entrevistei um comissário de polícia chamado Pimentel¹⁵⁴ (nome real), que esteve em uma das vezes em que Mainha foi preso. Ele me contou que saiu em perseguição a Mainha “trocando tiros” com ele e entrou nos matos. Em determinado instante, ambos estiveram frente a frente com suas armas engatilhadas e apontadas um para o outro, pistolas ponto 40, de uso permitido apenas para as polícias. Pimentel relatou que ordenou que Mainha soltasse sua arma e, segundo ele, Mainha passou a pistola da mão direita para a esquerda. “Eu sabia que ele atirava bem com as duas mãos, aí ordenei novamente que ele largasse a arma no chão, que eu era da polícia” (trecho de uma entrevista realizada em 15/01/2004). Na foto abaixo, a pistola que foi apreendida com Mainha na ocasião relatada por Pimentel.



Figura 33 - Pistola que pertenceu a Mainha

¹⁵⁴ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nas entrevistas contidas no tópico 4.3, não correspondem aos nomes de pessoas e nem de localidades onde foram realizadas as entrevistas. No entanto, conservei a profissão verdadeira dos entrevistados. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha, que me autorizou a utilização.

Segundo informação dada por um delegado, o primeiro crime de pistolagem ocorrido no Ceará foi cometido na cidade de Brejo Santo, em 1834, e o pistoleiro utilizou-se de uma arma conhecida como “bacamarte-boca-de-sino”.

Em algumas entrevistas que fiz me deparei com armas de fogo e, também com as chamadas “armas brancas” (punhais, facas e peixeiras). Em se tratando de uma entrevista com um pistoleiro fora da cadeia, quando eu o via pela primeira, corria a vista à procura de uma arma, que jamais estava exposta. Geralmente eles usam camisas de tecido e a deixam folgadas para esconder o volume da arma de fogo que está no cós das calças.

A todos que entrevistei, perguntei se eles faziam algum exercício de tiro. As respostas eram sempre afirmativas. Os treinos de tiros, como eles dizem, ocorrem em fazendas ou lugares ermos. Desde o início da minha pesquisa pedi aos matadores que entrevistei, para ver e, se possível, fotografar um exercício de tiro. Foram negociações demoradas, porém consegui realizar algumas imagens. Pesaram, nas negociações, a confiança que eles depositaram em mim e o pedido de algum amigo deles e que eu conhecia.

Na foto da figura que segue o momento em que um matador, exercitando sua pontaria com uma espingarda calibre 12, dá um tiro. Essa arma, segundo ele mesmo relatou, já fora utilizada em diversos “serviços”. Ele me explicou que esse tipo de arma de cano longo está deixando de ser utilizada pelos pistoleiros, que preferem o revólver calibre 38 e, mais recentemente, as pistolas.



Figura 34 – Treino de pistoleiro com uma espingarda calibre 12

O treinamento acima foi realizado em uma fazenda na região jaguaribana. O alvo eram pedras, pedaços de paus e troncos de árvores. A munição dessa arma é recarregada pelo próprio atirador.

Abaixo uma seqüência de fotos, na qual um pistoleiro atira com seu revólver calibre 38 em um alvo e, em seguida, verifica o local onde o tiro pegou. O treinamento foi também em uma fazenda do vale do Jaguaribe. Diferente do primeiro treinamento, neste o atirador utiliza um alvo que pode ser comprado em lojas que trabalham com armas de fogo.



Figura 35 – Pistoleiro em posição de tiro mirando sua arma um revólver calibre 38



Figura 36 – Pistoleiro após efetuar o tiro foi conferir o alvo

O revólver calibre 38 é uma arma bastante cotejada pela maioria dos matadores de aluguel. Os motivos são os seguintes: é um calibre potente, é fácil adquirir munição para esse tipo de arma, é pequena, logo discreta e, também é uma arma que não requer cuidados especiais. Aos pistoleiros que entrevistei, indagava a respeito do modo como eles atiram, segurando a arma com as duas mãos ou apenas com uma delas. A resposta que obtive, foi que somente atiram segurando a arma com uma das mãos, sendo esta, geralmente, a mão direita, havendo exceção daqueles mais experientes, que são ambidestros. Perguntei a Mainha e ele me confirmou a resposta dos outros com a seguinte observação: “Quem atira com as duas é porque não sabe atirar, é nervoso ou inseguro” (anotação de campo).



Figura 37 – Pistoleiro treinando tiro em troncos de árvore com um revólver

Neste outro treinamento, o pistoleiro atira, também com um revólver. O alvo eram árvores e cacos de telhas. Mais uma vez o improvisado. Nos treinos que vi apenas o pistoleiro atirava, porque somente ele era possuidor de armas. Em todas essas situações, pequenos grupos de pessoas que moravam nas propriedades, se formavam. Eram pessoas “simples”, trabalhadores rurais, pessoas as quais o pistoleiro confiava e que, inclusive, o tratavam de forma gentil e respeitosa.

Em um desses exercícios de tiro, recordo-me, havia uma pocilga próxima onde estavam ocorrendo os tiros. Os porcos eram de propriedade do fazendeiro, mas havia um que era de um empregado da fazenda. O rapaz perguntou ao pistoleiro: “O senhor quer atirar naquele porco ali, ele é meu?”. O atirador ficou animado com aquela proposta, no entanto, eu consegui convencê-lo a continuar seu treinamento em coisas e não em animais. Em outra situação, um pistoleiro mirou em um cachorro “vira-latas” e disse-me: “Tenho horror a cachorro barulhento, vou dar um tiro neste”. Também, neste caso, consegui persuadi-lo a não atirar (anotações de campo).

Outro caso não eu pude evitar. Foi quando um pistoleiro atirou em um carcará, “Bicho desses merece é bala”, falou-me após acertá-lo (anotação de campo). Além do treino em coisas (objetos) e este, no pássaro, eles gostavam de atirar em “galinhas d’água” que ficavam nas margens de lagos e rios da região onde ocorriam os treinos.

A foto da arma logo abaixo em uma caixa vermelha é também um revólver calibre 357 Magnum, apreendido com Mainha em sua primeira prisão. É uma arma que lhe foi dada por seu antigo patrão. “Essa arma”, diz Mainha referindo-se à da foto, “Eu queria bem a ela como a um filho” (anotação de campo). Na foto ao lado, a arma de um dos delegados que o

preendeu. Ambas são guardadas como “troféus” pelo policial, tanto a que ele encostou à cabeça de Mainha na sua primeira prisão, quanto a que Mainha havia sido presenteado pelo seu patrão.

Tive acesso a uma fita vídeo (VHS) referente a uma filmagem realizada pela polícia de um dos primeiros interrogatórios de Mainha em que ele fala o seguinte sobre esse revólver: “A viúva quando me viu começou a se acabar em choro. Eu comecei a sair lágrima dos meus olhos. Aí eu disse pra ela: “Eu vim aqui para vingar a morte dele. A morte dele eu vingo. Beije a boca do revólver e saí”. (Trecho de depoimento feito no ano de 1988. Transcrição realizada em 31/03/2003).

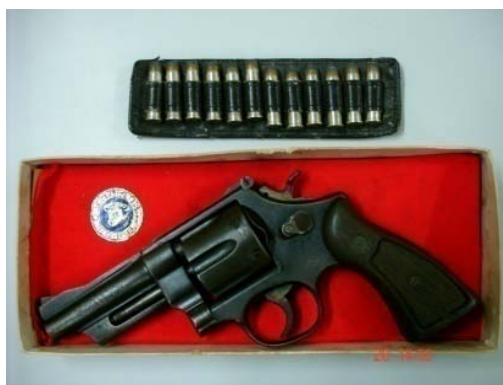


Figura 38 - Revólver que pertenceu a Mainha



Figura 39 - Revólver e a pistola de um dos delegados que o capturou

Entrevistei Pezinho, um jovem pistoleiro (18 anos) que foi preso pela Polícia após assassinar um empresário no ano de 2003¹⁵⁵. Foram apreendidos com ele: uma lata, uma

¹⁵⁵ A entrevista foi realizada no ano de 2004, logo após a captura de Pezinho e dos demais que foram acusados de praticar ou favorecer o crime de pistolagem que vitimou um empresário.

cadeira e armas, que foram utilizados para treinamento de tiro antes da prática do homicídio. Foram presos pela Polícia: o mandante, o agenciador, o pistoleiro e o “cavalo”.

O pistoleiro disse-me que um dia antes do assassinato, o agenciador o levou até um local ermo onde se daria o treinamento de tiro do matador. No local foi colocada uma lata sobre uma cadeira de madeira. A lata fora posicionada sobre a cadeira. O agenciador entregou ao pistoleiro armas muniçadas a fim de que ele treinasse a pontaria nas latas como se os tiros fossem na vítima. No dia seguinte ao treinamento ocorreu o crime. Abaixo um foto que fiz da lata perfurada pelos tiros, cadeira e algumas armas.



Figura 40 - Material utilizado em treino de tiro

O anonimato com que se caracteriza o personagem pistoleiro, principalmente o atual, que está presente tanto no sertão quanto nos centros urbanos, tem feito com que as armas de cano longo percam cada vez mais espaço para as armas de cano curto. Atualmente as pistolas semi-automáticas são utilizadas por pistoleiros novos, contudo, para os mais experientes, a arma preferida, aquela em que eles dizem que confiam porque não os “deixa na mão”, continua sendo o revólver calibre 38, conforme já mencionei.

Uma pergunta que sempre fiz às pessoas que entrevistei e conversei foi: como os pistoleiros conseguiam armas e munições? Primeiro, segundo informações que obtive, existem pequenas metalúrgicas espalhadas por todo o Estado do Ceará, que fabricam armas de fogo de vários calibres. Segundo, há pequenos armeiros, também espalhados por todo Estado, que fabricam, consertam e dão manutenção a armas de fogo. Em terceiro lugar, existem os traficantes de armas de fogo, que as adquirem em outros estados ou no Paraguai.

Conversei com alguns armeiros pelo interior do Ceará. Eram pessoas simples que desenvolviam a atividade de armeiro muitas vezes em paralelo com outros trabalhos, por

exemplo, um era pequeno pecuarista e, ao mesmo tempo, tinha uma pequena metalúrgica e lá fabricava armas. Consegui gravar, porém, uma entrevista foi com um armeiro que mora e trabalha nas proximidades da Caridade, cidade que fica a cerca de 106 km de Fortaleza. Chamá-lo-ei de Batista. Conheci-o já por meio de dois vendedores de armas de fogos.

Seu Batista, faz, conserta e dá manutenção em armas de fogo, sua grande paixão. Ele relatou-me que faz armas, principalmente, para comerciantes, fazendeiros e caçadores e que suas armas são, praticamente, destinadas a esta atividade: a caça.

Batista, contudo, brinca: “Como o senhor vem da parte de gente confiável, eu posso lhe dizer que faço arma para caça, agora não posso lhe garantir que a pessoa que me comprou uma arma, se ela vai caçar bicho bruto ou gente” (anotação de campo). A arma que Batista mais fabrica é a espingarda calibre 12; também é a que ele mais dá manutenção (limpeza e conserto). Uma espingarda desse calibre, custa em torno de 200 reais.

As pessoas que me indicaram esse armeiro, com as duas eu conversei, mas não gravei entrevista. Não me foi permitido. Aliás, o universo do tráfico de armas é tão perigoso quanto o da pistolagem.

Cabo Martins, nome fictício de um policial militar da reserva me foi apresentado por um ex-pistoleiro. Ele, entre outras atividades ilícitas, vende armas de fogo. Ou ele as tem, ou ele sabe quem as tem ou as conseguirá. Diz que trabalha com vários tipos de armas de fogo, entre nacionais e importadas. Os calibres oscilam entre os que podem ser vendidos com autorização legal e os de uso reservado a polícias e forças armadas. Martins tem tanto revólveres quanto pistolas. Armas de cano longo ele disse que não são muito procuradas, no entanto, ele esclarece que, se a pessoa quiser, ele consegue até armas de grande potencial ofensivo, como o fuzil e a metralhadora. Martins não vive do comércio ilegal de armas de fogo.

Martins não revela aquilo que ele chama de “fontes”, onde ele consegue tanta arma, mas garante que se alguém encomendar, ele arranja a arma no prazo máximo de um mês, dependendo do tipo de arma. Em média, um revólver é vendido por Martins por cerca de 400 reais, se for nacional e uma pistola em torno de 600 se, também for nacional. Martins disse que vende armas tanto para colecionadores, quanto para pessoas que querem fazer segurança, quanto para pistoleiros e assaltantes. “Cada um sabe de si”, diz Martins (anotação de campo).

Além de Martins, também conversei com outras pessoas que vendem armas de fogo ilegais. Ao todo foram três policiais militares (dois soldados e um oficial), dois policiais civis (investigadores de polícia), dois comerciantes (um dono de frigorífico e outro comerciante no ramo de carros) e um instrutor de cursos de tiro. Nenhum deles tem como atividade única a comercialização de armas de fogo ilegal. Não posso afirmar, pela conversa que tive com eles, que a atividade de venda ilegal de armas seria a fonte de renda secundária ou principal dessas pessoas, contudo, era a fonte de lucros paralela que mais se sobressaía nos vencimentos de alguns.

O matador, quando vai realizar um “serviço”, usa, em geral, camisa de tecido “pano para fora” com o intuito de esconder a arma que fica no cós. É preferido o tênis ao sapato, pelo conforto proporcionado. Muitos relatos dão conta de, que sendo à noite, os pistoleiros preferem usar roupas escuras – jaquetas e luvas – mas as calças geralmente são de tecido *jeans*. Outros usam balaclava, uma espécie de máscara ou gorro preto para encobrir o rosto. Abaixo duas balaclavas (máscaras), um par de luvas e uma pistola. Todos esses utensílios pertencem a pistoleiros que entrevistei e permitiram-me fazer as fotos abaixo.



Figura 41 - Máscara e par de luvas pertencentes a um pistoleiro



Figura 42 - Máscara e pistola de um matador e aluguel

Ouvi de um pistoleiro que, no momento em que ocorre o tiro, as pessoas não conseguem, ao olhar o rosto do matador, fixar seus traços, porque a atenção está voltada para arma que o matador tem na mão.

Percebe-se, é que os crimes de pistolagem, hoje em dia, ocorrem com matadores de “cara limpa”, como eles dizem, ou seja, sem máscara, e utilizando-se de um revólver ou de uma pistola.

Algumas pessoas que entrevistei, entre delegados, pistoleiros e mulheres de pistoleiros (namoradas e esposas), foram unânimes em acentuar o fato de que o matador de aluguel é um homem que atrai um grande número de mulheres. E, além do pistoleiro, o delegado que o prende ou, como dizem no jargão da imprensa policial, o “caça”, é, também, bastante cobiçado pelas mulheres. O comum é tomar conhecimento de que quase todo matador tem várias mulheres e muitos filhos, alguns registrados e outros que ele nem sabem quem são.

Entrevistando um delegado que prendera alguns pistoleiros, ele me disse ser bastante assediado pelas mulheres, que sabem ser ele um “caçador de pistoleiros”. “Já cheguei a ir a um forró e dancei com uma mulher que disse: ‘o senhor foi quem prendeu aquele pistoleiro, eu estava doida para namorar o senhor’ Tem mulher que tem atração por pistoleiros e a que tem atração por quem prende pistoleiro”. Outro delegado confidenciou algo similar: “Do jeito que tem um público feminino grande para o pistoleiro, tem para o policial que o prende, mas tudo no final está relacionado ao pistoleiro” (anotação de campo).

Vitória é o nome fictício de uma moça que namorara um pistoleiro e que atualmente é casada com rapaz que cometeu um crime de pistolagem. Conheci-a quando

estive em uma delegacia de polícia na qual seu marido estivera preso logo após cometer um crime de morte¹⁵⁶. Minha intenção era entrevistar o então namorado de Vitória e ela, que não me conhecia, buscava saber para qual delegacia ou presídio a polícia o transferiria. Conversei com ela ali mesmo na delegacia, após acalmá-la com a ajuda do delegado com a promessa de que ela veria seu namorado antes da transferência dele.

Ela me disse que havia namorado um pistoleiro e que ele havia ido embora do Ceará. Ela não sabe se ele está vivo ou morto hoje em dia; mas que ele era uma pessoa muito boa para ela, dava-lhe dinheiro, ajudava a família dela e até comprou uma casa para a sua mãe, no interior. Ela o amava muito. Ele “desaparecia” por um tempo, (ela falava com um sorriso encabulado); “ele devia estar fazendo algum serviço”, depois retornava com muito dinheiro e depois sumia novamente. Um dia ele sumiu, não avisou nada e nunca mais voltou ou deu notícias (anotações de campo).

Vitória disse “ter uma queda” por aquele tipo de homem. Anda armado, é valente, é corajoso e que não é como os outros homens, que para ela têm jeito de mulher, são muito femininos, e dá exemplo de vários que ela retira de novelas que passam na *Rede Globo*. Após abandonada por esse pistoleiro, Vitória resolveu ser “garota de programa”. Foi aí que conheceu seu atual marido quando ele ainda não havia cometido nenhum crime, mas já havia sido contratado.

Ela sabia que ele iria matar alguém, que havia recebido em pagamento uma arma e uma moto, que havia a possibilidade de ser preso ou morto, mas nada disso tirou-lhe a expectativa de morar com o rapaz. Pelo contrário, Vitória novamente estava diante de um homem que tinha uma forma de viver semelhante à do seu antigo amor.

Aguardou que o futuro marido realizasse o assassinato e disse que aguardará o dia em que ele sairá da prisão. Vitória disse que vai enfrentar tudo por esse novo amor e que o mandante já havia contratado um advogado para defender seu marido¹⁵⁷.

Em uma ocasião em que estive entrevistado um jovem pistoleiro de 25 anos, que estava preso no Departamento de Inteligência Policial (DIP), um delegado me chamou a

¹⁵⁶ Houve um período na pesquisa de campo, que devido os policiais já terem se familiarizado com minha presença em delegacias, cadeias públicas e presídios, entrevistando pessoas ligadas ao crime de pistolagem, então, quando ocorria um crime com características de pistolagem alguns deles me ligavam para saber se eu gostaria de entrevistar as pessoas envolvidas. Nesse caso específico do marido de Vitória, fui informado pelo delegado de polícia onde o esposo dela estava preso e que, inclusive, me apresentou a Vitória.

¹⁵⁷ Conheci Vitória no ano de 2003. Seu namorado saiu da cadeia em 2006 e cumpre o regime de livramento condicional. Hoje eles são casados. Não entrevistei o marido de Vitória. Ela me falara na época da entrevista que ele “não se abriria o jogo” comigo. Deduzi que aquela entrevista representou para Vitória como uma espécie de desabafo. Encontrei-a em outras oportunidades e realizei mais duas entrevistas com ela.

atenção para o fato do pistoleiro ter dois advogados para fazer a sua defesa. Na ocasião, indaguei ao policial se os advogados eram pagos por algum mandante, e o delegado negou, disse-me que era a filha de um fazendeiro que se apaixonara pelo pistoleiro e que estava custeando todas as suas despesas.

Contaram-me que no ano de 2000, quando um pistoleiro que havia matado um prefeito no interior do Ceará, foi apresentado à Justiça, havia uma fila de moças estudantes do curso de Direito querendo vê-lo.

Outro exemplo que posso citar, e que tive contato durante minha experiência no campo, é Tânia (nome real), a esposa de Mainha. Na época em que o conheceu, era uma adolescente que estava noiva de um gerente do Banco do Brasil. Mesmo sabendo que Mainha era procurado pela polícia, que era acusado de crimes de pistolagem, mesmo assim, isso não a impediu de deixar seu antigo noivo para casar-se com o seu atual marido¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Entrevistei algumas namoradas e esposas de matadores de aluguel, porém, estive com muitas delas, conversava com elas, principalmente, enquanto elas esperavam para entrar nos presídios e ou cadeias públicas. Geralmente eu me dirigia a essas unidades penitenciárias a fim de entrevistar algum preso e tomava conhecimento, por meio de policiais, da presença dessas mulheres na fila, me aproximava e começava a conversar com elas. Algumas formalizavam uma entrevista, outras apenas conversavam e eu fazia as anotações.

5 MAINHA, “O MAIOR MATADOR DO NORDESTE”

“O sujeito não narra sua vida, ele reflete sobre ela enquanto a conta”.

(BERTAUX, 1980:210).

Neste capítulo, tratarei especificamente sobre parte das entrevistas que fiz com Mainha, a quem já apresentei na Introdução deste trabalho, e em parte, também, falarei das situações as quais vivi durante os cinco anos em que estive em contato com ele.

Falo “parte”, pois o material completo que disponho não caberia em um capítulo da tese. Este trabalho, no entanto, está permeado pelas histórias que escutei de Mainha. Durante esse período, ele me falou sobre sua idéia de honra, do que é o ser “homem” para ele, a respeito de vaquejadas, religião e superstições, amores, ódios, mortes, vingança, justiça, lealdade, enfim, várias categorias com as quais trabalho, por meio de Mainha, quer por intermédio da vida de outros entrevistados.

Conforme falarei nos tópicos que seguem abaixo, Mainha se constrói e se desconstrói discursivamente. Por meio dos relatos orais, ele se reinventa como outro personagem, diferente daquele que é conhecido pela maioria das pessoas, daquele que é identificado pela Polícia e pela Justiça. “Eu fui um matador, não um pistoleiro” (anotação de campo). Escutei esta mesma frase inúmeras vezes. Ele se redefine, ressignifica-se e, neste capítulo, tratarei dessa sua reinvenção.

5.1 Chaves cognitivas para a compreensão de Mainha

Para DaMatta (1993:191), a seleção do informante é realizada mediante três pressupostos: do interesse que este demonstre em falar, do conhecimento do assunto e pelo relacionamento com o pesquisador. Mainha preenchia esses três pressupostos.

Ele apresentou motivações claras em narrar sua história de vida, revelando sua disposição em montar sua vida com base nos seus relatos pessoais e dos relatos de pessoas

que lhes são próximas. Também Mainha tinha e tem conhecimento suficiente sobre o tema e o dom de revelar suas experiências e permitir ao pesquisador ver através delas uma experiência coletiva, um *habitus*.

O objetivo do pesquisador é desvendar a vida particular daquele que está entrevistando ou cujos documentos está estudando, mesmo que neste estudo atinja a sociedade quem que vive o biografado, o intuito é através dela, explicar os comportamentos e as fases da existência individual. A finalidade é sempre um personagem, isto é, uma pessoa encarada em suas ações e em suas qualidades, naquilo que faz e diz através do tempo, em variadas situações e circunstâncias. Busca-se conhecê-lo através da sucessão de suas condutas e segundo dois princípios fundamentais, que orientam tanto as entrevistas quanto o relato posterior: o personagem sempre se revela em seus comportamentos que compõem um todo integrado, de tal maneira que este todo não poderia ser dividido sem se encontrar imediatamente destruído; o personagem é um indivíduo especial e particular, diferente de todos os outros, dos quais se destaca. (QUEIROZ, 1988:23).

Mainha foi o principal personagem deste trabalho e, ao mesmo tempo, seu principal narrador. Ele retirava de sua experiência de vida, o que me contou: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatava pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. (BENJAMIN, 1996:201). O narrador, seguindo Benjamin, é aquele que sabe contar sua vida.

Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. [...] O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo. (BENJAMIN, 1996:221).

A experiência individual “não se limitará a contar sobre si, contando também sobre os outros, fazendo aparecer a imagem de si, mas também a imagem que ele faz de seu grupo, de seu meio e de seu tempo”. (PEREIRA, 1991:117). Portanto, a experiência individual revela o mundo social do narrador.

Durante cinco anos, Mainha fez relatos orais para mim, expondo experiências individuais em formato biográfico e ou autobiográfico e, também em formato de histórias de vidas de pessoas que em algum momento se relacionaram com a sua vida.

Vale ressaltar aqui a distinção feita por Queiroz (1988:23) entre autobiografia e história de vida:

...narrar sua própria existência consiste numa autobiografia e toda história de vida poderia a rigor, ser enquadrada nesta categoria tomada em sentido lato. Mas no

sentido restrito a autobiografia existe sem nenhum pesquisador, e é essa sua forma específica.

Apesar dessa distinção defendida por Queiroz (1988), no entanto, a relativizo e lhe atribuo o sentido mais amplo de “relatos orais”, para me referir a “fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar” e que dizem respeito à “experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade” (QUEIROZ, *opus cit.*: p.19) e que tem por finalidade “captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível” (QUEIROZ, *opus cit.*: p.15).

Neste sentido, o aproveitamento da biografia ou autobiografia se faz no sentido de buscar como estão ali operantes as relações do indivíduo com seu grupo com sua sociedade. Não se trata de considerá-lo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade; o que se quer é captar, através de seus comportamentos, o que se passa no interior das coletividades de que participa. (QUEIROZ. *Opus cit.*: p.24).

Ora, “se o vivido é recuperado, conforme concebido por quem viveu, o método biográfico remete, necessariamente, à questão da memória”. (PEREIRA, 1991:113). É um processo de reconstrução e reorganização das experiências vividas, e das representações sociais construídas seletivamente em forma de identidades, em determinado intervalo espaciotemporal, em que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990:51), porque “nunca estamos sós [...] temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, *opus cit.*:26).

Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a *posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLACK, 1989:13).

Eu gravava os relatos orais em fitas de áudio e em seguida os transcrevia. Além de registrá-los em fitas de áudio, realizei filmagens, tanto com Mainha quanto com sua família (esposa e filhos), em formato de DVD (15 Dvd's). O resultado de todos esses relatos transcritos foram 700 páginas escritas. Usei como forma de captação de imagens do cotidiano o recurso fotográfico.

Todo o material oral registrado durante o tempo em que estive em contato com Mainha de forma regular foi utilizado em conjunto com outros materiais, ou fontes (jornais,

revistas, inquéritos e processos). Ao final, eu tinha o conjunto que denominei, de forma simplificada, de relatos orais e ou histórias de vida e demais fontes escritas.

Ao exemplo de Darnton (1986:XVI), que não acredita “que exista algo como o camponês típico ou um burguês representativo”, e de Mintz (1984:55), que não admitia que Taso fosse “representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico”, não tentei, de igual modo, encontrar em Mainha, ao contrário da maioria dos meus entrevistados e pessoas com as quais conversei, o pistoleiro típico ou representativo, no sentido de “médio”.

Qualquer empresa desse tipo parece evocar, inevitavelmente, questões sobre o típico ou representativo. Como tentei deixar claro em meus comentários ao livro, Taso não é, a meu ver (e nem ao seu próprio, acredito), representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico – se o que ‘representatividade’ significa é ‘média’. Taso se destaca de seus semelhantes por sua inteligência e articulação extraordinários. Contudo, eu insistiria em que Taso é representativo de seu tempo, de seu lugar e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal, enriquecida por sua perspicácia incomum, incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país, sendo que cada uma delas em níveis de realidade e abstração algo diferentes. (MINTTZ. *Opus cit.*: p.55).

Mainha se destaca dos outros entrevistados por sua capacidade de criar, narrativamente, sua própria história, sua autobiografia. Os crimes que ele me relatou, ele os justificou de modo diverso da compreensão dada pela Justiça e Polícia. Ele reveste seus crimes, ele lhes dá outra roupagem.

Se Rivière (Foucault, 2003b:314) é o “produto de sua própria sociedade”, uma sociedade que “aceitava a violência e a degradação humana”, uma sociedade que acreditava, também que era tarefa do pai de Pierre “assumir o papel de vingador e retificar a situação”, Mainha, a sua vez, também incorpora e acumula um tipo de capital simbólico “cujo fundamento se inscreve nas estruturas objetivas (a lógica da honra, que comanda todas as trocas – de palavras, de mulheres, de homicídios etc.) e nas estruturas mentais, excluindo a possibilidade de pensar e de agir de outro modo” (Bourdieu, 2001a:161).

Em síntese, Mainha é aquele que tem raízes culturais enraizadas em um solo que o fertilizou, lançou sobre sua vida a “seiva” do homem que ele é: vingativo, leal, violento etc.

Nos próximos itens, tratarei dos relatos orais de Mainha, de suas versões, construções e desconstruções, como ele se vê e como ele não quer que o vejam, suas recordações, memórias e esquecimentos. Paralelamente a esses relatos orais, quando for preciso, lançarei mão de outras fontes, sejam elas jornais, processos, inquéritos ou relatos outros.

Faz-se necessária uma curta pausa a fim de tentar explicar o que estou denominando de “chaves cognitivas para a compreensão dos relatos orais de Mainha”. Ora, de acordo com Evans-Pritchard (2005:246), “sempre seremos nós mesmos e nada mais”. De forma pragmática, por mais que nos entranhemos no mundo do outro, o máximo que conseguiremos, ainda seguindo as lições de Evan-Pritchard (*opus cit.*: p. 246), é viver simultaneamente dois mundos.

Quero dizer é que quando estamos diante do outro temos que entender os “idiomas culturais” (OLIVEIRA, 2000:23) do “outro”; porque estamos não só diante do desconhecido, ou diante do mundo do outro, mas diante “de outro mundo”, que tem suas regras, línguas, cheiros, etiquetas e uma infinidade de detalhes que lhes são próprios.

O campo não é somente o momento de uma mudança interior, ele é também o lugar de uma apreensão de dados novos que a pertinência da análise é condicionada pelo grau de abertura paralelamente esperado. O neófito “volta a ser criança” pelo conhecimento, pela descoberta progressiva e a construção de um novo sistema de associação, que poderemos chamar não tanto de o mundo do outro que um outro mundo. A ferramenta primeira desse aprendizado é seu próprio corpo – aquilo que chamamos de “vivido”. Tanto que se ele não pode intercambiar diretamente com seus interlocutores, quer dizer falar com eles, usar a sua linguagem, ele desenvolve instintivamente um modo de comunicação pré-verbal, mesmo se ele dispõe de um intérprete. Aquele que sabe observar e escutar aquilo que ele fala mas que não compreende, se encontra como no começo de sua vida, a aprender o gesto antes da palavra (CARATINI, 2004:37. Tradução livre¹⁵⁹).

Ora, para se conhecer esse “outro mundo”, o pesquisador terá que ignorar ou reduzir a influência de algumas de suas referências, as que ele traz consigo encapsuladas do seu “mundo”, de sua própria cultura. Uma das grandes dificuldades de compreender o “idioma cultural” do outro está justamente em, estando no universo do outro, reconstruir ou tentar estabelecer nele um pequeno pedaço do espaço cultural do pesquisador. Isso eu chamo de transgressão cultural.

Percebe-se isso que chamei de “transgressão cultural” claramente em alguns momentos de socialização. Por exemplo, na alimentação. Desde o início da pesquisa de campo, em que tive que fazer parte ou todas as minhas alimentações durante viagens, em

¹⁵⁹ Texto no original: “Le ‘terrain’ n’est pas seulement le moment d’une mutation intérieure, il est aussi le lieu d’une appréhension de données nouvelles dont la pertinence de l’analyse est conditionnée par le degré d’ouverture parallèlement atteint. Le néophyte « retombé en enfance » prend connaissance, par la découverte progressive et la construction d’un nouveau système d’association, de ce qu’on pourrait appeler non pas tant le monde d’un autre qu’un autre monde. L’outil premier de cet apprentissage est son propre corps – ce qu’on appelle le « vécu ». Tant qu’il ne peut pas échanger directement avec ses interlocuteurs, c’est-à-dire parler avec eux, user de leur langue, il développe instintivement un mode de communication preverbal, même s’il dispose d’un interprète. Celui qui sait regarder et écouter ceux qui lui parlent mais qu’il *ne comprend pas* se retrouve, comme au début de sa vie, à apprendre le geste avant la parole”.

casas de entrevistados, sítios, fazendas, cadeias públicas, delegacias de polícia ou, até mesmo, no que poderíamos chamar nos “matos”, percebi que o alimento e a bebida eram irrecusáveis.

Cito um pequeno exemplo. Durante a coleta dos relatos orais junto à Mainha, estando este preso na cadeia pública da cidade de Maranguape, por diversas ocasiões fiz algumas das refeições do dia lá, em sua cela ou no pátio da cadeia. A comida ou era feita por um preso que tinha a permissão de cozinhar (durante muito tempo fora um senhor que havia sido preso por estupro e havia se transformado em pastor de uma igreja evangélica, algo muito comum em presídios), ou era feita pelo próprio Mainha (sua especialidade: atolado de frango) ou vinha da casa dele, trazida por sua esposa, Tânia (nome real).

Em uma ocasião, quando me sento para almoçar vejo que o prato principal era peba, ou tatu-peba. O prato fora preparado com um caldo grosso e muito gorduroso. O animal, antes de ser abatido, era conservado em um tonel de plástico com areia, onde ele passava o dia inteiro e era alimentado com a finalidade de engordar. Depois ele era abatido e toda sua gordura aproveitada para fazer uma espécie de caldo ou molho.

A visão daquele prato (até então para mim totalmente desconhecido) com tamanha quantidade de gordura, acompanhado da observação sobre os costumes alimentares do animal, que tinha por hábito de comer carcaças de animais e, podendo ser até mesmo de pessoas, para mim, um “ser eminentemente urbano” (ou era) não foi nem um pouco agradável.

Sentar-me à mesa naquele dia e comer sem fazer “cara feia”, fora uma tarefa impossível. Logo se tornou perceptível a todos o fato de que eu não conseguiria com facilidade almoçar. Foi então quando as avaliações de minha relutância foram verbalizadas: “Ele é da cidade, está acostumado com coisas finas, não come essas coisas do sertão, coisas grosseiras” ou “Ele não está acostumado a comer comida de pobre” (anotação de campo).

A situação exigiu que eu comesse o primeiro prato e pedisse para repeti-lo. Assim procedendo, retirei a má impressão de transgredir uma norma de etiqueta essencial à mesa de um anfitrião, estando ele preso ou solto, o de recusar a comida e a bebida. Essa “transgressão cultural”, em que eu trouxe meu mundo cultural para aquela mesa de uma cela de cadeia, poderia “fechar” (posso assim me expressar) várias portas. No caso, porém, de aceitar o alimento e a bebida que me foram ofertados, afastando os traços da minha cultura para deixar penetrar a cultura do “outro”, seria e foi um gesto que “abriu” uma série de portas, que representaram, passo a passo, o ingresso nessa casa que é o “outro mundo”, onde o outro é o nosso anfitrião.

O exemplo é precisamente sobre alimentos e bebidas, mas pode ser visto de forma ampla e irrestrita. Viver a “alteridade radical” (BAUDRILLARD, 2004) é justamente afastar (ao menos momentaneamente) os traços de nossa cultura impressos em nossos corpos e mentes.

“Para que o conhecimento possa se inscrever no “ser-pesquisador”, afetar seus gestos e mesmo seus reflexos, o abandono das referências materiais habituais – o que é, para alguns, da ordem do insuportável – é indispensável”. (CARANTINI, 2004:38. Tradução livre¹⁶⁰).

Dito isso, posso confessar que, diante do outro, sempre tive em mente uma frase de DaMatta (1997b:28) sobre a casa, “Nela, se há regras para o anfitrião, há também normas para a visita”, e o outro é essa casa onde devemos apreender as normas para a visita.

Um dia eu estava na SEJUS, e manifestei interesse em entrevistar aquele que a imprensa popularizou e denominou como um ícone da pistolagem. Nessa ocasião, a COSIPE perguntou-me se eu gostaria de ir naquele mesmo dia ao local onde ele se encontrava preso. Respondi que sim. Ele fez uma ligação para a cadeia pública da cidade de Maranguape. Ouvi quando ele pediu ao agente prisional para perguntar a Mainha se ele poderia me receber e conceder uma entrevista e a resposta foi sim. Naquele mesmo dia, me dirigi àquela cadeia, levando um gravador, um bloco de anotações e uma máquina fotográfica.

A primeira conversa fora realizada em um espaço na cadeia pública chamado de o “corpo da guarda”, que é um local destinado aos presos receber seus advogados e que em presídios se chama de “parlatório”. A seguir uma foto do “corpo da guarda”, em um período em que eu já levava o *laptop*.

¹⁶⁰ Texto no original: “Pour que la connaissance puisse s’inscrire dans l’être-chercheur, affecter ses gestes et même ses réflexes, l’abandon des repères matériels habituels – ce qui est, pour certains, de l’ordre de l’insurmontable – est indispensable”.



Figura 43 - Parlatório da cadeia de Maranguape

Neste parlatório, as acomodações eram improvisadas. Em um dia havia um banco (tamborete) para sentar-se, noutra era uma precária cadeira. No entanto, em todas as ocasiões em que lá estive Mainha sempre destinava a “melhor” acomodação para mim.



Figura 44 - Entrevista realizada no parlatório da cadeia de Maranguape

O terceiro registro fotográfico abaixo ocorreu quando ainda, as entrevistas com ele eram realizadas no pátio da cadeia de Maranguape. Eu levava o *laptop*, sentávamos em acomodações, também improvisadas, e ficávamos sob os olhares dos demais presos a conversarmos. Com o tempo percebi o quão eram arriscados aqueles encontros, e passei a solicitar que as entrevistas se realizassem no parlatório.



Figura 45 - Entrevista realizada no pátio interno da cadeia de Maranguape

Ele entrou na pequena sala sem algemas, de bermudas e com uma barba espessa. Seu aperto de mão é característico, ele não saúda de forma, digamos, “normal”, a percepção que tive (a primeira) é que ele tenta submeter o outro pela da força empreendida naquele simples cumprimento.

As representações do corpo são representações da pessoa. [...] As representações da pessoa e aquelas, corolários, do corpo estão sempre inseridas nas visões do mundo das diferentes comunidades humanas. O corpo parece explicar-se a si mesmo, mas nada é mais enganoso. O corpo é socialmente, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. (BRETON, 2006:26).

Apresentei-me como alguém ligado à Universidade Federal do Ceará, aluno do curso de Doutorado em Sociologia, que estava pesquisando sobre crimes de homicídios, mais precisamente sobre a pistolagem no Estado do Ceará, e que gostaria de ouvi-lo a esse respeito. Ele me recebeu com muita atenção. Estava habituado com entrevistas, quer fossem em jornais, televisões e, até mesmo, entrevistas feitas por universitários da UFC. Mostrou-me um material que o curso de Comunicação Social havia feito sobre ele. Ele consentiu que eu gravasse a entrevista. Sentamo-nos ao redor de uma mesa de madeira, em uns bancos, também de madeira. Liguei o gravador e o seu relato se iniciou por sua própria defesa:

Quem me fez pistoleiro foi a imprensa. Todo crime que tem colocam para cima de mim. Mas, todo crime que cometi foi por vingança, não foi pistolagem não. Não tem dinheiro para me comprar. Porque um homem que se vende por dinheiro não merece confiança, para mim não é homem. (Entrevista realizada em 10/03/2003).

Comparei os jornais da época em que Mainha fora preso e o que ele falou para mim em nossos primeiros encontros. Parte significativa do que ali foi dito está naqueles

jornais, outra parte é o que dizem sobre ele. São espécies de “discursos construtores”.

Vejamos alguns:

Quero deixar bem claro que não sou pistoleiro e tenho raiva de gente desse tipo. Quem mata por dinheiro é mesmo que matar para roubar. O que fiz, não nego, foi por vingança. Podem até arrancar junta por junta que minha conversa será uma só. (MAINHA, DIÁRIO DO NORDESTE, 07/08/1988).

Daqui a 100 anos conto a mesma história (MAINHA, DIÁRIO DO NORDESTE, 08/08/1988).

Mainha é um criminoso desenvolvido. Demonstrou ser um justiceiro e vingativo. Falou sobre suas andanças pelo Nordeste e demonstrou ser popular. Diz ser pacato e conseguiu fazer bons amigos por onde andou. Seu esporte predileto é a vaquejada, mas que ultimamente não freqüentava locais de grande aglomeração. Apesar do seu sotaque matuto, procura ser comunicativo e tenta produzir simpatia. Quando se refere aos seus crimes, fica retraído e fala meticulosamente para não falar em mandantes, demonstrando ser leal aos chefes. Quando o assunto diz respeito a mandantes, procura mudar o rumo da conversa para não se perder. Utilizando-se de uma artimanha inteligente, Mainha procura ter cuidado para não atacar a Justiça nem a Polícia. Não esconde sua vaidade de ter o nome conhecido em vários Estados das regiões Norte e Nordeste. O pistoleiro não muda quando é indagado sobre os motivos que o levaram a eliminar tantas pessoas e tenta justificar com uma pergunta: “Se alguém matasse seu pai, o senhor não vingaria?”. Para o médico Vandick Pontes, Ildefonso Maia da Cunha é um criminoso bem-dotado com características como se não fosse do Terceiro Mundo. O grau de perspicácia de Mainha pode ser comparado com os dos crimes organizados tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, dado o cuidado como planeja e põe em prática a morte de qualquer pessoa (VANDICK PONTES, DIÁRIO DO NORDESTE, 12/08/1988).

“Nem mesmo Mainha sabe quantas pessoas assassinou”. Assim se expressa um comerciante da região jaguaribana que narra episódio da vida do pistoleiro que é acusado até de matar e enterrar suas vítimas (DIÁRIO DO NORDESTE, 14/08/1988).

Como entregar se não havia mandantes? Passei todos esses anos trabalhando no que é meu. Não tive mandantes. Dei duro, trabalhando dia e noite e ao mesmo tempo me escondendo (MAINHA, O POVO, 10/11/1991).

Vários “discursos construtores”, digamos assim, formam (ou instituem), conformam (ou sustentam) e naturalizam (tornando-o uma verdade) o personagem Mainha. O personagem ocupa diferentes lugares, se desloca conforme é tomado pelos mais diferentes discursos. Ao final, Mainha é formado e encapsulado na mente das pessoas. A cada vez que se disser o nome Mainha, logo em seguida será visualizada sua identidade, seu retrato social, em síntese, o pistoleiro.

Mainha é formado pelos discursos oficiais, articulados em cima da lógica que diz: o que é visível é dizível. Nesse sentido, a Psiquiatria (como vemos), sustenta que Mainha é um “justiceiro”, um “vingador”; a polícia diz que é o maior pistoleiro do Nordeste já capturado; as medias são de acordo com a polícia e para a justiça ele é um homicida que age mediante dinheiro e ou promessa de alguma recompensa.

Mainha, contudo, faz um tipo de supressão ou desapropriação do discurso oficial, naquilo que a ele interessa e apropriação daquilo que ele imagina que corresponda ao seu personagem. Ele toma a identidade formadora e a reforma, a reformula, com suporte da reorganização de suas histórias de vida.

Os relatos orais para Mainha, um experiente narrador de histórias, servem para retocar os fatos ditos e instituídos oficialmente através dos não ditos, espécies de “discursos desconstrutores”, que ao mesmo tempo em que destroem a verdade oficial, passam a ser a nova verdade, a se impor como tal.

Mainha retira de cena o pistoleiro e o coloca e o situa para o obscuro, aquilo que não deve ser dito nem visto. Quando perguntado por mim se ele era um pistoleiro, ele negou veemente e até chegou a ficar nervoso. Indaguei como ele se intitulava. Ele me respondeu através de três categorias: “um matador”, “um justiceiro” e “um vingador”.

Tomemos alguns trechos de uma fita VHS que foi gravado pela Secretaria de Segurança Pública logo após a prisão de Mainha, em 1988, e que transcrevi em 2003. Mainha fala sobre a conversa que ele teve com a viúva de seu ex-patrão¹⁶¹, logo após o assassinato deste e em seguida ele conta com detalhes a chamada “Chacina na BR-116”, fato acontecido em 16/04/1983, em que foram assassinados o prefeito da cidade de Pereiro, sua esposa, seu motorista e um soldado da Polícia Militar:

Quando chegou na descida ali no posto o carro em que vínhamos emparelhou com o carro do prefeito. Quando emparelhou, eu passei fogo no motorista. Aí Antonio Carlos (nome real) que estava dirigindo nosso carro passou direto. Eu bati no carro pedindo pra ele parar. Quando ele parou já foi longe. Aí fiz carreira voltando de pés. Já encontrei o soldado atirando em mim e eu atirando nele. Corri por cima dele aí ele caiu, eu cheguei lá e dei outra. Nisso o motorista tinha caído. A porta tinha se aberto [...] Aí a velha disse: “Bandido, não faça isso bandido”. Eu disse: “Está pensando que não morre não? Aqui é a vingança do meu patrão”. Eu *fiz* a velha também, sabe? Aí o velho estava assim. Eu disse: ‘Velho, agora tu vai saber quanto custa a vida de um homem’. Ele olhou pra mim não bateu as pestanas. Aí eu fiz o velho. E fiquei gritando: “Aqui é a vingança do meu patrão”. (Trecho de depoimento feito no ano de 1988. Transcrição realizada em 31/03/2003)¹⁶².

A *oréia* eu cheguei no Rio Jaguaribe e enterrei a *oréia*, a de ... (Trecho de depoimento feito no ano de 1988. Transcrição realizada em 31/03/2003).

Este é um depoimento, algo feito dias após a primeira prisão de Mainha e que foi filmado na presença de vários delegados e do advogado dele na ocasião. Apesar ser ele

¹⁶¹ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nesse tópico, 5.1, não correspondem aos nomes de pessoas e nem de localidades reais. Contudo, preservei a profissão verdadeira das pessoas. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha que me autorizou sua utilização.

¹⁶² Omiti alguns nomes e fiz pequenos “reparos” no texto original para facilitar a compreensão do leitor.

próprio que fala, que conta tudo o que se passou naquela ocasião, ele sempre negou que tivesse cometido esses crimes. Como prova que ele não os cometeu, ele diz que a própria justiça o absolveu.

Sem querer entrar no mérito se foi ou não ele (isso não é da competência sociológica), o que quero demonstrar aqui é a condução que ele faz durante a reconstrução de sua trajetória. Em determinado momento, ele nega a sua construção através da Justiça, da Polícia e da imprensa, porém em outro momento, quando lhe é favorável, ele mostra que foi a própria justiça que o disse inocente.

Quando Mainha compõe sua história de vida como a de um matador, justiceiro e ou vingador e não como a trajetória de alguém que ganhava dinheiro para matar, quando faz, isso ele está, além de relegando, aniquilando a história oficial, ele está também traçando e reforçando fronteiras que o separam do personagem pistoleiro. “(...) eu matei gente, mas não foi por dinheiro” (anotação de campo), não existia o valor dinheiro, os valores que justificaram para ele as diversas mortes foram outros, valores impagáveis, segundo ele.

Desassociando-se daquilo que Bourdieu (2001a) classificou de “lógica econômica”, ou lógica de mercado, Mainha sinaliza que é regido por outros valores não comerciáveis, por um capital simbólico que recusa discursivamente o econômico, o lucro e, em contrapartida, remete-se ao discurso de ver o “mundo econômico às avessas”, invertido, onde o que tem valor são os valores morais, as questões de honra e não o dinheiro. Discursivamente é assim que Mainha se constrói: “Eu tenho muitos amigos, pra mim é o que vale, ter amizade é melhor do que ter dinheiro” (anotação de campo).

Dessa forma, os “códigos de circulação”¹⁶³ (GOFFMAN, 2004:21) que Mainha enfatiza são os de que nunca matou por dinheiro e que, ao contrário, todas as questões em que se envolveu, envolveram também seus amigos e sua família; nunca (ele frisa sempre isso) o dinheiro. “Se sou amigo seu, sou incapaz de fazer algum mal, porque quando eu sou amigo, eu sou leal, e se mexer com você eu tomo as dores” (anotação de campo).

Podemos analisar essa “chave cognitiva” para a sua compreensão, como aquilo que Goffman (2003:30) chamou de “fachada pessoal” (*façade personnelle*), para explicar “os

¹⁶³ Goffman (2004:22) chama de códigos de circulação um grupo de regras que mantém e permite às unidades veiculares de utilizar independentemente um número de vias com a finalidade de se locomover de um ponto a outro (Un code de circulation est un ensemble de règle dont le maintien permet aux unités véhiculaires d'utiliser indépendamment un ensemble de voies dans le but de se déplacer d'un point à un autre).

elementos que confunde com a pessoa do ator ele mesmo, e lhe seguem para onde ele vá”¹⁶⁴. E seguindo ainda o mesmo autor: “Quando uma pessoa se apresenta às outras, ela projeta em parte conscientemente e em parte involuntariamente, uma definição da situação onde a idéia que ela faz de si-mesma constitui um elemento importante”. (GOFFMAN, 2003:229. Tradução livre¹⁶⁵).

Essa “representação de si-mesmo”, que Mainha faz (ou a forma discursiva através da qual ele se faz), poderá resultar na confiança do ouvinte (muitos deles incorporam o papel social de testemunhas dos seus relatos orais), ou, em caso contrário, poderá provocar aquilo que também Goffman (2003:230) chama das “rupturas da representação” (*les ruptures de représentation*).

A ruptura da representação é, em síntese, a falta de confiança no ator social. Isso Mainha não admite, ele não crê que sua construção pessoal não possa ser menos sólida do que a construção do seu personagem através das instituições oficiais. “A imprensa me fez pistoleiro, ela é que me pagou pelos meus serviços”, diz ele ironicamente, em um das vezes que lhe perguntei se era pistoleiro.

Ele, portanto, dissolve o discurso oficial com veemência, com ardor, defendendo ali não se é culpado ou se é inocente, mas se está falando a verdade e é, portanto, um homem de palavra, ou se é uma pessoa mentirosa, uma pessoa desonrada. Ele está em torno do mesmo discurso, não há movimento, suas falas estatizam a processualidade do tempo e do espaço.

Todo movimento discursivo que se torna objetivo para Mainha vem de dentro dele mesmo, de suas “verdades” que constroem situações antagônicas com as verdades oficiais. Mainha reordena os espaços e demarca os territórios com base na sua criação, no seu discurso arquétipo, em que gira sobre a mesma base espiral, tentando arrastar a realidade e o pesquisador para o centro de suas “verdades”.

Esse tipo de espiral é tão consistente e é um discurso repetitivo *ad nauseam*, que chega a criar “vertigem” em quem o escuta cotidianamente, fazendo oscilar e estremecer a lógica.

¹⁶⁴ Texto no original: “... pour désigner les éléments qui, conondus avec la personne de l’acteur lui-même, le suivent partout où il va”.

¹⁶⁵ Texto no original: “Quand une personne se présente aux autres, elle projette, en partie sciemment et en partie involontairement, une définition de lasituation dont l’idée qu’elle se fait d’elle-même constitue un élément important”.

A preocupação de Mainha é gerar discursos sincrônicos sem ater-se à diacronia histórica; ou melhor, a intenção dele é marcar suas falas de forma dissonante com do real oficial, para melhor se fazer por meio de suas memórias-versões, falas que contam com espaços fechados, cíclicos, até mesmo míticos, para contrapor à história fatural.

Mainha não aceita ser visto pelo “mundo oficial”¹⁶⁶, muito menos ser descrito por normas desse mundo. Ele se vê, ele se constrói, ele se inventa algumas vezes como o “bandido social” (HOBSBAWM, 1978), o bandido “nobre” (HOBSBAWM, 1976), vítima da injustiça social, defensor da honra, da família, restaurador da moralidade; e, ainda mais, detentor de uma “invulnerabilidade simbólica”, um elemento mágico, por que não dizer mítico, que o torna um mito ou uma lenda, dá-lhe uma existência espaciotemporal (ahistórica).

E aqui temos um relato sobre essa construção mítica. Para o discurso mítico, Mainha é aquele que tem a pontaria excepcional, infalível, é aquele em que bala não pega, que tem o corpo fechado e que também tem o poder se transformar em animais:

Estávamos em Quiterianópolis para prender Mainha e chegamos a um bar que sabíamos que ele depois de vender carne em um frigorífico iria passar por lá. Eu fiquei em um banco e meu colega delegado ficou noutro, com um chapéu de vaqueiro cochilando. Foi quando passou aquele homem alto, magro com as feições muito parecidas com a da única foto que tínhamos. Eu cutuquei meu colega que tava cochilando e disse: “Se o Mainha existe, se ele não é um mito, ele acabou de passar aqui” (Delegado de polícia. Entrevista realizada em 30/03/2004).

Tanto este delegado de polícia, quanto o outro que esteve na captura de Mainha narram diversas histórias de como as pessoas viam-no. Ele era o “mito”, o “fantasma”, aquele que se transforma em bichos, que balas não pegam, enfim, o personagem foi sendo edificado de acordo com essas categorias.

Portanto, todo discurso construtor ou inventor de Mainha é um discurso produtor de sentido, fruto de uma intencionalidade, onde é imprescindível a memória construtora e o esquecimento salvacionista.

Mainha tenta apagar as marcas, os rastros que o identificam como um pistoleiro. Esquecendo, Mainha reabilita-se mediante valores que ele tem como nobres, valores de pertença à categoria dos “homens de honra”.

Então ele trabalha com recuperação da imagem idealizada e destruição da imagem oficial. A primeira ele reforça e a traz pela memória; a outra ele enfraquece, apaga-a, esquece-

¹⁶⁶ O “mundo oficial” representa para ele o mundo jurídico e o policial que são traduzidos através das mídias.

a. O olhar ao espelho para Mainha é um “não ver-se”, no sentido de não ter uma visão externa de si, mas um imaginar-se, o construir uma visão desde suas entranhas.

O discurso memorialista de Mainha o aprisiona-o mais do que as grades da cadeia. Ele resta incólume no mundo criado, não convencional. Ele encoraja seu leitor-ouvinte a vê-lo, a percebê-lo por trás de suas palavras. Afinal de contas, Mainha é, nesse sentido, o homem da palavra, da palavra capaz de reintegrar a fratura social, capaz de redimi-lo, de colocá-lo além das leis do mundo. O que é visível no mundo oficial não é dizível, mas o que é dizível deverá ser visível para ele.

Nossas culturas só se lembram esquecendo, mantêm-se rejeitando uma parte do que elas acumularam de experiência, no dia-a-dia. A seleção drena assim, duplamente, o que ela criva. Ela desconecta, corta o contato imediato que temos com nossa história no momento que a vivemos. Ela nos afasta daí um pouco, permitindo que se crie uma perspectiva (mesmo míope) ao tempo em que se instaura uma espécie de repouso paradoxal. Suspende, do real empírico, o efeito do *hic-et-nunc*, se não destaca daí o ego. Mas, também na multiplicidade do que seria urgente talvez registrar na memória coletiva, ela recupera ou determina o que, do vivido, foi, é, e tem chances de permanecer funcional. (ZUMTHOR, 1997:15).

E Mainha, que é um excelente narrador, tenta conduzir seus leitores-ouvintes por meio dessas das categorias: memória e esquecimento, palavras e silêncios. Em determinado dia, ele me diz: “Disso eu não posso falar, ou se eu falar não pode ser dito, tem que ficar entre a gente, coisa que é segredo de dois, três não entra, se não um tem que morrer”. Em outro, ele diz: “Venha na próxima semana que eu acabei de me lembrar” (anotações de campo).

O que o informante seleciona para relatar é muito significativo, da mesma forma que a ausência de certos temas e os esquecimentos. Deve-se ter em mente que existe um subtexto nas entrevistas, representado precisamente pelas omissões, esquecimentos e ausências, que deve ser incorporado ao relato como um todo. (PERREIRA, 1991:114).

O que eu fiz, durante meu percurso com Mainha, foi em algumas ocasiões escutá-lo, procurando manter certo controle nas entrevistas, relativizando algumas falas, porém, o que mais fiz foi estimular Mainha, lhe dar vazão ao desejo de narrar, o desejo de contar suas histórias. Nesse sentido, o sociólogo, diz Bourdieu (1999a:708) assume o papel de um “parteiro” (algo, inclusive que Bourdieu deve ter retirado da maiêutica).

Portanto, para compreender o universo social de Mainha, faz-se necessário atentar para o que aqui foi dito. Memória, esquecimento, palavras e silêncios. Tudo foi importante para dar o primeiro passo. Vejamos os seguintes.

5.2 Avanços e retrocessos no processo de interação

“Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia”. (BENJAMIN, 1996:213).

DaMatta remarcou que não existe relação humana sem afetividade (1978). Durante cinco anos em contato com Mainha e com sua família, impossível é assinalar que não houve uma relação de afeto no registro de suas histórias de vida.

O pressuposto do “estranhamento” entre o pesquisador e o informante, como assinala Mintz (1984:52), é o de que “relações sem afeto conduzem a maior honestidade do que as relações afetivas” e, portanto “se partirmos da crença de que o etnógrafo está para o informante assim como o psicanalista está para o analisando, então o nível de estranhamento deve ser alto”.

Não foi essa, no entanto, minha trajetória em relação a Mainha e sua família. Conto como foi logo no início. Após o primeiro encontro que tive com ele, começou a ser traçada uma trajetória relacional, marcada por muitos avanços e, também por alguns recuos ou retrocessos.

Em relação a Mainha, não preparei nenhum material previamente, nenhum questionário, nem sequer um roteiro de questões a abordar. Deixei-o, portanto, bastante à vontade para falar sobre o que e como quisesse. Lançava poucas perguntas e, na verdade, fazia-o com o intuito de prolongar a conversação, à espreita de revelações interessantes, mais do que à espera de respostas diretas.

A mim caberia, acima de tudo, ouvir suas narrativas e compreender os silêncios em que se negava a falar ou a me dar uma resposta direta sobre um tema a respeito do qual eu gostaria de ouvir: “Isso daí, depois eu lhe explico”. O silêncio e o esquecimento, como nos mostrou Pollack (1989), são significativos e informam tanto quanto o dito. Portanto, ouvir o que Mainha dizia e o que ele silenciava foi a estratégia que usei para alongar a conversação durante aquela tarde em que passei com ele na cadeia de Maranguape, e em nossos futuros encontros, dos quais resultaram várias fitas de áudio e 15 Dvd's, todos com registros de entrevistas.

Evidentemente, não estou insinuando que não intervinha nos relatos de Mainha, quando assevero que meu principal papel na conversação era o de ouvi-lo. Pelo contrário, estou ciente de que os relatos em questão só se tornaram possíveis como tais no contexto dos encontros que dependiam, em muito, de minha iniciativa. Reconheço que “no ato de ouvir o ‘informante’, o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como o observador mais neutro possível” (OLIVEIRA, 2000:23). Acho importante, no entanto, relativizar a afirmação taxativa de Queiroz (1988:18), de que “desde o início da coleta do material, quem comanda toda a atividade é o pesquisador, pois foi devido a seus interesses específicos que se determinou a obtenção do relato”.

De minha parte, posso garantir que, embora exerça um tanto confortavelmente o controle do texto (escrito) etnográfico, nunca me senti, em campo, “no comando” das conversações enredadas por Mainha, mesmo reconhecendo a assimetria de nossas posições, no contexto da pesquisa, assim como na hierarquia social, que hipoteticamente me conferiria certo “poder” na relação com o interlocutor, incitando-o a fornecer informações que eu desejava. Talvez, porém, a atitude adotada no nosso primeiro encontro, fazendo poucas perguntas e lhe garantido ampla liberdade de expressão – uma condição que, para Demartini (1988:60), é fundamental, na medida em que “de temas os mais variados e sem relação direta com os problemas por nós pesquisados brotaram muitas vezes informações valiosíssimas” – tenha estimulado Mainha a dar vazão ao desejo de narrar, sem o qual não existiriam suas histórias.

Depois de várias horas de um quase monólogo de Mainha, percebi que já havia gravado três fitas de áudio com seus relatos e não havia mais outras. Naquele lapso, o gravador estava ligado registrando a palavra dita e eu, em meu bloco de anotações, tentando registrar os não ditos.

Mainha observou que eu escrevia e me deu (intencionalmente ou não) a primeira lição de como entendê-lo. Ele me perguntou “Você gosta da palavra escrita?” e respondi-lhe automaticamente que sim. Foi então que ele me disse que contaria uma história para mim que me soou como uma metáfora para que eu compreendesse seu universo ou o primeiro indicativo de como ele gostaria de ser compreendido (anotação de campo).

A história se passou em 1986, ano em que Mainha ainda era foragido da polícia e jamais havia sido preso. Um fazendeiro amigo de Mainha. Disse-lhe que tinha 100 para vender, e que, se Mainha os vendesse, ganharia comissão. Então, apareceu uma pessoa interessada.

O rapaz me pediu um prazo de trinta dias para pagar e eu dei. Ele disse que deixaria comigo um cheque como garantia. Eu disse a ele que não queria, bastava a palavra dele, que ele podia levar os bichos e quando passasse os 30 dias ele viesse me pagar o dinheiro todo. Ele riu e me perguntou: “E se eu levar os bichos e não lhe pagar?”. Aí eu respondi a ele na calma: ‘Não tem problema nenhum, eu não tenho dinheiro para pagar aos donos dos touros, mas aí eu vou à sua casa, corto sua cabeça e levo em um saco para eles. Aposto que eles vão aceitar como pagamento a sua cabeça’. Aí o rapaz disse: “Não, seu Mainha, eu estava só brincando com o senhor”. Aí foi que eu disse: “Você estava brincando, mas eu estou falando é de vera”. (Entrevista realizada em 14/01/2003).

Por meio dessa história, ele sinalizava o valor que atribui à palavra dada e que ele gostaria que eu compreendesse que a palavra escrita era algo inferior para ele. Ele me chamava a atenção, daquela forma sutil, através de que meio ele gostaria de ser compreendido, que era pela palavra, da sua palavra, do seu relato oral, e não do que estava escrito no “mundo da escrita”, digamos assim. Até o “mundo da escrita” havia sido aquele que o construía como o pistoleiro, e ele queria negar essa construção, ele queria promover a destruição dessa imagem e a reconstrução de sua própria, advinda de suas palavras. Outros encontros se sucederam e várias horas de fitas de áudio foram produzidas e juntaram-se às primeiras. Foram semanas de entusiasmo com o que ouvia. Eu tinha mais de dez horas de relatos registrados.

Mainha não se deixava ser fotografado, pois, dizia que os jornais já estavam repletos de fotos dele. Ora, a mesma lógica que ele usava para a palavra escrita era a que ele empregava para a sua fotografia. O Mainha imagético-discursivo era o homem frio, o pistoleiro, aquele que mata por dinheiro, que é traiçoeiro, enfim, é justamente o personagem que ele gostaria de apagar, ou, até mesmo, arrisco em utilizar o verbo “matar”. Não lhe interessava ser o pistoleiro e sim ser o matador, o vingador e ou o justiceiro.

Na seqüência das visitas que eu fazia a Mainha, passei a fazer as entrevistas dentro de sua cela e no pátio da cadeia, deixando de fazê-las no “corpo da guarda”. O motivo dessa mudança era que o “corpo da guarda” era um lugar destinado a conversas rápidas e eu passava horas fazendo registro das narrações de Mainha. Dentro da sua cela observei que ele tinha alguns documentos, cópias de processos, inquéritos, enfim, um material impresso que achei interessante se eu pudesse copiá-lo e pedi-lhe emprestado com essa finalidade. Ele se recusou a me emprestar o material, porém outras vezes eu lhe pedi e ele tornou a não me autorizar o empréstimo: “Depois lhe empresto”.

Ao cabo de algumas semanas de encontros, algumas dezenas de fitas de áudio e uma quantidade considerável de pedidos para que ele me emprestasse o material impresso

para fazer cópia, ele, finalmente, cedeu, mas me deu um prazo para devolução. Não entendi, em princípio, o porquê daquele prazo, mas concordei. Na realidade o processo de confiança dele em relação à mim não estava estabelecido, apesar de conversarmos bastante, mas ele imaginava que eu poderia não estar presente ao próximo encontro.

No dia estabelecido para devolução do material que eu havia pedido emprestado, eu estava realizando outras entrevistas em uma unidade penitencial longe da cidade de Maranguape e chovia bastante. Eu poderia entregar aquele material no dia seguinte, mas imaginei que, se fizesse isso, alimentaria sua desconfiança. Consegui chegar à cadeia de Maranguape no final da tarde. Falei para agente prisional do dia que eu já havia estabelecido uma relação de proximidade e pedi-lhe para entregar aqueles papéis. Mainha estava no pátio da cadeia. Fui levado até uma grade que separa a sala onde fica um policial militar do pátio. Através das grades, devolvi os papéis a ele. Poucos minutos de conversa, apertei-lhe a mão, cumprimentando-o, e, já me despedindo, foi quando ele reteve minha mão, apertando-a com muita força e olhando-me fixamente nos olhos falou-me:

Eu dou valor a homem que tem palavra e que cumpre a palavra dada. Você é homem, você tem cara de homem. Eu sempre achei isso, mas agora tirei as dúvidas. Apague tudo que você gravou e escreveu das vezes em que você esteve aqui. Era tudo mentira. Eu passei esse tempo todo mentindo para você. Mas a partir de hoje eu vou lhe contar a verdadeira história da minha vida; coisas que ninguém sabe você vai ficar sabendo. (Entrevista realizada em 17/01/2003¹⁶⁷).

Fiquei estático com o que escutei. Guardei suas palavras e o sentido delas em minha memória e, tão logo entrei no carro, fazendo o caminho de volta para casa, refiz o parágrafo do jeito que está acima. Eu não sabia se ficava irritado por ter desperdiçado tanto tempo indo ao encontro de Mainha e gravado horas de fitas, ou se me alegrava com aquela frase, com a qual parecia que ele estava me dando as boas vindas às histórias de sua vida.

Depois daquele momento, Mainha repetiria por diversas vezes esse mesmo “ritual” da confiança que ele depositara em mim. Durante outros encontros que ocorreram, de vez em quando, ele reafirmava: “confio em você, porque você é homem”. Não precisei explicar novamente a Mainha sobre o que eu estava pesquisando; mas, daquele momento em diante, disse-lhe que meu interesse em relação a ele seria abordar toda sua história de vida, desde o início, o que ele pudesse me relatar. Então, daí Mainha se convenceu,

¹⁶⁷ Nesta ocasião eu não estava com meu gravador portátil. No entanto, esta mesma frase ele a reproduziu quase da mesma maneira que a pronunciou na primeira vez, em várias ocasiões, e tive a oportunidade de gravar e transcrevê-la. Quando ele me disse isso, naquele instante, guardei o sentido e algumas palavras na memória e quando entrei no carro, escrevi em meu bloco de notas.

definitivamente, de que eu realizaria um trabalho sobre sua vida e, embora conhecesse minhas outras motivações na pesquisa – em especial, meu interesse pela pistolagem – passou a divulgar sua convicção entre familiares, amigos e outras pessoas e todas as vezes que ele me apresentava dizia: “Este é o pesquisador que está escrevendo sobre minha vida”.

No outro encontro após aquele “ritual” de confiança, Mainha me fez saber, de forma muito clara, que não gostava de dar entrevistas nem de fotos ou filmagens. Disse-me que os registros de depoimentos e imagens o levavam a imaginar que se tratava de um trabalho para divulgação na imprensa. O que ele gostaria de me contar, no entanto, eram coisas que poderiam ser divulgadas e outras que não deveriam ser divulgadas, mas que me ajudariam a compreender sua história de vida e, paralelamente, a pistolagem. Disse-lhe, então, que estava ali, sobretudo, para uma conversa, e apressei-me em esclarecer que, para meu trabalho, não seria necessário gravar essa conversa nem filmar ou fotografar suas imagens, embora lhe revelasse a intenção de isso fazer. Evidentemente carregava o gravador, algumas fitas cassetes, uma máquina digital e uma filmadora, além do meu bloco de notas, mas nem sequer os havia retirado da mochila.

Mainha pôs-se a explicar que muitas pessoas o haviam procurado com o intuito de realizar um livro sobre sua vida: “Logo quando fui preso a primeira vez, uma pessoa foi ao presídio a pedido da escritora Rachel de Queiroz perguntando se eu contaria minha vida para ela fazer um livro. Eu não concordei”. Outras pessoas haviam surgido com o mesmo intuito, mas ele disse que, naquele momento, em 1988, na primeira vez que ele fora preso, isso não lhe interessava, porque muitas pessoas “só” queriam “distorcer os fatos, não queriam saber quem eu sou realmente, eles já vinham com o Mainha pistoleiro na cabeça” (trecho de entrevista realizada em 22/03/2003).

O discurso de Mainha começava assim a se construir sobre uma tensão latente entre falar e não falar. De todo modo, porém, ele falava e, de certa forma, seu preâmbulo era uma forma de preparar meus ouvidos para o que se seguiria. Mainha fez-me, não uma proposta, mas uma “imposição”: ele iria contar-me “coisas” às quais nem seus filhos e mulher sabiam, mas dava a entender que elas viriam de acordo com sua vontade e cada qual em seu tempo. Ele falava apressadamente, dizia nomes, lugares, fazia, na minha cabeça, uma confusão inicial de fatos, que foram se debelando lentamente, desde o momento em que eu comecei a submergir em suas narrativas. Uma coisa é certa: ele é um legítimo contador de histórias, um multiplicador de experiências, com um repertório riquíssimo de acontecimentos.

Tentei mostrar-lhe as transcrições das fitas que gravei no início dos nossos encontros, a fim de que ele dissesse o que seria a “sua verdade” e onde fora que ele não dissesse a “sua verdade”. Ele refutou, no entanto, “Vamos recomeçar do zero”. Então recomecei do zero, encostei de lado quase tudo que eu já havia escrito e as fitas que haviam sido gravadas. Compreendi que ele estava me dando as “ferramentas” para reconstruí-lo, a partir do seu roteiro, de suas perspectivas, enfim, do seu olhar.

O conteúdo que ele me passara nas primeiras entrevistas era algo muito semelhante a uma “defesa” contra a cotidiana “acusação” de que ele era um pistoleiro e que já havia matado mais de 80 pessoas: “Se eu matei esse tanto de gente, eu queria que quem me acusa, provasse. Onde é que estão enterradas essas pessoas?” (trecho de entrevista realizada em 28/04/2003).

Evidentemente, diante daquela aceitação de Mainha e da proposta com a qual ele me acenava em contar sua vida, a minha prioridade passou a ser ouvi-lo, descobrir mais e mais fatos sobre sua vida, tentar compreender a pistolagem por meio dele, ver o universo do pistoleiro através dos seus olhos. Paralela à atenção que foi concedida a Mainha, eu mantive meu “calendário” de pesquisas de campo e minhas outras entrevistas que, por sinal, haviam se iniciado antes da entrevista com Mainha.

Eu deixava acumular as fitas de áudio durante algum tempo, um mês, para, em seguida, as transcrever¹⁶⁸. Sempre as transcrições eram arquivadas juntamente com as notas de campo feitas durante o período. O resultado eram dezenas e mais dezenas (tenho receio de dizer, mas foram centenas e mais centenas) de folhas escritas, rabiscadas com observações, com perguntas que eu deveria refazer, e uma lista (prefiro agora utilizar o seguinte termo) incomensurável de nomes que me deixavam totalmente angustiado, achando que jamais compreenderia tudo aquilo que me fora relatado.

Durante muito tempo eu festejei pequeníssimas vitórias, quando fazia a ligação das histórias, quando me familiarizava com os nomes e termos, mas, em contrapartida, amarguei imensos recuos, momentos do mais profundos desespero, quando percebia que não conseguia um encadeamento das histórias, não lograva situá-las em uma linha histórica, e fazia e refazia indagações a ele para poder me situar dentro daquele grande e confuso emaranhado de relatos.

¹⁶⁸ Durante o período de desenvolvimento da pesquisa de campo e redação da tese, ganhei dez bolsas de iniciação científica júnior, CNPQ/FUNCAP. Minhas estagiárias me auxiliaram, em parte, nas transcrições das fitas de áudio e, depois, também, de vídeos.

Tentei estabelecer a cronologia dos fatos que a mim iam sendo relatados. Nas entrevistas com Mainha, eu procurava direcionar, dar um senso prático às histórias, porém nem sempre isso foi possível.

Embora o pesquisador sub-repticiamente dirija o colóquio, quem decide o que vai relatar é o narrador, diante do qual o pesquisador deve se conservar tanto quanto possível, silencioso. Não que permaneça ausente do colóquio, porém suas interferências devem ser reduzidas, pois o importante é que sejam captadas as experiências do entrevistado. Este é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência. (QUEIROZ, 1988:23).

A ordem cronológica dos fatos, dos acontecimentos, tendo um encadeamento, me foi difícilimo conseguir a princípio, mas fez-se necessário metodologicamente e, portanto, cognitivamente.

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que é também uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é objetivo. (BOURDIEU, 2002:184).

Na realidade, nunca me senti no comando total das conversações, dos colóquios enredados por Mainha, mesmo tendo plena consciência da assimetria de nossas posições dentro do contexto da pesquisa, assim como na hierarquia social. Muito embora eu não ficasse ouvindo-o de forma passiva, sempre o estimei a falar com certa liberdade.

Eram horas e horas revezando entre pedaços de cadeiras de madeira quebrada, ou bancos de madeiras, bancos de cimentos e, quando muito, cadeiras de plástico (já deformadas pelo tempo, talvez), em um ambiente pouco asseado, muito quente (o ventilador de Mainha era ligado durante toda minha estada na cadeia) e com muitos ruídos e interrupções. Era este o ambiente onde eu tive que me concentrar para captar todos os nomes e situações que me foram passados.

Ao final do dia, antes de dormir, era o momento que eu destinava para rever minhas anotações de campo e, quando o cansaço não me vencia, fazer algumas transcrições que eu reputava como as mais urgentes para a compreensão das narrações de Mainha. As histórias mais importantes para mim eram aquelas que compunham um “quebra-cabeça” que só cabia a mim – enquanto pesquisador – montá-lo.

As outras, as que me foram narradas pelos demais personagens que aparecem neste trabalho (e até mesmo aqueles relatos que não apareceram, mas que foram feitos sobre

eles anotações e transcrições), não me exigiram tanto tempo e nem me tomaram tanta atenção quanto as de Mainha.

Muitas pessoas me indagavam se eu acreditava nas histórias contadas por Mainha e se eu não averiguava a veracidade dos relatos. Quando os relatos orais de Mainha se tornaram familiares para mim, com toda a riqueza de nomes de pessoas, cidades, datas, enfim, tive então a curiosidade de procurar a veracidade daqueles fatos em jornais, inquéritos, processos e, também, por meio de outras entrevistas com delegados de polícia (principalmente), magistrados, promotores de justiça, advogados e jornalistas.

Confesso que, depois que entendi toda aquela profusão de fatos, ficou mais fácil visualizá-los em outras fontes e com outros olhos sem grandes dificuldades. Uma vez, depois de “costurar” as histórias de um caso que Mainha havia me relatado havia dois anos, vi que algum fato me havia sido omitido ou dito de forma declaradamente inverídica e que dificultava minha compreensão do caso.

Sem ter nenhuma pretensão investigativa, jornalística e ou policlesca de descobrir a verdade, mas com a intenção de compreender mais e mais o personagem principal, retornei a Mainha e perguntei-lhe o que havia de errado naquele caso, na morte de determinada pessoa. Ele sorriu e me disse que não havia contado realmente como acontecera e que eu retornasse à cadeia na outra semana que ele contaria toda a verdade, de como matara etc.

Com o que mais me preocupei durante o recolhimento dos relatos orais fora, porém, não esse trabalho de me “socorrer” das fontes escritas e ou de outros relatos, mas de ressaltar o personagem Mainha mediante suas construções.

5.3 Situações vividas na cadeia pública de Maranguape

Grande parte das entrevistas realizadas com Mainha foi feita na cadeia pública da cidade de Maranguape. Munido de autorização da COSIPE e, depois, também de autorização do juiz daquela Comarca, passei muito tempo indos todos os dias a Maranguape fazer a coleta dos relatos.

Chegava à cadeia por volta das 7h30min e saía por volta das 17h30min. Passava o dia inteiro no interior ali, em contato tanto com Mainha quanto com os demais presos. A partir das 18h não é mais permitida a presença de “visitas” dentro da cadeia. Então, antes desse horário, eu me retirava para retornar no dia seguinte.

A cadeia de Maranguape é um prédio construído provavelmente na década de 1970. É um prédio que fica isolado das demais pequenas edificações que o rodeiam. Na frente da cadeia é um descampado, utilizado para partidas de futebol. Mais à frente, o asfalto e a serra de Maranguape. Ao lado da cadeia, uma pequena vacaria e nas vizinhanças, pequenas casas. O prédio é rústico, as paredes são pintadas na cor amarela. Ele é dividido em dois pavimentos. No andar térreo, fica a cozinha, banheiros, alojamento do agente prisional, alojamento dos policiais militares, o “corpo da guarda”, que serve de parlatório, uma pequena recepção, e, já no interior da cadeia, onde ficam os presos, situa-se o pátio e ao lado cinco celas contendo cerca de dez a doze presos em cada uma delas. Abaixo uma foto a distância da cadeia pública.



Figura 46 - Visão externa da cadeia de Maranguape

Na parte de cima da cadeia apenas uma guarita, um posto de observação onde fica um policial militar 24 horas de plantão armado com um fuzil. Ele vigia as laterais do presídio e principalmente o pátio onde ficam os presos e o muro que separa o pátio da rua. Entre os alojamentos e o pátio, existe forte grade de ferro, que é aberta por um policial militar. Somente quem pode entrar no pátio e no interior das celas é o agente prisional ou penitenciário. Não podem entrar nesses recintos nem policiais nem pessoas armadas, salvo se estiver ocorrendo uma rebelião. Abaixo uma foto feita do pátio e que mostra a grade de ferro que divide o pátio das dependências onde ficam os policiais, agentes penitenciários e o “corpo da guarda”.



Figura 47 - Pátio da cadeia de Maranguape

No pátio ficam as roupas estendidas dos presos e duas câmeras frigoríficas com água e alguns mantimentos que a família dos presos deixa para eles. Enquanto a maior parte dos detentos se recolhe às suas celas após as 18h, outros ficam fora no pátio, onde dormem em redes. A finalidade destes é atender àqueles que ficam dentro das celas. Os que ficam no pátio “servem” àqueles que ficam dentro das celas. Os detentos do pátio levam água, comida e estendem as roupas daqueles que ficam nas celas. O pátio tem uma área coberta, que fica perto das celas, e a área descoberta, onde os presos tomam banho de sol.



Figura 48 - Pátio interno da cadeia



Figura 49 - Visão de cima do pátio da cadeia

Mainha obteve a autorização judicial para ficar dormindo no pátio depois que tivera alguns problemas de saúde, mas, após alguns dias, resolveu retornar para a cela. O motivo foi explicado para mim: “Se para ficar no pátio eu tenho que estender cuecas de macho, então eu prefiro dormir dentro da cela, enjaulado mesmo”. No pátio havia um telefone público, não sei se hoje o recolocaram, mas, em uma rebelião que houve ali, o telefone fora destruído.

Fui à cadeia de Maranguape durante vários anos. Como passava o dia inteiro no pátio com os presos ou no interior da cela que Mainha dividia com aproximadamente dez outros presidiários. Então, as refeições eu tinha que fazer durante o dia, eu fazia com eles (café-da-manhã, almoço e merendas).

As refeições eram ou feitas por algum preso que era autorizado a trabalhar na cozinha (nem todos gozavam desse “privilegio”), ou pelo próprio Mainha ou ainda trazida da casa dele por sua esposa Tânia. Ela trazia a comida em depósitos plásticos e era colocada sobre uma mesa também de plástico (na maioria das vezes) ou sobre bancos de cimento (algumas poucas vezes). Algumas vezes, também, fizemos refeições no “corpo da guarda”.

Nas fotos que seguem três momentos de refeição na cadeia de Maranguape. No primeiro, Mainha prepara a comida (o almoço) que comeremos no intervalo de uma entrevista; na segunda ele serve, em um banco de cimento que fica no pátio interno da cadeia, um prato de peixe; e no terceiro é o momento do almoço no interior de sua cela, tendo à mesa ele e sua esposa, Tânia.



Figura 50 - Mainha na cozinha da cadeia de Maranguape



Figura 51 - Refeição no pátio da cadeia de Maranguape



Figura 52 - Almoço dentro da cela de Mainha, na cadeia de Maranguape

Quando eu entrava no pátio para ter acesso à cela onde Mainha estava, a de número 3, eu atravessava as grades de ferro que separavam o local onde o agente e os policiais militares estavam e os presos. Um policial militar abria a grade e o agente penitenciário, se fosse preciso abrir a cela de Mainha, entrava comigo, somente ele. Normalmente, porém, eu entrava sozinho, levando comigo bloco de anotações, canetas e um computador portátil. Não é permitido entrar com telefones celulares.

Eles não deixam entrar com roupas pretas¹⁶⁹, mas nunca me impediram de entrar por esse motivo, no entanto, me impediram alguma vez de entrar por outros motivos: ou porque o agente penitenciário não estava naquele momento e o policial militar não tinha autorização de entrar no pátio, ou porque os documentos que eu apresentava, tanto do juiz quanto da COSIPE, eram interpretados conforme a conveniência do agente penitenciário e ou do policial militar; enfim, algumas vezes tive que retornar estando na porta da cadeia.

Em uma ocasião tive que ouvir de dois policiais militares a seguinte questão: “Por que o senhor quer dar voz a um bandido?” Diante daquela indagação, só pensei nas dificuldades enfrentadas por Foucault (2003b), que deu ao detento o meio de tomar a palavra.

Quando conheci Mainha, ele acabara de ser preso no distrito de Campos Belos, durante o batizado de uma filha sua. Quando dessa prisão, houve troca de tiros com a polícia (Mainha, mais estava vez saiu ileso). Segundo Mainha, ele atirou, pois pensara que eram pistoleiros que estavam ali para matá-lo. Esta versão é sustentada também por alguns delegados, mas contestada, logicamente, pelo delegado que o prendera em Campos Belos.

Depois ele fora solto (livramento condicional). Durante o dia, ele ficava em liberdade, recolhendo-se à Colônia Agrícola do Amanari às noites e finais de semana. Logo em seguida, ele fora preso novamente por porte ilegal de arma de fogo e suspeita de furto de gado. Ainda preso, Mainha foi denunciado por um promotor de justiça por um duplo assassinato ocorrido em Fortaleza. Essa denúncia foi acatada pelo juiz, faltando um dia para o crime prescrever. Ele nega peremptoriamente que tenha cometido esses crimes.

Durante esse período em que o estive visitando na cadeia de Maranguape, houve algumas rebeliões. Recordo duas delas, por motivos especiais.

A primeira eu havia passado o dia inteiro no pátio com os demais presos, entrevistando Mainha quando ele me pediu: “Vá embora mais cedo hoje”. Eu havia notado (eu já tinha percepção para isso) que naquele dia os presos estavam mais agitados do que nos

¹⁶⁹ A explicação deles, é que o preto pode “esconder” algum objeto (celulares, armas etc).

outros dias. Quando saí, conforme a linguagem deles, “estourou uma rebelião”. Mainha tinha conhecimento prévio de que os outros presos estavam preparando para depois das visitas uma fuga e ele me avisara para que eu saísse dali antes que houvesse a revolta dos presos (anotações de campo).

Na outra ocasião, eu não estava lá na cadeia, mas fui avisado de que houvera a rebelião. Durante a rebelião, os presos foram trocados de suas celas e um preso, que não gostava de Mainha, havia desenhado uma ameaça de morte em sua rede de dormir. No desenho, uma arma de fogo apontada para o desenho de um “boneco”, que seria Mainha, e uma bala saía do cano da arma em direção à cabeça do “boneco” e tinha uma frase: “Mainha vai morrer”¹⁷⁰. A ameaça não se concretizou, e quem ameaçou foi transferido para outra unidade penitenciária¹⁷¹.



Figura 53 - “Mainha vai morrer” (Ameaça de morte a Mainha)

Algumas outras vezes em que eu cheguei à cadeia de Maranguape, não pude realizar meu trabalho. O motivo o agente penitenciário ou algum policial militar segredava: “Não é bom o senhor entrar hoje não, que o presídio está quente” (anotação de campo). Significava dizer que os presos estavam agitados, e poderia ocorrer uma rebelião.

¹⁷⁰ Da forma como foi escrita: “Ma va more”. No dia em que houve essa ameaça, a esposa de Mainha me ligou por exigência dele, a fim de me pedir para fotografar aquela ameaça de morte. A foto, segundo ele me diria alguns dias após esse fato, seria uma prova, caso algo lhe ocorresse e, também, serviria para meu arquivo fotográfico sobre a pistolagem.

¹⁷¹ A rebelião, em que houve a ameaça de morte a Mainha, foi contida pela Polícia Militar. De acordo com o que me relatou Mainha, os policiais mandaram todos os presos ficarem somente de cuecas e sentados no chão de cabeças baixas. Um policial indagou: “Quem é o Mainha?”, ele levantou a cabeça e se apresentou e o policial lhe desafiou: “Vamos trocar uns tiros comigo?” (anotações de campo).

Para saber o que acontecia lá dentro das celas quando o “presídio estava quente”, era por meio de “catataus”. “Catatau” são os bilhetes escritos pelos presidiários. É uma forma que o preso tem de se comunicar com o mundo fora das grades. E eles chegam através do agente penitenciário, ou de um policial ou da mulher de um preso.

O preso, também se utilizava de um artifício para saber, tanto o que se passava na cela ao lado, quanto o que ocorria na grade que dava acesso ao pátio. Em outra ocasião em que estive na cadeia de Maranguape, e que estava perto da grade que dá acesso ao pátio e às celas, notei que alguns presos da última cela, usavam espelhos para me ver. Como aquela atitude não havia ainda sido observada por mim, indaguei ao agente penitenciário o motivo, ele me relatou que havia presos que ficavam na cela cinco que estavam descontentes com Mainha e que ficava observando, por meio de espelhos, o momento em que ele saía de sua cela, quem o visitava etc.

Em outra visita, eu estava ainda aguardando a saída de Mainha quando um preso fugiu. Um soldado correu atrás, ficou a alguns metros do detento e atirou em uma de suas pernas.

Com o passar do tempo, percebi o risco que corria ficando no pátio ou mesmo na cela juntamente com Mainha e os demais presos. Então, passei a reivindicar que os colóquios se realizassem no parlatório improvisado, um local sem recursos para se falar com o preso, mas o único “seguro” existente ali, se é que em uma cadeia pública superlotada podemos falar em segurança.

Durante esse período fiz diversas gravações, anotações, fotos e filmagens de relatos, sempre procurando saber mais e mais da história de vida de Mainha e, também, posso dizer que foi uma pretensão minha desde que o conheci, de, por seu intermédio, conhecer o universo social dos crimes de pistolagem.

Algo que observei durante aquele período, foi que os presos têm uma espécie de “respeito” por Mainha. Todos os detentos quando falavam com ele, o tratavam por “senhor”, ou “seu Mainha”. Esse tipo de comportamento não é o corriqueiro naquela cadeia, onde os presos se tratam por “macho velho”, “cara”, “corno velho”, “viado” ou por artigos do Código Penal Brasileiro que se relacionam com crimes contra a honra, por exemplo, “artigo 217” (que trata do crime de sedução). Várias vezes ouvi Mainha tratando, na brincadeira, um preso que respondia por homicídio, por “217” ou “213”, referindo-se ao artigo 213 do CPB, que trata do crime de estupro.

Mainha se distingue dos demais presos, “Ele não é um preso comum”, me disse por várias vezes a COSIPE. Ele recebe várias visitas de policiais, políticos, empresários etc., enquanto os demais presos só recebem de seus familiares. Muitas vezes, pessoas que chegavam à cadeia para tratar de assuntos diversos com os demais presos, quando o viam, faziam questão de falar com ele, apertar sua mão. Falo de advogados, policiais e parentes de presos.

5.4 A pedagogia da violência

Para compreender a história de vida de Mainha, faz-se necessário falar de três eventos sobre os quais ele se constrói como um matador ou através dos quais ele justifica sua entrada no “mundo do crime”.

Os pais de Mainha chamavam-se Cândido e Carmelita (nomes reais)¹⁷². Eles tinham uma pequena propriedade na cidade de Alto Santo e receberam uma proposta de Chico Evêncio, casado com a irmã de Carmelita, para que vendesse suas terras. Eles, entretanto, recusaram.

Em 1952, Cândido trabalhava na lavoura quando surgiu um homem que lhe pediu água. Quando Cândido se virou para apanhar água, o homem (segundo relato de Mainha e de sua irmã mais velha, era um “cangaceiro”), retirou um revólver que estava enrolado em um pano e atirou em Cândido. No pano, que o “cangaceiro” deixara cair, havia bordado o nome da filha de Chico Evêncio (nome real). Cândido não morre dos tiros, mas a partir desse fato ficou claro para ele que fora Chico Evêncio que o mandara matar por causa das terras.

No ano de 1956, um ano após o nascimento de Mainha, seu pai sofre o segundo atentado. Desta vez o encarregado de matá-lo fora alguém da própria família deles, chamado Benício Diógenes, mais conhecido por Galo Branco (nome real), que ganhava a vida como vaqueiro e também matando gente.

¹⁷² Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nesse tópico, 5.4, não correspondem aos nomes de pessoas e nem de localidades reais. Contudo, preservei a profissão verdadeira das pessoas. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha que me autorizou sua utilização.

Galo Branco atira em Cândido que estava deitado em sua rede. Um dos tiros ainda atravessa a rede em que estava dormindo Mainha, que tinha seis meses, mas não o atinge. O mandante, segundo a família, fora novamente Chico Evêncio.

Em 1975, uma irmã de Mainha, chamada Irene (nome real), filha do primeiro casamento de sua mãe, Carmelita, é assassinada pelo seu próprio genro com um tiro, durante uma festa. Nessa época Mainha estava servindo no Exército.

Através desses três eixos, Mainha justifica seu ingresso no crime. Seu discurso é o da vingança, o de fazer justiça, matar quem fez mal à sua família, tomar as dores do seu grupo familiar. Ele é o defensor, aquela pessoa que sacrifica sua vida para fazer justiça. É assim que, em parte, ele se faz; é através dessa forma que ele quer que as pessoas o compreendam.

Antes d'eu nascer, meu pai já tinha levado tiro, quando eu tinha seis meses, um pistoleiro foi matar meu pai. Deu seis tiros no meu pai. As balas que atravessaram a rede do meu pai furaram a minha rede e a do meu irmão. E a convivência lá em casa, nós fomos criados convivendo muito com arma e convivia com crime, e tudo. Numa região de gente muito violenta, e fomos convivendo com aquilo. A gente a noite, a gente não saía para canto nenhum, não saía para a rua, todo mundo dentro de casa. Jantava, rezava e ia se deitar. Nesse tempo não tinha energia, não tinha nada. Então nós fomos criados todo mundo já impressionado com aquilo. Quando a gente está crescendo, está melhorando, vão e matam uma irmã minha. Eu logo de repente me desmantelei. E depois de se desmantelar... A vida do crime é como andar de bicicleta, se para de fazer coisa errada, vai cair. (Entrevista realizada em 25/03/2003).

Após os atentados contra a vida do seu pai, Mainha passa a ouvir cotidianamente, apesar de criança, os apelos de sua mãe para que ele vingasse os tiros que seu pai havia levado. E, desde cedo, ele aprenderia o ditado: “Chorou minha mãe, chorou a dele também” (anotação de campo).

Com uns quatro ou cinco anos minha mãe começou a pedir a mim e a Samuel pra gente vingar os tiros que foram dados no nosso pai. Ela dizia assim: “Meus filhos, pelo leite que vocês mamaram em mim, vinguem o pai de vocês, porque ele não é home. Eu tenho maior prazer em dar de comer a vocês na cadeia farinha com rapadura, mas que vocês vinguem os tiros”. (Entrevista realizada em 25/03/2003).

Carmelita repassava, principalmente, aos filhos o temor de outro atentado contra Cândido, uma emboscada, alguém ir matá-lo na estrada ou em casa. Mainha cresceu vendo os cuidados que a mãe tomava para evitar que alguém matasse Cândido; e também com a idéia de que ele teria que vingar os tiros que seu pai havia tomado.

Eu e meu irmão crescemos assim, um dizendo para o outro que quando crescesse um dia a gente matava o Chico Evêncio. Um dia eu cheguei para o meu pai e lhe perguntei: “Pai, eu quero lhe dizer uma coisa, se eu fosse o senhor eu matava esse

véi, o senhor não é homem não?” Aí ele respondeu: “Se eu matar ele eu não crio vocês”. Pois eu disse: “Pois quando eu crescer eu mato ele”. Meu pai: “Vá estudar menino, deixa de conversar bosta aqui”. Eu dizia: “O senhor vai ver como eu mato”. Eu não aceitava ele fazer o que fez e ainda ir beber em frente lá em casa, rindo e fazendo pouco da gente e eu vendo minha mãe chorando por causa daquilo. (Entrevista realizada em 25/03/2003).

O que se entende, por meio dos relatos de Mainha, é que a incorporação das normas sociais ocorreu pela percepção dos apelos de vingança de sua mãe, que agiram sobre ele mediante os discursos que tinham uma “força simbólica” muito forte, uma forma de poder.

As recordações de sua mãe, principalmente sobre os atentados que seu pai sofrera, foram incorporadas por Mainha como suas. Ele passou a “ver” a vida por intermédio dos olhos memorialistas de sua mãe.

Somos de nossas recordações apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: “Aí está alguém que não me deixa mentir”. [...] muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós [...] É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente. (BOSI, 2003:407).

A “força simbólica”, de acordo com Bourdieu (1999b:50) ,“é uma forma de poder” mas que “só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras”. E as predisposições seriam as inscrições sob forma de aptidões, inclinações etc., que foram feitas (consciente e inconscientemente) no mais íntimo do seu corpo e de sua mente.

Em 1958, eu tinha três anos de idade. Foi com essa idade que eu dei meu primeiro tiro. Eu estava brincando com meu irmão, o Samuel (nome real) num canto de uma parede da casa, meu pai estava dormindo no meio da sala numa rede. A gente estava brincando de *Bagem de Pereira*, que é uma árvore. A gente dizia que eram umas galinhas, pelo formato da bagem. O Samuel começou a quebrar as minhas bagens, aí eu disse: “Não me insulte não, que eu lhe passo fogo”. O Samuel não se incomodou e continuou quebrando as minhas bagens. Eu fui e peguei o revólver do meu pai que estava na bainha e plantei tiro nele. Mas o tiro pegou foi numa mala de roupas, e as roupas caíram todas no chão. Meu pai pulou da rede assustado, aí eu comecei a chorar espantando com o barulho do tiro. Meu pai perguntou o que tinha sido aquilo, eu contei o que o Samuel tava fazendo comigo para eu ter dado aquele tiro nele, aí meu pai pegou o Samuel e deu uma surra nele. Eu achei boa a atitude do meu pai. Foi justa. (Entrevista realizada em 15/04/2003).

Por meio de fatos como esse, Mainha mostra os sinais da violência que lhe foram norteando, mostrando as regras do jogo, foram se incorporando nele, tornando-se a pouco e pouco “disposições adquiridas”. (BOURDIEU, 2001a:164). Ele tendo interiorizado as regras do jogo, estando elas encapsuladas em sua mente, elas ficam como que aguardando o momento de serem utilizadas, e não necessariamente de forma consciente.

Perguntei a Mainha mais dados sobre sua infância e juventude e o sentimento de vingança somado às armas. Mainha parecia ter um repertório inesgotável de histórias de armas e de vinganças. A curiosidade e minha vontade de saber cada vez mais e mais, de coletar o máximo possível de dados, me fizeram “mergulhar” cada vez mais profundamente, nos relatos orais de Mainha. Ele, por sua vez, se achando, na maior parte das vezes, muito à vontade em narrar para mim todos os detalhes de sua vida. Sorria, brincava e depois dizia para mim, impondo um tom de seriedade e de cumplicidade: “Só você é que sabe da minha vida; você sabe dela toda” (anotação de campo).

Ainda durante sua infância, Mainha gostava de fabricar “armas de brinquedo”, mas que tinham o “poder de fogo” de uma arma como as outras de “verdade”. E ele se divertia com essas armas, brincando de guerra e de *cowboy*, imitando os gêneros de filmes de que gostava e a que assistia pela televisão.

O manuseio das armas desde cedo, nas brincadeiras de rua, nas caçadas, a visão cotidiana de armas em casa e das visitas em casas onde as pessoas andavam armadas, enfim, naturalizou o uso delas, como explicou Mainha: “... nós fomos criados convivendo muito com arma e conviva com crime”.

Aos sete anos de idade, Mainha conta que se encontrou com Chico Evêncio em uma estrada. Chico Evêncio pergunta-lhe de quem ele é filho e Mainha responde-lhe: “Filho daquele que você mandou matar, mas um dia eu cresço”.

Por trás narrativas, vislumbra-se claramente a construção que Mainha faz, utilizando-se de suas memórias. “O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’” (BOSI, 2003:419).

Com oito anos de idade Mainha faz um acordo com outra criança para dar uma surra em um menino.

Quando eu tinha oito anos de idade, um menino de nome Alderi, filho de Alfredo Guerreiro, me perguntou se eu teria coragem de dar um murro em um outro menino, o Joelson. Eu disse que tinha, mas dependia do que o outro menino, o Alderi me desse. O Alderi me disse que me dava um *dindim*. Eu disse que era muito pouco, que por um *dindim* não iria, mas, se ele me pagasse uma entrada no circo que estava

na cidade, eu iria. O Alderi concordou e eu fui lá no outro menino, o Joelson, que era mais alto do que eu e sem que ele visse eu sentei a mão nos olhos dele. Ele num chegou nem a saber quem bateu nele. Aí o Alderi me deu o ingresso do circo (nomes reais). (Entrevista realizada em 15/04/2003).

A idéia da vingança como justiça, de vingança como suporte ético para se viver a plenitude da categoria “homem de honra”, vai se entranhando nas narrativas, “abraçando” os acontecimentos e tentando produzir no leitor-ouvinte uma espécie de “memória-hábito” (CORNNERTON, 1999:26), é adquirida de forma inconsciente e recordada quando se tem necessidade dela.

As narrativas são construções em si de percepções sobre o próprio narrador. Este é dizível, é discursivo. Mainha tenta se reintegrar discursivamente, e utilizando-se do pesquisador, em um mundo que a justiça oficial o desintegrou.

Nos anos 1960, a mulher de Chico Evêncio, que era irmã da mãe de Mainha, Carmelita, morre, mas antes pede à irmã: “Carmelita, vou fazer um pedido pelo leite que você mamou nossa mãe, não deixe seus filhos matar o Chico”. Carmelita promete à irmã (relato de Mainha).

Carmelita, após passar vários anos incentivando Mainha a vingar seu pai, retrocede e agora lhe pede o contrário, para poupar a vida de Chico Evêncio. Mainha disse que se mostrou indignado com o pedido da mãe, e disse que se dependesse dele, Chico Evêncio seria morto e seu pai seria vingado.

Mainha recria-se por meio de suas narrativas, forma um personagem com os atributos por ele valorizados (coragem, honra, palavra, vingança etc.), mostra com uma aparência de possuidor desses valores e pede ao leitor-ouvinte que creia. “Admitimos geralmente que o ator faça sua apresentação e organize seu espetáculo ‘na intenção das outras’ pessoas”. (GOFFMAN, 2003:25. Tradução livre¹⁷³).

Pode ser que o ator esteja completamente tomado pelo seu próprio jogo; ele pode estar sinceramente convencido que a impressão da realidade que ele produziu é a realidade mesma. Quando seu público partilha dessa convicção – o que parece ser o caso mais freqüente – então, momentaneamente ao menos, somente o sociólogo, ou o misantropo, pode ter dúvidas sobre a “realidade” daquilo que o ator apresenta (GOFFMAN, 2003:25. Tradução livre¹⁷⁴).

¹⁷³ Texto no original: “... on admet généralement que l’acteur donne sa représentation et organise son spectacle « à l’intention des autres » personnes”.

¹⁷⁴ Texto no original: “L’acteur peut être complètement pris par son propre jeu ; il peut être sincèrement convaincu que l’impression de réalité qu’il produit est la réalité même. Lorsque son public partage cette conviction – ce qui semble être le cas le plus fréquent -, alors, momentanément du moins, seul le sociologue, ou le misanthrope, peut avoir des doutes sur la « réalité » de ce que l’acteur présente”.

A sua narrativa, também, é fatalista: “Eu entrei na vida do dismantelo pra vingar a morte da minha irmã e pra matar quem mandou dar os tiros no meu pai. Não tinha quem fizesse, era só eu” (anotação de campo). Ele não tinha opções. Ou ele seria o vingador ou os seus ficariam injustiçados e a família desmoralizada. Ele detém o monopólio da violência e somente ele poderá “Matar aquele que matou” (ANSPACH, 2002); é a lei da vingança, é a reciprocidade negativa.

Mainha, digamos assim, produz o próprio papel social; ele é o protagonista fatalista, aquele que assume que caia sobre si todo o ônus, contanto que seja um crime baseado na honra, na vingança, na justiça feita pelas próprias mãos. Nesse sentido, ele não é um bandido, ele é o bandido que incorpora os personagens: vingador, justiceiro e matador.

Mainha, em síntese, procura fazer uma trilha discursiva linear e diretiva. Ele conduz a sua trajetória da seguinte forma: um menino pobre, nascido em um meio violento, que teve a família desmoralizada duas vezes e se tornou o vingador da família para “lavar a honra suja com o sangue dos inimigos”. Depois assumiu o papel de vingador e justiceiro para o patrão, que também era de sua família; estendeu esse papel para atender aos amigos e, também, em seu benefício.

Rivière, o vingador do seu pai, quando criança, “crucificava rãs e pássaros, imaginara também outro suplício para fazê-los perecer. Consistia em pregá-los com três pregos na barriga, em uma árvore. Eu chamava a isto de ‘diversão’”. (FOUCAULT, 2003a:96).

Em 1961, eu tinha seis anos de idade e estava brincando com a baladeira, e derrubei um passarinho no pé de Benjamin e ele quebrou a asa. Como não tinha gaiola pra colocar ele, eu resolvi amarrar ele pelo pé com uma linha num banco. Lá em casa tinha uma gata preta sem nenhum sinal branco no corpo que se chamava Benedita. Essa gata tava parida. Eu deixei o passarinho amarrado pelo pé e num vi que a gata tava só olhando. Ela comeu o passarinho. Eu fiquei com muita raiva daquela gata aí eu disse pra todo mundo que ia matar a gata. Minha mãe ouviu e me deu uma pisa. Mas eu não esqueci do prometido. Uns dias depois, meu pai tava rachando lenha pra botar no fogo e me chamou para carregar a lenha. Meu pai ficou conversando com um vaqueiro da Fazenda Canto Grande. Eu tava levando ainda a primeira braçada de lenha, aí eu vi a gata ali deitada aí eu disse: “É agora”. Aí eu baixei a lenha, peguei um pedaço de pau roliço e taquei na gata. A gata morreu logo, mas os gatinhos novos que estavam na barriga dela ficaram se revirando e a gente vendo os bichos estrebuchando. Aí eu peguei a gata pelo rabo, ainda com os gatos novos se mexendo dentro dela, e fui esconder o corpo dela. Mas minha irmã Iranita (nome real) viu tudo e foi enredar pra minha mãe e eu levei foi uma surra grande com talo duma carnaúba com espinho e tudo. Nesse dia, eu apanhei tanto que fiquei sangrando. Quem me defendeu sempre foi meu pai, num foi nunca minha mãe. Mas também depois dessa pisa, eu passei a odiar gatos. (Entrevista realizada em 15/04/2003).

Mainha sempre admirou as histórias de vingança, em que os conflitos eram resolvidos com a morte violenta de uma das partes. Também admirava os “cangaceiros” que ficavam em algumas fazendas que ele freqüentava em suas férias escolares. Com oito anos, ouvia em fazendas as histórias desses “cangaceiros” que matavam, eram valentes, brigavam, emboscavam pessoas escondidos atrás de uma árvore, enfim, esses eram os “heróis” de Mainha, os paradigmas que ele sempre dizia em sua casa que gostaria de seguir.

5.5 “Tirar o serviço”

A expressão “tirar o serviço” é típica do universo da pistolagem. Significa que alguém é incumbido, contratado ou não, para fazer o “levantamento” do cotidiano da vítima. É alguém que vai tomar conhecimento do que a vítima faz em seu dia-a-dia, para onde ela vai todos os dias, com quem anda, onde dorme e que cuidados com sua segurança ela toma e em que momento do dia ela está mais vulnerável.

Fora essas observações sobre a vítima, a pessoa que “tira o serviço” também transmite ao pistoleiro todos os dados relevantes sobre o local onde a vítima mora e trabalha, bem como as condições de fuga após o assassinato. Como me disse um delegado de polícia “A pistolagem é um crime racional; ela é muito bem planejada”.

Em 1973, quando Mainha tinha 16 anos, ele “tirou seu primeiro serviço” na cidade de Limoeiro do Norte, que fica a 204 km de Fortaleza. A vítima havia assassinado por engano ao irmão da própria namorada. O irmão da vítima foi a um “coiteiro de pistoleiro”, ou “agenciador”, e pagou pelo “serviço” de dois pistoleiros: Servino e Zé do Chico Grande¹⁷⁵ (nomes reais). Os pistoleiros pedem a Mainha para ele “tirar o serviço”, pois não conheciam a cidade de Limoeiro.

Com oito dias eu já tinha feito o levantamento da área. Aí eu mostrei pro Selvino os pontos onde o Raimundo Félix passava. Ficou acertado que eu ficava na praça em frente à cadeia velha e quando Raimundo saísse, eu o seguiria de perto e mostraria o homem para o Servino. E assim foi feito. O Servino 3 tiros nas costelas do homem.

¹⁷⁵ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nesse tópico, 5.5, não correspondem aos nomes de pessoas e nem de localidades reais. Contudo, preservei a profissão verdadeira das pessoas. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha que me autorizou sua utilização.

Eu fui ao velório do Raimundo Félix para vê se pegava uns *bizus*. Ninguém nunca desvendou esse crime (nomes reais). (Entrevista realizada em 29/04/2003).

Pegar “bizus” era saber as informações que a população e ou a polícia havia a respeito daquele assassinato. Às vezes, a mesma pessoa que “tirava o serviço” ia, também, ao velório a fim de pegar os “bizus” e levar aos matadores notícias, se alguém os tinha reconhecido e que providências a família e a polícia tomariam.

Mainha disse que não recebeu nada para “tirar o serviço”. O dinheiro é um valor que nunca Mainha agrega aos seus assassinatos ou atividades ligadas a assassinatos. Um valor moral é o substitutivo do dinheiro, nesse caso, ele me relatou que colaborou com os pistoleiros porque achou que fora uma injustiça o que a vítima havia feito, “ter matado um inocente”; por isso ele “mereceu ter sido morto”.

Mainha constrói sua justificativa. Ele participou daquele crime por um motivo “nobre”; era uma questão que envolvia “justiça”. A vítima havia “matado um inocente”. Portanto, era justo e justificável que ela morresse, afinal de contas, ela, a vítima, “merecia” ter sido morta por ter matado alguém que “não merecia morrer”.

Posso aqui comentar a noção de justiça, de acordo com o que ouvi durante todos esses anos de Mainha, mas posso, também, falar de *álibi*, um termo jurídico que significa a justificação de quem cometeu um delito.

Para Mainha, a vingança, em geral, é sinônima de justiça. Uma justiça que, na realidade, é, dependendo do caso aplicado, uma justificação da violência cometida. Assim, ele acha “justo” seus inimigos quererem matá-lo, pois é uma questão de vingança e, logo, pois ele matou alguém e, portanto, poderá também ser morto, porque “assim deve ser”.

A argumentação busca conformar os fatos situá-los em escaninhos de uma moralidade que deverá dilacerar o real, para construí-lo a partir da “dizibilidade” do narrador, do seu *álibi*, de sua justificativa. Nas regras da representação teatral, o ator social deverá produzir uma impressão, uma aparência condizente com seu papel social e com a estrutura do drama encenado. A representação poderá corresponder com ao real, ou não, mas deverá ter aparência de realidade (GOFFMAN, 2003). Arranjos “mágicos”, discursos moralizantes, em que o narrador, que ao mesmo tempo é o condutor, é o deformador do discurso oficial e é conformador dos fatos. A violência é de “natureza instrumental”, ela “necessita de justificação por outra coisa” para ser praticada (ARENDDT, 1994:41).

Da incorporação do discurso do vingador como justo, do matador como aquele que promove a justiça, aquele que fortifica os laços de solidariedade, desse “roteiro” discursivo, Mainha se reinventa, se projeta no espaço do desejo e não no da lei; apazigua qualquer conflito que julgue seus crimes através das lentes da pistolagem, enfim, ele tenta consertar a “fratura” social ocasionada pelo crime cometido, atribuindo-lhe outro sentido, um sentido que o reintegra socialmente por meio dos atributos: “homem de honra”, homem de palavra, leal, amigo, valente etc.

A invenção que Mainha promove está baseada na seguinte premissa: se o leitor-ouvinte não pode ver os acontecimentos passados, ele os pode construir. Se a única leitura que se tem de Mainha é a indireta, é aquela que se faz impessoalmente por meio da “fria” e “indiferente” letra da lei, em que os fatos são narrados em uma linguagem técnica, às vezes só acessível aos advogados (BOURDIEU, 2000), então esta, para ele, não é a adequada para compreendê-lo e traduzi-lo.

As histórias de vida de Mainha formam uma espécie de “muralha”, composta de palavras que, ao mesmo que o protege, repele o discurso da realidade oficial invasora. Sua vida, para ele, não está nos autos de um processo ou nas páginas de um jornal. Mainha, como eu já disse, se reinventa, ele não é o pistoleiro, ele é o “matador”. E aqui reside uma diferença fundamental presente em todo discurso, em todos os seus relatos orais, que é a questão do dinheiro.

Matador é um termo móvel no universo social de Mainha. Ele muda de sentido de acordo com a concepção e ou conveniência; mas, para ele, o matador é uma figura admirável, não só porque mata, mas porque não mata, segundo ele, por dinheiro.

Portanto, o princípio é simples: o pistoleiro mata por dinheiro e Mainha não se diz um pistoleiro, se diz um matador. E ser um matador é agregar, para ele, valores “nobres”, que merecem ser defendidos até com a própria vida, como a honra, a valentia, a coragem e a lealdade. Esta é sua gênese discursiva, sua reinvenção narrativa.

5.6 Uma vida formada de um conjunto de mortes

Berger e Luckmann (2001:174) apontam que o indivíduo é “induzido a tomar parte na dialética social” e que o “ponto inicial deste processo é a interiorização”:

O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. [...] a interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. Esta apreensão não resulta de criações autônomas de significado por indivíduos isolados, mas começa com o fato do indivíduo “assumir” o mundo no qual os outros já vivem.

O discurso sobre matar e morrer apresenta-se para Mainha como acontecimentos dotados de sentido e como meios legítimos para a reafirmação de valores que foram interiorizados por ele, que passaram de forma geral, por sua apreensão, e que são (como aqui já foram ditos): a honra, a coragem pessoal, a lealdade etc.

Discutir se há uma verdade ontológica em relação à interiorização e exteriorização discursivas desses valores não é uma tarefa sociológica. Trabalhando com relatos orais, verifica-se o discurso como veículo de versões e não de verdades últimas.

Dito isso, toco em um ponto que mais foi falado durante os cinco anos em que estive em contato com Mainha de modo mais recorrente, que é a questão da morte. E esta questão, especificamente, está cercada de várias outras com que ela dialoga e, logo tem afinidade: as armas, a valentia, a coragem, o *ethos* da masculinidade etc.

Foram inúmeros encontros que tive com Mainha, conforme já expressei, na casa dele, na cadeia de Maranguape, em Fortaleza e na Colônia Agrícola do Amanari, onde ele cumpria pena no regime semi-aberto. Em todos esses encontros, a morte sempre foi o assunto principal, pois, se não começávamos pela morte de alguém, sempre alguém morria em alguma história, seja ela principal ou secundária.

A conclusão lógica a que se chega é que história de vida de Mainha jamais poderá ser contada sem a presença da morte, pois, a sua história de vida é a sua história de mortes. A posição de Mainha em sua história de vida e de mortes se assemelha à figura do guerreiro de Clastres (2004:295-6):

... o que é um guerreiro? É um homem que coloca sua paixão guerreira a serviço de seu desejo de prestígio. [...] O primeiro escalpo não é o coroaamento mas, ao contrário, o ponto de partida. Assim como nessas sociedades o filho não herda a glória conquistada pelo pai, o jovem guerreiro tampouco é considerado desobrigado por sua proeza inaugural: ele deve a todo instante recomeçar, pois cada façanha realizada é ao mesmo tempo fonte de prestígio e questionamento desse prestígio. O guerreiro está, em sua essência, *condenado à fuga para a frente*. A glória conquistada jamais se basta a si mesma, ela exige incessantemente ser provada, e toda façanha realizada requer em seguida uma outra. O guerreiro é assim o homem da insatisfação permanente. A personalidade dessa figura inquieta resulta de uma convergência entre o desejo individual de prestígio e o reconhecimento social que é o único a conferir tal prestígio. Para cada feito de armas realizado, o guerreiro e a sociedade enunciam o mesmo julgamento: está bom, mas posso fazer mais, adquirir um acréscimo de glória, diz o guerreiro. [...] o guerreiro vê-se, querendo ou não, prisioneiro de uma lógica que o impele implacavelmente a querer fazer sempre um pouco mais. Sem o quê a sociedade logo perderia a memória de seus feitos passados e da glória que eles lhe proporcionaram. O guerreiro só existe na guerra, ele está votado como tal ao ativismo: o relato de suas proezas, declamadas por ocasião das festas, não é senão um apelo a outras proezas. Quanto mais o guerreiro fizer a guerra, tanto mais a sociedade lhe dará prestígio.

Mainha é, nesse sentido, o que está em constantes lutas, intrigas, questões e conflitos; é aquele que tem seus valores postos em constantes provações, quer seja pela sociedade, do grupo das pessoas mais próximas e de si mesmo. É prisioneiro da lógica que sustenta a própria fama, obrigado a estar sempre de armas em punho para enfrentar e para provar. Em síntese, é aquele que vive com a morte nos olhos.

Não há alternativa para o guerreiro: a morte é sua única saída. [...] O guerreiro é, em seu ser, *ser-para-a-morte*. [...] Tamanha perseverança nesse ser-para-a-morte sugere talvez que a paixão pela glória agia a serviço de uma paixão mais profunda, a que chamamos o *instinto de morte*... (CLASTRES, *opus cit.*: p. 304-5).

Em uma entrevista que realizei em 2007, Mainha me relatou que quer viver em paz e eu, imediatamente, lhe perguntei se ele sabia viver em paz, ele me respondeu: “Se me deixarem viver, eu vivo, mas não querem me deixar viver em paz. Se mexer comigo ou com minha família, eu sou o mesmo homem de trinta anos atrás”.

Pode-se perceber claramente, mediante as palavras de Mainha, a presença da morte impregnada em cada verbo – matar, matou, morreu, atirou, esfaqueou etc – em cada história e sentimento – vinganças, tiroteios, ódios etc.

As disposições necessárias que formam um matador já foram inculcadas, sua mente e corpo socializados nesse sentido, em uma longa pedagogia da violência, suas emoções disciplinadas; ele apropriou-se e impregnou-se dos valores e das regras do jogo da morte.

Mainha constituiu um *habitus* de matador, um sistema de disposições duradoras, estruturas estruturadas que funcionam como geração e estruturação de práticas, conforme Bourdieu (2002a), em que houve uma interiorização da exterioridade e vemos uma exteriorização daquilo que foi interiorizado.

Podemos dizer que, para Mainha não há opções, pois ele se vê e se faz mediante por esse sentido; não há escolhas; ele matou, ele atirou porque não podia fazer outra coisa, somente aquilo que fez. Resta para ele não deixar de fazer, mas, sempre que fizer, ter uma justificativa baseada nos seus valores para apresentar.

Uma vez, Mainha me relatou que, quando ouvia algumas músicas, tinha vontade de matar. Aquilo me chocou e perguntei qual era o sentido, a razão para aquele sentimento ser despertado por músicas. Ele me respondeu que eram músicas que ele havia escutado depois de matar, ou seja, que lhe lembravam assassinatos que ele havia cometido. Então, ele sentia a vontade de matar novamente ser despertada.

Mainha passa a trabalhar para outro patrão, que desta vez é uma pessoa da sua família. Estes dois fatores são muito importantes em sua narrativa construtora: patrão e parente. Seu antigo patrão tem laços de parentesco com Mainha, que apesar de não ter em seu sobrenome Diógenes, mas como ele fala “tem no sangue por parte de sua mãe” (anotação de campo).

Mainha dirá, mais uma vez, que do seu ex-patrão ele jamais soube quanto ganhava. Mais uma vez o tabu ao dinheiro é “costurado” na trama narrativa que ele tece.

As justificativas de boa parte das mortes que aconteceriam desse esse novo período, portanto, não seriam, novamente, motivadas discursivamente pelo dinheiro, mas seriam “questões relacionadas à família”.

E construindo-se dessa maneira, Mainha narra mais uma morte acontecida em 1976, a do pistoleiro que se disfarçava de vigia para trabalhar para seu ex-patrão e matá-lo.

Meu patrão esquematizou um plano pra assassinar o vigia que era pistoleiro disfarçado. O colocou para ficar de vigia de um motor hidráulico em um local onde num tinha ninguém perto no caminho de quem vai para o Aeroporto. Ele Disse ao vigia que sabia que existia gente querendo levar esse motor. Deu um facão para o homem e mandou um dos empregados dele deixar o vigia de carro lá no local onde se encontrava o motor. Deu meia-noite eu e meu patrão fomos pegar o vigia no local, a gente já tinha um plano traçado. Chegamos o homem não estranhou nada. Meu patrão disse: “Entra aí, nós vamos ali”. Colocamos o homem sentado entre eu e meu patrão. Assim que o homem entrou e sentou eu tirei dois revólveres calibre 38 e *escorei* ele. Ai ele se assustou, mas não reagiu. Meu patrão tirou dois revólveres que estavam na cintura do vigia, revolver calibre 38. Nós fomos para um lugar mais deserto ainda. O homem dizia: “Doutor eu estava trabalhando, pelo amor de Deus,

não faça nada comigo, sou trabalhador”. Chiquinho: “Calado, nós vamos levar você para a Polícia e lá você vai dar conta de sua vidaá”. O homem começou a chorar. Meu patrão parou o carro e interrogou ele: “Cabra, diz quem mandou você para fazer o serviço? Eu disse: “É melhor se abrir logo”. O homem falou que havia sido a família do engenheiro que o meu patrão mandara matar. Ele disse: “Mas, Doutor, no pouco tempo que eu convivo com o senhor eu estou vendo que o senhor é uma pessoa de bem e eu até já desisti de matar o senhor”. Eu arrastei o homem para fora do carro, joguei-o no chão e ele ficou implorando de joelho. Eu dei um só tiro entre os olhos e ele morreu na hora. A gente tirou as roupas dele pra enterrar o corpo, porque a roupa faz com que a terra demore a comer a carne do cadáver. Um cavava o buraco e o outro tirava a terra. Depois da gente enterrar o homem, a gente banhou as roupas dele de gasolina e tocamos fogo. No dia seguinte a gente espalhou o boato que o vigia desapareceu, recebeu dinheiro adiantado e foi embora sem dar satisfação. (Entrevista realizada em 29/04/2003).

Mainha também não recebera nada por essa morte, ele estava ajudando ao patrão que também era parente, homem que incorporava valores legitimados por Mainha: coragem, valentia etc.

Mainha organiza suas histórias, reordena os fatos, restaura-os, reforça onde deve ser reforçado e destrói o que ele sabe que não é aceito e, logo deve ser destruído. Ele é o homem que detém a palavra na posição de narrador e além da narração, ele se mostra como o “homem de honra”, o amante da palavra feita ação construtora, diretiva e ordenadora do real.

As histórias de mortes, de pessoas, de animais, são “amenizadas” com os valores interiorizados por Mainha e presentes de forma forte em sua socialização: a palavra, a honra, a lealdade, a coragem etc.

Em outra narração, Mainha lembra que havia ajudado a um amigo a negociar um cavalo, no entanto a pessoa que comprou o animal não pagou. Mainha vai à propriedade do comprador e mata o cavalo comprado e mais três outros cavalos e justifica: “Pra ele aprender a zelar por acordo apalavrado” (anotação de campo).

No final do ano de 1976, Mainha estava com duas mortes a realizar e mais duas outras justificativas no campo dos valores da moral: uma seria uma vingança e a outra seria uma defesa antecipada a um ataque prometido.

No primeiro caso, Mainha conta que o irmão do prefeito da cidade de Iracema¹⁷⁶ é morto e atribuem a culpa a ele. Ele disse que fora seu ex-patrão que matara e não ele. Nesse tempo Mainha diz que estava em São Paulo, quando chega seu pai, lhe conta que fora preso e

¹⁷⁶ Quase todos os nomes de pessoas e cidades utilizados nesse tópico, 5.6, não correspondem aos nomes de pessoas e nem de localidades reais. Contudo, preservei a profissão verdadeira das pessoas. Advertirei quando citar o nome real de alguém. Exceção para o nome de Mainha que me autorizou sua utilização.

torturado pela polícia, a mando do prefeito de Iracema. Mainha jura-o de morte (M = Mainha e P = pai de Mainha).

M - Pai, dê no que dê eu vou matar ele, nem que eu precise invadir a cidade de Iracema, eu mato ele.

P - Se você fizer isso, Mainha, só vai complicar pra mim.

M - Complica não, arrancando a raiz, o pau morre. (Entrevista realizada em 29/04/2003).

O narrador é um lapidador (BENJAMIM, 1996), as palavras são empregadas em proveito de sua obra maior, a história que está sendo contada. “A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana”. (BOSI, 2003:90).

Mainha conta ainda uma série de outras mortes que ele chama vinganças, crimes cometidos pela honra, mas nunca ele atribui a um crime de pistolagem.

Dando seqüência à história de vida de Mainha, em 1975 ele serve o Exército, o “Tiro de Guerra”, na cidade de Limoeiro do Norte. No Exército, Mainha chama atenção por sua habilidade com armas de fogo. Ao sair do serviço militar, Mainha ganha a medalha da infantaria por sua excelente pontaria.

Mesmo antes de sair do serviço militar, seu tio, Nilson Cunha (nome real), já o havia chamado para trabalhar para um fazendeiro no município de Caucaia.

Nilson andava muito no bar de Pedrinho, era muito amigo dele e se quisesse encontrar Nilson, só era ir ao bar do Pedrinho. Um dia Nilson estava lá e me perguntou: “Meu filho, você quer passar uns dias na fazenda de um amigo meu? Lá você vai ganhar dinheiro”. Eu disse que ia. Ele disse: “Tem um homem, um doutor lá para os lados da Caucaia, que é rico e precisa de alguém pra fazer a segurança dele, alguém que não pareça com pistoleiro, e eu pensei em você”. Eu disse: “Vou, mas só depois que terminar o serviço militar, agora não posso, mas já está perto de terminar”. (Entrevista realizada em 29/04/2003).

Em novembro do ano de 1975, Nilson Cunha substitui o nome de Mainha por Lourival e o leva à casa de um agenciador de pistoleiros que, por sua vez, encaminhou Mainha ao encontro do seu novo patrão. Mainha revelou-me esse diálogo que ele teve no escritório do seu primeiro patrão (M = Mainha e D = Doutor):

D - Você é sobrinho de Nilson Cunha mesmo?

M - Sou sim senhor, minha mãe é irmã dele.

D - Rapaz você não tem medo de morrer?

M - Doutor, eu não nasci para semente.

D - E você já matou alguém?

M - Não, eu já uns vi *cabra* matando umas pessoas, mas eu mesmo não matei ninguém ainda.

D - Tem coragem?

M - Tenho vontade.

D - Seu tio é cabra disposto, valente, você herdou dele essas qualidades?

M - Sou do meu jeito, doutor, não sou de estar falando muito, homem que fala muito num faz.

D - Gostei de suas respostas, rapaz, como é seu nome?

M - Lourival.

D - Pronto, agora que você está empregado, você tem uma arma?

M - Doutor eu tenho um revólver calibre 38, modelo 67, que comprei antes de entrar para o Exército, é muito velho.

D - Então você não precisa de arma.

M - Doutor, para maior segurança é bom é ter 2. Um homem só com um revólver tem pedaço que está desarmado, porque o cabra dá seis tiros ligeiro demais.

D - Eu tenho uma arma boa pra você, mas, você sabe atirar Lourival?

M - Doutor, eu sei dar uns tirinhos.

O trabalho era de segurança pessoal do doutor e segurança das propriedades dele. Mas o foco principal era matar um comissário de polícia. Eu não trabalhava por dinheiro fixo, mas todo fim de semana o doutor Bastos enfiava dinheiro no meu bolso e mandava ir pros cabarés farrear, mas me dizia: “Se encontrar o comissário na fazenda, a minha ordem é *fazer ele*”. Eu dizia: “Doutor, para mim num faz a menor diferença se ele vai estar fora ou dentro de suas terras, eu estou querendo fazer esse homem, já estou com raiva dele pelo o que o senhor me contou dele”. (Todo esse diálogo é um trecho da entrevista realizada em 29/04/2003).

Toda essa narração são trechos de um texto maior em que Mainha justifica a ordem dada para matar o comissário. A justificativa se resume em que o comissário de polícia estava perseguindo o doutor.

Mais uma vez vemos a questão do dinheiro. Mainha não sabia quanto ganhava, como se o dinheiro não fosse importante para ele. Em toda sua trajetória, Mainha sempre assinala o dinheiro como algo negativo. Essa aversão discursiva ao dinheiro é uma forma de desfocar a imagem do pistoleiro.

Mainha não mata o Comissário, porém, em dezembro de 1975, em um cabaré nas proximidades de Caucaia, um mês depois que ele estava à procura do Comissário a fim de

assassiná-lo, ele mata um borracheiro a tiros em uma discussão e justifica que a vítima era um “capanga” do comissário.

Aquele crime, se tomarmos o que falou Wieviorka sobre “a violência fundadora do sujeito” (2004:307), seria a fundação eventual do sujeito a partir da experiência de violência. Aquele ato, seguindo ainda Wieviorka (*Opus cit.*:307), pode ser o elemento inicial de todo um percurso, um engajamento

Apesar de Mainha fundamentar os motivos de seu ingresso na vida do crime por meio da vingança do seu pai e de sua irmã, contudo, o primeiro crime que ele pratica em sua vida é de um estranho, alguém que ele nunca havia visto, que até hoje ele não recorda o nome, um borracheiro no Município de Caucaia (20 km de Fortaleza).

Mainha me relatou, ainda, que matou porque foram lhe matar (pistoleiros haviam sido pagos para matá-lo), matou porque pessoas queriam lhe denunciar, enfim conforme denominei este capítulo, ele formou sua vida a partir de mortes.

Em 1988, Mainha vai morar, a convite de um engenheiro, no Município de Quiterianópolis (460 km de Fortaleza). Era uma cidade que não havia, na época em que ele lá chegou, nem companhia telefônica (na época TELECEARÀ) e nem Correios. Ou seja, ele estaria isolado. Ele começa a participar de vaquejadas e torna-se um comerciante de carnes.

Em pouco tempo aparecem na cidade, tanto os Correios como, também, é instalado um posto da TELECEARÁ. No dia 03 de janeiro de 1988, estava havendo uma festa em Quiterianópolis. Mainha havia ganhado uma bicicleta numa vaquejada e se dirige a uma churrascaria. Antes de entrar, ele observa as placas dos carros que estavam ali estacionados, tentando ver se havia alguma placa de Fortaleza. Passa por uma caminhoneta e desconfia. Pára, olha, mas resolve entrar¹⁷⁷.

Ele entra no bar e senta-se de frente para a rua (disse-me várias vezes para jamais sentar de costas para a rua). De repente um homem vestido de vaqueiro entra com seu revólver em punho apontando na direção de Mainha e gritava: “Polícia! Mãos para cima!” Mainha relatou-me que pensou em reagir, mas outro delegado chegou por detrás e encostou a arma em sua cabeça: “Não se mexa, ou lhe mato”. Mainha se apresenta com o nome falso de “Paulo Pereira de Moraes”, no entanto não convence aos policiais (anotação de campo).

¹⁷⁷ Esta mesma versão, dele parar em frente ao carro, me foi relatada por um dos seus capturadores.

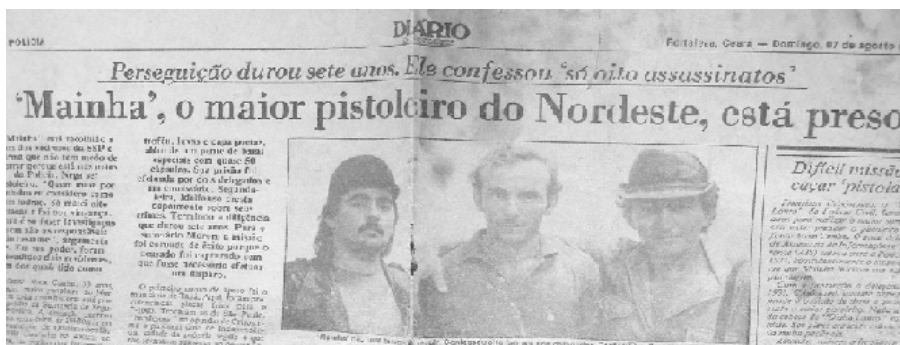


Figura 54 Mainha no centro e os delegados que lhe prenderam, Diário do Nordeste, 07/08/1988



Figura 55 - Mainha após sua captura em 1988 (Foto de arquivo de Crisóstomo)

Nas fotos acima, Mainha aparece com os policiais que o prenderam pela primeira vez. A primeira foto foi retirada do *Diário do Nordeste*, matéria intitulada: “‘Mainha’, o maior pistoleiro do Nordeste, está preso”. (07/08/1988). Na foto seguinte, colhida dos arquivos pessoais de um delegado de polícia, Mainha é mostrado com orgulho por seus capturadores.

Durante o tempo em que esteve preso no IPPS, Mainha sofreu dois atentados por parte de um preso que tentou matar-lhe com uma tesoura. Ele declara nos jornais da época, que os presos que haviam tentado lhe assassinar, haviam sido pagos para isso. Até hoje Mainha nunca fugiu ou tentou fugir de nenhum presídio ou cadeia. Defende que vai ser quando a Justiça o liberar e pela porta da frente da cadeia.

ULTIMAS CONSIDERAÇÕES

“Aqui findo esta verdade
Toda cheia de razão:
Fique na sua cidade
Que eu fico no meu sertão.
Já lhe mostrei um ispeio,
Já lhe dei grande conseio
Que você deve tomá.
Por favô, não mexa aqui,
Que eu também não mêxo aí,
Cante lá que eu canto cá”.

(PATATIVA DE ASSARÉ, 1968).

Pedagogicamente, durante cinco anos, fui me familiarizando com o mundo narrativo e descritivo daquelas pessoas que vivem, conforme batizei esta Tese, “com a morte nos olhos”. Familiarizar não é se acostumar, mas é se tornar capaz de esmiuçar e interpretar os códigos, as mensagens, os modos de ser, que se fizeram presentes nos relatos orais daqueles com quem estive.

Durante esse lapso, houve a produção de “novo olhar”, nos parâmetros delineados por Bourdieu (2000:49) um “olhar sociológico”, que é responsável e produto de uma “conversão”, uma “revolução mental”, “uma mudança de toda a visão do mundo social”.

Essa conversão foi realizada ao longo do tempo e da convivência em duas sociedades, duas culturas diferentes. DaMatta (1993:154) classifica como o “estado existencial” do pesquisador, que nem está em sua sociedade nem na do outro e, “no entanto está-se enfiando até o pescoço numa e noutra”.

A morte, durante todo esse tempo (e não sei se só durante esse tempo), de forma corrente e recorrente, causou impressões, assumiu o controle e guiou a direção. É difícil terminar uma pesquisa como esta sem seqüelas, depois de tanto tempo “com a morte nos olhos”.

Durante esse tempo, eu temi pela vida e tremi pelo que escutei. No sertão ou nas cidades, no asfalto ou na caatinga, a morte estava sempre lá, ou por meio do choro de quem perde ou do riso de quem mata.

Diante de certos nomes de lugares ou das pessoas que viajam agora pelas estradas, a Morte Caetana vai pingando cruzeiros e estrelas de sangue. São os nomes dos seus “amorosos e assinalados”, destinados ao tipo de morte que mais agrada a ela e a eles – a morte no fogo, na faca, nos tiros e no sangue (SUASSUNA, 1977:42).

O itinerário de minhas pesquisas teve como “bússola”, além das orientações acadêmicas, os próprios narradores. Foi por uma conversa que cheguei a uma entrevista e vice versa, como foi mediante um contato em Fortaleza que adentrei o sertão e cheguei às fronteiras estaduais.

Aproveitei bem as indicações feitas pelos meus interlocutores, como também respeitei os conselhos que me foram dados por eles. O bom narrador sabe dar conselhos. (BENJAMIM, 1996:221).

Muitas pessoas com quem conversei ou entrevistei não contam nessa tese. O motivo é que algumas vezes as entrevistas não tiveram informações interessantes, não foram satisfatórias, digamos assim, para esclarecer ou somar-se à experiência etnográfica que estava sendo vivida e construída.

Outras entrevistas e experiências que passei no percurso deste trabalho, porém, não estão no corpo do texto em razão dos prazos que uma tese de doutorado obedece e que fazem com que o doutorando tente ser mais “pragmático” em suas escolhas.

O trabalho foi contextualizado por meio de algumas fotos. Não são fotos feitas com a qualidade de um profissional, mas colhidas pela impetuosidade de um pesquisador que buscava captar mais e mais as cenas que se desenrolavam ao seu redor, em sua presença. Elas contextualizam, funcionam como intertextos. Em síntese, como expôs Sontag (2003:26), a fotografia assume o peso do testemunho, mesmo “sem a nódoa do talento artístico”.

Meus limites narrativos conviveram com os geográficos. Não saí do Ceará para entrevistar ou conversar, muito embora, em diversas ocasiões, tivesse estado nas fronteiras com a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

A minha idéia, através dessa posição, era tentar captar o discurso das pessoas que estiveram ou ainda estão em contato direto ou indireto, com a pistolagem no Estado do Ceará, no âmbito dos seus limites territoriais.

Cada olhar descrito neste trabalho foi feito através de um ângulo, de uma lente específica. De um lado, é a lente do matador, do outro, a do delegado de polícia, ou do juiz e ainda da vítima e, obviamente, a lente do pesquisador.

Todos os meus interlocutores foram considerados artífices e senhores genuínos de suas verdades, ou das realidades reafirmadas ou remodeladas, de acordo com o que eles queriam me passar. Se a todo instante eu os reconstruía, com suporte em suas verdades e de outros sinais, por sua vez, eles também, com certeza, me reconstruíram várias vezes. Uma vez um pistoleiro me apresentou para outras pessoas da seguinte maneira: “O trabalho dele é ouvir histórias e contar histórias, ele vai ser um contador de histórias” (anotação de campo).

Os discursos foram reflexões, mas também foram inflexões, deformações que, ao mesmo tempo, eram reconstruções. Foram passados trazidos para o tempo presente, tornando os tempos contemporâneos entre si e o limiar entre verdade e simulacro muito frágil.

As entrevistas foram “partos” (BOURDIEU, 1999a:708). Das entranhas dos entrevistados, dos seus *habitus*, saíam o que eles diziam o que eles afirmavam serem as suas verdades. E foi nessa perspectiva que recolhi tantas histórias e as tentei reorganizar.

Em muitas ocasiões, eu não ouvia somente a história de uma pessoa, mas ouvia de outra pessoa a história daquela primeira e, às vezes, elas eram completamente antagônicas em seus sentidos. Para mim sempre houve uma espécie de “consórcio” entre mim e o meu interlocutor, um tipo de acordo tácito, em que ele se dizia e eu recontava.

Eu dava-lhe liberdade de se colocar na forma narrativa de acordo com suas verdades ou daquilo que ele queria defender, mas eu, não abrindo mão do meu trabalho de pesquisa, filtrava aqueles dados, os reabsorvia e os “ressignificava”.

Este trabalho foi dialeticamente formado por meio de dicotomias: o velho e o novo, ou ainda o velho com roupagens novas. Muitos dos relatos dos meus informantes construíram o pistoleiro como um personagem “arcaico”, “bárbaro”, “primitivo” e “medieval”. Recordo-me que ouvi, por mais de uma vez, a seguinte indagação: “Como pode ainda no século XXI existir pistoleiro?”

Uma das primeiras coisas com que me deparei nesta pesquisa, foi com a gênese dos termos pistoleiro e pistolagem. Mainha me relatou que em sua juventude as pessoas chamavam os pistoleiros de “cangaceiros” e aos mandantes e agenciadores, de “coiteiros”.

A partir dessa afirmação feita em uma entrevista, fui verificar o que Mainha havia me dito, por meio de alguns poucos relatos orais, de pessoas que confirmaram o que ele havia relatado e, sobretudo, por intermédio da bibliografia. Na bibliografia, busquei livros que tratavam sobre o cangaço e encontrei neles referências ao pistoleiro como cangaceiro.

Garimpando, também os jornais, tive condições de convencionar, que o termo passa a se popularizar a partir do final da década de 1970. E com a década seguinte, pistolagem e pistoleiro passam a ser usuais nos jornais.

Também observei que é feita uma “separação” entre o pistoleiro do sertão e o pistoleiro urbano. Aquele é o “pistoleiro antigo”, este é o “pistoleiro urbano”. De fato, se recordarmos os relatos, por exemplo, de Pedro de Guzerá e Mainha, vemos que a justificativa para entrar no “mundo do crime”, é ou algo relacionado a um crime contra a honra (Pedro de Guzerá) ou relacionado à família (Mainha). São motivos que, para eles, são “nobres”.

Entrevistei vários pistoleiros da atualidade, pessoas com idade entre 18 e 30 anos. Tomo um, entre vários casos, como exemplo para mencionar nesta conclusão e para sinalizar as diferenças que foram postas até o presente instante.

Pezinho (apelido real do entrevistado) é um rapaz de 18 anos que foi preso após matar um empresário na cidade de Mombança (310 km de Fortaleza). Entrevistei-o em 2004 na SSPDS. Antes de matar, Pezinho treinou tiros em uma lata¹⁷⁸. Magro, de pouca estatura e muito tímido, ele contou calmamente sua participação no crime. Pezinho é um rapaz de 18 anos, magro, baixo e muito tímido, que fala calmamente. O delegado me advertiu: “Ele conta tudo com frieza”. Pezinho estava sentado em uma cadeira, algemado com as mãos para trás. Eu lhe pergunto como foi que ele se envolveu naquele crime e ele respondeu de forma objetiva: “Eu fui contratado para matar ele e matei” (anotações de campo).

Nada de “surpreendente” no percurso de Pezinho, um rapaz que nasceu pobre, disse-me que teve o sonho de melhorar de vida em São Paulo, não deu certo, retornou e pegou a primeira oportunidade de ganhar um “dinheiro fácil”, mesmo que fosse assassinando alguém.

Pezinho não é um Rivière (Foucault, 2003a) e nem tampouco um Menocchio (Ginzburg, 2002b), ele não quer fazer uso da palavra, ele se deixa construir pelo discurso policial, pelo discurso judiciário sem nenhuma rebeldia, acatando tudo o que dizem sobre ele.

Ele não é nem ao menos o “homem da palavra”, o “homem de honra”, como vimos na construção social do pistoleiro, nem muito menos o “homem do ressentimento” (Nietzsche, 2006).

¹⁷⁸ Ver foto no tópico 4.3 sobre armas e utensílios.

Pezinho não reivindica para seu ato uma questão de justiça privada, uma questão de honra, de família ou ainda uma legítima defesa. Ele apenas aceitou a primeira proposta que lhe surgiu, que era para matar alguém. Ele aceitou e relatou o convite de aceite com simplicidade, “naturalidade”, como se fosse outra qualquer outro convite, sem questionar, sem vacilar. Pezinho apenas queria “ganhar dinheiro fácil”, e é só. O Agenciador lhe perguntou se ele “queria ganhar dinheiro fácil” e ele respondeu que sim, então o agenciador lhe indagou, “Você quer matar um homem?” e Pezinho, responde “Mato” (anotação de campo).

Pezinho move-se unicamente através do dinheiro e não procura uma outra explicação, uma outra justificção para o assassinato. Ele matou e diz que matou por dinheiro. O que foi identificado como a “frieza” do temperamento de Pezinho, eu entendo como uma “atitude *blasé*” (Simmel, 1979:16) diante da realidade. Vejamos essa longa, mas necessária citação de Simmel sobre a “atitude *blasé*”:

A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substancia. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de “quanto?”. O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade específica na corrente constantemente em movimento do dinheiro. Todas as coisas jazem no mesmo nível e diferem umas das outras apenas quanto ao tamanho da área que cobrem. No caso individual, esta coloração, ou antes descoloração, das coisas através de sua equivalência em dinheiro pode ser diminuta ao ponto da imperceptibilidade.

Disfarçado de vendedor de *dimdim*, Pezinho aguarda sua vítima. Quando ele sai de casa, ele se aproxima e retira do isopor uma arma e mata o empresário. Recebe seu pagamento e é preso.

Seja como for, a vida de Pezinho fora-me narrada de forma trivial, que me lembrou uma passagem de Foucault sobre a “lenda dos homens obscuros”: “Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2003b:203-8).

Outros entrevistados me disseram algo semelhante aos relatos de Pezinho. Os policiais e jornalistas também sinalizaram para um pistoleiro as figuras do “pistoleiro antigo”,

e citavam, todos eles, o nome de Mainha como o paradigma, e o “pistoleiro urbano”, e aqui aparecia uma profusão de nomes.

No início dos trabalhos, alguns policiais, principalmente, me indicavam possíveis entrevistados, para que avaliasse se poderiam trazer alguma contribuição ao meu trabalho. Eram pessoas, no entanto, haviam cometido crimes de homicídio, mas não eram pistoleiras. Conversei com uma dessas pessoas no ano de 2004, e que foi assassinado no ano de 2007. Essa pessoa, conhecida por “João Má-Conduta” (apelido real), foi condenada por sua participação em grupos de extermínio nas décadas de 1980 e 1990. Outro, com que estive, foi com o sargento Rogério, que morreu em um acidente, também no ano de 2007, foi acusado de participação em outro grupo de extermínio na década de 1980 e a terceira pessoa se dizia um “justiceiro”, chamava-se Antonio Braga ou “Antonio Capador” (nome real). Este, também é falecido. Quando o entrevistei, ele me disse que já matara muita gente e havia emasculado nove homens. Nenhum dos seus crimes fora cometido mediante pagamento. Portanto, não trago neste trabalho estas entrevistas.

Em relação a mandantes, consegui conversar com antigos mandantes, mas que não me revelaram fatos importantes. Com mandantes atuais, no entanto, pude obter dados, diria mais objetivos. Entrevistar alguém que fora acusado de ser mandante de diversos crimes que haviam sido prescritos foi mais difícil do que entrevistar os mandantes atuais, sejam aqueles os quais os crimes nem foram descobertos, quer sejam aqueles que respondem pelo crime. Vejamos o exemplo de uma mulher que morava em Alto Santo (247 km de Fortaleza), e que mandou matar o marido por um pistoleiro.

Entrevistei Marleuda, 35 anos, no presídio feminino Auri Moura Costa, que fica no Município de Aquiraz. Ela trabalhava com o marido e três filhos em um sítio de propriedade deles.

Marleuda (nome fictício) sofria maus tratos do marido, eram estupros e espancamentos. No início ela me disse: “Tem história que a gente não gosta de relembrar, tem que procurar é esquecer, enterrar” (anotação de campo). A história de vida daquela mulher se resumia aos últimos acontecimentos que restavam insepultos em sua memória. Ela gostaria de negar ou recalcar aquele assassinato, esquecer, pois: “diz-me o que esqueces, dir-te-ei quem és” (Augé, 2001:24).

Ela dizia sempre para ele: “Nunca bata na minha cara”. Porém, um dia ele bateu na sua face e ela lhe disse que ele estava com os dias contados. O marido não acreditou,

Marleuda falou com um agenciador que lhe apresentou um pistoleiro. “Serviço” justado por 3000 reais. Marleuda repete: “O meu erro foi a maldita vingança. Mas, Ave Maria, eu nunca apanhei na cara nem da minha mãe, vou apanhar de homem?” (anotações de campo).

Tentei remontar a construção do matador a partir dos relatos orais que tive acesso. O matador é feito e se faz, ele é construído, mas também se constrói. Para isso fiz várias viagens pelo interior do Estado, entrevistando várias pessoas. Padre Pedro Simão, Damião e Mainha, eles foram, posso assim dizer, os alicerces para que eu chegasse a compreender a formação do matador.

E compreender o universo do matador é situá-lo em seu mundo social. Algumas formas de chegar a este mundo é escavar o chão o qual eles pisam. Foi aí que entrou nesta pesquisa a vaquejada, as armas, o forró, as mulheres, o misticismo, enfim, os “ingredientes” que compõem o mundo social do pistoleiro.

Entrevistei parentes de vítimas e, o que muito me surpreendeu uma vítima de um atentado realizado por dois pistoleiros. Apesar de ter levado cinco tiros de revólver, ela escapou. Naquela ocasião ela me revelou que o mandante do crime havia sido um pistoleiro. Entrevistar os parentes de vítimas foi uma tarefa dolorosa. Os relatos eram marcados por grande emoção, tanto para os entrevistados quanto para mim, afinal de contas, “Sou um homem para quem o mundo exterior é uma realidade interior”. (Pessoa, 2001:416).

Participei, a convite do Deputado relator, da CPI dos Grupos de Extermínio em Brasília. O Parlamentar fez diversas visitas ao Ceará e se declarou estarecido com a pistolagem aqui. O Deputado me confessou que a condução dos trabalhos daquela Comissão foi bastante difícil, pois não houve interesse político dos seus pares, nem em investigar as acusações e nem, tampouco punir os acusados. Também foram convidadas a participar da CPI, naquela ocasião, algumas autoridades cearenses, inclusive as que estavam “juradas de morte” por pistoleiros.

Quando os trabalhos de campo foram iniciados, confesso que senti dificuldades em entender algumas colocações que os pistoleiros diziam: “Eu dei uma botada no homem e meti o Diabo nele”. Uma frase como esta, por exemplo, me deixava, naquele instante, desestimulado, pois o nível de entendimento era bastante reduzido.

Quando dois pistoleiros falavam entre si, parecia-me que estavam usando códigos. Por isso mesmo, a partir do momento em que aqueles vocábulos foram sendo assimilados,

senti necessidade de criar um glossário com os termos relacionados à pistolagem. Ele foi produzido, encontrando-se no ao final deste texto.

Foram essas, todas as trilhas que segui na tentativa de compreender os itinerários dos matadores de aluguel no Estado do Ceará; foram estes os relatos e as imagens com as quais convivi nos últimos cinco anos. Eles me contaram, e eu tentei contar e analisar. Escrevemos juntos todas essas histórias. Eles a viveram, eu as escrevi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, nº 59, 1954.
- _____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, nº 912, 1960.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz Jr. **História a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.
- ALENCAR, José de. **O sertanejo**. Fortaleza – Ceará: Diário do Nordeste, 2001.
- ALMEIDA, José Américo de. **Coiteiros**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- _____. **A bagaceira**. 26ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.
- AMADO, Jorge. **Tocaia Grande**. São Paulo: Círculo do Livro, S/D.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella et NAXARA, Márcia (orgs). **Memória (res)sentimento, indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Unicamp, 2001.
- ANSPACH, Mark Rogin. **À charge de revanche, figures élémentaires de la réciprocité**. Paris: Seuil, 2002.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- AUGÉ, Marc. **O sentido dos outros**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **As formas do esquecimento**. Portugal: Íman, 2001.
- BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- BARBOSA, Eriosvaldo Lima. **Valeu boi. O negócio da vaquejada**. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2006.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. **Crimes por encomenda, violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- _____. **Cotidiano despedaçado. Cenas de uma violência difusa**. São Paulo, Pontes Editores, 2008.
- BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos (os cangaceiros de Nordeste)**. 1º milheiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

_____. **Almas de lama e de aço (Lampeão e outros cangaceiros)**. São Paulo – Cayeiras – Rio de Janeiro: Proprietária, 1930 a.

_____. **Terra de sol**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930 b.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BASTIDE, Roger. O banditismo no sertão. In: _____. **Brasil terra de contrastes**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____. **O candomblé da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **Senhas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2001.

_____. **A transparência do mal, ensaio sobre os fenômenos extremos**. 8ª ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. In: AUTOR. **Obras escolhidas**. vol 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographie : sa validité méthodologique, ses potentialités. In: _____. **Cahiers internationaux des Sociologie**. vol. LXIX. Paris : PUF, 1980.

BICUDO, Helio Pereira. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. 7ª edição. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism. Perspective and method**. Englewood Cliffs / NJ: Prentice-Hall, 1969.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3ª edição, 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Réponses, pour une anthropologie réflexive**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

- _____. **A miséria do mundo**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b.
- _____. **O poder simbólico**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 3ª edição. São Paulo: Papyrus, 2001a.
- _____. **Poder, derecho y clases sociales**. 2ª edição. Spain: Desclée de Brouwer, 2001b.
- _____. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras: Celta, 2002a.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; MORAES, Ferreira Marieta de. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002b.
- _____. Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (org). **A dominação masculina revisitada**. São Paulo: Papyrus, s/d.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Marcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional n. 39, de 19 de dezembro de 2002, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos integrais das Emendas Constitucionais e das Emendas Constitucionais de Revisão. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (Col. Saraiva de legislação).
- BRASIL. Lei 7210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L7210.htm>>. Acesso em 02 abr. 2008.
- BRASIL. Lei 8072 de 25 de julho de 1990. Lei dos Crimes Hediondos. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8072.htm>>. Acesso em 14 abr. 2008.
- BRETON, David Le. **Des visages, essai d'anthropologie**. Paris: Métailié, 2003.
- _____. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BRÍGIDO, João. **Ceará (homens e fatos)**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.
- BUTCHER, Pedro; MULLER, Anna Luiza. **Abril despedaçado - A história de um filme e roteiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não escrita. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

CAMPOS, Maximiano. **Sem lei nem rei**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

CARATINI, Sophie. **Les non-dits de l'anthropologie**. Paris: PUF, 2004.

CASCUDO. Luís da Câmara. **A vaquejada Nordestina e sua origem**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969.

_____. **Meleagro**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1978.

_____. Nota sobre cangaço e cangaceiro. In: _____. **Flor de romances trágicos**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

_____. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. **Matadores de gente como se fabrica um pistoleiro**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **Como se fabrica um pistoleiro**. São Paulo: Girafa, 2003.

CAVALCANTI, Klester. **O nome da morte. A história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas**. São Paulo, Editora Planeta do Brasil Ltda, 2006.

CEARENSE, Catullo da Paixão. A justiça do crime. In: _____. **Sertão em Flor**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1945.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião o rei dos cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CHARTIER, Roger. **Inscrever & apagar, cultura escrita e literatura**. São Paulo: UNESP, 2007.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, J.R.S. (org). **A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª edição. Portugal: Celta, 1999.

COULON, Alain. **L'École de Chicago**. Paris: PUF, 1992.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões. A campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: 5ª edição corrigida, Francisco Alves & Cia Aillaud, Alves & Cia, 1914.

DAMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter "anthropological blues"**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, nº 27, maio, 1978.

_____. **A casa & a rua espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

_____. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. **Relativizando**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed. São Paulo: Graal, 1986.

DEMARTINI, Zeila. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: VON SIMSON, O. (org). **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

DUMONT, Louis. **Ensaio sobre o individualismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. **Homo Hierarchicus**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, Formação do Estado e Civilização**. Vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

_____. **Envolvimento e distanciamento**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997b.

_____. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo . In: _____. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FALCONE, Giovanni; PADOVANI, M. **Cosa Nostra, o juiz e os “homens de honra”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Ascenso Carneiro Gonçalves. **Catimbó e outros poemas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FERRAZ, Marilourdes. **O canto do Acauã**. Recife: Editora Rodovalho, 1985.

_____. **Cadernos sertanejos. Subsídios para a história da região do Vale do Pajeú**. Recife: nº 1, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **História da sexualidade. A vontade de saber**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Microfísica do poder**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001a.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2003a.

_____. **Ditos e escritos IV - Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

_____. A meditação sobre a morte. In: autor. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. O invisível visível. In: _____. **O nascimento da clínica**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. **Philosophie anthologie**. Paris: Gallimard, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREUD, Sigmund. Leccion X. 6 El simbolismo em El sueño. In: autor. **Obras Completas, tomo II**. 4ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

GAUTHERON, Marie (org). **A honra**. Tradução de Cláudia Cavalcanti. Porto Alegre: L&PM, 1992.

GAUVARD, Claude. L'honneur blessé dans la société médiévale. In : VERDIER, Raymond (Org). **Vengeance, Le face-à-face victime/agresseur**. Paris: Autrement. nº 228, 2004. Collection Mutations.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **O saber local, novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **O queijo e os vermes**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GIRARD, René. **La violence et le sacré**. Paris: Hachette, 1990.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **La mise en scène de la vie quotidienne, la présentation de soi**. Paris: Minuit, 2003.

_____. **La mise en scène de La vie quotidienne, les relations en public**. Paris: Minuit, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Mouton, 1976.

_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses, Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HERÁCLITO DE ÉFESO, fragmento 12. **Os pensadores originários: Anaximandro, Parmênides, Heráclito**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HISTÓRIA DO BANDITISMO da família Santos Chicote, origem antropológica e suas causas remotas. A hereditariedade criminosa como fator determinante. A família Amaro e sua defesa. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1926.

HOBSBAWN, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. **Rebeldes Primitivos**. 2 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 8. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JOSEPH, Isaac; GRAFMEYER, Yves. **L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine**. Paris : Champs Flammarion, 2004.

JOTABÊ. **O fim do bandido Mel**. Fortaleza: Coleção Cordel Sempre Vivo, 2007.

- LAPLANTINE, François. **La description ethnographique**. Saint-Germain-du-Puy: Nathan, 1996.
- LEACH, Edmund. **Antropologia**. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 38, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- LINS, Osman. **Lisbela e o prisioneiro**. São Paulo: Planeta, 2003.
- LUPO, Salvatore. **História da Máfia. Das origens aos nossos dias**. São Paulo: UNESP, 2002.
- MACHADO, Maria Oliveira Matta. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MAFFESOLI, Michel. **La part du diable, précis de subversion postmoderne**. Paris: Flammarion, 2002.
- MAIOR, Mário Souto Maior. **Território da danação, o Diabo na cultura popular do Nordeste**. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1975.
- MAJELLA, Geraldo de. **Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas (1975 - 1998)**. Alagoas: UFAL, 2006.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance da pesquisa. In: _____. **Argonautas do Pacífico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Crônica de uma morte anunciada**. 30ª edição. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2003.
- MARTINS, Paulo Henrique (org). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Livro 1 – O processo de produção do capital. 12. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- MAUSS, Marcel. **Ofício de etnógrafo, método sociológico**. Rio de Janeiro: Ática, 1979. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- _____. **Ensaio sobre a dádiva: introdução de Claude Lévi-Strauss**. Portugal: Edições 70, 2001.
- _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1985.

MELO, Patrícia. **O matador**. 2ª edição, São Paulo, Editora Schwarcz Ltda, 2003.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste. Formação social do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MERTON, Robert K. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MINTZ, S. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados - revista de Ciências Sociais**. vol. 27, nº 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Ceará, tentativas de interpretação**. Fortaleza – Ceará, Tipografia Royal, 1953.

_____. **História do cangaceirismo no Ceará**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1955.

_____. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza – Ceará: Henriqueta Galeno, 1973.

_____. **Psicologia do povo cearense**. Fortaleza: UFC, 2000.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **Cultura de massas no século XX, volume 1: Neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NASCIMENTO, José Anderson Nascimento. **Cangaceiros, coiteiros e volantes**. São Paulo: Ícone, 1998.

NEIBURG, Frederico G. O Naciocentrismo das Ciências Sociais e as Formas de Conceituar A Violência Política e Os Processos de Politização da Vida Social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org). **Dossiê Norbert Elias**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral, uma polêmica**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NÓBREGA, P. Pereira. **Vingança não, cangaceiros do Nordeste**. Rio de Janeiro / São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. **Ariano Suassuna o cabreiro tresmalhado**. São Paulo: Palas Athena, 2000.

OLIVEIRA, Aglae Lima. **Lampião, cangaço e Nordeste**. 3ª edição. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2000.

ORTIZ, Renato (org) ; FERNANDES, Florestan (coord). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. Fortaleza: Centro Cultural Adolfo Caminha, 2004.

PATATIVA DE ASSARÉ; SILVA, Antônio Gonçalves da. **Cante lá, que Eu Canto cá**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

PEREIRA, Lúgia Maria L. **Relatos orais em Ciências Sociais: limites e potencial**. Análise e conjuntura. vol. 6, nº 3, p. 7-10. Belo Horizonte, 1991.

PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha, valores das sociedades mediterrânicas**. 2. ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PINHEIRO, Irineu. **O Juazeiro do padre Cícero e a revolução de 1914**. Rio de Janeiro: Nacional, 1949.

PINTO, L. A. da Costa. **Lutas de famílias no Brasil**. Série 3ª, vol. 263. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

PITT-RIVERS, Julian. **Anthropologie de l'honneur**. Paris : Hachette, 1997.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

QUEIROGA, Lula. In: _____. Lenine acústico MTV. São Paulo, Abril Radiofusão SA, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". IN: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

_____. **Lampião**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

REGO, José Lins. **Cangaceiros**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953.

REVISTA ENTREVISTA. Idelfonso Maia Cunha – Mainha. O sonho do sertão cearense preso pelas amarras de um destino. Fortaleza: Imprensa Universitária, nº 11, p. 17-35, 1999. Publicação da disciplina de Laboratório de Jornalismo Impresso I, Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará.

REVISTA ÉPOCA. Matadores, eles contam cadáveres. São Paulo: Globo, p. 34-39, 19/01/1999.

REVISTA ISTO É. Sindicato do Crime. O maior matador do Nordeste. Brasília / Rio de Janeiro: Três, ano 7, nº 363, p.30-35, 07/12/1983.

REVISTA MANCHETE. Jogo do bicho... jogo da morte. Bandos de pistoleiros se dizimam no território da Zona Norte. Rio de Janeiro: Bloch, 26/11/1960.

REVISTA SEGURANÇA PÚBLICA. Fortaleza: Diagrama, ano 3, nº 3, Editora, 1992. Edição especial.

_____. Fortaleza: Documentação Brasileira Ltda, ano 1, nº 1, 1989. Edição especial.

_____. Fortaleza: Documentação Brasileira Ltda, ano 2, nº 2, 1991.

REVISTA VEJA. Alguém mata. É só pagar. São Paulo: Abril Cultural, nº 476, p. 84-93, 18/10/1977.

_____. Ceará, crime na terra do medo. São Paulo: Abril Cultural, nº 483, p. 32-34, 07/12/1977.

RIBEIRO, Renato Janine. A honra e o sangue. In: _____. **A etiqueta no antigo regime**. São Paulo: Moderna, 1999.

ROCHA, Glauber. **Deus o diabo na terra do sol**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

SALVINO, Chico. **Viúva de pistoleiro**. Fortaleza: 1ª edição, Fundação Demócrito Rocha, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso e o poder, ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

SHAW, Clifford R. **The Jack-Roller: a delinquent boy's own story**. 2ª edição. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

SILVA, Bezerra e. **Lampião e suas façanhas**. 2ª edição. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas SA (SERGASA), 1978.

SIMMEL, Georg. **Sociologia 1 e 2. Estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Universidad, 1977.

_____. **A metrópole e a vida social**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). **O fenômeno urbano**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STRAUSS-LÉVI, Claude. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SUASSUNA, Ariano. **História do rei degolado nas caatingas do sertão ao sol da onça caetana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

THEÓPHILO, Rodolfo. **Os Brilhantes**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de La memoire**. Paris: Arléa, 1992.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1977.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs). **Pesquisas urbanas, desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIEIRA, Guaipuan. **A carta do pistoleiro Mainha a sociedade**. Fortaleza: Cecordel, 1992.

_____. **Mainha, o maior pistoleiro do nordeste (A sua história completa)**. 6ª edição. Fortaleza: Cecordel, 1991.

VIEIRA JÚNIOR, A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

WAIZBORT, Leopoldo (org). **Dossiê Norbert Elias**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2001.

WEBER, Max. **Sociedade e economia**. 2º volume, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WIEVIORKA, Michel. **La violence**. Paris : Balland, 2004.

ZAGNOLI, Nello. S'arracher La haine. In: VERDIER, Raymond (Org). **Vengeance, Le face-à-face victime/agresseur**. nº 228. Paris: Autrement, 2004. Collection Mutations.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1994.

_____. **Memorial da violência**. Rio de Janeiro: mimeo, 1994a.

_____. A aventura etnográfica: atravessando barreiras, driblando mentiras. In: ADORNO, Sergio (org). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

_____. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: _____. **A aventura antropológica**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). **Um século de favela**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZUMTHOR, Paul. **Tradição e esquecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

- Jornal O Povo, de 1928 – 2007.
- Jornal Diário do Nordeste, de dezembro de 1981 – 2007.
- Jornal Tribuna do Ceará, de 1923 em diante.
- Jornal O Nordeste, de 1923 – 1967.
- Jornal Correio do Ceará, de 1928 em diante.
- Jornal Gazeta de Notícias.
- Jornal O Estado.
- Jornal Cearense, de 07/02/1890.
- Jornal Hoje.
- Jornal Folha de São Paulo.
- Jornal Tribuna do Ceará.
- Jornal de Fato (Rio Grande do Norte).
- Jornal do Comércio.
- Jornal O Mossoroense.
- Jornal O Estado de São Paulo.

GLOSSÁRIO

Expressões e palavras usadas na pistolagem e coletadas no trabalho de campo.

1. A história vazou/a operação vazou – o plano ou o combinado foi descoberto.
2. A maré baixou – a situação está tranqüila.
3. A Polícia arrouchou – fez pressão.
4. Acerto de contas – expressão utilizada quando há um assassinato em que o matador é pessoa do mesmo bando ou quadrilha da vítima.
5. Agitar muito – no meio dos matadores é quando alguém, como um líder sindical, exerce muita influência sobre os outros e que consegue obstruir a vontade de pessoas poderosas.
6. Ajeitar um pessoal para matar – fase de contratação, termo muito utilizado.
7. Amansar o homem/ Esperar o homem amansar – adquirir confiança da vítima e levá-la para o ‘cheiro do queijo’.
8. Apontador/informante – alguém que tem a tarefa de conhecer os hábitos da vítima e mostrar, ‘apontá-la’ ao matador.
9. Aquieta tamanduá – um golpe de luta sem armas, corpo a corpo.
10. Arrancar o pau pela raiz – frase proferida por um matador se referindo a matar alguém que exercia uma posição de destaque, o “chefe”.
11. Arrastar o revólver/bater a mão no revólver – puxar a arma.
12. Arrochar o dedo/apertar o dedo em alguém/plantar fogo/passar fogo/empurrar bala – atirar.
13. Bater o catolé/bala mastigada/o tiro picotou – é quando a arma efetua todo percurso do disparo, mas o projétil não é acionado.
14. Botar na vida do dismantelo – alguém que inicia o matador na vida do crime o colocou na vida do dismantelo.
15. Cabra disposto/cabra valente/cabra escroto/máquina quente/ que tem sangue nas veias/tem sangue no olho – ser um homem valente, destemido, pronto para enfrentar situações difíceis no mundo do crime – corajoso, que não receia o perigo.
16. Cavaloparelha – é o piloto da moto que transporta o matador até o local do crime e lhe dá fuga. Geralmente um exímio piloto de moto.
17. Cheiro do queijo – significa atrair a vítima para uma emboscada, cilada.
18. Cobrir alguém de tiro/cobrir de bala – atirar várias vezes em direção a alguém.

19. Coiteiro/apoio – é aquela pessoa que dá apoio e ou proteção ao matador, que o esconde e que, muitas vezes, não ganhando nada com isso, só admira o modo de ser do pistoleiro.
20. Conhecer o homem – fazer o levantamento da vida da vítima.
21. Corpo fechado – através da sua crença, alguns matadores dizem ter seu corpo inviolável por balas e facas. Outros, inclusive, fazem pactos com o Demônio a fim de obterem essa condição ou pedem proteção a santos, orixás e a Deus.
22. Corrigir o local/fazer campana/estudar o local/fazer o levantamento da área/tirar todos os pontos/fazer uma varredura na área/varrer a região/pastorar/Correr a vista/filmar/dar um rolé – verificar, reparar, ver as condições e possibilidades para se realizar um ‘serviço’.
23. Cortar a espoleta/mastigar – menção à detonação do projétil, o disparo da arma de fogo.
24. Cruzeteiro/agenciador/intermediário/contato/corretor de pistoleiro – aquele que é o elo de ligação e negociação entre o matador e o mandante.
25. Dar um tiro para conferir/dar um tiro para segurar – é um tiro dado para certificar-se de que a vítima está morta e que a execução obteve o sucesso desejado.
26. Dar uma botada/dar um bote/batalhar pra matar/pelejar pra matar/caçar o homem – procurar atacar alguém para matar.
27. Desativado – diz-se do matador que não mais faz os ‘serviços’.
28. Descer o malho – pode ser matar ou dar uma surra.
29. Desdobrar alguém – enrolar; enganar.
30. Dormir na soca/ir para a soca ou dormir na casa grande – dormir no mato quando escondido da polícia ou em alguma casa abandonada ou improvisada dentro dos matos.
31. Emboscada – esperar a vítima na tocaia.
32. Encomendar a morte – alguém que pede para um matador fazer um ‘serviço’.
33. Encrespar – querer brigar.
34. Envenenar as balas – colocar mercúrio na munição para torná-la mais letal.
35. Escorar/ou escalar uma arma – apontar a arma para uma vítima, colocá-la sob a mira de uma arma, geralmente de fogo.
36. Estar só com a carga – diz-se essa expressão quando a arma (de fogo) está com sua capacidade de munição completa, porém, que não havendo munição extra.
37. Fazer o homem (home)/derrubar o homem/pegar o homem/derrubar o boi/pegar o boi/pistolar/queimar o homem/apagar/meter o revólver/envelopar/meter a ficha/plantar

fogo/passar fogo/detonar/fechar/quebrar o milho (mi)/executar/passar o rodo – significa fazer uma pistolagem.

38. Ficar esquerdo com alguém/ficar cabreiro/cismado – desconfiado.
39. Ficar sob a guarda de alguém – ser protegido por alguém, geralmente um fazendeiro, comerciante e ou uma autoridade.
40. Gambé – soldado PM.
41. Homem da capa preta – juiz.
42. Homem do anel – advogado ou juiz.
43. Lamber a rapadura – em algumas fazendas ainda existem os meninos que são pedagogicamente socializados para se tornarem matadores. Ao período em que eles aguardam e aprendem dar-se o nome de lamber a rapadura. Também pode ser esperar a vítima.
44. Levar para o cheiro do queijo – levar para uma emboscada.
45. Livro de São Cipriano – livro com orações de magia, utilizado por alguns matadores. Entre as orações, a mais comentada é a “Oração da Cabra Preta” (... dinheiro na tua e na minha mão não há de faltar, com sede tu nem eu haveremos de acabar, de tiro e faca tu nem eu há de pegar, meus inimigos não hão de me enxergar. A luta vencerei com a oração da Cabra Preta milagrosa). A tradição entre os matadores diz que uma mulher não pode pegar em suas orações, pois enfraquece e nem as orações podem ser reveladas.
46. Macaca – metralhadora.
47. Máquina/burro preto/berro – revólver.
48. Meter o diabo – dar uma surra grande ou matar.
49. Mexer um angu que está fervendo – entrar para resolver uma questão em que o conflito.
50. Miar o burro – nas vésperas de fazer o ‘serviço’, o matador que se utiliza de animal de montaria, geralmente um burro, dá bastante milho a ele a fim de que o animal fique disposto e não desaponte o pistoleiro no momento de sua fuga do local do crime.
51. O homem está bem *facinho* – a vítima está fácil de ser morta.
52. O motor está consertado – a vítima foi morta.
53. O tiro saiu só cortando – tiro de raspão.
54. Orações secretas – orações de proteção que não podem ser reveladas sob o pretexto de perderem a eficácia.
55. Passar o ‘serviço’/tirar o ‘serviço’/passar o relatório – ‘serviço’ aqui não é o assassinato, mas o estudo dos hábitos da vítima, que é tarefa do ‘apontador’ ou ‘informante’ que faz o ‘levantamento’ da vida da vítima.

56. Passar o assunto/dar um *bizu* – usado quando o matador, ou o mandante, ou o agenciador ou o apontador, quer tratar um assunto, dizer uma notícia ou chamar atenção sobre algo.
57. Passar o pano – esquecer.
58. Pastorar – vigiar.
59. Pastorar para queimar – vigiar para matar.
60. Pedir uma força para matar o homem – pedir uma ajuda/um apoio.
61. Peitar/proposta/empreitar ou *impeleitar* – oferta de dinheiro para matar alguém; ajustar um ‘serviço’.
62. Pegar uma boiada – ou ir fazer um ‘serviço’, fazer uma pistolagem.
63. Pistola/pistoleiro/matador/dedo mole/Diabo/Cão – matador de aluguel.
64. Pistolagem urbana/moto pistolagem – termo jornalístico empregado aos crimes de pistolagem ocorridos em centros urbanos.
65. Placas cabrita – placas com a identificação falsificada.
66. Plantar arma – inserir uma arma na cena do crime.
67. Puxar no ouvido – dizer no ouvido um segredo.
68. Quebrar o cipó – andar escondido ou foragido da polícia, Justiça e de inimigos.
69. Queda de corpo – um tipo de luta corporal.
70. Queima de arquivo – expressão utilizada quando a vítima é assassinada por saber demais.
71. Se dismantelar/entortar o bigode/entrar para a vida errada – diz-se em relação à entrada para a vida do crime.
72. Se sair/tirar de tempo – sair de uma conversa ou situação, desconversar.
73. Ser cadeado – saber guardar segredo.
74. Ser criação de/ser cria de – ter sido influenciado e ou patrocinado desde o início (desde criança, em alguns casos) por alguém (um mandante ou um agenciador).
75. ‘Serviço’ bem feito – quando a vítima morreu e não foram deixados vestígios pelo matador.
76. Tem uma arapuca armada/armar uma cangalha/uma cruzeta – uma cilada, uma traição.
77. Tirar alguém – dar fuga logo depois de cometido o crime.
78. Tocaia/atocaiar – esperar a vítima escondido.
79. ‘Trabalho’ mal feito – fracasso no ‘serviço’.

80. Troca de 'serviço' – quando um pistoleiro executa um 'serviço' para outro pistoleiro e, em troca, o beneficiado faz um 'serviço' para aquele. É feito esse tipo de arranjo para despistar a atenção da Polícia e dos familiares das vítimas. É uma troca de favores.

81. Trocar os *home*/trocar o gado/mudança de gado – usado quando o agenciador ou mandante combina com outro agenciador ou mandante de outra região para trocar os pistoleiros, tirá-los da região onde foi cometido um crime de mando.

ANEXO

ANEXO A - Inquéritos policiais e processos judiciais pesquisados

- 1ª Vara Criminal de Fortaleza. Réu: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha.
- 2ª Vara do Júri. Processo Nº 01.83995-0. Ação penal, homicídio qualificado. Comarca de Fortaleza. Réus: Antônio Mardônio Diógenes Osório, José Valberto da Silveira, outro nome Val ou Vavá, Zilcar de Holanda Neto, outro nome Zilcar ou Quixadá, Cícero Ivamar Queiroz Diógenes Dungas, José Ribamar Cunha e Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha. Vítima Iran Nunes de Brito.
- 2º Ofício, Processo criminal Nº 368/83. Comarca de Alto Santo. Ação penal, homicídio qualificado. Réus: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha, José Valberto da Silveira, outro nome Vavá, Zilcar de Holanda Neto, outros nomes Zilcar e ou Quixadá e Antônio Mardônio Diógenes Osório. Vítimas: João Terceiro de Souza, Raimunda Nilda Campos Terceiro, Francisco de Assis Aquino e João Odeon de Araújo.
- 3ª Vara do Júri. Processo Nº 01.17858-0. Ação penal, homicídio qualificado. Comarca de Fortaleza. Réu: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha. Vítimas Altevir Fernandes de Sousa e Altamiro Vieira Leite.
- 4ª Vara do Júri. Processo Nº 1998.01.09518-0. Ação penal, homicídio qualificado. Comarca de Fortaleza. Réus: Moacir Belchior Ximenes, outro nome Cizinho, Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha e Zilcar de Holanda Neto, outro nome Zilcar ou Quixadá. Vítimas José Balaan Ramos Ximenes e Raimundo Fernandes Monteiro.
- 5ª Vara do Júri. Processo Nº 0051.01.03723-0. Ação penal, homicídio qualificado. Comarca de Fortaleza. Réu: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha. Vítima: Expedito Leite da Silva.
- 17ª Vara Criminal. Processo Nº 2005.01.15195-8. Furto de gado. Comarca de Jaguaratama. Requerido: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha.
- Processo Nº 2004.178.00204-6. Porte ilegal de arma. Comarca vinculada da Guarimiranga. Réu: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha.
- Processo Nº 2001.121.00581-7. Ação penal, homicídio qualificado. Comarca de Paracurú. Réus: Antonio Carlito Bezerril, Edilardo Moreira Florêncio, outros nomes Gordo ou Queijo, Guaraci Barbosa Cunha e Francisco Barbosa Cunha, outro nome Chico Cunha. Vítimas: Francisco Moreira Fonseca e Antonio de Almeida Fonseca.
- Processo Nº 142/2001. Comarca de Uruoca. Ação Penal, homicídio qualificado. Réus: Francisco Wilson Siqueira, Francisco Renê Siqueira Sousa, Valdecy Feliciano de Sousa, Vilmar Aragão de Sousa e João Ferreira da Silva. Vítima: Randeglácio Gomes Carneiro.
- Processo Nº 289/03. Comarca de Paracurú. Ação penal, homicídio qualificado. Réus: José Giovane de Mesquita Gomes e Edimar Ferreira Lima. Vítima: Antônia Márcia Silva de Oliveira.

- Processo Nº 68126-FO. Comarca de Fortaleza. Ação penal, homicídio qualificado. Réus: Ivan Barbosa Macial, outro nome Ivan Mulato e ou Zé Maria, Claudemir de Sousa Conde, Fabiano de Sousa da Silva, outro nome Nando, Ossian Chaves Gomes e Cândido Lourenço de Brito. Vítima: Francisco Nestor Teixeira.
- Processo Nº 2003.098.00026-7. Comarca de Caridade. Prisão em flagrante. Réu: Idelfonso Maia Cunha, outro nome Mainha.
- Processo Nº 221. Comarca de Limoeiro do Norte. Ação penal, homicídio qualificado. Réu: João Machado, outro nome Jordimar.
- 2º Cartório Estado do Rio Grande do Norte. Processo Nº 1.043/83. Ação penal, homicídio qualificado. Réu: Idelfonso Maia da Cunha. Comarca de São Miguel. Vítimas: Sebastião Cesário do Nascimento, outro nome Joca de Cininha e Manoel Duarte de Lima.
- Inquérito Policial N º 069/2003 e sua continuação o Processo Nº 2003.0011.3814-0. Homicídio qualificado. Indiciados: José Vanderlei dos Santos Nogueira, outro nome Cabeção, Francisco Edésio dos Santos e outros. Vítima: Nicanor Linhares Batista.
- Inquérito Policial Nº 048/98. 4º Distrito Policial. Homicídio qualificado. Indiciados: Amadeu Ferreira Gomes Filho e outros. Vítima: João Jaime Ferreira Gomes Filho.
- Ação Penal, ano 1913/13, Arquivo Público Estadual, setor cartorial, caixa 09. Homicídio. Réus: Laurindo Ferreira dos Santos, Dr. José Leite Maranhão e Cel. Antonio Botelho de Souza. Vítima: Tenente Octávio Bezerra de Oliveira.
- Inquérito Policial 105-028005, ano 04/03/2005. Vítima: José Juveny Sales Andrade

ANEXO B – Dossiês e relatórios

- Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste.
- História do banditismo da família Santos Chicote, origem antropológica e suas causas remotas. A hereditariedade criminosa como fator determinante. A família Amaro e sua defesa, Tipografia Diário da Manhã, Recife, 1926.
- Pasta de arquivos pertencente ao delegado Francisco Carlos Araújo Crisóstomo.
- Pasta de arquivos pertencentes ao Tenente Coronel Horácio Gondim.
- Pasta de arquivos da APAVV – Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência, “Crimes com características de pistolagem Estado do Ceará 1997 a 2001”.
- Pasta de arquivos da APAVV – Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência, “Crimes com características de pistolagem 2002”.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “Assassinatos no campo, crime e impunidade, 1964-1986” 2ª edição, São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda, 1987.

ANEXO C – Audiências, julgamentos e CPI's

- Julgamento de Francisco de Assis Mendes Barbosa, o Pantico. Referente ao assassinato de João Jaime Ferreira Gomes.
- Julgamento de André de Castro Feitosa Neves. Referente ao assassinato de João Jaime Ferreira Gomes.
- Audiência na Comarca de Campos Belos. Réu: Idelfonso Maia Cunha, o Mainha. Referente à captura de Mainha naquela cidade.
- Processo Nº 1998.01.09518-0. Audiência pública. Comarca de Fortaleza. 4ª Vara do Júri. Réu: Idelfonso Maia da Cunha, o Mainha. Referente ao duplo assassinato de José Balaan Ramos Ximenes e Raimundo Fernandes Monteiro.
- Processo Judicial Nº 2003.0011.3814-0. Comarca de Limoeiro do Norte. Vítima: Nicanor Linhares Batista. Audiências para ouvir acusados (suposto intermediário e matadores) e testemunhas.
- CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste. Câmara dos Deputados Federais, Brasília – DF. Relator Deputado Federal Luiz Couto, Presidente Deputado Federal Bosco Costa.
- CPI dos Grupos de Extermínio. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Fortaleza. Relator Deputado Estadual Paulo Duarte, Presidente Deputado Estadual Manoel de Castro.

ANEXO D - Registro de Imagens

- Registro de imagens (vídeo) feitas sobre a história de vida de Idelfonso Maia Cunha, o Mainha. Gravações realizadas na Cadeia Pública de Maranguape em um curral.
- Registro de imagens (vídeo) feitas sobre entrevistas com a família de Idelfonso Maia Cunha, o Mainha. Gravações realizadas no Distrito de Amanari.
- Interrogatório de Idelfonso Maia Cunha, o Mainha. Imagens gravadas (vídeo) pela Secretaria de Segurança Pública em 1984, logo após a captura de Mainha, com a presença de seu advogado, de vários delegados de polícia, do então Secretário de Segurança Pública e de outros policiais.
- Registro de imagens (vídeo) de entrevista feita com o Relator da CPI dos Grupos de Extermínio, Deputado Estadual Paulo Duarte. Gravação realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.
- A estética do cangaço, por Frederico Pernambucano, realização Massangana Multimídia Produções, Fundação Joaquim Nabuco.
- TV Ponte Negra, Natal, “Morte de Valdetário Carneiro”, reportagem Edson Soares.